

Cadernos de Geografia



Nº 38 - 2018

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Página deixada propositadamente em branco

Cadernos de Geografia



Nº 38 - 2018

Imprensa da Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

Página deixada propositadamente em branco

Ficha Técnica

Diretor
Norberto Santos

Assistente Editorial
Rute David

Coordenação
Diretor e Subdiretores do Departamento de Geografia e Turismo
Coordenador do Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território

Conselho Científico

Membros do Departamento de Geografia e Turismo

Fernanda Cravidão (cravidao@ci.uc.pt), Lúcio Cunha (luciogeo@fl.uc.pt), Paula Santana (paulasantana-coimbra@gmail.com), Luciano Lourenço (luciano@uc.pt), Norberto Pinto dos Santos (norgeo@fl.uc.pt), António Campar (campar@ci.uc.pt), Nuno Ganho (nganho@netvisão.pt), Rui Gama (rgama@fl.uc.pt), António Rochette Cordeiro (rochetecordeiro@fl.uc.pt), João Luis Fernandes (jfernandes@fl.uc.pt), Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt), José Gomes (jgs@fl.uc.pt), Helena Nogueira (helenamarquesnogueira@hotmail.com), Adélia Nunes (adelia.nunes@ci.uc.pt), Paulo Nossa (paulonossa@gmail.com), Fátima Velez de Castro (velezcastro@fl.uc.pt), Rui Ferreira de Figueiredo (ruiff@ci.uc.pt), Albano Figueiredo (geofiguc@gmail.com), Claudete Oliveira Moreira (claudete@ci.uc.pt), Luca Antonio Dimuccio (luca@ci.uc.pt), Isabel Paiva (isabelrp@ci.uc.pt).

Aposentados

Lucília Caetano (lucygeo@ci.uc.pt), João Victor Silva Pereira (jvsilvapereira@sapo.pt), Maria de Lurdes Roxo Mateus (mlroxo@hotmail.com)

Externos

Adriano Severo Figueiró - Univ. Federal de Santa Maria (adri.geo.ufsm@gmail.com), Aguiinaldo César - Univ. Federal Fluminense Fratucci (acfratucci@gmail.com), Alexandra Pereira - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (alexandramatospereira@gmail.com), Alexandre Panosso Netto - Univ. de São Paulo (panosso@usp.br), Ana Maria Ferreira - Univ. de Évora (amferreira@uevora.pt), Ana Monteiro - Univ. do Porto (anamonteirosousa@gmail.com), André Botequilha-Leitão - Univ. do Algarve (aleitao@ualg.pt), Andrea Cristina Conceição Lemos - Univ. Federal do Rio Grande do Sul (andrealemos.geo@gmail.com), António Alberto Gomes - Univ. do Porto (atgomes@netcabo.pt), António José Bento Gonçalves - Univ. do Minho (bento@geografia.uminho.pt), António Manuel Lopes - Univ. de Lisboa (antonio.lopes@campus.ul.pt), Antonio Nivaldo Hespagnol - Univ. Estadual Paulista (nivaldo@fct.unesp.br), Antonio Oliveira Jr. - Univ. Federal de Uberlândia (antonio.oliveira@ufu.br), António Vieira - Univ. do Minho (vieira@geografia.uminho.pt), Augusto Pérez Alberti - Univ. de Santiago de Compostela (augusto.perez@usc.es), Carlos Gonçalves - Univ. de Lisboa (c.goncalves@campus.ul.pt), Carminda Cavaco - Univ. de Lisboa (carminda.cavaco@campus.ul.pt), Catarina Ramos - Univ. de Lisboa (catramos@campus.ul.pt), Conceição Malveira Diógenes - Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (conceicaomdiogenes@gmail.com), Cristiane Alcântara Santos - Univ. Federal de Sergipe (cristie09@gmail.com), Diogo de Abreu - Univ. de Lisboa (diogo.abreu@campus.ul.pt), Dirce Maria Suertegaray - Univ. de São Paulo (dircesuerte@gmail.com), Eduardo Brito-Henriques - Univ. de Lisboa (eduardo@campus.ul.pt), Eliane Carine Portela - Univ. de Caxias do Sul (elianecarineportela@gmail.com), Elsa Pacheco - Univ. do Porto (elsap@letras.up.pt), Elsa Peralta - Univ. de Lisboa (elsa.peralta@ics.ulisboa.pt), Felipe Pessoa de Melo Mestre Splinter - Centro Universitário AGES - UniAGES (felippemelo@hotmail.com), Gilian Evaristo França Silva - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (gilian.his@gmail.com), Helena Albuquerque - Univ. Portucalense (helenaa@upt.pt), Jaime Serra - Univ. de Évora (jserra@uevora.pt), Jean-Noël Salomon - Univ. de Bordeaux III (jnsalomon@yahoo.com), Joana Lima - Univ. de Évora (jisl@uevora.pt), João Figueira de Sousa - Univ. Nova de Lisboa (j.f.sousa@fct.unl.pt), João Lima Sant'Anna Neto - Univ. Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente (joalima@fct.unesp.br), João Mendes Rocha Neto - Univ. de Brasília (jmdrn@uol.com.br), João Sarmento - Univ. do Minho (j.sarmiento@geografia.uminho.pt), Jorge Gaspar - Univ. de Lisboa (jorgegaspar@hotmail.com), Jorge Marques - Univ. Portucalense (jorgem@upt.pt), Jorge Umbelino - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (jorge.umbelino.pt@gmail.com), José Alberto Rio Fernandes - Univ. do Porto (jariofernandes@gmail.com), José António Tenedório - Univ. Nova de Lisboa (ja.tenedorio@fct.unl.pt), José Eduardo Ventura - Univ. Nova de Lisboa (j.e.ventura@fct.unl.pt), José Manuel Simões - Univ. de Lisboa (jmsimoes@campus.ul.pt), Josep Panareda - Univ. de Barcelona (panareda@trivium.gh.ub.es), Josefina Salvado - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) (josefina.o.salvado@gmail.com), Juan Antonio García Gonzalez - Univ. de Castilla-La Mancha (juanantonio.garcia@uclm.es), Lorenzo López Trigal - Univ. de León (l.trigal@unileon.es), Luís Moura Ramos - Univ. de Coimbra (lmramos@fe.uc.pt), Luís Silveira - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (aviladasilveira@gmail.com), Marcello Tomé - Univ. Federal Fluminense (marcellotome@gmail.com), Marcelo Fragoso - Univ. de Lisboa (mfragoso@campus.ul.pt), Margaret Trindade Amorim - Univ. Estadual Paulista (UNESP) Presidente Prudente (mccta@fct.unesp.br), Margarida Neto - Univ. de Coimbra (mneto@fl.uc.pt), Maria Celeste Eusébio - Univ. de Aveiro (celeste.eusebio@ua.pt), Maria da Graça Mouga Poças Santos - Instituto Politécnico de Leiria (graca.santos@ipleiria.pt), Maria do Rosário Borges - Univ. de Évora (mrborges@uevora.pt), Maria Goretti Tavares - Univ. Federal do Pará (mariagg29@gmail.com), Maria Helena Esteves - Univ. de Lisboa (me@campus.ul.pt), Maria Helena Mesquita Pina - Univ. do Porto (helenapina@netcabo.pt), Maria João Aibé Carneiro - Univ. de Aveiro (mjcarneiro@ua.pt), Maria João Alcoforado - Univ. de Lisboa (mjalcforado@campus.ul.pt), Maria José Roxo - Univ. Nova de Lisboa (mj.roxo@fct.unl.pt), Maria Luiza Cardinale Baptista - Univ. Federal do Amazonas (malu@pazza.com.br), Maria Noémi Marujo - Univ. de Évora (noemimarujo69@gmail.com), Marina Monteiro Machado - Univ. Estadual do Rio de Janeiro (marinamachado@gmail.com), Mário Vale - Univ. de Lisboa (mario.vale@campus.ul.pt), Miguel Sogas Melo Bandeira - Univ. do Minho (bandeira@ics.uminho.pt), Miguel Padeiro - Univ. de Lisboa (jmpadeiro@campus.ul.pt), Mónica Brito - Sines Tecnopolo (monicabrito71@gmail.com), Nicole Dévy-Vareta - Univ. do Porto (nvareta@gmail.com), Norma Valencio - Univ. São Carlos (normaf@terra.com.br), Nuno Serra - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (nuno.serra@gmail.com), Paula Coelho Araújo - Univ. de Coimbra (plcaraujo@hotmail.com), Paulo Peixoto - Univ. de Coimbra (pp@uc.pt), Ramón García Marín - Univ. de Múrcia (ramongm@um.es), Rogério Haesbaert - Univ. Fluminense (rogergeo@uol.com.br), Rosmeri Melo e Souza - Univ. Federal de Sergipe (rome@ufs.br), Samuel Lima - Univ. de Uberlândia (samueldocarrolima@gmail.com), Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto - Instituto Federal da Bahia (cerqueiraneto.mg@gmail.com), Teresa Salgueiro - Univ. de Lisboa (tbs@campus.ul.pt)

Cadernos de
Geografia

Toda a correspondência
deve ser dirigida: Cadernos de Geografia
Departamento de Geografia e Turismo
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 COIMBRA - Portugal
Telefone: +351 239 857000 - Fax: +351 239 836733
E-mail: depgeotur@fl.uc.pt
www.uc.pt/fluc/depgeotur

Paginação: Tiago Serafino

Impressão:

Design gráfico: Marques Associados

Imagem da capa: Maciço Calcário Estremenho, Luísa Ferreira, 2003

Cadernos de Geografia, nº 38 - 2018
ISSN: 0871-1623
ISSN Digital: 2183-4016
DOI: https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_38
ERIPUS (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences)
Depósito Legal nº 2700/83
Tiragem: 100 exemplares

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos Autores

ARTIGOS

Página deixada propositadamente em branco

Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa

Geography of religion in Portugal: minorities and religious diversity

Margarida Franca

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território/ Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia/ CEGOT
3004-530, Coimbra, Portugal
CITER - Centro de Estudos de Teologia e Estudos da Religião/ Universidade Católica Portuguesa
margfranca@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3892-6170>

João Luís J. Fernandes

CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX/ Universidade de Coimbra
CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território/ Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia
3004-530, Coimbra, Portugal
jfernandes@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-631x>

Fernanda Cravidão

CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia
3004-530, Coimbra, Portugal
cravidao@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4993-1864>

Resumo:

O estudo geográfico dos grupos religiosos minoritários em Portugal assume particular importância na atualidade, período no qual o país consolida a imagem de uma sociedade pós-moderna, cada vez mais aberta, híbrida e plural, mas também fragmentada. As alterações ocorridas no território nacional, sobretudo após o 25 de abril de 1974 e a integração de Portugal na União Europeia a 1 de janeiro de 1986, com as consequentes alterações em muitos setores da sociedade, mostraram um país mais diverso e multicultural, fruto de uma sociedade mais permeável no domínio interno, dotada de maior liberdade de expressão, associação e manifestação. Neste contexto, ocorreu uma maior abertura a outras identidades e culturas, assim como à partilha de valores, comportamentos, atitudes e crenças religiosas. Nos nossos dias, a problemática da(s) espacialidade(s) da religião é igualmente importante quando se pretende entender, de forma mais abrangente, as questões estruturantes da sociedade portuguesa, sendo evidente a integração de Portugal nos grandes ciclos ou movimentos migratórios do século XXI.

Palavras-chave: geografia cultural, grupos religiosos minoritários, multiculturalidade, interculturalidade

Abstract:

The geographic study of minority religious groups in Portugal is of particular importance today, a period in which the country consolidates the image of a postmodern society, increasingly open, hybrid and plural, but also fragmented. The changes that took place in the national territory, especially after the Revolution of the 25th of April 1974 and the integration of Portugal into the European Union on the 1st of January 1986, with the consequent changes on the structures and in many sectors of society, showed a more diverse and multicultural country, result of a more permeable internal society, endowed of a wider freedom of expression, association and manifestation. In this context, the country became more open to other identities and cultures, as well as the sharing of values, behaviors, attitudes and religious beliefs. Nowadays, the problematic of spatiality(ies) of religion is equally important when it is intended to understand, in a more comprehensive way, the structuring questions of Portuguese society, being evident the integration of Portugal in the great cycles or migratory movements of the 21st century.

Keywords: cultural geography, minority religious groups, multiculturalism, interculturality

1. Introdução: como descrever a identidade religiosa Contemporânea: o “regresso da religião” ou “fim da religião”?

A desconstrução das estruturas fundamentais da sociedade portuguesa, no decorrer dos séculos XX e XXI, permitiu repensar os conceitos geográficos fundamentais de espaço, lugar, território, identidade e comunidade. No campo da geografia cultural, a temática da religião torna-se central na análise destas mudanças, contribuindo para melhor entender a alteração dos comportamentos, das identidades religiosas, dos valores e estilos de vida, mas também das interações espaciais, fluxos, mobilidades, territórios-rede que sustentam a interação entre os indivíduos e as comunidades.

Não estando institucionalizada a disciplina da geografia da religião nas universidades portuguesas¹, importa que, aos poucos, esta área científica dê o seu contributo na análise espacial, social e cultural, da evolução e distribuição das identidades religiosas, mas também dos modos de vida da população portuguesa,

Na contemporaneidade, no campo das identidades religiosas assiste-se a dois movimentos aparentemente antagónicos, mas complementares: o “regresso da religião” e “o fim da religião”.

O primeiro diz respeito ao “regresso” da religião à agenda social e identitária, estando presente, segundo modalidades diversas, na construção do espaço público que se revela no contexto das múltiplas modernidades (Teixeira, 2012b, p.7). No contexto de uma sociedade liberal, individualista, secular e laica (Vilça, 2006), emergência da religião pode traduzir uma procura de confiança, proteção e segurança ontológica capazes de colmatar o sentimento de risco e de vulnerabilidade que a contemporaneidade (líquida e fluída) pôs a descoberto (Bauman, 2001; Giddens, 1991). A religião continua a ter um peso simbólico e a marcar, nos mais diversos domínios, o quotidiano da população.

A população católica portuguesa retoma os valores percentuais registados nos censos de 1981 e torna Portugal um dos países, à escala global, com a mais baixa taxa de diversidade religiosa (Pew Research Center, 2014). Em 2011, Portugal registou uma percentagem de população católica de 81%

(INE2). Entre os 308 concelhos portugueses, 223 superam esta percentagem nacional e 128 ultrapassam os 90% de população católica. Embora com importantes diferenças regionais, o catolicismo mantém-se como a religião maioritária persistindo.

Os rituais e os processos litúrgicos que a religião católica promove em todo o território nacional, como as visitas dos Papas João Paulo II (1982 e 1991), Bento XVI (2010) e Francisco (2017), as celebrações anuais do 13 de maio ou de outubro no Santuário de Fátima, as peregrinações aos Santuários de Fátima, de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus do Monte, em Braga, e de Nossa Senhora da Penha, em Guimarães, entre outras, continuam a marcar o calendário e a preservar a memória religiosa dos portugueses. A estes rituais acrescem os que fazem parte, de forma efetiva, do calendário católico, como as celebrações do Natal, da Páscoa, do Corpo de Deus, de Nossa Senhora da Conceição, do dia de Todos os Santos, entre outros.

Estas festas religiosas são vividas de forma particular pela população católica portuguesa que adere, entre outros acontecimentos, a vários rituais e práticas religiosas: celebrações eucarísticas, procissões, vias sacras ou visitas pascais, mostrando uma atitude e um comportamento reveladores da valorização social das práticas católicas e da afirmação ideológica que essas pressupõem. Em muitos destes eventos ocorre a conjugação de diferentes motivações, desde as estritamente religiosas às turísticas, de lazer ou tradicional familiar ou local. Os espaços onde estas práticas acontecem tornam-se, na maioria das vezes, lugares de pertença, memória e identidade, formando uma rede densa, com diferentes escalas, de lugares ou de territórios religiosos.

Isto demonstra que existe em Portugal uma religiosidade enraizada, relacionada com as práticas e com os comportamentos dos portugueses, com raízes no legado histórico, geográfico e até político do país. Mesmo em alguns contextos urbanos, é frequente a existência de comunidades católicas fechadas e enraizadas nas respetivas paróquias de residência. As práticas religiosas são convencionais, reconhecidas pela sua regularidade e obrigação no cumprimento dos rituais e sacramentos, subsistindo os laços interpessoais muito fortes com o pároco e com os membros da mesma comunidade (Franca, 2016).

¹ Apesar da disciplina ainda não estar integrada nos planos curriculares das Universidades Portuguesas, existem alguns Centros de Investigação que têm procurado integrar investigadores de diferentes áreas científicas, dos quais alguns geógrafos. Destaca-se o Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (CITER), criado em 2017 pela Universidade Católica Portuguesa.

² Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População; V Recenseamento Geral da Habitação 2011, resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Em Portugal, A Igreja Católica apresenta uma realidade mais unitária, tradicional e organizada do que as minorias religiosas, em particular as protestantes. A organização eclesial tem-se mantido forte e estruturada, resistindo à emergência de novos valores culturais, procurando adaptar-se às transformações da sociedade portuguesa. Apesar de algumas discrepâncias, começam a ser comuns as comunidades mais abertas e cosmopolitas, estruturadas a partir de uma rede densa de territórios de pertença e de lugares sagrados materiais e imateriais, onde se inclui o ciberespaço, redes sociais incluídas (Franca, 2016). As comunidades católicas da contemporaneidade são multiterritoriais, multitemporais e transterritoriais (Teixeira, 2017).

O segundo movimento contemporâneo aponta para o “fim da religião”, ou fim de um certo contexto religioso, mais tradicional, assinalado pela diminuição da população católica praticante e comungante (CEP3), bem como pelo desinteresse pela textura interna do campo religioso, pelos rituais e pelas práticas católicas, em particular as coletivas. É exemplo disso o decréscimo do número de católicos praticantes na missa dominical (CEP), o decréscimo do número de casamentos celebrados pela Igreja Católica e a superação dos casamentos civis ou, de forma indireta, a diminuição do número de filhos por casal, a diminuição da dimensão média das famílias e a alteração da estrutura familiar da sociedade portuguesa, em parte pelo aumento do número de divórcios e pelo aumento das famílias recompostas ou para a monoparentalidade (INE).

Nesta perspetiva, estamos perante o fim de um modelo de práticas religiosas mais institucionalizadas, reguladas e intermediadas pela Igreja Católica, por sua vez compensadas pelo aparecimento de novas práticas e identidades religiosas, novos processos de identificação, novos movimentos religiosos e novos lugares sagrados.

No campo das identidades religiosas (complexas, múltiplas e híbridas), as mudanças ocorridas no nosso país, em particular a partir da segunda metade do século XX, coincidem com um conjunto de alterações demográficas, mas também com as transformações económicas, políticas, sociais e culturais que resultaram da abertura de Portugal a outras realidades. Desde o início das transmissões televisivas (1957); à adesão à EFTA (1960); ao surto emigratório para a Europa (1960-1973); à eclosão da guerra colonial (1961-1974) e ao novo contexto democrático após o

25 de abril de 1974; à emergência de Portugal como destino turístico, sobretudo a partir dos anos 60; à modernização económica, cultural e social do período marcelista (1969-1973); à entrada na Comunidade Económica Europeia (1986), Portugal e a sociedade portuguesa conheceram uma intensa alteração de valores, atitudes e comportamentos não conciliáveis com os padrões antigos (Ferrão, 2005, pp. 54-55). Acresce a estes cenários de mudança, a questão dos movimentos migratórios que contribuem para a diversidade de cultural e de crenças religiosas, em particular a partir dos anos 80, com a chegada de população nascida no Brasil, Cabo Verde, Reino Unido e, mais recentemente, na Ásia e nos Países de Leste.

Está em causa a perda de hegemonia da Igreja Católica como religião maioritária e o alargamento do espectro religioso dos portugueses, mostrando uma identidade religiosa mais fragmentada, diversificada e plural. Verifica-se, de forma paradoxal, a erosão de certas práticas e representações da Igreja Católica, uma vez que, de geração para geração, ocorre um maior distanciamento de alguns rituais e a progressiva ausência de uma educação ou sociabilização religiosa que reforcem a familiarização com a doutrina católica. Multiplicam-se os movimentos religiosos e as divergentes maneiras de viver a religião, muito mais particularizada e íntima e menos focada nas experiências coletivas vinculadas a uma só conduta religiosa. É valorizada a vivência individual da religião, sendo esta mudança acompanhada pela substituição, na contemporaneidade das fontes tradicionais de identidade como a nação, a família patriarcal e a própria religião por um maior grau de negociação, e liberdade de escolha, nos estilos de vida dos indivíduos (Hall, 2005; Martin, 2005).

Este contexto representa, por um lado, a mudança da sociedade portuguesa, cada vez mais liberal, individualista e narcisista e, por outro, uma maior abertura espiritual e religiosa, onde proliferam outras crenças e práticas, mostrando uma religiosidade de natureza heterodoxa, sincrética e pessoal. Ou seja, estamos perante o aparecimento de grupos plurais, com lealdades e afiliações múltiplas que não se reduzem a uma única identidade religiosa (Sen, 2007, p. 49), sendo que na sociedade portuguesa, esse pluralismo ocorreu por duas vias: o aumento da diversidade cultural por via dos movimentos migratórios e a deriva de faixas da população católica, em direção a outros modos de expressão religiosa.

Estas são também algumas das conclusões retiradas do “Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses”, realizado em 1998, em parceria

³ Conferência Episcopal Portuguesa realizou nos anos de 1977, 1991 e 2001 um inquérito presencial a todas as paróquias portuguesas, tendo concluído a diminuição não só da população católica praticante como também da população comungante.

com o International Social Survey Programme, no qual se reconhece que

os parâmetros definidores das crenças e filiações religiosas estão em mudança, traduzindo, provavelmente, uma crescente individualização e subjetivação do sentimento religioso, embora variável de acordo com os diferentes contextos e tradições. Por um lado, as tensões entre religião e modernidade nem sempre se dão no sentido mais esperado, que seria do esbatimento das manifestações de cunho religioso, lato sensu. A modernidade compreende também um crescente dinamismo do campo religioso. (Pais, Cabral, & Vala, 2001, pp. 11-12)

A sociedade portuguesa entrou num diálogo civilizacional que considera a multiculturalidade e interculturalidade num jogo relacional onde também se digladiam questões políticas e estratégicas. Armino dos Santos (2013) conclui que a nova composição multicultural da sociedade portuguesa tornou por si só inadequadas as antigas representações sobre a identidade nacional, muito embora esta nova realidade deva demorar algum tempo a ser enraizada pela população portuguesa, na forma de imaginar a sua nacionalidade.

Qual a evolução e a distribuição dos grupos religiosos minoritários é uma das questões fundamentais que estrutura o segundo ponto do presente texto.

2. A demografia e a geografia dos grupos religiosos minoritários em Portugal

2.1. Metodologia

Para o estudo geográfico das identidades religiosas em Portugal, onde se inclui a evolução da população católica e dos grupos religiosos minoritários, foram analisados os dados definitivos dos recenseamentos da população portuguesa de 1981 a 2011, uma vez que o INE incorpora nos censos uma pergunta sobre a religião. A partir destes dados foram feitos quadros síntese, bem como mapas ao nível dos concelhos. Este foi um dos primeiros objetivos deste trabalho que se resume em contribuir para uma leitura geográfica nacional de um conjunto de indicadores já trabalhados por outras áreas científicas como a sociologia ou a antropologia, mas não no âmbito da geografia.

Foram também considerados alguns valores disponibilizado pelo Anuário Estatístico da Igreja, da responsabilidade do Vaticano, bem como de estudos de referência internacional no âmbito da religião

como o Centro de Estudos Norte Americano - Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life.

Em termos nacionais, foram considerados trabalhos teóricos e estatísticos da responsabilidade a Universidade Católica Portuguesa e da Conferência Episcopal Portuguesa, com destaque para o relatório de 2011 sobre as Identidades Religiosas em Portugal.

No que diz respeito aos grupos religiosos minoritários, não existe informação sistematizada e uniforme. Assim, a informação que recolhemos, como foi o caso da contagem do número de lugares de culto de alguns dos grupos religiosos minoritários, foi feita a partir do site de cada grupo, correndo sempre algum risco de sub-representação.

2.2. Resultados da pesquisa

À semelhança do que acontece um pouco por toda a Europa (Anuário Estatístico da Igreja, 2016), constata-se uma ligeira diminuição em termos absolutos da população católica, entre 2001 e 2011, compensada, por um lado, pelo aumento do número de ateus, que se desvinculam das questões religiosas e espirituais, e, por outro, pelo aumento dos fiéis de outros grupos religiosos, cristãos⁴ ou não cristãos (Quadro 1).

Os grupos religiosos minoritários representavam em 1981 apenas 1.5% da população portuguesa mas no último período censitário duplicam em termos absolutos e percentuais (3.9%) (Quadro 1). Entre 2001 e 2011 o número de crentes de outros grupos cristãos e não cristãos passa de cerca de 216 mil para 347 mil fiéis, traduzindo-se num aumento de 60.9% (Quadro 3). Significa que, de forma progressiva, o universo religioso português se tornou mais diversificado e, conforme aferimos a partir do quadro III, o pluralismo religioso estendeu-se a todas as regiões portuguesas.

Em 2011, 3.9% da população portuguesa pertencia a grupos religiosos minoritários (Quadro 1), sendo importante assinalar a elevada percentagem nas regiões do Algarve e de Lisboa, onde a pluralidade de culturas e de etnias é um fator determinante para

⁴ Na análise da questão da religião o INE optou por dividir os grupos religiosos cristãos, não cristãos e sem religião. Os grupos religiosos cristãos foram divididos entre população católica, população ortodoxa, população protestante e a outra população cristã. Nesta classificação, o INE não especificou, de forma concreta, que movimentos religiosos foram incluídos na população protestante e na "outra população cristã". Nestas circunstâncias foi considerado que a população protestante inclui os batistas, anglicanos e os metodistas, entre outros. No grupo dos "outros cristãos" estão incluídos os Testemunhas de Jeová, os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons), a Igreja da Unificação (Moons), a Igreja de Cristo Cientista, e, ainda, os grupos pentecostais como a Congregação Cristã em Portugal e a Igreja Evangélica Maranata e os grupos neopentecostais como a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus.

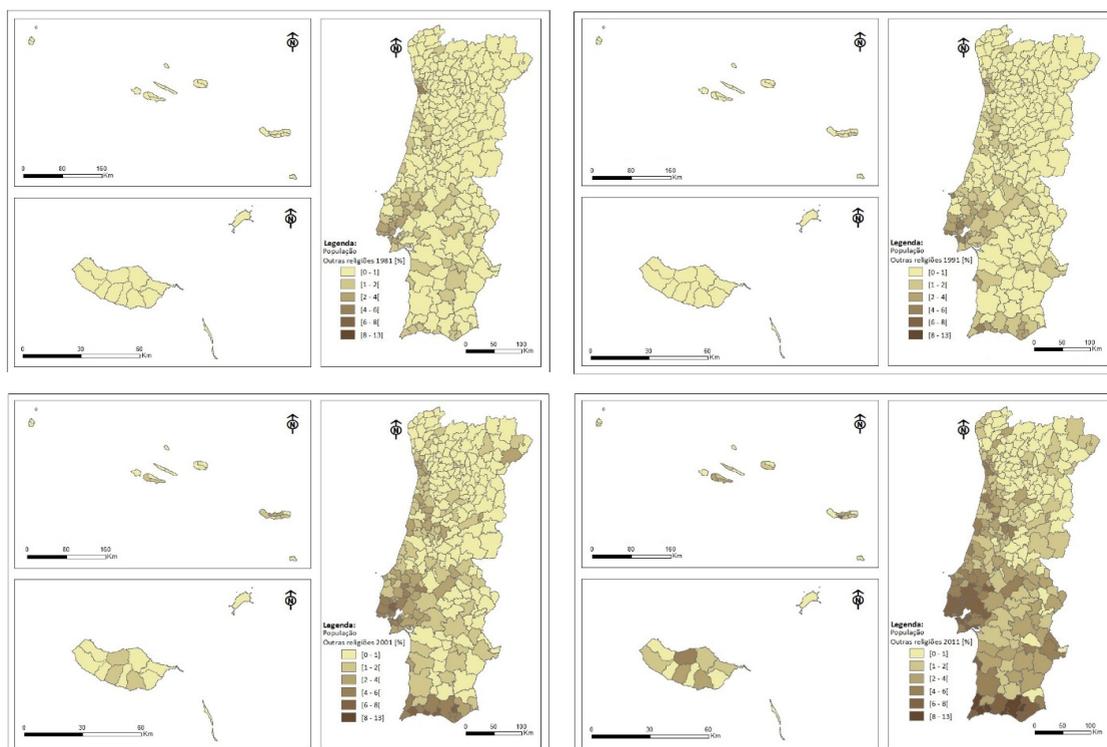


Figura 1
 Percentagem de população de outras religiões cristãs e não cristãs, por concelho, 1981, 1991, 2001, 2011.
 Fonte: INE.

de Lisboa, do Algarve e do Alentejo e de continuar a persistir uma percentagem menos significativa nas regiões onde o catolicismo é mais enraizado (Norte e Centro).

No ano de 2011, os concelhos da região do Algarve como Lagos, Albufeira, Portimão, São Brás de Alportel, Loulé, Aljezur, Silves, Olhão e Faro, apresentaram as maiores percentagens de população de crenças noutros grupos religiosos. Todos estes concelhos exibiam percentagens entre os 8% e os 12%. Com valores também significativos, destacam-se os concelhos da região de Lisboa, como Odivelas, Loures, Sintra, Amadora, Montijo, Seixal e Almada. Os concelhos de Benavente, Sines e Azambuja, da região Alentejo, encontram-se próximos da realidade descrita para os municípios algarvios e da Área Metropolitana de Lisboa, evidenciando alguma da influência que estes territórios possam exercer na realidade social e cultural alentejana.

Numa situação oposta, encontram-se grande parte dos concelhos da região Norte, como Paredes de Coura, Celorico de Basto, Penedono, Vieira do Minho, Baião, Mesão Frio e Resende, mas também alguns dos Açores, como Vila Franca do Campo, Nordeste e Calheta, com percentagens de população pertencente aos grupos religiosos minoritários que

não ultrapassam os 0.4%. Nestas áreas geográficas, a diversidade religiosa ainda não tem um peso relevante na identidade cultural da população residente.

Em termos evolutivos, o Algarve registou, entre 2001 e 2011, um aumento na ordem dos 127.4%, sendo que, no período anterior (1991 a 2001), o acréscimo foi muito elevado, cerca de 129.4%, valores muito superiores à média nacional (Quadro 3).

Também importa destacar o Alentejo pois, embora em termos absolutos seja uma realidade diferente, esta região tem evidenciado, em termos percentuais, um acréscimo muito significativo e, em especial, na última década censitária. Isto significa que, entre 1981 e 1991, foi a região com o menor aumento dos grupos religiosos minoritários, situação que se inverte na década seguinte. Com um acréscimo superior a 77%, entre 2001 e 2011, o Alentejo foi a segunda região do continente com o maior incremento das minorias religiosas, que representam, agora, cerca de 3.6% do total da população residente neste território (Quadro 3).

Destacamos ainda a região Norte do país que, sendo o berço histórico do catolicismo professante, registou um acréscimo pouco expressivo de população crente de outros grupos religiosos. Com uma variação

de apenas 39.2% entre 2001 e 2011, apresentava um menor peso dos grupos religiosos minoritários (Quadro 3).

Ao nível concelhio verificamos que, entre 2001 e 2011, apenas um conjunto restrito de concelhos registou uma diminuição de população inserida nestes grupos, contrariando a tendência nacional (Figura 2). Deste grupo fazem parte alguns concelhos marcados pela interioridade (isolamento), em particular da região Norte do país, como Mogadouro, Alijó e Resende, ou ainda da região Centro, como Vila Nova de Paiva, Oleiros, Manteigas, Almeida e Meda (Figura 2).

Os concelhos que, de forma oposta, apresentaram um maior aumento da diversidade religiosa foram os da região da Madeira, como Ribeira Brava, Calheta, Porto Santo e Porto Moniz, mas também um conjunto de concelhos das regiões do continente Norte, Centro e Alentejo, como Santa Marta de Penaguião, Monforte, Mondim de Basto, Penedono, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Alvaiázere, Batalha, Proença-a-Nova, Marvão, Ferreira do Alentejo e Mourão, com variações que ascendem aos 200% (Figura 2).

A emergência de outros grupos religiosos reflete a partilha e a comunhão de diferentes identidades que, no caso do nosso país, é também o resultado do aumento da população com nacionalidade estran-

geira a residir em Portugal. Apesar da mudança de país de residência, a população estrangeira continua a manter a sua identidade e a prática religiosa, não fragilizando os laços de pertença à sua religião enquanto instituição que organiza e estrutura uma determinada comunidade de pertença.

Confirmando a tendência mundial (Pew Research Center, 2012a), a religião católica ocupa em Portugal um lugar cimeiro nas crenças da população estrangeira. Nos censos de 2011, do total de população emigrante, em particular os estrangeiros oriundos de Cabo Verde, França, Espanha, São Tomé e Príncipe, Brasil e Guiné-Bissau, a maior percentagem de população é cristã, onde se inclui a população católica. Daqui se depreende que a diversidade religiosa no contexto nacional está também suportada pela diversidade de vivências do catolicismo, com diferentes referências comunitárias e, certamente, com diferentes práticas e experiências de fé.

Para além da diversificação interna de um catolicismo mais plural e heterogéneo, a população estrangeira contribuiu, nas últimas décadas, para o acréscimo da população que professa outras religiões, como a ortodoxa e a protestante. Veja-se o caso particular da religião ortodoxa, com cerca de 56.550 mil seguidores no nosso país (INE⁶). Destes, 72% são estrangeiros provenientes da Ucrânia, da Roménia e da República da Moldávia, confirmando, desde modo,

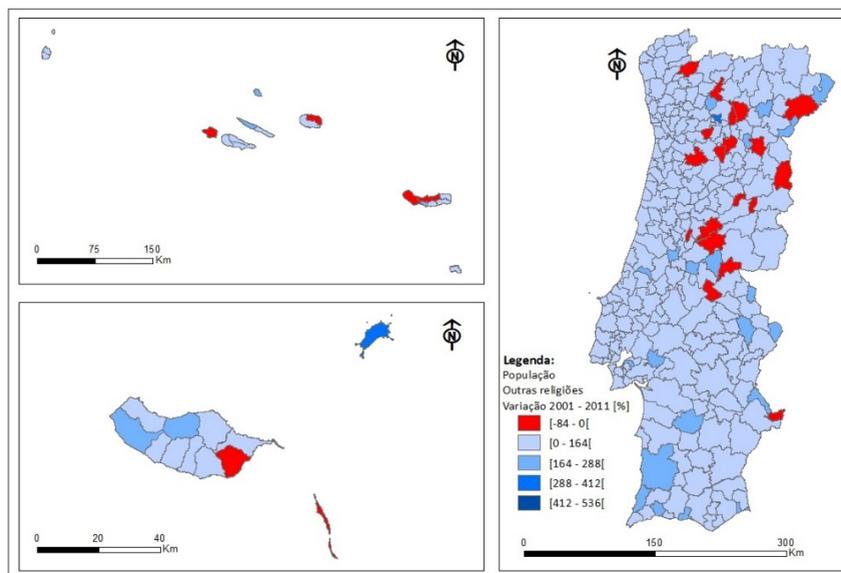


Figura 2
Variação da população de outras religiões cristãs e não cristãs, por concelho, 2001-2011.
Fonte: INE.

⁶ A População Estrangeira em Portugal 2011, Destaque à Comunicação Social, Edição de 17 de dezembro de 2012, INE, Lisboa.

o peso que a população estrangeira tem na mudança de perfil da população religiosa no nosso país (INE).

De facto, do conjunto das nacionalidades, destacamos a população estrangeira oriunda dos países de Leste - Ucrânia, Roménia e Moldávia - que representam quase 20% do total da população estrangeira residente no país, com aumentos superiores a 200%. Aliás, entre 2001 e 2011, a população que mais cresceu em Portugal foi a romena, registando um crescimento superior a 815% (INE, 2012).

Considera-se também que o aumento do número absoluto e relativo da população crente noutros grupos cristãos, como a Igreja Universal do Reino de Deus ou a Igreja Maná, está relacionado com o aumento do fluxo de população estrangeira oriunda do Brasil ou dos PALOP, de onde estes grupos religiosos são originários. Em 2011, o ranking das 12 principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal era ocupado, na posição cimeira, pela população brasileira, que representava 27.8% do total da população estrangeira (109 787 indivíduos). Nos últimos 10 anos, a população brasileira aumentou 244.5%, sendo uma das nacionalidades que mais se territorializou no nosso país (INE, 2012).

Sobre os grupos não cristãos, destacamos o peso da população emigrante natural da Guiné-Bissau no total da população muçulmana, uma vez que, dos 20 640 crentes islâmicos, 4 022 têm a nacionalidade guineense (INE, 2012).

No último recenseamento geral da população, mais de metade da população estrangeira residia na

região de Lisboa, mostrando a atração e o dinamismo que a capital representa no contexto nacional. No entanto, se ponderarmos o peso dos estrangeiros no total da população residente, verificamos que é na região do Algarve que esta população estrangeira mais se evidencia, uma vez que, em 2011, cerca de 11.5% dos seus residentes eram estrangeiros. Esta proporção é manifesta no concelho de Aljezur, por exemplo, onde 21.6% da população residente é estrangeira (Figura 3). Os concelhos algarvios de Albufeira, Lagos, Vila do Bispo, Loulé, Portimão, Silves, Lagoa, São Brás de Alportel e Tavira, são ainda alguns dos municípios do Algarve que apresentam, a nível nacional, as percentagens mais elevadas. Deste grupo fazem também parte alguns concelhos da região de Lisboa, como Amadora, Sintra e Cascais (Figura 3).

Em suma, as regiões de Lisboa e do Algarve são as áreas do país que concentram as maiores percentagens de população residente estrangeira, seguindo a tendência nacional de concentração populacional em torno destas duas regiões, mais jovens, culturalmente plurais e abertas à mudança, para além de economicamente atrativas (Figura 3). Aliás, esta atratividade, em particular da região de Lisboa, é comprovada pelos valores elevados, e acima da média nacional, relativos ao índice de poder de compra per capita. No ano de 1993, a região de Lisboa chega a atingir os 162.68%, mantendo a sua posição cimeira no ano de 2011 com 130.97%. Neste último ano, destacam-se os concelhos de Lisboa com um índice de 216.9% e de Oeiras com 193.7%. A região do Algarve

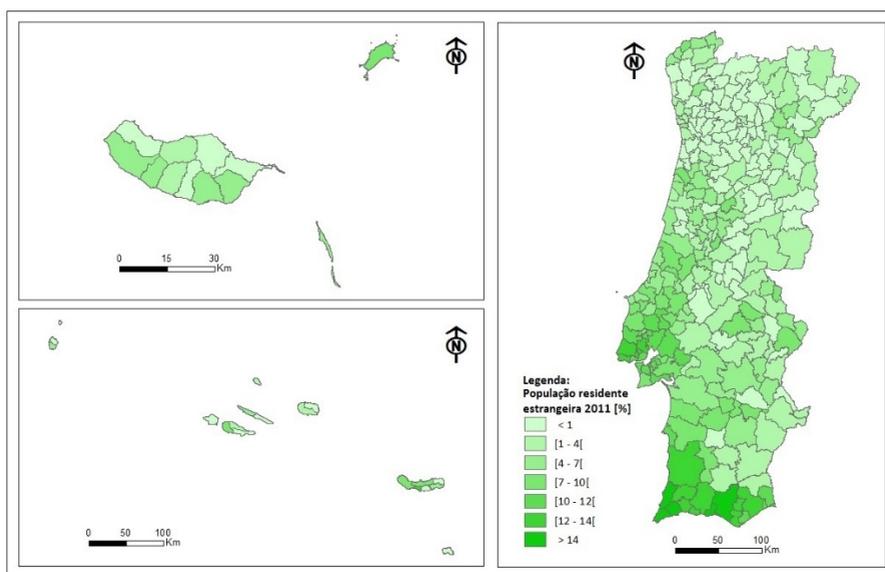


Figura 3
Percentagem de população estrangeira, por concelho, 2011.
Fonte: INE.

Quadro 4

Percentagem de População Crente de Outros Grupos Religiosos Cristãos e Não Cristãos, por Região, 2011

Zona Geográfica	Outras religiões		Ortodoxa	Protestante	Outra Cristã	Judaica	Muçulmana	Outra não Cristã
	n	%						
Portugal	347 756	100.0	16.3	21.7	47.0	0.0	5.9	8.2
Continente	339 231	100.0	16.4	21.7	46.8	0.0	6.0	8.2
Norte	68 802	100.0	9.2	16.1	61.8	0.0	3.3	8.6
Centro	57 762	100.0	18.4	23.9	47.5	0.0	2.8	6.4
Lisboa	154 119	100.0	14.4	22.5	43.8	0.0	9.2	9.4
Alentejo	23 342	100.0	22.5	24.8	42.7	0.0	2.4	7.0
Algarve	35 206	100.0	31.9	24.0	32.3	0.0	4.9	6.0
RA Açores	3 604	100.0	6.2	22.8	54.4	0.0	3.8	9.2
RA Madeira	4 921	100.0	13.4	20.7	53.1	0.0	3.4	8.5

Fonte: INE.

confirma também o seu dinamismo económico ao apresentar em 2011 o segundo índice de poder de compra per capita mais significativo com 96.74%, com destaque para o concelho de Faro, que ocupa, ao nível dos municípios, a quarta posição a nível nacional.

Estas são também as regiões e os concelhos que apresentam um universo religioso mais diversificado, refletindo as diferentes nacionalidades e identidades religiosas da população estrangeira, que transporta as suas crenças e as vivências dos países de origem.

No relatório de 2011, respeitante às "Identidades Religiosas em Portugal" e realizado pela Universidade Católica Portuguesa, esta avaliação por regiões é semelhante. Nele se conclui que a região de Lisboa "apresenta uma mais aprofundada diversidade quanto à pertença ou não-pertença religiosa" (Teixeira, 2012a, p. 4). Este estudo acrescenta outra variável geográfica ao concluir que "a identidade católica é a única em que há uma predominância da tipologia «rural»" e que "a população pertencente a outras denominações religiosas é sobretudo urbana e semiurbana" (Teixeira, 2012a, p. 5). Igual predominância ocorre na população não-crente ou crente sem religião (Teixeira, 2012a, p. 5).

Daqui se conclui que a distribuição diferenciada, no território nacional, das identidades religiosas, está relacionada com a variável "região" e com um conjunto de indicadores que traduzem a urbanidade e o respetivo desenvolvimento social, cultural e económico, onde incluímos, de forma expressiva, a proporção da população estrangeira na estrutura da população residente, mas também, entre outros fatores, as alterações substanciais dos laços familiares e da dimensão das famílias, a formação e o papel

na estrutura profissional da mulher, a escolarização e o acesso e a utilização aos meios de comunicação e informação.

2.3. Os grupos religiosos minoritários por afiliação religiosa. O contributo da população estrangeira para o alargamento da diversidade religiosa

Conforme aferimos, no ano de 2011, a composição das minorias religiosas em Portugal é marcada pela maior influência dos outros ramos do cristianismo - ortodoxos, protestantes e outros grupos cristãos (Quadro 4)⁷ que representam, em conjunto, 85% do total das outras religiões.

Representando cerca de 21% da população incluída nos grupos religiosos, que não o católico, o grupo dos protestantes é identificado, entre outros, pelos batistas ou anglicanos. Depois de um decréscimo na ordem dos 15% entre os anos 80 e os anos 90, o grupo dos protestantes registou no último intervalo censitário um crescimento de 75.6% (Quadro 5), sendo mais representativo nas regiões do Alentejo e Algarve (Quadro 4).

Os ortodoxos representavam, em 2011, e no total das outras religiões, mais de 16.3%, tendo sido o grupo religioso que, na última década, registou o maior aumento de fiéis, na ordem dos 257.7% (Quadros 4 e 5). Conforme afirmámos atrás, este aumento é consequência do aumento da população estrangeira residente no nosso país, neste caso particular na

⁷ De referir que, uma vez que a classificação do INE não especifica as igrejas ou os movimentos que estão incluídos no grupo dos "protestantes" e no grupo dos "outros cristãos", optámos por incluir nestas determinações os grupos que indicámos. Esta classificação adotada tem em conta a Lista de Grupos Religiosos em Portugal apresentada por Carlos Moreira Azevedo na obra História Religiosa de Portugal, vol. III: Religião e Secularização (Azevedo et al., 2002, p. 494).

Quadro 5
Varição dos Outros Grupos Religiosos, Portugal, 2001-2011

Outras Religiões	Variação das Outras Religiões		
	1981-1991	1991-2001	2001-2011
%			
Ortodoxa	322.8	60.9	257.7
Protestante	-15.8	36.1	75.6
Outra Cristã	26.8	61.3	49.2
Judaica	-38.7	-47.8	87.6
Muçulmana	100.3	38.4	90.7
Outra Não Cristã	133.9	52.3	126.5

Fonte: INE.

região do Algarve, com origem, sobretudo, da Ucrânia, da Roménia e da República da Moldávia.

Acresce, ainda, que a diversidade das identidades religiosas no nosso país tem sido consolidada a partir das outras religiões cristãs que, em 2011, representavam no contexto das outras religiões, 47.0% da população (Quadro 4). Incluímos no grupo dos “outros cristãos” os Testemunhas de Jeová, os Adventistas do Sétimo Dia, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mormons), a Igreja da Unificação (Moons), a Igreja de Cristo Cientista, assim como os grupos pentecostais como a Congregação Cristã em Portugal e a Igreja Evangélica Maranata e os grupos neopentecostais como a Igreja Maná e a Igreja Universal do Reino de Deus.

Alguns destes movimentos, como os Adventistas do Sétimo Dia e os Testemunhas de Jeová, já estavam enraizados no nosso país desde o século XIX ou mesmo antes, sendo que mais tarde beneficiaram de um processo de legalização e de liberalização em termos políticos e jurídicos e, de forma, consequente, da mudança de mentalidades e da abertura da sociedade portuguesa, tornando estes grupos mais visíveis perante a opinião pública e científica (Azevedo et al., 2002). A sociedade tornou-se permeável à entrada

e à fixação de novas religiões, culminando com a multiplicação de movimentos religiosos, incluindo o acréscimo do número de fiéis e dos lugares de culto, em particular das igrejas neopentecostais de raiz protestante, como a IURD ou a Igreja Maná. Veja-se o caso da IURD, que principia por se localizar num lugar estratégico da cidade de Lisboa, em dezembro de 1989, e que, em 2014, possui já 103 igrejas de culto disseminadas por todo o país. Na Área Metropolitana de Lisboa, por exemplo, são oito as igrejas localizadas nas freguesias mais centrais da cidade como em Benfica, em Alvalade ou na Ajuda.

Ao analisar os lugares de culto por área geográfica, constatamos o aumento significativo do número de espaços religiosos, mas também a sua dispersão por todas as áreas geográficas do país. Teresa Líbano Monteiro (2012, p. 118) utiliza um conjunto de fontes documentais e elabora uma síntese do número de locais de culto por confissão religiosa, referente a 2010 (Quadro 6).

Em 2014, com um aumento superior a 300%, destacamos o predomínio destes grupos em Lisboa, seguida das regiões do Norte e do Centro de Portugal, sendo menos expressivos nos Açores e da Madeira (Quadro 7). Em Lisboa, por exemplo, apurámos existirem 51 lugares de culto da IURD, 37 da Igreja Maná, 22 da Igreja Mórmon e 156 das Testemunhas de Jeová (Quadro 7). Isto pressupõe que as religiões minoritárias começaram a desenvolver uma estratégia de controlo e de apropriação do espaço geográfico, que se terá iniciado, numa escala mais micro, nos centros urbanos mais populosos e economicamente mais dinâmicos, em particular, nas áreas mais discretas, sem grande exposição no espaço público e ocupando até lugares devolutos. Em quatro anos, numa análise que merece atualização, aprofundamento e trabalho empírico, estes grupos religiosos, tornam-se importantes atores imobiliários, ao instalarem-se em espaços centrais e comerciais das grandes

Quadro 6
Número de Locais de Culto, por Região, 2010

Confissões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
	n							
Testemunha de Jeová	19	14	31	4	10	3	3	84
Igreja de Maná	5	13	20	7	3		1	49
IURD			8					8
Igreja Mórmon	15	11	22	2	5	5	4	64
Total	39	38	81	13	18	8	8	205

Fonte: Adaptado de “Dinâmica social e religião” (pp. 69-129), de T. L. Monteiro, 2012. In “Identidades em Portugal. Ensaio Interdisciplinar”, A. Teixeira, Lisboa: Paulinas Editora.

Quadro 7

Número de Locais de Culto, por Região, 2014 (fevereiro)

Confissões	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
Testemunha de Jeová	146	131	156	59	29	15	17	553
Igreja de Maná	11	23	37	17	12		3	103
IURD	20	23	51	7	8	2	5	116
Igreja Mórmon	12	10	22	4	6	4	3	61
Total	189	187	266	87	55	21	28	833

Fonte: Elaboração própria⁸.

idades, mas também em concelhos limítrofes ou do interior do país.

Embora com uma proporção diferente, a identidade religiosa dos portugueses é também marcada pelos grupos religiosos não cristãos, como muçulmanos e judeus. O aumento progressivo da comunidade muçulmana no nosso país pode estar associado, nos primeiros anos, ao processo de descolonização, uma vez que implicou a vinda de muitos muçulmanos para Portugal, sobretudo oriundos da Guiné-Bissau e de Moçambique. Este aumento corresponde à tendência mundial de aumento da população muçulmana em particular no continente europeu (Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life, Global Religion Landscape, 2012b).

Sobressai ainda a categoria dos "outros não-cristãos" que representam, entre distintos grupos, os seguidores do hinduísmo e do budismo. Este grupo, apesar de representar apenas 8% no total das outras religiões, foi um dos que mais aumentou em número de seguidores, mostrando a diversidade e a influência dos movimentos emergentes espirituais (Quadro 5).

Estas alterações estruturais na geografia da identidade religiosa dos portugueses são confirmadas no relatório "Identidades Religiosas em Portugal: Representações, valores e práticas - 2011", realizado pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Cultural, da Universidade Católica Portuguesa e com o patrocínio da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP).

Neste relatório refere-se que, em 2011, 79.5% da população inquirida é católica, mas com tendência a diminuir, uma vez que, no ano de 1999, a percentagem era de 86.9% (Quadro 8). A mudança da identidade religiosa reflete-se no incremento da percentagem relativa de crentes de outras religiões,

em particular dos protestantes, onde se incluem os evangélicos.

Em termos comparativos, e considerando apenas a população crente com religião, os protestantes crescem 1.5 pontos percentuais e passam de 0.3% em 1999 para 2.8% em 2011. Os Testemunhas de Jeová, os outros cristãos e os fiéis de outras religiões não cristãs crescem também neste intervalo de onze anos (Quadro 9).

O estudo reflete ainda um crescimento da população sem religião, passando de 8.2% em 1999 e 14.2% em 2011 (Quadro 8). A população sem religião inclui as categorias de indiferente, agnóstico, ateu e crente sem religião. Segundo esta fonte, a população sem religião reúne identidades crentes de carácter mais difuso, mas também uma periferia, antes

Quadro 8

Categorias de Posição Religiosa, 1999 e 2011

Categorias de posição religiosa	1999	2011
	%	
Católico	86.9	79.5
Outra religião	2.7	5.7
Sem religião	8.2	14.2
NS/NR	2.2	0.6
Total	100.0	100.0

Fonte: UCP/CEP.

Quadro 9

Percentagem de Crentes com Religião, 1999 e 2011

Crentes com religião	1999	2011
	%	
Católico	97.0	93.3
Protestantes/Evangélicos	0.3	2.8
Testemunhas de Jeová	1.0	1.5
Outras Cristãs	1.5	1.6
Pertencentes a religiões não cristãs	0.2	0.8

Fonte: UCP/CEP.

⁸ Este levantamento foi feito com base na consulta dos sites de internet de cada grupo religioso em causa. A pesquisa foi elaborada em fevereiro de 2014. De referir que uma vez que não temos conhecimento da metodologia de cálculo adotada pela autora Teresa Líbano Monteiro, esta leitura poderá estar enviesada.

católica, cujos laços de pertença eram muito ténues. As razões que justificam este distanciamento em relação à religião centram-se na autonomia, na convicção ou no desinteresse da sociedade portuguesa pelas questões religiosas ou espirituais.

3. A população sem religião

O aumento da população que não professam qualquer religião, ou dos chamados ateus e agnósticos, é concordante com o atual panorama religioso europeu e até mundial, que mostra que é cada vez mais difícil a ligação das pessoas a grupos religiosos organizados, sendo que os grupos e as igrejas tendem a funcionar mais como uma referência cultural do que como uma experiência de comunhão religiosa vivida (Santos, 2000, p. 56). Ou seja, os portugueses passam a usufruir de um tipo de religião “à la carte” em substituição do “menu” oferecido pelas igrejas oficiais, com destaque para a Igreja Católica onde tudo parece estruturado numa hierarquia já muito enraizada no quotidiano dos portugueses (Jagodzinski & Dobbelaere, 1995, p. 81, 115, cit. em Vilaça, 1997, p. 43).

Porventura esta situação conduz ao que Stuart Hall (2005) e Amartya Sen (2007) identificam como identidades compósitas, sendo importante mostrar que a identidade religiosa não é única mas antes inevitavelmente plural ou composta por diferentes referências, que não se sobrepõem mas que se completam e densificam.

De facto, também segundo o INE, entre 2001 e 2011, a população sem religião aumenta de forma expressiva, passando de 342 mil para mais de 615

mil portugueses. Ou seja, no último período censitário, a população sem religião cresce 79.4%, com particular destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com variações na ordem dos 253.2% e 186.0%, respetivamente. No continente, as regiões que evidenciaram semelhante comportamento são o Norte, o Centro e o Algarve, com variações também superiores a 100% (Quadro 10).

No entanto, em termos percentuais, importa referir que o Algarve e Lisboa são as regiões portuguesas com uma maior proporção de ateus ou agnósticos. Em Lisboa, por exemplo, 12.5% da população residente não tem religião, um valor muito acima do valor de referência nacional (6.8%). Com percentagens superiores a 12% encontram-se os concelhos do Barreiro, de Almada, da Moita, de Palmela, de Lisboa, de Setúbal, de Oeiras, do Montijo e do Seixal. Destacam-se também os concelhos da região do Alentejo, como Grândola, Sines, Aljustrel, Castro Verde, Alpiarça e Vila do Bispo, com percentagens que ascendem aos 16%, comprovando a particularidade do contexto e das tradições inerentes à identidade religiosa da população alentejana (Figura 4).

4. Conclusões: está em curso a reconstrução das identidades religiosas em Portugal

No seguimento da análise geográfica da evolução e da distribuição da população inserida nos grupos religiosos minoritários, da população sem religião, constata-se existirem discrepâncias regionais em todo o território nacional. Na maioria das situações, estas disparidades estão alicerçadas nas

Quadro 10
Percentagens e Variação da População Sem Religião, por Região, 1981, 1991, 2001 e 2011

Zona Geográfica	População Sem Religião				Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	3.2	2.7	3.9	6.8	-11.1	52.0	79.4
Continente	3.4	2.8	4.1	7.1	-11.25	51.7	78.1
Norte	0.9	0.9	1.6	3.6	9.7	92.0	124.6
Centro	1.2	1.0	2.1	4.5	-38.9	198.8	114.4
Lisboa	7.4	5.1	8.2	12.5	-1.2	26.3	60.9
Alentejo	7.2	5.7	6.4	9.5	-45.1	57.9	46.5
Algarve	2.9	3.5	5.9	10.9	30.0	93.6	111.8
RA Açores	0.4	0.4	0.9	2.4	21.6	103.0	186.0
RA Madeira	0.4	0.4	0.8	2.5	2.4	93.9	253.2

Fonte: INE.

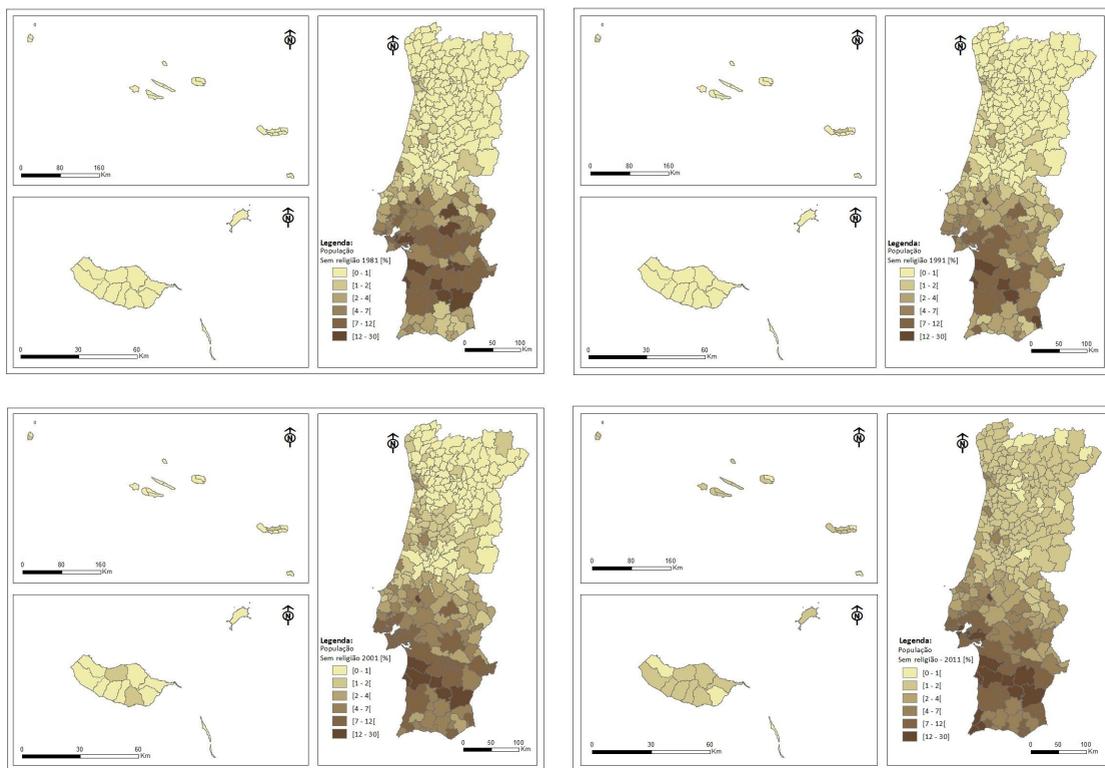


Figura 4
 Percentagem de população sem religião, por concelho, 1981, 1991, 2001, 2011.
 Fonte: INE.

dicotomias territoriais do nosso país, entre rural e urbano e entre litoral e interior, para além de outras fraturas naturalmente instituídas como a nacionalidade, etnia ou a condição social, entre outras. Ou seja, para além do que se conhece de forma imediata, existe no campo das identidades religiosas, uma complexa geometria variável que deve ser vista e lida em diferentes escalas geográficas.

Ainda que não se comungue da ideia de qualquer determinismo relacional direto, verificamos que os concelhos urbanos são os que apresentam uma maior percentagem de população inserida noutras religiões ou sem religião. Isto porque a sua distribuição reflete uma maior concentração nos polos de desenvolvimento e de dinamismo económico e cultural. São concelhos com maior percentagem de população estrangeira, onde se registam as maiores mobilidades de população residente, ou seja, uma maior dinâmica populacional, com a presença de uma população mais cosmopolita e com territorialidades mais amplas, associadas a redes mais externas e flexíveis. São também áreas mais secularizadas e, por isso mesmo, mais permeáveis e recetivas à diferença.

No entanto, a questão da população sem religião está, no caso português, associada a um legado histórico-político que condicionou a fidelização à Igreja Católica e até, de forma empírica, a uma atitude contra qualquer tipo de fidelização religiosa. Isto acontece no caso particular da população alentejana localizada em concelhos com uma maior proporção de ateus ou agnósticos. Na verdade o Alentejo foi, no nosso país e por razões muito particulares, o pioneiro na desintermediação religiosa que começou por motivos políticos, onde se contrariou a força da Igreja Católica, ou do próprio padre, que servia os poderes instalados, os latifundiários, a ditadura do século XX.

Em síntese, para compreendermos a reconfiguração do campo religioso português é necessário considerar e contextualizar as diferentes dinâmicas sociais que ocorreram no nosso país entre os séculos XX e XXI, sendo necessário que a geografia se associe a outras ciências como a antropologia, a sociologia, a etnografia e a filosofia, entre outras.

A transição do modelo demográfico e as mudanças na estrutura territorial, onde incluímos o

processo de urbanização e de terciarização da sociedade portuguesa, permitiram que Portugal alcançasse os modelos sociais dos países europeus mais desenvolvidos, em particular no campo dos valores, das mentalidades e dos comportamentos. Embora com disparidades espaciais, a melhoria das condições de vida, da prestação dos cuidados de saúde e da assistência social, a alteração do modelo familiar e dos estilos de vida, o envelhecimento da população, o aumento do protagonismo feminino em muitos contextos sociais, em particular os profissionais, académicos e científicos, a diversificação dos fluxos migratórios, incluindo o incremento da população estrangeira a residir no país mas também o recente aumento do número de imigrantes, a difusão dos meios de comunicação e a importância crescente dos media na relação entre as pessoas, em particular do acesso à internet e às redes sociais, são alguns dos motores da mudança social e demográfica no nosso país. Também em termos jurídicos, a reestruturação democrática dos quadros políticos, a assinatura da Concordata e a publicação da Lei da Liberdade Religiosa⁹ são algumas das mudanças que possibilitaram a difusão das minorias religiosas em Portugal e a integração dos portugueses num espaço mais vasto de partilha e de aceitação de outras experiências religiosas.

A sociedade portuguesa está consciente de que a religião deixou de ser exclusiva no modo de interpretar a realidade. Abandona uma visão tradicional da religião, com uma multiplicidade de interpretações do campo do sagrado e um enriquecimento do campo espiritual dos portugueses. Numa visão genérica, a sociedade portuguesa já não se circunscreve a uma “estrutura cerrada, legitimada pela tradição, estática nas suas crenças, unificada numa consciência comum” (Pais et al., 2001, p. 14).

No nosso país conjugam-se dois cenários. De um lado, persiste, em determinados quadrantes da

sociedade portuguesa, em particular entre os idosos, as mulheres, os estratos mais pobres e menos instruídos, concentrados na maioria dos meios rurais e nas regiões dos Açores, do Norte e do Centro do país, uma religiosidade católica tradicional muito vinculada (Pais et al., 2001). Do outro lado, há uma sociedade que se situa na vanguarda dos comportamentos e dos valores pós-modernos, a favor da diversidade e do pluralismo religioso, em especial concentrada nos eixos urbano-industriais mais dinâmicos do país.

Ou seja, de um lado encontram-se grande parte dos concelhos da Região Autónoma dos Açores e, no continente, um vasto conjunto de concelhos do interior ou fronteiriços, pertencentes às sub-regiões do Tâmega, do Douro, do Alto Trás-os-Montes, da Beira Interior Norte, da Serra da Estrela, do Pinhal Interior Sul, do Alto Alentejo e, ainda, alguns concelhos do interior da Serra Algarvia, que formam uma mancha geográfica onde persiste a hegemonia da Igreja Católica e a inexistência de um universo religioso diversificado. Do lado oposto, colocamos os concelhos densamente povoados do litoral, em particular os que estão inseridos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto ou então os que estão próximos destas zonas geográficas, como os concelhos das sub-regiões do Oeste, do Médio Tejo e do Alentejo Litoral. Também alguns concelhos do Algarve, junto à linha de costa, fazem parte da imagem de um país economicamente dinâmico, polarizador de recursos humanos e de atividades do setor terciário e na vanguarda das identidades religiosas, diversificadas e híbridas.

A mudança no campo da identidade religiosa dos portugueses acontece, de forma paralela, com abertura e aceitação da diferença mas também com a individualização, a autonomia e a emancipação da sociedade portuguesa, abrindo caminho para uma nova forma de pensar a religião e de enquadrar, no contexto nacional, um número alargado de movimentos religiosos cristãos e não cristãos. Os efeitos da desclericalização ou secularização conduziram à não uniformização confessional e à heterogeneidade das práticas e das vivências religiosas e espirituais da população portuguesa e, embora com valores menos expressivos que a população católica, começam a moldar a imagem de um Portugal tradicional.

Não se verifica uma harmonização dos comportamentos e das atitudes e, nesta medida, a questão da religião católica, apesar de continuar a ter peso histórico na sociedade portuguesa, é acompanhada de outras forças que orientam o modo de ser e de estar dos portugueses. Isto significa que, mesmo que a população se assuma como católica, há algum

⁹ Consideramos que o aumento das minorias religiosas está relacionado com a Lei da Liberdade Religiosa, publicada em 2001, e a assinatura da nova Concordata assinada entre o Estado Português e a Santa Sé, em 2004. Estes momentos políticos, jurídicos e institucionais representam a separação entre o Estado e as Confissões Religiosas, a definição de um Estado não-confessional, que não adota uma religião oficial e não se pronuncia sobre questões religiosas, não programa a educação ou a cultura segundo diretrizes confessionais. Para os grupos religiosos estabelecidos em Portugal há mais de 30 anos ou para os outros grupos reconhecidos internacionalmente há mais de 60 anos, a Lei da Liberdade Religiosa atribuiu os mesmos benefícios que foram concedidos à Igreja Católica, tais como, entre outros, o reconhecimento do casamento e de outros ritos. Foi também permitido que cada religião negociasse o seu próprio acordo com o Governo. A partir desta lei, foi ainda criada, dentro do Ministério da Justiça, uma comissão consultiva independente para monitorizar a sua implementação, comissão essa que se mantém até aos nossos dias. Ora, havendo um enquadramento jurídico para grande parte dos grupos minoritários, o início do século XXI foi marcado pela crescente diversidade do campo religioso.

desfasamento quanto à prática religiosa e quanto à sua postura relativamente a questões sociais, sexuais ou bioéticas. No ano de 2007, foi realizado em Portugal um segundo referendo relativo à interrupção voluntária da gravidez, tendo sido despenalizada, nesta data, até às 10 semanas de gestação, independentemente dos motivos. Mais tarde, em 2010, entrou em vigor a lei que autoriza o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o que torna Portugal no oitavo país do mundo a realizar em todo o território nacional este tipo de união. Também entre 2013 foi alterada e republicada a lei sobre a coadocção por casais do mesmo sexo, casados ou em união de facto e, uns anos mais tarde, em 2017 foi alterada e republicada a lei relativa à procriação medicamente assistida. Estes são alguns dos momentos que marcam, de forma decisiva, o enfraquecimento do peso da matriz católica na definição dos valores éticos e morais da sociedade portuguesa.

Superou-se, de forma progressiva, a dependência religiosa na Igreja Católica, alterando a visão tradicional de que a identidade portuguesa é apenas composta por um grupo religioso maioritário que, durante muitos anos da história do país, foi o suporte da hegemonia política do Estado Novo e uma forma de integração sociopolítica. Em Portugal, está em curso a reconstrução da identidade religiosa que, no nosso entender, começou com a separação de poderes entre a Igreja e o Estado Português e com a conquista, por parte dos grupos minoritários, de um enquadramento jurídico mais definido e igualitário.

Bibliografia:

- Azevedo, C. M., (Dir.), Ferreira, A. M. (Coord.), Santos, L. A., Clemente, M. (Coord.), Gonçalves, N. S., & Fontes, P. F. O. (2002). *História Religiosa de Portugal - Vol. III: Religião e Secularização*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida* (trad. Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Ferrão, J. (2005). População e Território. In C. A. Medeiros (Dir.), T. Barata Salgueiro, & J. Ferrão (Coord.), *Geografia de Portugal II. Sociedade, Paisagem e Cidades* (pp. 50-71). Mem Martins: Círculo Leitores.
- Franca, M. (2016). *A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso da diocese de Coimbra* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (trad. Raul Fiker). São Paulo: Ed. UNESP.
- Hall, S. (2005). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (trad. Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Martin, J. (2005) Identity. In D. Atkinson, P. Jackson, D. Sibley, & N. Washbourne (Eds.), *Cultural Geography. A critical dictionary of key concepts* (pp. 97-102). London: I.B. Tauris.
- Monteiro, T. L. (2012). Dinâmica social e religião. In A. Teixeira (Org.), *Identidades em Portugal. Ensaio Interdisciplinar* (pp. 69-129). Lisboa: Paulinas Editora.
- Pais, J. M., Cabral, M. V., & Vala, J. (2001). *Religião e Bioética. Atitudes Sociais dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, A. (2013). *Identidades Incertas. Uma Perspetiva Antropológica da Anomia Identitária*. Lisboa: Edições Colibri e C.M. do Alandroal.
- Santos, L. A. (2000). O Protestantismo em Portugal (século XIX e XX): Linhas de força da sua história e historiografia. *Lusitânia Sacra*, 12, 37-64.
- Sen, A. (2007). *Identidade e Violência. A ilusão do destino* (trad. Maria José de la Fuente). Lisboa: Tinta da China.
- Teixeira, A. (2012a). *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas - 2011*. Lisboa: UCP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião & Centro de Estudos de Religiões e Cultural.
- Teixeira, A. (2012b). *Identidades Religiosas em Portugal. Ensaio Interdisciplinar*. Lisboa: Paulinas Editora.
- Teixeira, A. (2017). Da Paróquia territorial à comunidade transterritorial. In J. E. Franco & J. C. S. Pereira (Dir.), *Portugal Católico. A beleza da diversidade* (pp. 125-127). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vilaça, H. (1997). Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras*, 7, 31-51.
- Vilaça, H. (1999). Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal. *Lusotopie*, 6, 277-289.
- Vilaça, H. (2006). *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

Fontes Estatísticas

- Instituto Nacional de Estatística (1981). *Censos 1981: XII Recenseamento Geral da População: II Recenseamento Geral da Habitação*. Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_censos_publicacoes&xpid=CENSOS
- Instituto Nacional de Estatística (1991). *Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População: III Recenseamento*

- Geral da Habitação 1991 - resultados definitivos.* Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_censos_publicacoes&xpid=CENSOS
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação 2001 - resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores.* Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População: V Recenseamento Geral da Habitação 2011, resultados definitivos - Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores.* Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacoes
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2009.* Disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=249380348&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística (2011, dezembro 17). *A População Estrangeira em Portugal 2011 [Destaque à Comunicação Social].* Disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística (2013, julho 2). *Retrato Territorial de Portugal 2011 [Destaque à Comunicação Social].* Disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=161525750&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística (2014, junho 30). *Inquérito à Fecundidade 2013 [Destaque à Comunicação Social].* Disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=218666495&att_display=n&att_download=y
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life (2012). *Global Religion Landscape, A Report on the Size and Distribution of the World's Major Religious Groups as of 2010.* Disponível em <https://www.bc.edu/content/dam/files/centers/jesinst/pdf/Grim-globalReligion-full.pdf>
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life (2012a). *Report: Faith on the Move - The Religious Affiliation of International Migrants.* Disponível em <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2012/03/Faithonthemove.pdf>
- Pew Research Center's Forum on Religion & Public Life (2014b). *Report: Global Religious Diversity: Half of the Most Religiously Diverse Countries are in Asia-Pacific Region.* Disponível em <http://assets.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/11/2014/04/Religious-Diversity-full-report.pdf>
- Vaticano (2016). *Anuário Estatístico da Igreja.*

A paisagem enquanto produto turístico e património natural e cultural. O caso da Serra da Estrela

The landscape as a tourist product and natural and cultural heritage. The case of Serra da Estrela

Carlos Costa

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território-CEGOT, Portugal
CAFCosta@portugalmail.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4091-1795>

Norberto Santos

Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território-CEGOT, Portugal
norgeo@ci.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1752-9990>

Resumo:

O aproveitamento dos recursos endógenos, competitivos por força do aproveitamento das suas vantagens comparativas, assume-se como o pilar de desenvolvimento das regiões de baixas densidades, demográfica, económica e socialmente falando. Daí que entender a patrimonialização dos espaços naturais seja fundamental para a valorização da sustentabilidade contribuindo, simultaneamente, para estancar ou reduzir o processo de despovoamento do interior.

A região da Serra da Estrela, enquanto espaço de montanha, encontra-se, no seu todo, associada ao geoturismo, ao turismo aventura e à valorização das identidades e autenticidades resultantes de funcionar como espaço de refúgio e santuário, através da apreciação da sua dimensão territorial e da diversidade morfológica, ecológica e ambiental. Neste sentido, este texto procura identificar as características do território e competências organizativas capazes de permitir à atividade turística criar condições para afirmar o turismo como modo de alavancagem económica e social e determinante para o impacto que o planeamento e uma correta gestão dos recursos ambientais e paisagísticos podem ter no processo de transformação económica e social da Serra da Estrela.

O estudo aqui apresentado baseia-se na utilização de um modelo de investigação assente na técnica Delphi, tendo-se constituído, para esse efeito, um painel de especialistas convidados que, direta ou indiretamente, se encontram ligados à atividade do turismo no território em análise. Do estudo resultou a identificação dos recursos mais atrativos, transformações ocorridas, produtos e medidas estratégicas de intervenção a desenvolver no território da Serra da Estrela e respetiva gestão enquanto destino turístico.

Palavras-chave: recursos ambientais e paisagísticos, atrações turísticas, turismo da natureza, técnica Delphi, Serra da Estrela

Abstract:

The exploitation of the endogenous resources, competitive by virtue of the use of their comparative advantages, is assumed as the pillar of development of low density regions, demographically, economically and socially speaking. Hence, understanding the patrimonialization of the natural spaces is fundamental for the valorization of sustainability, contributing, simultaneously, to stagnate or reduce the process of depopulation of the interior.

The Serra da Estrela region, as a mountain area, is associated, in its entirety, with geotourism, adventure tourism and the valorization of identities and authenticity resulting from functioning as a place of refuge and sanctuary, through the appreciation of its dimension territorial diversity and morphological, ecological and environmental diversity. In this sense, this text seeks to identify the characteristics of the territory and organizational skills capable of enabling tourism to create conditions to affirm itself as a way of economic and social leverage and determinant for the impact that the planning and proper management of environmental and landscape resources may have in the process of economic and social transformation of Serra da Estrela.

The study presented here is based on the use of a research model based on the Delphi technique, and a panel of invited experts was created for this purpose, who are directly or indirectly involved in tourism activity

in the territory under analysis . The study resulted in the identification of the most attractive resources, transformations, products and strategic intervention measures to be developed in the territory of Serra da Estrela and its management as a tourist destination.

Keywords: environmental and landscape resources, tourist attractions, nature tourism, Delphi technique, Serra da Estrela

1. O espaço, o lugar e a paisagem enquanto ativos turísticos

Revela-se importante estabelecer, pela sua dinâmica, uma relação entre a atividade turística e os territórios onde se desenvolve. Ao assumir-se como um fenómeno que obriga à deslocação de pessoas no território, o turismo apresenta-se cada vez mais valorizado, porque promove e desenvolve novos desafios, projetos e mais-valias de ordem económica, social, cultural e política. O turismo tem vindo a ganhar novos formatos e a atingir cada vez mais pessoas, assumindo-se, fundamentalmente, como uma prática de lazer, com pendor socio espacial e económico. Na introdução da obra de Beni (2012) “Turismo - Planeamento Estratégico e Capacidade de Gestão”, Sarti e Queiroz (2012) defendem que a pesquisa produzida a partir dessa relação de colaboração e da compreensão das extensões social, política, económica, psicológica e afetivas relativas ao turismo se tem apoiado sobremaneira nos conceitos da geografia, designadamente o espaço, o território, a paisagem e a região, que podem ser vistos, em diversas situações, como atrações turísticas. Do ponto de vista analítico, estes conceitos de estruturação dos lugares e das relações entre eles, definem as especificidades integrantes de uma determinada área e ajudam a demarcar os limites territoriais. A área espacial dos territórios cria identidades, homogeneidades e heterogeneidades, que se expressam através da paisagem daí resultante, assume-se como expressão dos ativos qualificadores e diferenciadores dos destinos turísticos.

O conceito de paisagem, numa lógica de recurso turístico (Krippendorf, 1975; Lew, 1994; López, 1998), pode ser analisado conjuntamente com o de lugar, uma vez que são os objetos e os fluxos de variada ordem que constituem a paisagem, que vão facultar-lhe a peculiaridade de lugar. A atividade turística pode ser enquadrada nesta perspetiva quando recorre aos elementos materiais/construídos/equipamentos (componente fixa) e aos processos espaciais de mobilidade (componente móvel, fluxos detetáveis). Naturalmente, não pode ser esquecida a componente histórica da afirmação da atividade do turismo, revelando-se fundamental reconhecer no espaço geográfico o legado, a herança existente, as transfor-

mações efetuadas pelos agentes, *players* e *stakeholders*, dos quais o turismo se constitui como parte integrante, daí resultando a continuada sobreposição de camadas de história, responsáveis pela diversidade, pela identidade e, muitas vezes, pela autenticidade que lhes está ou é associada. É o investimento turístico ou a intervenção com o intuito de criar produtos ou elementos de oferta turística que promove novas funções e recria formas antigas, contribui para a construção de novos equipamentos, com funções específicas.

O turismo tem-se vindo a afirmar como uma das mais interessantes formas de valorização do território (unidade ou conjunto de paisagens homogêneas ou heterogêneas). Estas abrangem espaços tão distintos como: as que se caracterizam pelas baixas densidades ou ausência de povoamento; as áreas de reserva ecológica que, numa lógica de complementaridade, aproveitam as suas condições naturais para aumentarem e melhorar a qualidade de vida dos autóctones, com base na prática da atividade turística; e, ainda, as grandes cidades densamente povoadas e funcionalizadas. Podemos, pois, associar o conceito de lugar, a sua interpretação e a sua representação à forma da paisagem (cultural e natural), de modo a perceber a complexidade intrínseca ao processo de apropriação do território, que se transforma em fonte de renda e exploração, seja pela iniciativa pública ou pela privada, processo simultaneamente simples, o que constitui parte do seu charme e encanto, e complicado (Cresswell, 2004).

O lugar está em toda a parte, o que o torna diferente de outros termos geográficos como o território, que se anuncia como um termo especializado, ou a paisagem que não é uma palavra que permeia através dos nossos encontros quotidianos. O que é então este lugar? Para Cresswell (2004), todos os acontecimentos passados, por nós vividos, têm uma “história” e encontram-se associados a espaços.

“A estratégia mais comum é fazer com que o espaço possa dizer algo sobre nós, transformando-se, assim, o espaço num lugar. No nosso lugar. O que torna, então, os espaços em lugares? A resposta é que que todos estes espaços têm um significado ou efeito significativo. São espaços a que as pessoas se encontram ligadas, de uma forma ou de outra. Esta é a

definição mais simples e comum de um lugar - uma localização com significado". (Cresswell, 2004, p. 7)

"Um lugar significa muito mais que o sentido estritamente geográfico da sua localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança" (Relph, 1976, p. 156).

Para se objetivar o conceito de lugar importa, antes de mais, compreender que se trata de uma relação humana com aquilo que se lhe encontra mais próximo, com o básico. "Implica uma relação de proximidade, estar perto de outra pessoa, onde se depende mais de segurança emocional e material mais do que dos factos não-humanos" (Grickson, 1969 cit. em Tuan, 1974, p. 445). "O significado primário de 'lugar' assume-se como uma posição na sociedade e não a compreensão mais abstrata de localização no espaço" (Green, 1968, p.173 cit. em Tuan, 1974, p. 445). Aliás, na mesma linha de pensamento, Sorokin (1964) defende que a localização espacial altera-se a partir da posição na sociedade e não o contrário. Nesta abordagem, as pessoas são compreendidas pelas características dos seus estilos de vida e pelas posições que ocupam socialmente. Enquanto o estilo de vida se apresenta como um conceito generalista, onde se procura perceber que tipo de vestuário e alimentação são mais comuns ou diferenciados, quais os trabalhos e lugares mais apetecíveis ou repulsivos, o conceito de lugar apresenta-se mais complexo. Lugar é algo mais do que localização, do que o índice espacial no *status* individual, representa um conjunto único de características que merece ser estudado em toda a sua plenitude, definindo classes sócio espaciais (Reynaud, 1981). Num sentido próximo, associado a pertença e proximidade sociocultural, Tuan (1974) afirma que o significado do lugar tem a ver com espírito e personalidade. A chave para o significado do lugar reside nas expressões que as pessoas usam quando lhes querem dar um sentido, transportando uma grande carga emocional daquilo que é o local.

Pode falar-se do "espírito", da "personalidade" mas, também, do "sentido" de lugar (Tuan, 1974), todavia, este último possui características muito próprias. "As pessoas demonstram o seu sentido de lugar quando aplicam o discernimento moral e estético sobre sítios e locais" (Tuan, 1974, p. 446), tendo por base dois significados. Um deles é visual ou estético; os olhos precisam ser treinados para que se possa discernir a beleza onde ela existe; por outro lado, lugares bonitos precisam ser criados para agradar aos olhos. Outro significado, com uma maior sensibi-

lidade de perceção, compreende os lugares como locais que têm uma interpretação comparativa e funcionam como âncora para a vivência mundo dos que sentem a sua pertença ao lugar, àquele lugar. "O sentido de lugar nunca se apresenta mais apurado do que, provavelmente, quando se está com saudades de casa, e só se pode estar com saudades de casa quando já não se está em casa" (Tuan, 1974, p. 453), permitindo, aqui, dar relevância ao sistema turístico, com especial sublinhado na origem, no destino e na viagem turísticos, enquanto agregado de interpretação socioeconómica.

Então, os espaços têm áreas e volumes, enquanto os lugares têm espaços entre eles. Tuan (1977) associou o espaço ao movimento e o lugar às pausas - paragens ao longo do caminho (Cresswell, 2004) ou estações, segundo Hagerstrand. No mesmo sentido, Santos e Gama, (2011) explicitam que:

Território e lugar designam espaços sociais de sentidos diferentes: diferença e convergência. Território e lugar aparecem muitas vezes associados, mesmo indiferenciados. Consideramos o território como um espaço socializado em que se expressa uma apropriação e, mesmo, uma dominação. O território é, pois, um espaço (social) dominado, apropriado, que se manifesta a diversas escalas, que vão desde as da vida quotidiana até ao espaço mundo, passando necessariamente pelo Estado. (p. 273)

De acordo com os autores, o espaço sofre mutações, transforma-se em lugar à medida que adquire significação como expressão de identidade.

Tuan (1970) dá ao lugar a dimensão estética, associada à visão, mas também à audição, ao olfato, ao tato e ao paladar, que diferentemente da visão, requerem proximidade e associações duradouras com o ambiente. Tuan (1970) acrescenta-lhe, ainda, as dimensões de intimidade, onde encontramos o carinho e a atenção, e de permanência, porque as coisas e os objetos são resistentes ao tempo, funcionando como âncoras que a memória consolida. (Connerton, 1993, cit. em Santos & Gama, 2011, p. 274)

O que começa como espaço indiferenciado, isento de relações afetivas, torna-se lugar à medida que o conhecemos melhor e neste ensejo o turismo ganha crescente representatividade.

As ideias "espaço" e "lugar" exigem-se mutuamente por definição. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da abertura, liberdade e ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos o espaço como o que permite o movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento faz com que seja possível para o local ser transformado em

lugar. (Tuan 1977, p. 6)

Ao assumir-se como um bem de consumo, a paisagem passa a constituir-se como terreno fértil para a espetacularização da atividade turística, podendo conjugar duas vertentes distintas para esse fim: o aproveitamento das condições naturais que o território proporciona e as novas formas e funções obtidas através da intervenção humana, com fins turísticos. Perceber o turismo e os turistas é também compreender o território e perceber a viagem como o modo de conseguir um portefólio de lugares.

2. Turistas, seus diferentes tipos e suas transformações recentes

O turista é o elemento central do turismo e a viagem a sua concretização. Todavia, sabemos que as motivações dos turistas, característica fundamental para a tomada de decisão sobre destinos, produtos e atrações turísticas são tão diversas quanto sobrepostas, tão específicas quanto associadas a situações de multiatração. Importa, por isso, identificar quais as motivações dos turistas sabendo que o turismo de massas e o turismo alternativo e/ou de nicho podem estar presentes numa mesma pessoa, em tempos e espaços diferentes, e terem orientações estratégicas conjugadas (Clarke, 1997; Costa & Santos, 2016). Pode afirmar-se, numa perspectiva económica, que esta divisão se encontra relacionada com o volume de turistas a que cada modalidade pretende dar resposta. Todavia, esta terminologia tem sido igualmente empregue para classificar o padrão de gastos efetuados por cada tipologia de turista. Segundo Ignarra (2003, p. 18), “turismo individualizado seria praticado por aqueles que consomem mais e de forma mais seletiva e o turismo de massa seria mais económico e mais coletivo”. Apesar de controverso, este princípio aponta para as tendências de consumo dos turistas em função do rendimento disponível e disponibilidade para o consumo. Segundo Ignarra (2003), o turismo individualizado é menos sensível à poupança, procura destinos mais exóticos, distantes e meios de transporte mais confortáveis. De outro modo, no turismo massificado os turistas procuram destinos mais próximos, viagens mais curtas, com recurso aos ‘pacotes’ facultados pelas agências de viagens, que os instala no destino em hotéis mais económicos. O autor não enquadra, nesta categoria o turismo tipo *backpacker*, uma vez que este tipo de turista opta por deixar de lado a tríplice agente-hotéis-atrativos populares. O *backpacker* procura um novo modo de interagir com os locais de destino, socializando com a comunidade, na procura de uma

interação cultural e de intercâmbio de usos, costumes e tradições.

Outras abordagens emergiram e Cohen (1972), por exemplo, centrou a sua definição na ideia de expectativa de prazer: “um viajante temporário voluntário, viajando pela experiência do prazer da novidade e trocando experiências num tempo relativamente longo e não-recorrente de ida e volta.” (Cohen, 1972, p. 533). De acordo com o autor o turista anseia por experiências que lhe tragam a novidade, constituindo-se esse sentido de novidade o que mais atrai o turista. É sustentado nesta procura que a deslocação do turista se realiza com o fito de satisfazer os seus desejos, sejam eles associados à novidade, à fantasia ou à semelhança. Nesta sua abordagem Cohen distancia-se da definição de turista até então generalizada. Isola as dimensões características do fenómeno turístico e constrói uma ‘árvore concetual’ capaz de identificar e diferenciar, cumulativamente, tipos de turistas marginais, indo além do conceito de prática de turismo até aí vigente a dos turistas e veranistas (*sightseer e vacationer*). Cohen (1972) tomou por base a relação dos turistas com a tipologia das comunidades receptoras, classificou-os como:

1. Viajantes não institucionalizados: a) Turista tipo *Drifter* e b) Turista tipo “explorador”; 2. Viajantes institucionalizados que procuram os seus destinos através de agências de viagens, podendo dividir-se em: a) Turismo de massa individual e b) Turismo de massa organizado. Em nossa opinião, importa introduzir, aqui, a modalidade de turismo não massificado TER/Nicho no item viajantes institucionalizados, porventura não considerado por Cohen (1972) devido à época em que formulou a sua classificação¹.

A compreensão que é possível ter do turismo tem-se apresentado evolutiva, de tal modo que podemos falar, atualmente, de um “novo” turismo em confronto com o “velho” turismo, segundo Poon (1993). O velho turismo (*old tourism*) caracterizava-se por se apresentar como uma prática de consumo massificado, uma monocultura turística, baseado fundamentalmente, num turismo dos 3 “S” (*Sun, Sea, Sand*). Este modelo, que se mantém desde meados do século passado, apresenta-se insustentável por quatro razões de força maior, de acordo com Poon (1993): (i) não foi capaz de garantir a conservação dos sistemas naturais nem do uso racional dos recursos naturais; (ii) acentuou o processo de crescimento em claro prejuízo dos aspetos qualitativos associados; (iii) não foi equitativo na distribuição dos dividendos

¹ Esta categoria específica de turismo será analisada adiante, no decurso deste trabalho, enquanto prática de um “novo” turismo.

do desenvolvimento turístico e (iv) não foi capaz de integrar o território e suas singularidades na oferta turística, fomentando a homogeneização e a consequente descaracterização dos destinos turísticos.

Os velhos turistas (*old tourists*), no entendimento de Poon (1993), eram turistas homogêneos nas suas características e previsíveis no seu comportamento, gostando de se sentir seguros quando viajam em “massa”. Pelo contrário, os novos turistas (*new tourists*) caracterizam-se por serem mais sofisticados e exigentes, fugindo do turismo massificado através da procura de novos destinos e produtos turísticos, encontrando-se mais sensibilizados para as questões ambientais. Este novo modelo, onde aos anteriores 3 “S” são contrapostos os 3 “L” (*Landscape, Leisure, Learning*), muito no sentido do legado de Dumazedier (1962) (Descanso, divertimento e desenvolvimento) permite-nos constatar uma alteração significativa no comportamento dos turistas e nas estratégias turísticas (Poon, 1993), face às suas preferências, conforme se pode verificar no Quadro 1:

Com este novo movimento o turismo passou a estar ligado a outras formas alternativas de atividade turística, como a natureza, a aventura, a descoberta, o diferente e o criativo. Assim, o turismo alternativo assume-se como uma das principais mudanças em relação à conceção massificada, quer como oposição, quer como complementaridade. Este novo enquadramento tem permitido que um cada vez maior número de pessoas procure alcançar a satisfação através momentos de evasão, emoção e experiência como forma de compensar as pressões físicas, sociais, culturais, familiares e profissionais provocadas pela vida quotidiana. O lazer e o turismo, mais do que nunca, assumem-se como espaços de evasão. Segundo Tuan (1974) “O turista, alguns turistas pelo menos, procuram na viagem a referência antropológica, o espírito do lugar, o sentido do lugar através de

experiências e vivências” (cit. em Santos, 2011, p. 325).

Para Cravidão (2014) os mercados do novo turismo criam novas ofertas em ‘velhos’ territórios a públicos dirigidos, personalizando os consumos, valorizando, deste modo, o que os ‘novos’ turistas pretendem encontrar. O novo turista é um indivíduo mais informado e com maior consciência de cidadania, capaz de estabelecer novas relações com o território. Procuram novas experiências em novos lugares e o território continua a ser o suporte dinâmico destes processos, como se percebe em Cravidão (2014):

Tal como sempre sucedeu. Isto é, a história longa da atividade turística e de lazer, mostra que o território tem encontrado sempre capacidade de responder. Adapta-se. Agora, por via das novas tecnologias, do *marketing* e dos novos perfis de turistas, encontra novas respostas para novas procuras. (Re) inventam-se percursos, (re) constroem-se imagens há muito perdidas. Dá-se novos usos a velhos espaços. Com outras práticas. Outros tempos de ocupação. Visitas mais curtas. Novas formas de fruição. Tudo se adapta. (p. 64)

Já em 1989, Smith especificou uma classificação sustentada no número de turistas que procuram um destino, em função das suas expectativas e do seu grau de adaptação às normas locais. No âmbito dos seus trabalhos, Smith (1989, pp. 11-17; 1992, pp. 32-37) procedeu a uma análise das características dos turistas sustentada no cruzamento dos dados referentes à sua tipologia, número nas áreas de destino e suas expectativas e obteve as seguintes correspondências: a) Explorador: é um tipo de turista que procura descobrir e interagir com os anfitriões, aceitando as normas locais, não modificando o lugar de acolhimento com a sua presença; b) Elite: é um turista que procuram destinos pouco comuns e vivem representações nativas previamente organizadas, compartilhando as dietas e as “incomodidades” próprias dos locais de destino; c) Excêntrico: é um turista que busca emoções e riscos controlados, em viagens à margem dos circuitos turísticos tradicionais. Procura efetuar as suas atividades longe das multidões, sendo o impacto das suas atividades turísticas praticamente nulo, pela relativa facilidade de adaptação às condições locais; d) Incomum: é um turista que prefere visitar lugares ou áreas isoladas sem, contudo, as explorar. Revela uma atitude contemplativa; e) Massa incipiente: este turista procura a comodidade e a autenticidade em viagens individuais ou em pequenos grupos. São caracterizados pelo seu fluxo constante e uma forte procura de

Quadro 1

“Velho” Turista vs “Novo” Turista

“Velho” turista	“Novo” turista
Procura o Sol	Procura uma nova experiência
Segue as massas (turismo de massas)	Quer ter o controlo
De passagem pelo destino	Vê e aproveita, sem destruir
Apenas para mostrar que viajou	Apenas pela diversão da viagem
Valoriza-se o “Ter”	Valoriza-se o “Ser”
Superioridade	Compreensão
Gosto pelas atrações	Gosto pelo desporto
Precavido	Aventureiro
Come no hotel	Experimenta as comidas locais
Homogêneo	Híbrido

Fonte: Adaptado de Poon (1993).

bens e serviços; f) Massa: este tipo de turismo caracteriza-se por um fluxo constante e contínuo de visitantes, proporcionando às áreas de destino escolhidas a sua maior fonte de receitas. As relações que estabelecem com os residentes são estritamente comerciais e são os responsáveis por grandes impactos sobre os cenários locais; e g) Voo *charter*: este é um turismo massificado onde os turistas procuram um ambiente que lhes seja familiar, com um clima favorável, e não muito dispendioso. Tudo é previamente organizado, em grupos identificados, com horários controlados e transportes conjuntos. É um tipo de turismo tipificado (“viagem enlatada”), sustentado na homogeneização e standardização dos serviços turísticos prestados.

Podemos observar, na Figura 1, o articulado das características supramencionadas.

Mais tarde, Smith (1996) avançou com a definição de um novo conceito de “turismo indígena” identificando-o como sendo o turismo dos quatro “h” (*habitat, heritage, history, handicraft*) cuja aplica-



Figura 1
Tipo de turistas, número e grau de adaptação ao local de destino.
Fonte: Adaptado de Valene Smith (1989, 1992).

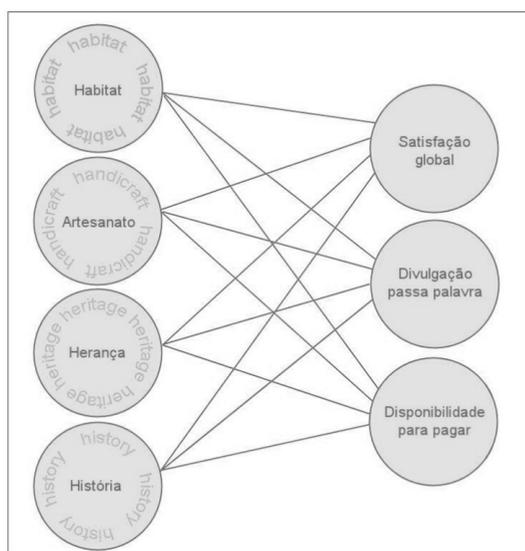


Figura 2
Esquema de relacionamento para cada um dos “h’s”.
Fonte: Adaptado de Johansen & Mehmetoglu (2011).

bilidade pode ser constatada, por exemplo, no estudo realizado em 2010, em *Riddu Riddu - the Sea*, Noruega, por Mehmet Mehmetoglu (*Lillehammer University College*) e Tore Einar Johansen (*Harstad University College*) verificável na Figura 2 e que vai ao encontro das propostas de Dumazedier (1962) e Poon (1993), acima referidas.

O turismo é um encontro entre culturas e sistemas sociais que provoca mudanças (Smith, 1992). Mas, ao contrário de outros tipos de viagens e deslocamentos, como por exemplo as migrações, o turismo é uma deslocação voluntária na procura de algo - não estritamente material. Smith (1992), assente nesta perspetiva, que compreende o turismo como sistema, considera o turismo como o conjunto de transações que estabelecem compromissos entre anfitriões e convidados, e as consequências das mesmas. Percebendo-se o nível de subjetividade da abordagem tipológica dos turistas Plog (1989) apresentou uma proposta alicerçada no perfil pessoal de cada turista (Figura 3).

Plog (1973) na sua proposta de classificação dos turistas coloca a tónica na sua personalidade. Foi com base numa série de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos da América que concluiu que os turistas se distribuem num espetro que vai desde o psicocentrismo até ao alocentrismo, que são os extremos da curva, que tem o seu ponto mais relevante no mesocentrismo, situado a meia distância entre os extremos, ocupando o lugar central².

Para o autor, o turista alocêntrico tem como motivação a aprendizagem de coisas novas, vivenciar culturas e costumes exóticos. Este é um tipo de turista que aprecia o encontro e a interação com outras culturas, ávidos de uma sensação de descoberta. O turismo torna-se, para eles, uma forma de

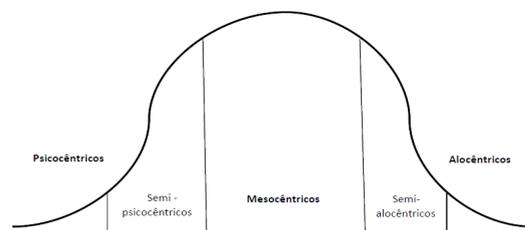


Figura 3
Perfil psicográfico dos turistas.
Fonte: Adaptado de Plog (1973).

² Etimologicamente a palavra aloccêntrico encontra a sua origem em allo, que significa variado na sua forma (“formas variadas”), e respeita a alguém que valoriza atitudes variadas, que aprecia o inesperado. Já a palavra psicocêntrico resulta da palavra psyche, que significa “si mesmo”, para retratar uma pessoa com um grande nível de inibição e, por essa razão, menos propenso para a aventura. Indivíduos preocupados com os pequenos problemas da vida.

expressar e satisfazer a sua curiosidade. Já os turistas psicocêntricos privilegiam uma aprendizagem de coisas novas em ambientes mais seguros, controlados e previsíveis. Este tipo de turistas também almejam experimentar situações novas, mas de forma a sentirem-se mais protegidos. Todavia, nem todos os turistas encontram enquadramento numa destas categorias. Porventura a sua grande maioria encontra-se entre as duas, os mesocêntricos, situação resultante da verificação de características aloécnicas e psicocéntricas em proporções equilibradas. Podem, ainda, considerar-se, em termos de subdivisão, os semialocéntricos ou semipsicocéntricos consoante o grau de orientação da personalidade do turista em qualquer dos sentidos.

Foram, então, definidas as categorias: a) aloécnicos, cujas viagens possuem motivos educacionais e culturais, políticos ou de divertimentos dispendiosos, como é o caso dos jogos de sorte e azar, e viajam, por norma, individualmente; b) quase aloécnicos: são turistas que efetuam a sua viagem com motivações desportivas, religiosas, profissionais e culturais; c) Mesocéntricos: são turistas que efetuam a sua deslocação motivados pela procura do descanso, para relaxar, quebra da sua rotina quotidiana, aventuras sexuais e gastronómicas, e tratamento de saúde; d) quase psicocéntricos: viajam em busca de *status* social; e e) psicocéntricos: são turistas que são influenciados pelas campanhas publicitárias. Esta teoria encontra-se centrada nas diferenças de personalidade e nas motivações que levam o turista a efetuar a viagem do que os fatores externos que o possam atrair. Por esta razão o perfil do turista constitui-se como ferramenta a considerar para a definição das políticas de *marketing* e da qualificação da oferta.

3. Fatores explicativos do novo comportamento dos turistas

Existem outras abordagens capazes de estudar o comportamento do consumidor em turismo, designadamente através da inclusão de outras condições que vão para além das circunstâncias motivacionais anteriormente descritas. A inclusão de outros fatores explicativos para o comportamento do consumidor em turismo conduz-nos ao modelo "*push and pull*" (Uysal & Hagan, 1993), a que Lau e McKercher (2006) juntam fatores temporais, associados ao tempo de permanência e às características da viagem.

As motivações turísticas são caracterizadas principalmente pelo desejo de escapar (Burton, 1995, Crompton, 1979, Fodness, 1994, Graburn, 2001, Oh

et al. 2007, cit. em Cutler & Carmichael, 2010, p. 11). Contudo, esta ideia constitui-se apenas como um dos fatores. Andersen, Prentice e Watanabe (2000) resumem a pesquisa das motivações turísticas, à discussão dos fatores *push* e *pull* de Crompton. Os fatores *push* são as motivações que proporcionam as razões para sair de casa como, por exemplo, a fuga da rotina diária ou alívio de *stress* no trabalho. Os fatores *pull* são aqueles que vêm dos destinos, tais como imagens das paisagens, atividades oferecidas e possíveis benefícios pessoais disponíveis que podem satisfazer os motivos *push* (Burton, 1995).

Cohen (1979) alega, no entanto, que, embora as motivações possam ser as razões por que as pessoas viajam, eles não explicam totalmente a experiência turística. No entanto, são os fatores *push* apresentando-se capazes de impulsionar o consumidor turístico para a materialização do seu intento de viajar, envolvendo outras variáveis para além daquelas que se constituem como motivações psicológicas. Os fatores *pull* estabelecem uma relação direta com os destinos turísticos, uma vez que se encontram ligadas às características de atração desses mesmos destinos. Santos (2017, p. 552), a este propósito, tomando como referencial a importância do produto vinho para a atividade do turismo, defende que é possível estabelecer quatro níveis de envolvimento do turista que no decurso da sua viagem se cruza ou procura o enoturismo, que vão do *connaisseur* ao *wine-lover*, passando pelo turista que procura pacotes de vantagens, acabando no visitante que experienciando a viagem aproveita o património e os recursos locais com base no caráter fortuito do contacto. É aqui que emerge o espírito do lugar, o sentido do lugar, daí podermos afirmar que a apreciação da paisagem resulta mais pessoal e perdurável quando se consoma com a memória de acontecimentos humanos (Tuan, 1974).

As referências anteriores necessitam, pois, de ser conjugadas com os fatores antecedentes (Caldeira, 2014), influenciadores dos comportamentos espaciais, que se revelam nas características do turista e das características da visita e são fundamentais para entender as opções do turista em termos de destino e viagem turísticas.

4. O 'novo turismo', turismo de 'nicho'/SIT

Com a crescente afirmação da atividade do turismo no contexto das economias nacionais, fruto da globalização do mercado turístico, ao qual se encontra associado um incremento da diversidade da

oferta e da concorrência entre os mercados, o produto turístico foi elevado à condição de produto de massas. Passou a ser facultado a um menor preço e com melhoria do seu padrão de qualidade, tendo em vista a máxima satisfação dos consumidores. Contudo, o turista atual revela, mais do que nunca, uma grande sensibilidade ao binómio qualidade/custo. Elementos circunstanciais, uns, e cíclicos, outros, presentes nos últimos anos, tais como a crise económica, o aumento das taxas de desemprego e o empobrecimento de largas franjas das populações, conjugam-se com as motivações do turista contemporâneo, mais exigente na aplicação dos seus investimentos, na consciência das suas opções, na procura da relação ótima entre aquilo que procura e aquilo que lhe é oferecido. A par da dimensão económica existe uma outra, não menos significativa, de ordem ambiental e ética, que saltou para a ordem do dia por pressão das organizações não-governamentais (ONG's), seja pelas emissões de carbono proporcionadas pelas viagens em voos *charter/low cost*, seja pela pressão desproporcionada sobre os territórios em períodos de tempo concretos, seja, no mesmo âmbito mas em sentido oposto, pela vontade de participação e compreensão das comunidades que visita e quem compartilha os territórios.

A sustentabilidade da atividade turística, mais do que nunca, foi enquadrada na agenda política exigindo uma ação concertada nas suas diversas frentes de atuação. O sucesso do turismo, como referem Cavaco e Simões (2009, p. 16), “depende do atendimento e da satisfação das necessidades materiais e imateriais dos turistas, da superação das suas expectativas e consequente fidelização ao destino”. É nesta complexidade da cadeia produtiva, que embora se encontre dependente das atrações turísticas, dos conhecimentos e da hospitalidade, que o sucesso deve ser procurado ou não fosse esta atividade o produto de um conjunto de trocas múltiplas entre empresas, lugares e agentes turísticos.

A quantidade de turistas que têm vindo a optar por novas formas de turismo, recusando ou misturando com o modelo tradicional de turismo massificado, têm vindo a aumentar. A tomada de consciência dos novos valores ambientais, associada a novos níveis de exigência, abriu uma nova janela de oportunidades para práticas mais personalizadas, onde se procuram valores centrados na qualidade, na cultura e no ambiente. Krippendorf (2003), tal como Poon (1993), pensava que a mudança de paradigma social acompanhado de novas atitudes em termos de trabalho, de emprego e de lazer, levariam ao apareci-

mento de um novo tipo de turista. Acreditava que uma nova geração de turistas emergiria, simultaneamente, com uma nova geração de pessoas, pelo que o seu efetivo viria a aumentar rapidamente. Os indicadores que a sociedade ia facultando na edificação de um novo paradigma, através da sua transmutação, facultavam os sinais suficientes e necessários para acreditarmos no aparecimento de um turista com um novo perfil.

Foi, basicamente, na diversidade que a nova procura turística encontrou a essência da sua motivação. Numa sociedade em profunda transformação, castigada pela perda dos seus referenciais e cada vez mais ávida de um sentimento de pertença, do reconhecimento dos seus valores identitários e de uma partilha intercultural, procuraram-se novas alternativas, novas formas de alcançar esse sentimento por parte do crescente número de turistas. Assim se compreendem todas as transformações recentes na atividade do turismo. Os turistas querem ser protagonistas, atores no processo de transformação de paradigma, solidários e conscientes da sua importância no intercâmbio cultural com novos territórios, com novas realidades. Como refere Zaoual (2009), um determinado tipo de turista

procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio cultural por um lado e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados por outro. Num mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertença, bem como de intercâmbio cultural, exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores. Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos. (pp. 57-58)

Na realidade, compreender a personalidade dos lugares (Tuan, 1970), querer fazer parte da história dos lugares, ter um pouco dessa história para si através da participação, da experiência, da compreensão dos processos, em concordância com o que refere Cresswell (2004).

Os turistas passaram a solicitar novas experiências de lazer, através de atividades radicais, mais ativas e criativas, com recurso a novas técnicas e tecnologias. Passaram a exigir uma inovação permanente da oferta, sustentada em novos processos de produção e comercialização turística, de novos sistemas de pagamento e, sobretudo, mais respeito pelo cliente, conforme refere Molina (2003). Assistimos, com esta prática, ao aparecimento de novos mercados e à afirmação de microempresas e pequenas empresas capazes de uma oferta apropriada a clientes específicos e melhor respondendo ao desenvolvimen-

to local e regional através de processos de sustentabilidade económica menos impactantes para o ambiente.

As empresas diretamente ligadas ao turismo, como, aliás, todas as restantes conexas, mesmo que de modo indireto, têm vindo a adaptar a sua atividade às exigências do mercado que, por sua vez, tem vindo a ser influenciado pelo ritmo de transformações socioeconómicas, tecnológicas e de *branding* verificadas à escala planetária. Face a esta nova realidade, os destinos turísticos que se afiguravam como os mais populares há algumas décadas atrás, apresentam agora sinais de desgaste que, face à sua evidente saturação, como refere Butler (1980, 2006), através do seu ciclo de vida do produto/destino turístico, tem precipitado uma procura incessante de novos destinos e formas de fazer turismo. Não se está, aqui, a fazer a apologia do declínio do turismo massificado, está-se a defender que para além deste as pessoas querem outras experiências, outro nível de envolvimento, outras relações em situação de visitaçao ou viagem. Esta procura não se tem restringido às envolventes dos mercados turísticos tradicionais, seja do ponto de vista dos modelos até então preconizados, seja dos territórios. Ela tem-se concentrado em territórios e modalidades que fogem ao conceito 'convencional' de turismo. A aposta passou a ser feita em setores que, numa primeira abordagem, não se configuram como interessantes e, por natureza, recetivo aos fluxos turísticos com interesse comercial. Todavia, esta modalidade emergente oferece algo de diferente, com elevado potencial, e que se pode traduzir numa experiência que é de especial interesse para os turistas.

De acordo com Cavaco e Simões (2009), este comportamento de procura de práticas e de destinos turísticos não massificados, de cariz diferenciador, é relativamente recente no tempo. A valorização das componentes naturais e culturais no contexto da prática do turismo, de modo abrangente e não erudito, capaz de facultar a práticas de atividades físicas, teve o seu início na década de setenta do século passado. Esta modalidade de turismo apresentou-se, numa primeira fase, sob a designação de "turismo alternativo" e, mais tarde, também com a designação de "turismo de interesse especial" (*Special Interest Tourism* - SIT), ou, ainda, segundo os mesmos autores, de turismo de nicho.

O termo "turismo de nicho" foi, em grande parte, emprestado pelo *marketing*, designadamente a partir do termo "*marketing* de nicho" que, por sua vez, se apropriou do conceito de "nicho" a partir da linguagem de uma nova disciplina emergente, a

ecologia. Segundo Novelli (2005), Hutchinson (1957) é o autor mais creditado quando se fala na introdução do conceito de nicho referindo, no seu sentido mais amplo, que se vocaciona para uma região, num espaço multidimensional, caracterizada por fatores ambientais que afetam o bem-estar das espécies. Assim, em termos gerais, segundo Novelli (2005), 'nicho' refere-se a uma localização ideal, que um organismo pode explorar em termos de recursos na presença de seus concorrentes. Isto é facilmente visível na analogia no mundo dos negócios, onde podemos falar da luta pela apropriação de "nichos" de mercado.

Na última década do século passado o conceito de 'turismo alternativo' surgiu de várias formas em diferentes partes do mundo. "Os projetos de fixação de novas formas de turismo foram promovidos, sobretudo, nos países em desenvolvimento" (Britton, 1977, Saglio, 1979 cit. em Pearce, 1994, p. 15). Todavia, as origens e conceitos de turismo alternativo resultaram de uma série de projetos e políticas que promoviam 'novas' formas de turismo e apareceu em países em desenvolvimento, durante a década de 1970 e início dos anos 1980. Tais projetos eram geralmente de "pequena escala e baixo impacto na natureza e envolviam um elevado grau de participação das populações locais" (Pearce, 1994, p. 16).

Como acontece com muitos outros aspetos da vida moderna, o turismo trouxe consigo benefícios e custos, a bênção e a maldição. Refletindo a curiosidade inerente das pessoas, o hedonismo, o desejo de aventura e emoção, ou apenas a necessidade de mudar face às experiências do dia-a-dia, o turismo tem aberto a porta a muitos no sentido de ajudar a satisfazer as suas necessidades de férias e viagem. Além disso, as empresas do setor do turismo têm tido a capacidade de fornecer os serviços exigidos pela procura. Perante a insatisfação, as dificuldades percebidas com o turismo convencional, estas empresas têm incentivado os planeadores, pesquisadores e críticos sociais a repensar a lógica do desenvolvimento turístico tradicional ou turismo de massa, examinando as alternativas existentes para começar a formular melhores modos de integrar o turismo numa ampla gama de valores sociais, algo que o desenvolvimento do turismo tradicional, de alguma forma, coloca em risco.

É com base neste enquadramento que cresce o turismo de nicho, que se caracteriza por ser um turismo orientado para a propiciação de experiências muito específicas, baseadas num recurso ou num produto turístico, muito particular, de um destino, que se orienta para segmentos de mercado relativa-

mente restritos. “Este ‘turismo de nicho’ é diverso no seu conteúdo integrando o ‘turismo alternativo’, o ‘turismo aventura’, o ‘dark tourism’ e o ‘turismo de última oportunidade’ (*last chance tourism*)” (Moreira, 2013, p. 109). “É pela compreensão dos custos e dos benefícios de desenvolvimento turístico em termos das suas possibilidades e mitigação e as implicações das ‘alternativas’ que se pode esperar cumprir um papel importante na correção dos erros praticados no passado” (Smith & Eadington, 1994, p. 11).

De acordo com a perspetiva de Poon (1993), foram as mudanças ocorridas no comportamento dos turistas, nomeadamente no que respeita às suas motivações, que impulsionaram o ‘Novo Turismo’. Os novos turistas são indivíduos mais informados, mais evoluídos do ponto de vista académico e com um núcleo familiar mais restrito (famílias nucleares). São indivíduos que residem em aglomerados urbanos, mais disponíveis para a cultura, pela sua maior acessibilidade, e com maior propensão para viajar, conhecer novos destinos e novas culturas, mais exigentes e desejosos de se comportarem como agentes ativos no contexto do sistema turístico. Os turistas são sempre diferentes entre si e, naturalmente, as suas expectativas e necessidades são únicas. Esta natureza de ser diferente tornou-se um ideal de consumo para o visitante/turista atual, o caminho para o idealizado hedonismo. O desejo de Ser antes de Ter “seja como for, os ‘[turistas] alternativos’ já não são só os únicos a desejar uma vida revestida de um sentido mais profundo. Uma vida em que se tenha tempo para viver e também uma vida mais humana.” (Krippendorf, 2003, p. 116).

Read (1980), por seu lado, ensaiou uma definição de SIT, afirmando que as viagens de interesse especial são viagens realizadas por pessoas que se deslocam para determinado lugar e com um certo interesse, que podem desenvolver-se numa determinada região ou em direção a um destino particular. Este tipo de prática relaciona-se com a abordagem *Project-based leisure*, de Stebbins (2007). O turista que envereda por este tipo de prática (SIT) encontra-se decidido a realizar um ou mais objetivos (multi atração) no decurso da sua viagem. Naturalmente, esta nova abordagem pretende traduzir-se numa experiência enriquecedora, ao incorporar, para além de atividades de lazer diversas, atividades não rotineiras para quem o executa. Pode aceitar-se, portanto, o SIT como aquela forma de turismo que oferece algum “sentido” para o turista nos destinos escolhidos, ao proporcionar uma sensação de prazer

e de realização pessoal longe das atividades rotineiras.

Trauer (2006) sugere que o SIT deve ser visto como parte de um sistema, um sistema interdisciplinar, que abrange todo o ambiente (local a global), o sistema de procura turística, o sistema de abastecimento da indústria do turismo, com os *mass media* a serem perspetivados como influenciadores importantes sobre a atividade do turismo neste século em que vivemos. É a fusão de todos esses componentes que compõem o SIT, conforme se pode verificar na Figura 4.

No decurso do processo evolutivo da atividade do turismo assistimos, com alguma regularidade, ao

A interdisciplinaridade do sistema «turismos de nicho»



Figura 4
A transdisciplinaridade do sistema «turismos de nicho».
Fonte: Adaptado de Trauer (2006, p. 185).

aparecimento de novas propostas de destinos e de diferentes práticas que, embora de início tivessem merecido a atenção de um núcleo reduzido de pessoas, por norma economicamente mais favorecidas, passaram por um processo de afirmação e de consolidação até, eventualmente, alcançarem o patamar da massificação.

Num mundo em permanente mudança, onde os padrões de consumo se vão permanentemente alterando (Baudrillard, 1970; Santos, 2001), o turismo encontra-se sujeito a transformações no que à produção e consumo concerne, com novas opções e mais escolhas. É na observância dessa circunstância que o turismo de nicho deve ser perspetivado, por se afirmar como uma modalidade de turismo que

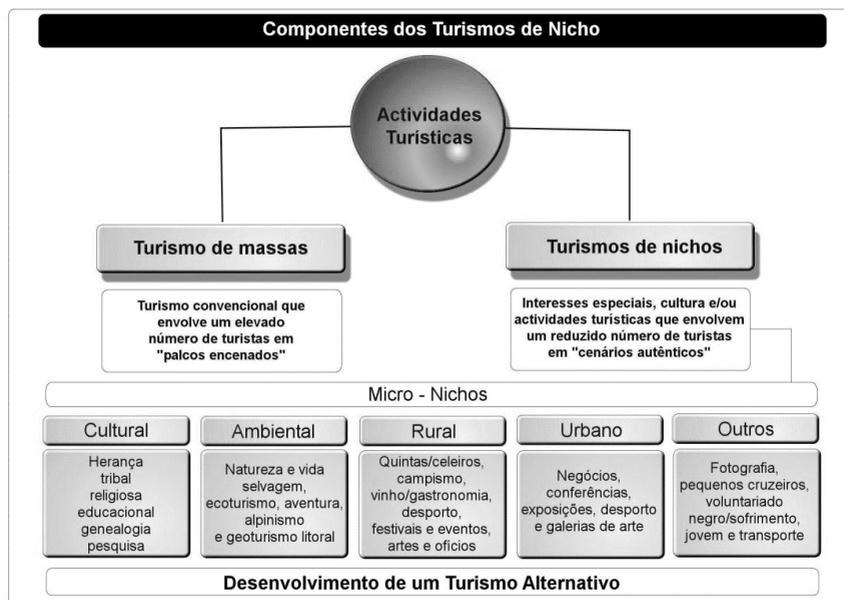


Figura 5

Componente dos turismos de nicho.

Fonte: Adaptado de Novelli (2005).

permite a diferenciação do turista visitante, pela sua peculiaridade e grau de sofisticação ou falta dela. Aqui o turista tem o ensejo de novas experiências capazes de dar corpo aos seus desejos de participação, de aprendizagem e de posterior recordação, uma vez que as memórias dessas experiências se constituem como um acervo do turista após o seu regresso. Cria-se um portefólio que funciona como elemento de socialização e sociabilização durante o tempo em que o trabalho é dominante.

Como se constata, a prática de um turismo SIT encontra-se intimamente ligada à exploração de nichos do setor turístico. A sua classificação apresenta-se fundamental para o correto entendimento do fenómeno, da sua amplitude e diversidade e, sobretudo, de modo a permitir uma correta programação, desenvolvimento, promoção e comercialização dos produtos turísticos que oferecem. Robinson e Novelli (2005), estudando as atividades em que os turismos de nicho se podem apoiar, avançaram com uma proposta de agregação em cinco categorias: i) Cultura (religião, tradição, entre outras); ii) Ambiente (natureza, montanha, litoral, entre outras); iii) Rural (quintas, vinhos e gastronomia, artesanato, entre outras); iv) Urbano (negócios, congressos, exposições, entre outras); e v) Outros (voluntariado, safari fotográfico, entre outras), de acordo com a Figura 5.

Todavia, alguns autores têm colocado uma questão pertinente em torno da dificuldade de identificação do espectro de produtos classificáveis

como "turismo de nicho", tanto mais que em diversas situações os produtos turísticos se posicionam num *continuum* que vai da massificação a uma procura específica e limitada, de acordo com Cavaco e Simões (2009). Como se constata no esquema proposto, Novelli (2005) diversifica o cenário do turismo vocacionado para as massas ao considerar, na sua proposta de classificação, uma gama de modalidades que requerem motivações e aptidões específicas para a sua prática.

5. O caso da Serra da Estrela

5.1. O método Delphi

Para a abordagem metodológica escolheu-se o método *Delphi*, que consiste numa técnica que tem como principal objetivo obter, filtrar e definir concordâncias de opinião de especialistas convidados, salvaguardando toda uma gama de procedimentos rigorosos. É usado, fundamentalmente, para alcançar consensos de opinião, julgamento ou escolha, designadamente para determinar, prever e explorar atitudes de grupos, estabelecer necessidades e definir prioridades (Costa & Santos, 2016).

O método *Delphi* suporta-se num processo estruturado, capaz de recolher e sintetizar os conhecimentos de um grupo de especialistas convidados, através de uma série de questionários capazes de

fornecer uma retroação organizada de opiniões (Adler & Ziglio, 1996, cit. em Costa & Santos, 2016). Estes questionários, que se desenvolvem em várias rondas, permitem que seja alcançado um consenso por via de um processo de convergência de respostas, representando a consolidação do julgamento intuitivo do grupo, segundo Wright e Giovinazzo (2000).

Reconhecendo-se a importância que a constituição do painel de especialistas convidados assume para que um desempenho eficaz da técnica *Delphi* seja alcançado, assumiu-se particular cuidado na seleção dos seus elementos, tendo-se em consideração as sugestões mais pertinentes, preconizadas pela literatura de referência (Delbecq, Van de Ven, & Gustafson, 1986; Helmer, 1983; Linstone & Turoff, 2002). Assim, no processo de seleção foram tidos em consideração critérios multivariados, colocando-se a tónica na área de residência, no grau académico e na experiência profissional de cada especialista convidado. Valorizou-se a experiência profissional individual de cada elemento, considerando-se como relevante o seu conhecimento sobre o tema em análise, a capacidade de produção de artigos científicos e de promoção de ideias e opiniões. Foram selecionados 21 elementos, divididos por 5 grupos, conforme o indicado no Quadro 2, com plena participação nas três rondas que foram levadas a efeito.

Os especialistas convidados, que aceitaram integrar o painel, prestaram, desta forma, um importante contributo ao processo de investigação ao facultarem os seus conhecimentos, assim como as suas experiências individuais acumuladas. Elas são importantes para a compreensão dos processos de tomada de decisão, em áreas tão importantes como o do planeamento e da gestão, designadamente nas que se reportam à gestão dos destinos turísticos (Costa & Santos, 2016).

Quadro 2
Número de Participantes em cada Ronda e respetiva Distribuição tendo em conta a sua Experiência Profissional

	1ª Ronda	2ª Ronda	3ª Ronda
Empresários ligados ao setor	5	5	5
Dirigentes e Técnicos Cooperativos/Associativos	4	4	4
Entidades Governamentais	4	4	4
Académicos (Professores do Ensino Superior Universitário)	4	4	4
Técnicos Superiores do Poder Local	4	4	4
Total	21	21	21

Fonte: Elaboração própria.

5.2. Recursos a valorizar para a afirmação de um turismo de nicho

O destino Serra da Estrela, enquanto destino turístico de referência, constitui um produto de procura massificada (a neve) que tende a conjugar-se com um leque cada vez mais alargado de produtos que se estão a desenvolver a atrair cada vez mais turistas. O destino Serra tem-se vindo a desenvolver como turismo com vocação alternativa, direcionada para o turismo de “nichos”.

De acordo com a proposta de Lew (1994), que considera que os recursos turísticos da região, passíveis de aliciar os visitantes na sua tomada de decisão, se podem organizar a partir de três categorias distintas: i - Património natural; ii - Património etnológico e cultural; iii - Património edificado e monumental, solicitou-se que indicassem, de um lote alargado de opções, quais os tipos de recursos que se lhes ofereciam como mais importantes para a afirmação do turismo de nicho na região da Serra da Estrela, nas modalidades de recursos naturais, imateriais e construídos pelo homem. Obtiveram-se os seguintes resultados para cada modalidade, de acordo com o Quadro 3:

Quadro 3
Quais os Recursos mais Importantes para a Afirmação do Turismo na Serra da Estrela, por Tipologia

Recursos Naturais	Neve		Paisagens		Fauna		Flora		Outros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	18	85,7	19	90,5	3	14,3	5	41,7	4	19,0
Recursos Imateriais	Etnografia		Gastro-nomia		Vinhos		Outros			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	15	71,4	20	95,2	17	81,0			2	9,5
Recursos Construídos pelo Homem	Parque Hoteleiro		Pista Sintética de Esqui		Centro de Interpretação da Serra da Estrela		Parque Biológico		Outros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	17	81,0	7	33,3	14	66,7	8	38,1	4	19,0

Fonte: Estudo Delphi, 1ª ronda.

Considerando-se que o destino Serra da Estrela integra um produto de procura massificada, designadamente a neve, que conjugado com um cada vez maior e mais diversificado leque de produtos de nicho, que se encontram em desenvolvimento, pode atrair cada vez mais turistas e encontrar no turismo a sua verdadeira vocação alternativa, considerou-se pertinente que cada especialista convidado apontasse mais do que um recurso alternativo. Das respostas obtidas para os recursos naturais constatámos que os especialistas convidados apontaram como mais

Quadro 4

Quais os Recursos mais Importantes para a Afirmação do Turismo na Serra da Estrela, por Tipologia

	Neve	Paisagens	Fauna	Flora	Outros	Testes W de Kendall
Recursos Naturais	Rank Médio					0.532
	3.98	4.10	2.19	2.43	2.31	
Recursos Imateriais	Etnografia	Gastronomia	Vinhos		Outros	Teste W de Kendall
	Rank Médio					
	2.64	3.12	2.83		1.40	0.500
Recursos Construídos pelo Homem	Parque Hoteleiro	Pista Sintética de Esqui	Centro de Interpretação da Serra da Estrela	Parque Biológico	Outros	Teste W de Kendall
	Rank Médio					
	3.83	2.64	3.48	2.76	2.29	0.234

Fonte: Estudo Delphi, 1ª ronda.

importantes as paisagens, com 90.5% de referências, seguidas de muito próximo da neve, com 85.7% de escolhas, em terceiro lugar, com 41.7%, a Flora, e em quarto lugar a Fauna com, apenas, 14.3% das escolhas. Apesar de terem sido referidos “outros” recursos em 19.0% dos casos a sua identificação não resulta representativa pela dispersão de opções verificadas nos quatro apontamentos. No que concerne aos recursos imateriais foi a Gastronomia que mereceu a preferência com 95.2% das indicações, seguida de muito perto da Etnografia, com 81%, e os Vinhos, com 71.4% de referências. Nos recursos construídos pelo homem, o painel de especialistas convidados referiu o Parque Hoteleiro, em 81% dos casos, seguido do CISE (Centro de Interpretação da Serra da Estrela), com 66.7% de referências, o que o torna num recurso efetivo, e o Parque Biológico com 38.1% de referências. Da aplicação do teste W de Kendall³ (Quadro 3) a cada conjunto de respostas obtivemos diferentes índices de concordância, sendo que para os recursos naturais e imateriais se obteve um valor que nos permite afirmar ter havido concordância nas respostas facultadas pelos membros do painel de especialistas convidados com 0.532 e 0.500, respetivamente.

De referir que para os recursos naturais, apesar das cinco propostas colocadas em apreciação, foi possível registar uma concordância efetiva, como

aconteceu, de resto, para os recursos imateriais, embora com um resultado ligeiramente inferior e menos propostas a apreciar. Os *ranks* médios obtidos encontram-se de acordo com a hierarquização das respostas já expressa no Quadro 3. No que concerne aos recursos construídos pelo homem não se verificou concordância, uma vez que o teste W de Kendall resultou num coeficiente de concordância de 0.234. Conforme é possível verificar no Quadro 3, houve, na primeira ronda, uma dispersão nas respostas, o que dificultou a obtenção de pares de respostas concordantes. De qualquer forma o parque hoteleiro existente e o CISE evidenciaram uma representatividade superior à dos restantes recursos propostos, com um *rank* médio de 3.83 e 3.48, respetivamente.

Ainda no decurso da primeira ronda procurou-se saber, junto dos especialistas convidados, se o futuro do turismo na Serra da Estrela deveria passar, prioritariamente, pela prática de um turismo de inverno/Neve, sendo que 57% dos inquiridos entendeu, então, que o futuro do turismo na Serra da Estrela não deveria passar por esta tipologia de turismo, valor ao qual podemos acrescentar mais 19% de respostas de *concordo pouco* conforme o expresso no Quadro 5.

Quadro 5

O Futuro do Turismo da Região da Serra da Estrela deve passar pelo Turismo de Inverno/Neve?

Não Concordo		Concordo Pouco		Concordo		Concordo Muito		Concordo Plenamente	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
12	57	4	19	4	19	0	0	1	5

Fonte: Estudo Delphi, 1ª ronda.

³ Para se proceder à avaliação de vários conjuntos de posições (escala de postos) dos mesmos indivíduos, cujas variáveis são medidas em escala ordinal, tal como sucede com o coeficiente de correlação de Kendall (τ_b), é usado o coeficiente de concordância de Kendall (W de Kendall). Numa avaliação dos pares de concordância se a H0 se confirmar (não há concordância entre os avaliadores) o coeficiente de concordância de Kendall é igual a zero (W de Kendall = 0) se, pelo contrário, se confirma a H1 (há concordância entre os avaliadores), o coeficiente de concordância de Kendall é igual a 1 (W de Kendall = 1), sendo o nível de significância de 0.05.

Quadro 6

Razões pelas quais o Turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo Turismo de Inverno/Neve

Razão	Não Concordo		Concordo Pouco		Concordo		Concordo Muito		Concordo Plenamente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Devido à sazonalidade do recurso neve	0	0	0	0	1	4.8	8	38.1	12	57.1
Devido à crescente procura do turismo de natureza/touring cultural e paisagístico, assente nos recursos água, ar, fauna e flora, apoiado pela ação do CISE.	0	0	0	0	4	19.0	15	71.4	2	9.5
Devido à crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado	0	0	1	4.8	6	28.6	12	57.1	2	9.5
Devido à crescente procura de equipamento de apoio ao turismo, capazes de atenuar a sazonalidade (Pista sintética de esqui, Museu do Brinquedo, Museu da Miniatura Automóvel)	0	0	3	14.3	14	66.7	3	14.3	1	4.8
Devido ao sucesso de ações de promoção da região da Serra da Estrela a partir de desportos radicais e /ou motorizados, realizadas por diferentes player's privados	0	0	4	19.0	12	57.1	5	23.8	0	0

Fonte: Estudo Delphi, 2ª ronda.

No decurso da segunda ronda tentou-se perceber quais as razões que ajudariam a justificar esta posição dos membros do painel, tendo sido apontadas as seguintes razões, conforme o Quadro 6:

Ressaltam, como razões plausíveis, no conjunto de respostas, a crescente procura do turismo de natureza/touring cultural e paisagístico com 80.9% de respostas *concordo muito*, e a crescente procura do turismo cultura, sustentado na gastronomia e no património edificado com 66.6% de respostas *concordo muito e concordo plenamente*. Todavia, é a sazonalidade do recurso Neve que se apresenta como determinante, com 57.1% de respostas de *concordo plenamente* e 38.1% de *concordo muito*, o que, em conjunto, perfaz uns expressivos 95.2% de respostas.

Da aplicação do teste W de Kendall (Quadro 7) resultou o índice de concordância de 0.569, o que estabelece um nível significativo de concordância nas respostas efetuadas, tanto mais que foram colocadas 5 razões explicativas diferentes. Os *ranks* médios encontram-se de acordo com os resultados expressos no Quadro 5.

No decurso da terceira ronda, a propósito da resposta que o painel de especialistas facultou na 1ª ronda, ao afirmar (57% dos seus membros) que o futuro da região da Serra da Estrela não deve passar pelo turismo de inverno/neve e depois de na segunda ronda terem sido apontadas as razões pelas quais o turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo turismo de inverno/neve, uma forma massificada de turismo, perguntou-se ao painel de especialistas

Quadro 7

Razões pelas quais o Turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo Turismo de Inverno/Neve

Razões pelas quais o turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo turismo de inverno/Neve	Rank obtido na primeira ronda	Rank médio obtido na 2ª ronda (teste W de Kendall)
Devido à sazonalidade do recurso neve	1	4.48
Devido à crescente procura do turismo de natureza/touring cultural e paisagístico, assente nos recursos água, ar, fauna e flora, apoiado pela ação do CISE.	2	3.50
Devido à crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado	3	3.12
Devido à crescente procura de equipamento de apoio ao turismo, capazes de atenuar a sazonalidade (Pista sintética de esqui, Museu do Brinquedo, Museu da Miniatura Automóvel)	4	1.88
Devido ao sucesso de ações de promoção da região da Serra da Estrela a partir de desportos radicais e /ou motorizados, realizadas por diferentes player's privados	5	2.02

Fonte: Estudo Delphi 2ª ronda.

Quadro 8

Concorda com a Posição da Maioria do Painel, na Primeira Ronda, de que o Turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo Turismo de Inverno/Neve?

Não Concordo		Concordo Pouco		Concordo		Concordo Muito		Concordo Plenamente	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2	10	3	14	3	14	6	29	7	33

Fonte: Estudo Delphi, 3ª ronda.

convidados se concordavam, depois destas duas rondas, com a posição defendida pela maioria dos especialistas do painel, relativamente à mesma questão (que o turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo turismo de inverno/Neve).

Apesar dos resultados expressos, onde a maioria dos especialistas concordou, 62% entre *concordo muito* e *concordo plenamente*, os especialistas fizeram questão de ressaltar que não se pode ter uma perspetiva radical de negação em relação ao recurso neve. Sublinharam que o desejável seria a sua correta e eficaz exploração na época em que lhe é favorável, sem contudo dele permanecermos

dependentes. Em todo o caso é ao recurso neve que a Serra da Estrela deve o seu estatuto de destino de inverno, pelo que deve ser valorizado enquanto recurso valioso, raro e inimitável.

No âmbito da terceira ronda, pegando nas razões explicativas apontadas na segunda, solicitou-se ao painel de especialistas convidados que se pronunciassem quanto ao nível de concordância das razões pelas quais o turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo turismo de inverno/neve, apontadas na 2ª ronda. Obtiveram-se os seguintes resultados, de acordo com o Quadro 9:

Das respostas recolhidas ressalta, desde logo, uma forte concentração de respostas para os dois primeiros itens (i-“O fator sazonalidade do recurso natural neve como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas”; ii- “A crescente procura do turismo de natureza / touring cultural e paisagístico, como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas”) com 95.2% e 85.7% de valor agregado de respostas de *concordo muito* e *concordo*

Quadro 9

Razões pelas quais o Turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo Turismo de Inverno/Neve

Os especialistas convidados apontaram, na segunda ronda, como principal razão (concordando muito ou concordando totalmente, na percentagem que antecede a razão) os três seguintes fatores:

Razão	Concorda com a apreciação do painel?									
	Ocorrências									
	Não Concordo		Concordo Pouco		Concordo		Concordo Muito		Concordo Plenamente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
O fator sazonalidade do recurso natural neve como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas.	0	0	1	4.8	0	0	10	47.6	10	47.6
A crescente procura do turismo de natureza / touring cultural e paisagístico, como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas.	0	0	0	0	3	14.3	6	28.6	12	57.1
A crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado.	0	0	2	9.5	8	38.1	10	47.6	1	4.8

Fonte: Estudo Delphi, 3ª ronda.

Quadro 10

Razões pelas quais o Turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo Turismo de inverno/Neve

Razões pelas quais o turismo da Serra da Estrela não deve passar pelo turismo de inverno/Neve	Rank obtido na primeira ronda	Rank médio obtido na 2ª ronda (teste W de Kendall)
O fator sazonalidade do recurso natural neve como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas.	1	2.43
A crescente procura do turismo de natureza / touring cultural e paisagístico, como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas.	2	2.40
A crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado.	3	1.17

Fonte: Estudo Delphi 3ª ronda.

plenamente, respetivamente. Já a última razão (iii- “A crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado”) colhe uns menos expressivos 52.4% de valor agregado de respostas de *concordo muito* e *concordo plenamente*.

Da realização do teste W de Kendall (Quadro 10) resultou um coeficiente de concordância de 0.706, reiterando todos os indicadores atrás expostos sobre as razões invocadas pelos próprios membros do painel. O valor alcançado revela-se suficientemente consistente para validar as razões avançadas para que o turismo da Serra da Estrela não deva passar só pelo turismo de inverno/Neve, dando assim valor a um turismo alternativo e ao turismo de nicho.

O painel de especialistas convidados apontou, de forma inequívoca, o fator sazonalidade do recurso natural neve como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas, com 95.2% de concordância, obtidos pela soma dos 47.6% de *concordo muito* e 47.6% de *concordo plenamente*. Embora a razão “...crescente procura do turismo de natureza/*touring* cultural e paisagístico, como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas” apresente resultados muito interessantes, não se configuram tão expressivos quanto os verificados anteriormente, ficando aquém no total (85.7%), onde 28.6% a *concordo muito* e 57.1% a *concordo plenamente*. Mais frágeis são os valores da razão “...crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado” cujas respostas de *concordo muito* (47.6%) e *concordo plenamente* (4.8%) obtiveram, conjuntamente, 52.4 pontos percentuais.

Considerando a importância que os recursos assumem, enquanto elementos determinantes para a delimitação do território turístico, colocou-se ao painel de especialistas convidados a seguinte questão no decurso da 3ª ronda: “Na sua perspetiva a tentativa de delimitação do território turístico de referência para a região da Serra da Estrela deve realizar-se com base nos recursos: Físicos/Naturais (anteriormente identificados); Económico/Sociais (anteriormente identificados) ou pela verificação de ambos?”. Obtiveram-se 19% das respostas favoráveis para os recursos Físicos/Naturais, 0% para os Económicos/Sociais e 81% para ambos. Se para aqueles que defenderam a importância dos recursos Físicos/Naturais é fácil encontrar uma explicação objetiva para a sua posição, designadamente pela importância que a unidade geomorfológica Serra da Estrela apresenta, ao impor um rigor climático fora do conforto requerido socialmente e um modo de vida

austero às populações que aí residem, capaz de delimitar de modo claro os limites da sua influência, já aqueles que defendem a importância de ambos apresentam uma perspetiva mais abrangente das inter-relações possíveis.

6. Conclusões

Perante a hipótese, “Existe prevalência dos recursos naturais sobre os culturais e construídos na determinação das vantagens comparativas para a afirmação do turismo na região da Serra da Estrela”, após a análise dos resultados obtidos no decurso das três rondas, com apresentação e discussão prévia das suas tendências, concluiu-se que os especialistas convidados concordaram com os alinhamentos encontrados para cada tipologia de recursos, com vantagem para os recursos naturais, em termos de percentagem de concordância.

No decurso da última ronda propuseram-se diferentes alinhamentos possíveis para os recursos solicitando-se ao painel que procedesse à escolha da melhor opção. Foi escolhido, por larga vantagem, o alinhamento Paisagens, Ar e Água/Gastronomia e património arquitetónico, o que não se revelou conclusivo por não se ter forçado o painel a optar por um alinhamento para cada tipologia de recursos, apresentando-se a possibilidade de mix's de recursos.

Todavia, recentrando a questão e tendo em vista a determinação da influência dos recursos no tipo de turismo a desenvolver, solicitou-se ao painel que definisse “as três tipologias de turismo que se afiguram estrategicamente mais importantes para a região da Serra da Estrela” tendo sido escolhidos o turismo da natureza; o turismo de inverno/neve e o turismo gastronómico. Assim, face ao resultado alcançado, solicitou-se aos membros do painel que definissem o perfil de turista mais ajustado ao tipo de turismo que se procura implementar, foram apontados os perfis vocacionados para o turismo da natureza, turismo aventura e pedestrianismo, qualquer deles fortemente ligados aos recursos naturais. Quando solicitada uma seleção de prioridades, venceu por larga percentagem, o turismo da natureza que, quando conjugado com os restantes perfis encontrou no turismo aventura o índice de concordância mais significativo com o valor de 0.905, o que ficou muito próximo da concordância plena, validando, portanto, o postulado da hipótese: “Existe prevalência dos recursos naturais sobre os culturais e construídos na determinação das vantagens comparativas para a afirmação do turismo na região da Serra da Estrela”.

Relativamente à hipótese “A sazonalidade é característica condicionante do turismo na região da Serra da Estrela”, quando os membros do painel foram se pronunciaram sobre se o futuro do turismo da Serra da Estrela deveria passar pelo turismo de inverno/Neve, a maioria dos membros do painel não concordou. Assim, quando solicitados a indicar as razões pelas quais o turismo da Serra da Estrela não deveria passar pelo turismo de inverno/Neve surge à cabeça a sazonalidade do “recurso”.

Da apreciação às três justificações mais significativas, que foram avançadas pelo painel sobre a sazonalidade do turismo na região da Serra da Estrela (i - O fator sazonalidade do recurso natural neve; ii - A crescente procura do turismo de natureza / *touring* cultural e paisagístico; iii - A crescente procura do turismo cultural, sobretudo no âmbito da gastronomia e património edificado), resultou que 95.2% dos elementos do painel concordaram que o fator sazonalidade do recurso natural neve funciona como elemento explicativo para a necessidade de se procurarem outras alternativas, verificando-se um coeficiente de concordância (W de Kendall) de 0.706 para o alinhamento de respostas obtidas. Ainda no âmbito desta questão, os especialistas convidados assumiram que a sazonalidade se constituía como um problema real para a afirmação do turismo na Serra da Estrela, sendo que 90% concordaram de alguma forma com esta posição. Afirmaram, igualmente, por ligeira maioria (57%), que a sazonalidade se constitui como um elemento negativo, valor que, associado aos índices de concordância de Kendall anteriormente expostos, para o alinhamento das respostas, permitem validar o postulado da hipótese. Pelo que se infere que o turismo de nicho/SIT, mais individualizado, constitui uma excelente alternativa ao turismo de neve, massificado, que tem funcionado como elemento impulsor da atividade turística na região da Serra da Estrela, apesar da sua reconhecida sazonalidade.

Bibliografia

- Andersen, V., Prentice, R., & Watanabe, K. (2000). Journeys for Experiences: Japanese Independent Travelers in Scotland. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 9(1-2), 129-151.
- Baudrillard, J. (1970). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Beni, M. C. (Org.). (2012). *Turismo - Planeamento Estratégico e Capacidade de Gestão - Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters*. São Paulo: Manole.
- Burton, R. (1995). *Travel Geography* (2º Ed.). Harlow: Pearson Education.
- Butler, R. (1980). The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-21.
- Butler, R. (Ed.). (2006). *The tourism area life cycle Vol. 1: Applications and modifications*. England: Channel View Publications.
- Caldeira, A. M. (2014). *A experiência de visita dirigida a múltiplas atrações: análise do comportamento espacial do turista e da sua satisfação* (Tese de Doutoramento). DEGEIT, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Cavaco, C., & Simões, J. M. (2009). Turismos de nicho: uma introdução. In J. M. Simões & C. C. Ferreira (Eds.), *Turismos de nicho* (pp. 15-39). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos [da] Universidade de Lisboa.
- Clarke, J. (1997). A Framework of Approaches to Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(3), 224-233.
- Cohen, E. (1972). Towards a Sociology of International Tourism. *Social Research*, 39(1), 164-182.
- Cohen, E. (1979). A Phenomenology of Tourist Experiences. *Sociology*, 13, 179-201.
- Costa, C., & Santos, N. (2016). Turismo na Serra da Estrela. Planeamento da atividade turística e desenvolvimento. *Cadernos da Geografia*, 35, 19-30. https://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_35_2
- Cravidão, F. (2014). Velhos territórios: novo(s) turismo(s). In C. Costa, F. Brandão, R. Costa, & Z. Breda (Orgs.), *Turismo nos Países Lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios* (pp. 59-70). Lisboa: Escolar Editora.
- Cresswell, T. (2004). *Place a short introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Cutler, S. Q., & Carmichael, B. A. (2010). The Dimensions of the Tourism Experience. In M. Morgan, P. Lugosi, & J. R. Ritchie, *The Tourism and Leisure Experience - Consumer and Managerial Perspectives* (pp. 3-26). Great Britain: MPG Books Group Ltd.
- Delbecq, A. L., Van de Ven, H. A., & Gustafson, D. H. (1986). *Group techniques for program planning: a guide to nominal group and Delphi process*. Middleton: Green Briar Press.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisation du loisir?* Paris: Ed. du Seuil.
- Helmer, O. (1983). *Looking Forward. A Guide to Futures Research*. Beverly Hills: Sage Publ.
- Hutchinson, G. E. (1957). Concluding Remarks. *Population Studies: Animal Ecology and Demography*. Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology 22:415-27. In L. A. Real & J. H. Brown (Eds.) (1991), *Foundations*

- of Ecology: classic papers with commentaries (pp. 225-237). Chicago: The University of Chicago Press, The Ecological Society of America.
- Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo* (2ª ed.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Krippendorff, J. (1975). Die *Landschaftsfresser: Tourismus und Erholungslandschaft, Verderben oder Segen?* [The Landscape Eater: Tourism and Recreational Landscapes. Destruction or Blessing]. Bern: Hallwag Verlag.
- Krippendorff, J. (2003). *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens* (3ª ed.) (C. Traduções, Trad.). São Paulo: Aleph.
- Lau, G., & McKercher, B. (2006). Understanding tourist movement patterns in a destination: A GIS approach. *Tourism and Hospitality Research*, 7(1), 39-49. <https://dx.doi.org/10.1057/palgrave.thr.6050027>
- Lew, A. (1994). A Framework of Tourist Attraction Research. In J. Ritchie & C. Goeldner (Eds.), *Travel, Tourism, and Hospitality* (pp. 294 - 304). New York: John Wiley & Sons.
- Linstone, H. A., & Turoff, M. (2002). *The Delphi method: Techniques and applications*. New Jersey: Departement of Information Systems, New Jersey's Science & Technology University.
- López, O. D. (1998). Características del Desarrollo Turístico Castellonense y el Proceso Metodológico en la Planificación de sus Espacios Turísticos. *Revista Valenciana D'Éstudis Autonomics*, 22, 103-128.
- Johansen, T. E., & Mehmetoglu, M. (2011). Indigenous tourism from a visitor's perspective: an empirical examination of Valene L. Smith's 4Hs at a Sámi festival in Norway. *Journal of Heritage Tourism*, 6(2), 129-141. <https://dx.doi.org/10.1080/1743873X.2011.558198>
- Molina, S. (2003). *O Pós-turismo*. São Paulo: Aleph.
- Moreira, C. (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos* (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Novelli, M. (2005). *Niche Tourism Contemporary Issues Trends and Cases*. Oxford: Elsevier.
- Pearce, D. (1994). Alternative tourism: Concepts, Classification and Questions. In V. Smith & W. Eadington (Eds.), *Tourism Alternatives - Potentials and Problems in the Development of Tourism* (pp. 15-30). West Sussex: John Wiley & Sons.
- Plog, S. (1973). Why destination areas rise and fall in popularity. *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 13, 13-16.
- Plog, S. (1989). Two Decades of Travel Research. In C. Lyne (Ed.), *Leisure Travel and Tourism*. Massachusetts: Institute of Certified Travel Agents.
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Oxon: Cab International.
- Read, S. (1980). A Prime Force in the Expansion of Tourism in the Next Decade: Special Interest Travel. In D. Hawkins, E. Shafer, & J. Rovelstad (Eds.), *Tourism Marketing and Management Issues* (pp. 193-202). Washington: George Washington University.
- Relph, E. C. (1976). *Place and Placelessness*. London: Pion.
- Reynaud, A. (1981). *Société. espace et justice Inégalités Regionales et justice socio-spatiale*. Paris: PUF.
- Robinson, M., & Novelli, M. (2005). Niche Tourism: an introduction. In M. Novelli (Ed.), *Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases* (pp. 1-11). Oxford: Elsevier.
- Santos, N. (2001). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias. A dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Coimbra, CEG. Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, N. (2011). Lazer, Tempo Livre e Novos Consumos. In H. V. Lima (Ed.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea* (pp. 84-97). Porto: IS-FLUP.
- Santos, N., & Gama, A. (2011). As tradições do pão, territórios e desenvolvimento. In N. Santos & L. Cunha (Eds.), *Trunfos de uma Geografia Ativa. Desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia* (pp. 273-282). Coimbra, IUC. https://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8_29
- Santos, N. (2017). Gastronomia e vinhos: um produto sempre novo com raízes nas tradições da cultura da população portuguesa. In F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana, & N. Santos (Orgs.), *Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama* (pp. 543-561). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sarti, A. C., & Queiroz, O. T. (2012). Espaço, paisagem, lugar, território e região - organização do espaço turístico. In C. Beni (Ed.), *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão* (pp. 3-29). São Paulo: Manole.
- Smith, S. L. (1992). *Geografia recreativa: Investigación de potenciales turísticos*. México: Trillas.
- Smith, V. (1989). *Hosts and Guests- The anthropology of tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Smith, V. (1996). Indigenous Tourism: The Four Hs. In R. Butler & T. Hinch (Eds.), *Tourism and Indigenous Peoples* (pp. 283-307). London: Thompson.
- Smith, V., & Eadington, W. (1994). *Tourism alternatives-Potentials and problems in the development of tourism*. West Sussex: John Wiley & Sons.
- Sorokin, P. (1964). *Social and cultural mobility*. New York: Free Press.

- Stebbins, R. (2007). *Serious leisure: A perspective for Our Time*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Trauer, B. (2006). Conceptualizing special interest tourism: frameworks for analysis. *Tourism Management*, 27, 183-200. <https://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2004.10.004>
- Tuan, Y. F. (1970) Space and Place: Humanistic perspective, In J. Agnew, D. Livingstone, & A. Rogers (Eds.), *Human Geography* (pp. 444-457). Oxford: Blackwell.
- Tuan, Y.-F. (1974). Space and place: Humanistic perspective. *Progress in Human Geography*, 6, 233-246.
- Tuan, Y.-F. (1977). *Space and Place: The Perspective of Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Uysal, M., & Hagan, L. (1993). Motivation of Pleasure Travel and Tourism. In M. Khan, M. Olsen, & T. Var (Eds.), *VNR,s Encyclopedia of Hospitality and Tourism* (pp. 798-810). New York: Van Nostrand Reinhold.
- Wright, J., & Giovinazzo, R. (2000). Delphi - Uma Ferramenta de Apoio ao Planeamento Prospectivo. *Caderno de Pesquisas em Administração*, 1, 54-65.
- Zaoual, H. (2009). Do turismo de massa ao turismo situado. Quais as transições? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária. Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 55-75). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Página deixada propositadamente em branco

Análise das referências bibliográficas das teses de doutoramento defendidas no Programa de Pós-Graduação em Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra.

Analysis of the bibliographic references of doctoral theses defended in the Post-Graduate Program in Tourism, Leisure and Culture at Coimbra University.

Valéria Luiza Pereira Fedrizzi

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, Campos do Jordão.
valeria.fedrizzi@ifsp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8753-2410>

Norberto Santos

Departamento de Geografia e Turismo. Faculdade de Letras.
Universidade de Coimbra e Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território - CEGOT
norgeo@ci.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1752-999>

Resumo:

Vinte teses de doutoramento produzidas na Universidade de Coimbra (Portugal), nos Programas de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura e em Geografia, com o tema de turismo, foram submetidas a um estudo bibliométrico, tendo como foco a análise das referências bibliográficas utilizadas pelos diferentes autores. Todas as teses analisadas, das quais 16 foram defendidas na Faculdade de Letras, e 4 na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, estão indexadas no repositório digital da Universidade de Coimbra. A análise dessas 20 teses de doutoramento levantou um universo de pesquisa de 8.546 referências bibliográficas, do qual foi extraído um percentual de 10% para compor o corpo amostral. Quanto às fontes de informação, os resultados indicaram a predominância de livros (33%), seguida de periódicos científicos (31%), outros documentos (19%), capítulos de livros (10%), publicações em eventos técnico-científicos (4%) e dissertações-teses (3%). A análise da produção acadêmica no Programa de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, representada pelas teses, contribui sobremaneira para a consolidação da área científica de Turismo em Portugal.

Palavras-chave: turismo, doutoramento em turismo, análise da produção universitária em turismo, investigação em turismo, formação avançada em turismo

Abstract:

Twenty doctoral theses produced at the University of Coimbra, Portugal, in the Doctorate Programs in Tourism, Leisure and Culture and in that of Geography, with the theme in tourism, were subjected to a bibliometric study focused on the analysis of the bibliographic references used by the different authors. All the theses analyzed, of which 16 were defended at the Faculty of Letters, and 4 at the Faculty of Sports Science and Physical Education, are indexed in the University of Coimbra digital repository. The analysis of those 20 doctoral theses raised a research universe of 8,546 bibliographical references, from which a percentage of 10% was extracted to form the sampling body of the research. With regard to the sources of information, the results showed the predominance of books (33%), followed by journals (31%), other sources of information (19%), chapters of books (10%), scientific events (4%) and masters' dissertations and doctoral theses (3%). The analysis of the academic production in the Doctorate Program in Tourism, Leisure and Culture represented by the theses contributes greatly to the consolidation of the area of Tourism in Portugal.

Keywords: tourism, doctorate program in tourism, analysis of the university production in tourism, research in tourism, advanced training in tourism

1. Introdução

O turismo em sua essência caracteriza-se pela deslocação, de pessoas e/ou grupos de pessoas, a lugares diferentes do seu ambiente habitual. Conforme se constata em *International Recommendations for Tourism Statistics* (IRTS, 2010, p. 10) “um visitante é um viajante que faz uma viagem para um destino principal fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano, por qualquer objetivo principal (negócios, lazer ou outros fins pessoais)”, sendo que “um visitante (doméstico ou internacional) é classificado como turista (ou visitante durante a noite) se a sua viagem incluir uma estada noturna, ou, de outro modo, como visitante do mesmo dia (ou excursionista)” (IRTS, 2010, p. 10). Como brevemente referido, a deslocação resulta de diversas motivações que a IRTS (2010) organiza em pessoais (Férias, Lazer e recreio; Visita a familiares e amigos; Educação e formação; Saúde e cuidados médicos, Religião e peregrinação; Compras, Trânsito e outras) e de Negócios e Profissionais.

Todavia, as motivações, até por serem subjetivas, são muito diversificadas, mas para melhor qualificá-las e compreendê-las, foram criados estes segmentos turísticos. Assim, devido a essa imensa abrangência e diversidade, o turismo quando analisado em âmbito acadêmico arrola várias disciplinas do conhecimento, como a História, a Antropologia, a Administração, a Sociologia, Geografia, a Psicologia, Línguas, o Marketing, a Economia, entre outras ciências (Fedrizzi, 2014).

Em função dessa diversidade de áreas do conhecimento e ciências envolvidas nos estudos turísticos, os resultantes das pesquisas em turismo, e a revisão da bibliográfica realizada pelos pesquisadores dos estudos turísticos, em decorrência dessa interdisciplinaridade, utilizam-se de obras de referência, não apenas e somente da área fulcral (Turismo e Lazer), mas, também, de elementos teóricos oriundos de outros campos de estudos e ciências, gerando uma produção científica interdisciplinar e transdisciplinar (Dencker, 2000).

A concentração dos esforços da produção científica em turismo é proveniente, principalmente, dos cursos em nível de pós-graduação doutorada em turismo, e essa produção do conhecimento apresenta três tendências evidentes: *status* da área, importância da atividade turística e a internacionalização dessa produção (Botterill e Gale, 2008, p. 644). Nesse sentido, percebe-se o crescimento e maturidade das pesquisas oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Turismo e cursos afins à área, e como consequência, essa produção passa a compor

como objeto de investigação, da Ciência da Informação.

Realizou-se uma pesquisa com recurso a conhecimentos aplicáveis da Ciência da Informação, tendo como universo de investigação a produção científica em âmbito de terceiro ciclo, gerada via tese de doutoramento, onde foram observadas as referências bibliográficas aí contidas, defendidas no curso de Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura, da Universidade de Coimbra ou quando a temática do Turismo fosse central para pesquisa, no Doutorado de Geografia. O curso de Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura, nas áreas disciplinares do Turismo, Lazer e Património e do Lazer e Desporto, foi ofertado a partir de 2008, na Faculdade de Letras, embora sendo um curso de bi-titulação conjuntamente com a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

2. O terceiro ciclo em turismo

No caso de Portugal, os cursos de doutoramento, são regulamentados pelo Decreto-lei n.º 388/70, de 18 de Agosto¹ (Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes). Na área de Turismo, o terceiro ciclo (doutoramento), teve início na Universidade de Aveiro, a partir do ano de 1995, sendo posteriormente aberto em 2001, o curso de mestrado na mesma instituição (Rejowski, 2010). A oferta do terceiro ciclo na área de Turismo, em Portugal, se comparada com a oferta brasileira, que se inicia em 1993 (Rejowski, 1998), surge quase que paralelamente, sendo ofertado no setor público na Universidade de Aveiro, através do Despacho n.º 26-R/95, de 24 de março de 1995, apenas dois anos depois.

Posteriormente, em Portugal, aconteceu a abertura deste tipo de formação avançada em outras instituições. Em 2004, ocorre a abertura do Doutorado, na área de Turismo, na Universidade de Évora. As instituições de ensino privadas de Portugal, também realizaram a abertura de cursos de terceiro ciclo, em parceria com instituições estrangeiras. O doutorado em Turismo, da Universidade Internacional da Figueira da Foz, e o Doutorado em Ciências do Turismo, no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (IS CET), foram cursos de terceiro ciclo abertos em parceria com instituições privadas (Santos, 2010):

[...] A Universidade Internacional da Figueira

¹ Acedido a 15 de 12 de 2017, em: <https://dre.tretas.org/dre/45893/decreto-lei-388-70-de-18-de-agosto>.

da Foz dinamizou o Doutoramento em Turismo (Novos Recursos e Sustentabilidade em Turismo) da Universidade de Salamanca (Espanha), o Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET) promoveu o Doutoramento em Ciências do Turismo da Universidade de Perpignan (França). (p. 71)

Na sequência cronológica, de criação dos cursos de terceiro ciclo em Portugal, na área de Turismo surge o Doutoramento em Turismo, na Universidade do Algarve, criado em 2007², e o Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, criado em 2008.

Mediante a oferta de cursos de terceiro ciclo em Portugal, evidencia-se a maturação do conhecimento na área de turismo, através das publicações geradas pelas pesquisas nesses programas, e também pelas teses de doutoramento defendidas. Assim, da conjugação das pesquisas sobre o turismo com as propostas de análise, oriundas da Ciência da Informação, as pesquisas em Turismo, sobretudo as teses de doutoramento, tornam-se objeto de investigação, na união das duas ciências.

Nesse sentido as teses de doutoramento, influenciam nos avanços quanto à compreensão, abrangência e importância do fenómeno turístico no cenário português, e o seu relacionamento com a área da Ciência da Informação, possibilita múltiplas aplicações de estudos métricos, acerca dessa produção.

3. Aplicação da Ciência da Informação (CI) na área de turismo

Na CI existem áreas do conhecimento, dedicadas e preocupadas em mensurar a informação. “Uma característica da ciência é a mensuração e ela é um desafio constante, nas várias áreas, que requer um contínuo aprimoramento [...]” (Witter, 2006, p. 289). As principais áreas da Ciência da Informação que afloram esse interesse permanentemente são: a Bibliometria, a Cientometria, a Informetria e a Webmetria.

A Bibliometria, segundo Spinak (1996) consiste na utilização de métodos matemáticos e estatísticos, utilizando base de dados para análise. A Cientometria, “aplica técnicas bibliométricas a la ciencia [...] la

cienciometría puede establecer comparaciones entre las políticas de investigación entre los países analizando sus aspectos económicos y sociales” (Spinak, 1996, p. 142).

A Informetria, de acordo com Almind e Ingwersen (1997), integra a Webometria, que, para Vanti, (2002, p. 156) “consiste, conforme a definição esboçada por estes últimos autores, na aplicação de métodos informétricos à World Wide Web”.

Entretanto, como esboçado, a força matriz dessas diversas subáreas da CI, faz-se pelo uso de métodos matemáticos e estatísticos, na avaliação da ciência, via intenção de quantificar e mapear a produção científica, em bases de dados, nas páginas da Web, em outros suportes e formatos de informação. Esses estudos métricos são, sobretudo, baseados na aplicação de leis e princípios bibliométricos, como, por exemplo, a Lei de Lotka (1926) aplicada frequentemente para analisar a produtividade científica de autores, a Lei de Bradford (1934), que verifica a produtividade de periódicos, e a Lei de Zipf (1949), utilizada para contabilizar a frequência de palavras (Guedes & Borschiver, 2005, p. 3).

A aplicação dessas técnicas da CI intensifica-se, atualmente, pela crescente necessidade de avaliar a produção do conhecimento e um dos temas extremamente abordados é a análise de citações. Vanz (2004, p. 35) afirma que, “depois da Lei de Bradford, a análise de citações é um dos temas da bibliometria mais populares, conforme Mostafa (2002) e Urbizagástegui (1984)”. Os estudos dessa natureza possibilitam a descoberta de fatores importantes dentro de uma área de conhecimento, destacando-se a avaliação da produção, elite dos autores, bibliografias básicas, teorias de referência, entre outras variáveis interpretativas.

Contudo, as pesquisas norteadas para a análise de citações, ou seja, a análise das referências bibliográficas, de coleções pré-determinadas, também recebem críticas, como esclarecem Santos e Kobashi (2009, p. 166), ao afirmarem “[...] que o núcleo cultiva a identidade. Por outro lado, os demais autores frequentemente citados guardam vínculos intelectuais com o autor e, assim, alimentam uma identidade social”. Nessa perspectiva os resultados, dos estudos de análises de citações (referências), devem ser interpretados com cautela, pois acredita-se que em algumas das variáveis interpretativas, como a elite de autores, que abaixo será explicitada, os resultados podem ser endogénicos.

A exemplo de outras ciências e campos do conhecimento, no Turismo identificam-se também algumas pesquisas pautadas nas métricas das CI,

² O Programa de Doutoramento em Turismo, criado pela deliberação n.º 1436-A/2007 publicada no Diário de República de 24 de Julho de 2007, e registado na Direção Geral do Ensino Superior com o n.º R/B/-Cr 204/2007, obedece, na sua 2.ª Edição - com início no ano lectivo de 2009/2010 -, à alteração aprovada pelo Senado (Secção de Ensino Universitário), publicada em Diário da República como Deliberação n.º 1126/2009, de 16 de Abril de 2009. Acedido a 18 de 2017 em: <http://www.fe.ualg.pt/doutoramentos/pdt/index.htm>.

principalmente, na análise dos principais periódicos da área (Bertuzzo, 2004; Mckercher, Law, & Lam, 2006; Minozzo & Rejowski, 2004; Rejowski & Aldrigui, 2007; Ribeiro, 2015; Rosvadoski da Silva, Deboça, Hocayen da Silva, & Veiga, 2012; Ryan, 2005) e pesquisas com o objetivo de analisar e investigar as tendências das pesquisas na área do Turismo (Ballantyne, Packer, & Axelsen, 2009; Dann, Nash, & Pearce, 1988; Rejowski, 2002, 2010; Santos & Costa, 2010; Sheldon, 1991; Tribe, 1997; Xiao & Smith, 2006).

4. Procedimentos Metodológicos

Realizou-se um estudo bibliométrico, tendo como objeto de investigação as teses de doutoramento, defendidas no programa de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, da Universidade de Coimbra. A captura das teses realizou-se pelos exemplares indexados na biblioteca virtual da instituição, no domínio Estudo Geral, em Comunidades & Coleções, Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo, Teses de Doutoramento, e

Quadro 1
Teses Analisadas

Ano	Autor(a)	Título da Tese
2009	Santos, Miguel Cerqueira dos	Turismo e ambiente costeiro no Brasil e em Portugal: análise comparada de Jaguaripe, no Recôncavo Baiano, e de Mira, na Região Centro
2010	Gustavo, Nuno Silva	Os novos espaços de lazer, turismo e saúde em Portugal: o caso dos SPA
2011	Silva, Carlos Alberto Videira da	Sicó: a dimensão cultural das paisagens: um estudo de turismo nas suas vertentes cultural e natureza
2011	Alves, Valentino José Carvalho do Vale	O olhar das palavras do turista britânico: representações de Portugal nos livros de viagens: 1950-2000
2013	Brito, Mónica Belchior Morais de	Percursos de sustentabilidade: políticas e práticas de planeamento para o desenvolvimento turístico no Município de Sines
2013	Marques, Jorge Humberto Soares	Turismo de Negócios. Convention & Visitors Bureau na Região Centro de Portugal
2013	Melo, Ricardo José Espírito Santo de	Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável: Análise dos Praticantes e das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza
2014	Moreira, Claudete Carla Oliveira	Turismo, Território e Desenvolvimento: Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos
2014	Monteiro, Anabela Figueiredo Machado	A mobilidade académica europeia e o turismo educativo e cultural: factores de decisão e de motivação
2015	Trentin, Fábia	Políticas de turismo no Brasil: tomada de decisão e a análise das estruturas de governança nos destinos turísticos de Armação dos Búzios e de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, Brasil
2015	Simões, Paulo Fernando Pereira Fabião	Paisagem Cultural e o Elétrico na Cidade de Coimbra: Propostas para a sua reintrodução turística
2015	Costa, Carlos Alberto Figueiredo da	Turismo na Serra da Estrela: - Impactos, Transformações Recentes e Caminhos Para o Futuro
2015	Ramos, George Manuel de Almeida	Inovação Institucional, Turismo e Desenvolvimento em Territórios de Baixa Densidade - o caso do Geopark Naturtejo
2016	Silveira, Luís Eduardo Ávila da	O turismo de iates - Estratégia de desenvolvimento para a Figueira da Foz
2016	Ribeiro, Susana Isabel da Silva	Gestão dos Destinos Turísticos: novas políticas de desenvolvimento turístico e modelos de governança de DMO (Destination Management Organization). Uma proposta para o Destino Porto
2017	Silva, Susana Maria Pereira da	Lazer e turismo nos jardins históricos portugueses: uma abordagem geográfica
2017	Balula, Maria Adília Gonçalves	Turismo e Património Cultural nos Campos do Mondego: lugares, práticas e tradições
2017	Santana, Isabel Maria Martins Borges	O Enoturismo na Região Demarcada do Douro: a Festa das Vindimas como produto turístico
2017	Pereira, Alexandra Maria de Almeida Matos	Imagem, Qualidade, Satisfação e Lealdade: Modelo Integrador para o Touring em Portugal
2017	Paiva, Odete Maria de Matos	Autenticidade e Centros Históricos Património Mundial: contributo para explicar a redundância - uma abordagem multigrupos

Fonte: Elaboração própria.

Acedido a 16 de 10 de 2017, em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15235>.

mínio do Turismo e do Desenvolvimento para a sociedade, através da interação direta com decisores na área da prestação de serviços e ao nível dos responsáveis pelas políticas dos setores relevantes do vasto campo do lazer, turismo e património. (ACEF/1112/09502³)

Eram oferecidas oito vagas por ano letivo, tendo o curso a duração três anos, em período diurno. Depois do encerramento do 1.º curso efetuou-se um ajustamento do número de entradas, que passou para dez. A juntar a estes números importa também referir que foram abertas vagas especiais associadas a dois protocolos celebrados com instituições internacionais ligadas a países de língua oficial portuguesa: Brasil (Serviço Social do Comércio de Fortaleza - SESC) e Angola (Ministério do Turismo, Luanda), que permitiu a inscrição de mais catorze estudantes de doutoramento, sete de cada instituição. Os ramos de pesquisa alinhados ao programa foram: Turismo e Desenvolvimento (Tourism and Development); Lazer e Desporto (Leisure and Sports), Património e Cultura (Heritage and Culture).

Atualmente o curso passa por um processo de reformulação, tendo as últimas entregas de trabalhos para defesa em provas públicas acontecido em outubro de 2017 (doze teses) com o curso de Mestrado (2º ciclo), a continuar em funcionamento no Departamento de Geografia e Turismo, da Faculdade de Letras, na Universidade de Coimbra.

5. Resultados e discussão

Um dos pontos iniciais da observação pautou-se no formato da referência bibliográfica citada pelos autores, no tocante a distinção de referências no formato impresso, consultados na versão impressa, das referências com formato eletrónico, consultadas na versão digital, da fonte citada. A predominância foi para o formato impresso (85%), seguido do formato eletrónico (15%), esse resultado faz-se interessante, pois o acesso digital às fontes de informação é rápido e atualmente, é possível a aplicação de bons filtros nas bases de dados. Todavia, a utilização da fonte impressa (papel) foi a predominante, devido à facilidade de acesso a essas fontes.

Outro fator de análise foi a observação do ano de publicação das obras citadas, nas listas de bibliografia das teses analisadas. Importa referir que devido ao facto de o ano de depósito da primeira tese ter ocorrido em 2009, as obras citadas, foram publicadas

de forma maioritária, antes desse ano. Na Figura 2, pode-se confirmar precisamente essa distribuição temporal.

A predominância das obras utilizadas para compor as teses, inscreve-se nos períodos de 2001-2005 (23%), de 2006-2010 (20%), de 1996-2000 (14%), de 2011-2015 (11%), de 1991-1995 (9%), representando os demais períodos 23% das referências amostradas. Nesse sentido, a bibliografia utilizada é predominantemente recente, ao ano de depósito da primeira tese que aconteceu em 2009.

Outra variável de análise foi o tipo de documento citado. As referências agruparam-se em: *Capítulo de Livro*, *Dissertações-Teses*, *Evento Técnico-científico*, *Livro*, *Periódicos e outros Documentos*, com universo amostral de 851 referências.

Na Figura 3, o tipo de fonte bibliográfica mais utilizada foram os livros, e predominantemente impressos. Com resultado muito semelhante ao resultado obtido pelos livros há as referências do tipo revista científica (periódico), o que se justifica, fundamentalmente, porque este tipo de fonte de informação classifica-se entre os veículos de propagação rápida dos novos conhecimentos científicos gerados pela comunidade científica. A incidência de tipo de referência, também foi expressiva no tipo,

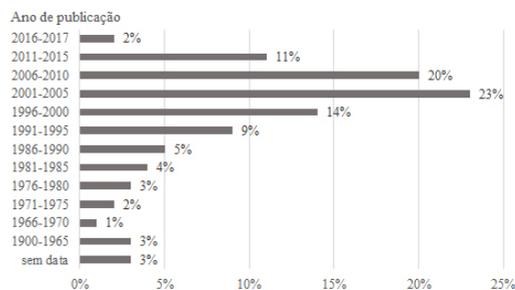


Figura 2
Ano de produção das referências citadas.
Fonte: Elaboração própria.

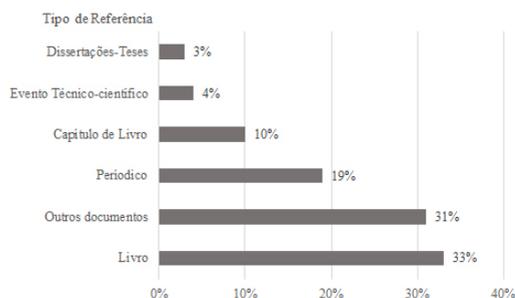


Figura 3
Tipo de referência citada.
Fonte: Elaboração própria.

³ Documento submetido em 2008, sob o controle n. ACEF/1112/09502 (Guião para a auto-avaliação). No sistema de Informação A3ES. (<http://www.a3es.pt>). Disponibilizado pela Universidade de Coimbra.

outros documentos, sendo esses principalmente: Sites, Relatórios, Estatísticas, Legislação, Decretos, Planos, Regulamentos, Anuários, Jornais, Mapas, Projetos, Resolução Normativa e Outros.

Nos itens, *livros e capítulo de livros*, foram identificadas as editoras responsáveis pelas publicações citadas. Das 362 citações amostradas (livros e capítulos de livros), obtiveram-se 228 diferentes editoras. Foram listadas no Quadro 2, as 41 editoras que obtiveram frequência superior a duas citações. Das editoras, 37% são portuguesas - 4 dessas possuem sede na cidade de Coimbra, local origem do programa analisado, 27% possuem sede no Reino Unido, 17% sediadas nos Estados Unidos, 12% Brasileiras e 7 % sediadas em outros países.

Quanto ao idioma das referências citadas, na amostra predominou o idioma português (47%), como seria de esperar, visto ser a língua oficial do programa de Pós-Graduação e o idioma oficial do país, seguido pelo inglês (45%), francês (5%) e espanhol (3%), não tendo os idiomas italiano e alemão grande expressividade (1% das referências amostradas).

Ao analisar a distribuição de frequência de citações, feitas para o tipo de referência *periódico*, foi utilizada a lei do Elitismo de Solla Price (1965), onde a elite é representada através da raiz quadrada do conjunto produtor, no caso presente os títulos dos periódicos mais citados, que corresponde a metade do conjunto produzido⁴.

No Quadro 3, valorizando a composição matemática da representação da elite dos periódicos científicos para a população estudada encontram-se listados os periódicos que obtiveram mais de 3 citações

Entre os periódicos científicos (*journals*), os colocados nas duas primeiras posições, são editados pela Elsevier B.V. O periódico *Annals of Tourism Research*⁵ (ISSN: 0160-7383) caracteriza-se como um *journal*, da área de conhecimento das Ciências Sociais, focado nas pesquisas em Turismo, tendo como editor chefe John Tribe e CiteScore: 3.69; Fator de Impacto: 3.194; 5 anos-Fator de Impacto: 5.544; Source Normalized Impact per Paper (SNIP): 2.465 e SCImago Journal Rank (SJR): 2.205 (Clarivate Analytics, 2017). Já o periódico, *Tourism Management*⁶ (ISSN: 0261-5177), possui como linha norteadora de pesquisa, o planeamento e gestão da atividade turística, tendo como editor chefe Chris Ryan, e CiteScore: 5.68; Fator de Impacto: 4.707; 5 anos-Fator

Quadro 2
Editoras Presentes na Amostra

Editoras	País	Sede	Citações
Routledge	Reino Unido	Londres	21
Imprensa da Universidade de Coimbra	Portugal	Coimbra	15
Butterworth-Heinemann	Reino Unido	Oxford	11
Prentice Hall	Estados Unidos	Nova Jersey	9
Edições Afrontamento	Portugal	Porto	7
Cabi Publishing	Reino Unido	Wallingford	7
Sage Publications	Estados Unidos	Thousand Oaks	7
Pearson Education	Reino Unido	Londres	6
Elsevier	Países Baixos	Amesterdão	5
Hucitec Editora	Brasil	São Paulo	5
Bertrand Editora	Portugal	Lisboa	4
Economica	Portugal	Porto	4
Gradiva	Portugal	Lisboa	4
Longman Group Limited	Reino Unido	Londres	4
Universidade de Lisboa	Portugal	Lisboa	4
Atlas	Brasil	São Paulo	3
Celta Editora	Portugal	Lisboa	3
Círculo de Leitores	Portugal	Lisboa	3
Edições 70	Portugal	Coimbra	3
Fundação Calouste Gulbenkian	Portugal	Lisboa	3
John Wiley & Sons	Estados Unidos	Nova Jersey	3
Paz e Terra	Brasil	São Paulo	3
Penguin Books	Reino Unido	Londres	3
Thompson	Reino Unido	Luton	3
Editorial Verbo	Portugal	Lisboa	3
Agnesotti	Itália	Viterbo	2
Belhaven Press	Reino Unido	Londres	2
Cambridge University Press	Reino Unido	Cambridge	2
Editora Contexto	Brasil	São Paulo	2

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Isto é, qualquer população de tamanho N, contém uma elite do tamanho da \sqrt{N}

⁵ Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/annals-of-tourism-research/>

⁶ Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/tourism-management>

Quadro 2
Editoras Presentes na Amostra

Editoras	País	Sede	Citações
Edições ASA	Portugal	Vila Nova de Gaia	2
Edições Colibri	Portugal	Lisboa	2
Heinemann	Reino Unido	Londres	2
Futura	Brasil	São Paulo	2
Indiana University	Estados Unidos	Bloomington	2
McGraw-Hill Education	Estados Unidos	Nova Iorque	2
Methuen Publishing	Reino Unido	Londres	2
Palimage Editores	Portugal	Coimbra	2
Presses Universitaires de France	França	Paris	2
Princeton University Press	Estados Unidos	Nova Jersey	2
Scribe - Produções Culturais	Portugal	Lisboa	2
Van Nostre Reinhold	Estado Unidos	Cambridge	2

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3
Periódicos Científicos Citados na Amostra

Periódico	Citações
Annals of Tourism Research	32
Tourism Management	25
Journal of Travel Research	12
Journal of Sustainable Tourism	7
Journal of Leisure Tourism	6
Journal of Travel & Tourism Marketing	5
Cadernos de Turismo	3
Journal of Business Research	3
Journal of Vacation Marketing	3

Fonte: Elaboração própria.

de Impacto: 6.048; Source Normalized Impact per Paper (SNIP): 3.213 e SCImago Journal Rank (SJR): 2.580 (ClarivateAnalytics, 2017).

O terceiro periódico mais citado foi o Journal of Travel Research⁷ (JTR) (ISSN: 0047-2875 e Online ISSN: 1552-6763), editado pela Sage Journals, publica pesquisas com foco no comportamento do consumidor turístico, e do desenvolvimento e planeamento dessas ações. O editor chefe é Geoffrey I. Crouch, o fator de Impacto foi 4.564 (Clarivate Analytics, 2017).

Podemos, pois, referir que as citações de periódicos nas teses de Turismo do Departamento de Geografia e Turismo procuram o que melhor se faz no âmbito da investigação em Turismo, Destinos turísticos, Gestão Turística e Comportamento Espacial do Turista.

No Quadro 4, é possível visualizar a distribuição quantitativa feita para compor a elite dos periódicos científicos, onde se contabilizam 268 trabalhos citados (periódicos), de 166 diferentes títulos de periódicos, com a raiz quadrada de 12.88 e o número citações que mais se aproxima dessa raiz é o número nove. Assim o número nove, corresponde ao título de periódico com repetição de citação, superior a três referências (32 a 3 citações).

Na tentativa de nortear os resultados obtidos pela amostra, que configurou a elite dos periódicos do Programa de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura identificaram-se os dez periódicos mais citados, segundo o ranking do Scimago Journal & Country Rank (SJR), dentro da temática Tourism, Leisure and Hospitality. O Quadro 5 apresenta o ranking na sua última avaliação de 2016.

Comparativamente aos títulos dos periódicos mais citados pela amostra, coincidem quatro títulos de periódicos, entre os dez títulos listados, entre os melhores classificados pelo ranking da SJR, sendo os títulos: Annals of Tourism Research; Tourism Management; Journal of Travel Research e Journal of Sustainable Tourism. Nesse sentido, a revisão do estado da arte, nas temáticas que abordam o turismo e temas afins, fazem-se úteis a utilização dos periódicos relevantes para a área, possibilitando a apropriação de dados atuais na elaboração de novas pesquisas científicas, o que acarretará o fomento do conhecimento.

Quadro 4
Distribuição da Elite dos Periódicos

P	C	P.C	P	(P.C)
1	32	32	1	32
1	25	25	2	57
1	12	12	3	69
1	7	7	4	76
1	6	6	5	82
1	5	5	6	87
3	3	9	9	96
15	2	30	24	126
142	1	142	166	268

P = Periódico
C = Citações

Fonte: Elaboração própria.

⁷ Disponível em: <http://journals.sagepub.com/home/jtr>

Quadro 5

Scimago Journal & Country Rank (SJR)

Título do Periódico	SJR	H index	Total Docs. (2016)	Total Docs. (3 years)	Total Refs.
Journal of Travel Research	3.040 Q1	94	57	191	4408
Tourism Management	2.580 Q1	130	186	504	14659
Annals of Tourism Research	2.205 Q1	123	121	289	5510
Cornell Hospitality Quarterly	1.996 Q1	53	24	135	1675
International Journal of Hospitality Management	1.956 Q1	75	124	470	8102
Journal of Service Management	1.823 Q1	37	36	99	3008
International Journal of Contemporary Hospitality Management	1.745 Q1	47	126	220	10302
Journal of Sustainable Tourism	1.687 Q1	68	126	209	7157
Journal of Hospitality Marketing and Management	1.556 Q1	25	45	122	3286
Journal of Hospitality and Tourism Research	1.553 Q1	47	21	85	1364

Fonte: <http://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=1409>, acessado em abril de 2018.

Entre as fontes de informação, pouco citadas nas teses analisadas, destacaram-se as do tipo eventos técnico-científicos, que totalizaram 33 (citações). Dessas referências 61% foram para eventos realizados no estrangeiro e 39% para eventos sediados em Portugal. As referências oriundas de dissertações-teses, essas totalizaram 28 (citações), predominantemente de Instituições de Ensino Portuguesas (71 %), seguida de Instituições de Ensino localizadas em outros países (29%). As dissertações e teses utilizadas nas teses analisadas, são trabalhos predominantemente de universidades portuguesas, conforme ilustrado na Figura 4.

Outra frente interpretativa foi o tipo de autoria das referências citadas nas teses analisadas, com a intenção de detetar o grupo de elite dos autores, onde na composição desse grupo de autores, se contabilizaram trabalhos escritos por autoria única, como trabalhos escritos por autoria coletiva, porém que recaíssem em investigadores. A frequência da elite dos autores, utilizando-se da lei de Solla Price (1965), pode ser visualizada no Quadro 6, onde a raiz quadrada do somatório de autores (689), resulta em 26.24 e o número mais próximo encontrado foi o

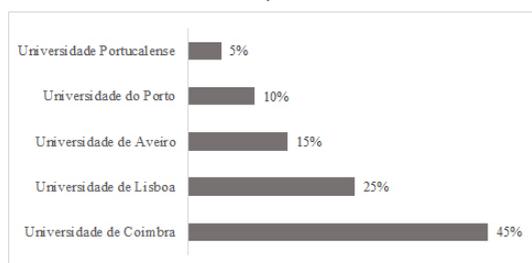


Figura 4
Instituições Portuguesas de origem das dissertações e teses
Fonte: Elaboração própria.

número 18 (autores), definindo o intervalo numérico, três a seis citações, para listar no Quadro 7, a elite dos autores.

Na elite dos autores de pessoas físicas, destacaram-se 18 autores, sendo essencialmente trabalhos escritos individualmente, com apenas uma exceção. Observou-se que dos trabalhos de autoria nominal de investigador, quando escrito por dois ou mais autores, 75% dessas referências amostradas, ou seja trabalhos colaborativos, escritos por dois ou mais autores foram quanto do tipo *periódico científico*.

Desses autores que formaram a elite dos autores, três autores foram docentes do programa de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, a negrito no Quadro 7. Outro cruzamento sobre os dados amostrados, teve como foco as referências bibliografias indicadas nas disciplinas do programa, e desses autores (elite) duas bibliografias repetiram sendo:

- Tribe, J. (2011). *The economics of recreation, leisure and tourism*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Fernandes, J. L. (2008). Território, Cultura e diversidade da oferta turística na Europa. *Cadernos de Geografia*, n.º 26/27. Departamento de Geografia/Fluc-Universidade de Coimbra.

Dos autores mais citados, doze autores escrevem predominantemente em português, cinco autores escrevem predominantemente em inglês, e um autor escreve em francês.

Quanto à autoria do tipo institucional, observou-se apenas a instituição de referência da unidade analisada (145 referências). Repetiram-se entre 2 a 14 (citações): Instituto Nacional de Estatística; World Tourism Organization (WTO); Turismo de Portugal;

Quadro 6
Distribuição da Elite dos Autores

A	C	A.C	A	(A.C)
1	6	6	1	6
3	4	12	4	18
14	3	42	18	60
32	2	64	50	124
639	1	639	689	763

A = Autores
C = Citações

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 7
Elite dos Autores

Autores	Citações
Cunha, L.	6
Pearce, P. L.	4
Santos, M.	4
Silva, S. B. M.	4
Bourdieu, P.	3
Boniface, B., Cooper, C.	3
Cavaco, C.	3
Cohen, E.	3
Cravidão, F.	3
<u>Fernandes, J. L. J.</u>	3
Gomes, C. S. R.	3
Marques, J.	3
Martins, A. F.	3
Richards, G.	3
Santos, B. S.	3
<u>Santos, N. P.</u>	3
Tribe, J.	3
Vieira, J. M.	3

Fonte: Elaboração própria.

Conselho de Ministros; Jornal Oficial das Comunidades Europeias; Diário da Republica; Área Metropolitana do Porto; Ministério da Economia e Ministério do Turismo - Brasil.

6. Considerações Finais

A produção de conhecimento gerado no curso de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, da Universidade de Coimbra, realizado pelos esforços colaborativos da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física foi objeto

de investigação tendo como pano de fundo as métricas da Ciência da Informação, onde foram extraídas as listas de bibliografia das teses defendidas entre o período de 2009-2017.

Analisou-se o conjunto de 20 teses de doutoramento, sendo 16 teses defendidas, na Faculdade de Letras, e 4 teses defendidas na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, estando essas indexadas no repositório digital da Universidade de Coimbra, denominado Estudo Geral.

O somatório das listas bibliográficas totalizou 8.546 referências bibliográficas listadas, e desses foram extraídas 860 referências, a média de referências por tese defendida é de 427 referências bibliográficas, o que indica ampla revisão aos temas propostos nas pesquisas.

Quanto ao tipo de documento referenciado na bibliografia, valendo-se do tipo de informação, a predominância foram os livros (33%), seguido dos periódicos científicos (31%) (*papers*), outros documentos (19%), capítulo de livros (10%), eventos técnico-científicos (4%) e dissertações-teses (3%). Nesse resultado faz-se necessária a dupla interpretação dos resultados, a primeira é que o tipo de documento mais citado, nas referências são os livros e capítulos de livros, e o segundo tipo, os capítulos estão contidos nos livros, assim somados os resultados totalizaram 43% da população amostral, ou seja, quase metade do valor total. A tendência na utilização de livros e capítulos de livros é uma característica da área das ciências sociais e pode ser constatada em outras pesquisas semelhantes.

A segunda apreciação ainda nessa perspectiva, é que esse resultado provavelmente é reflexo de uma comunidade académica conservadora. Porém, por outro lado, mostra-se aberta a novos conhecimentos, mediante os resultados obtidos principalmente, quanto à utilização dos periódicos científicos. Contudo evidenciou a preferência por referências bibliográficas no formato impresso 85%, e 15% digital, entretanto acredita-se que algumas dessas referências citadas pelos pesquisadores poderiam ter sido consultadas em formato digital e listadas em formato impresso.

No tocante ao idioma predominante das referências, é sabido da preferência da língua materna, porém os resultados foram extremamente expressivos no idioma inglês, o que propõe no cenário da ciência, a revisão bibliográfica alargada. Nesse sentido, essas teses de doutoramento resultam na ampliação do amadurecimento do conhecimento científico em Turismo em Portugal. Acredita-se na constante necessidade de novos estudos métricos, na área de

Turismo e seus desdobramentos, permitindo melhorar e contribuir na compreensão teórica.

Bibliografia

- Almind, T. C., & Ingwersen, P. (1997). Informetric analyses on the world wide web: methodological approaches to "webmetrics". *Journal of Documentation*, 53(4), 404-426. <https://dx.doi.org/10.1108/EUM000000007205>.
- Ballantyne, R., Packer, J., & Axelsen, M. (2009). Trends in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 36(1), 149-152. <https://dx.doi.org/10.1016/j.annals.2008.07.001>.
- Bertuzzo, G. M. P. (2004). Produção científica: um estudo cienciométrico do periódico Turismo em Análise. *Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, II*. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/30-producao-cientifica.pdf>.
- Botterill, D., & Gale, T. (2008). Pós-graduação e doutorado. In D. Airey & J. Tribe (Eds.), *Educação internacional em turismo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Bradford, S. C. (1934). Sources of information on specific subjects. *Engineering*, [s.l.], 37, 85-86.
- Dann, G., Nash, D., & Pearce, P. (1988). Methodology in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 15(1), 1-28.
- Dencker, A. D. F. M. (2000). *A pesquisa e a interdisciplinaridade no ensino superior: uma experiência no curso de turismo*. São Paulo: Aleph.
- Fedrizzi, V. L. F. (2014). *Dissertações de Mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Turismo: análise das temáticas e citações* (Doctoral dissertation). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Guedes, V. L., & Borschiver, S. (2005). Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do Conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *Encontro Nacional de Ciência da Informação*, 6, 1-18. Acedido em 20 de 16 de 01 de 2018 em: <http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20-%20Ferramenta%20estat%EDstica%20VaniaLSGuedes.pdf>.
- Lotka, A. J. (1926). The frequency distribution of scientific productivity. *Journal of the Washington academy of sciences*, 16(12), 317-323.
- Mckercher, B., Law, R., & Lam, T. (2006). Rating tourism and hospitality journals. *Tourism Management*, 27(6), 1235-1252. <https://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2005.06.008>.
- Minozzo, C. C., & Rejowski, M. (2004). Periódicos Científicos em Turismo: panorama evolutivo e caracterização da Revista Turismo em Análise. *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre*.
- IRTS (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Studies in Methods, Series M, No.83/Rev. New York.
- Rejowski, M. (1998). Realidade versus necessidades da pesquisa turística no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 9(1), 82-91.
- Rejowski, M. (2002). *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional e situação brasileira* (2. ed.). Campinas: Papirus.
- Rejowski, M. (2010). Produção Científica em Turismo: análise de estudos referenciais no exterior e no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 21(2), 224-246. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i2p224-246>.
- Rejowski, M., & Aldrighi, M. (2007). Periódicos científicos em turismo no Brasil: dos boletins técnico-informativos às revistas científicas eletrônicas. *Revista Turismo em Análise*, 18(2), 245-268. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i2p245-268>.
- Ribeiro, C. G. (2015). *Publicação científica em turismo: métricas de apresentação e referênciação* (Master's thesis). Universidade de Aveiro, Aveiro. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/16338>.
- Rosvadoski da Silva, P., Deboça, L. P., Hocayen da Silva, A. J., & Veiga, R. T. (2012). Uma análise da produção científica nos periódicos de turismo sobre o tema comportamento do consumidor em turismo. *Turismo-Visão e Ação*, 14(1), 47-66. <https://dx.doi.org/10.14210/rtva.v14n1.p047-066>.
- Ryan, C. (2005). The ranking and rating of academics and journals in tourism research. *Tourism Management*, 26, 657-662. <https://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2004.05.001>.
- Santos, J. H. A. P. (2010). *A investigação sobre turismo em Portugal* (Master's thesis). Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Santos, J. H. A. P., & Costa, C. M. M. (2010). O estado da arte da investigação em turismo em Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(13), 329-341.
- Santos, R. N. M. (2003). Produção Científica: Por que Medir? O que Medir? *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1(1), 22-38. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10760/6264>.
- Santos, R. N. M., & Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Pesquisa Brasileira em Ciência da*

- Informação*, 2(1), 155-172. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10089>
- Sheldon, P. J. (1991). An authorship analysis of tourism research. *Annals of Tourism Research*, 18(3), 473-484.
- Solla Price, D. J. (1965). Is Technology Historically Independent of Science? A Study in Statistical Historiography. *Technology and Culture*, 6(4), Autumn, 553-568. <https://dx.doi.org/10.2307/3101749>
- Spinak, E. (1996). *Dicionário enciclopédico de bibliometria, cientometria e informetria*. Caracas: UNESCO.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 638-657.
- Vanti, N. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da Informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, 31(2), 152-162.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918>.
- Vanz, S. A. S. (2004). *A Produção discente em comunicação: análise das citações das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul* (Dissertação (Mestrado). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/3926>.
- Witter, G. P. (2006). Produção científica: escalas de avaliação. In D. A. Poblacion, G. P. Witter, & J. F. Modesto (Org.), *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação* (pp. 287-312). São Paulo: Angellara.
- Xiao, H., & Smith, S. L. (2006). Case studies in tourism research: A state-of-the-art analysis. *Tourism Management*, 27(5), 738-749. <https://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2005.11.002>.
- Zipf, G. K. (1949). *Human behavior and the principle of least effort*. Oxford, England: Addison-Wesley Press.

Turismo fluvial, lazeres em águas interiores e desenvolvimento local e regional

River tourism, leisure in inland waterways and local and regional development

Claudete Oliveira Moreira

Departamento de Geografia e Turismo, Universidade de Coimbra, Portugal
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, CEGOT, Portugal
claudete@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9188-191X>

Resumo:

O presente artigo parte da investigação realizada no âmbito do turismo fluvial e dos lazeres em águas interiores em Portugal. Realça a importância do rio como atração turística e como património. A conceptualização do turismo fluvial é um dos seus contributos. Esta centra-se no *stricto sensu* do turismo fluvial, evidencia a sua amplitude, a sua acentuada ancoragem territorial e sua importância para o desenvolvimento local e regional. A análise retrospectiva da valorização dos rios em Portugal releva as potencialidades do território nacional e o carácter relativamente recente e pontual dos investimentos para valorizar as águas interiores para os lazeres e para o turismo. O rio Douro é um caso paradigmático do turismo fluvial em Portugal. Os dados evidenciam um crescimento muito acentuado dos passageiros na via navegável do Douro a partir de 2011, explicado, fundamentalmente, pelo aumento de passageiros que realizam um cruzeiro fluvial na mesma albufeira; uma importância desigual de passageiros nos cais de acostagem, destacando-se Régua, Sabrosa/Pinhão, Gaia e Barca d'Alva; uma expressiva sazonalidade dos cruzeiros fluviais; uma preponderância de portugueses nos cruzeiros fluviais de um dia e de turistas internacionais nos cruzeiros em barco-hotel. A investigação sugere a importância de se inventariarem as potencialidades do território nacional em termos de turismo fluvial e de lazeres em águas interiores e de se analisar e monitorizar a procura para melhor gerir a oferta.

Palavras-chave: turismo fluvial, águas interiores, Portugal, rio Douro

Abstract:

This article takes the research undertaken on river tourism and leisure on inland waterways in Portugal as its starting point. It highlights the importance of rivers as tourist attractions and as heritage. The conceptualization of river tourism is one of its contributions. It focuses strictly on river tourism, and shows its extent, its significant foothold in the territory and its importance for local and regional development. The retrospective analysis of the exploitation of rivers in Portugal examines the potential of the national territory and the relatively recent and timely nature of investments made to exploit the inland waterways for leisure and tourism. The Douro river is a prime example of river tourism in Portugal. The data show a very strong growth of passengers on the Douro waterway from 2011 on, explained essentially by the increase in passengers who take river cruises there, with differing levels of importance of passengers at the berths, particularly at Régua, Sabrosa/Pinhão, Gaia and Barca d'Alva. There is also a significant seasonality of river cruises, and a prevalence for Portuguese people to take one-day cruises while international tourists prefer hotel boat cruises. The research suggests the importance of inventorying the national territory's potential when it comes to river tourism and leisure on inland waterways and of analysing and monitoring demand so that the supply can be managed better.

Keywords: river tourism, inland waterways, Portugal, River Douro

1. Introdução

Os recursos hídricos nos quais se integram os planos de água, naturais e artificiais, são diversos (águas minerais e naturais, fontes termais, quedas de água, lagos, lagoas, rios, albufeiras, mares, oceanos) e as suas potencialidades em termos de

lazer e de turismo amplas. São vários os lazeres que se ancoram na água: termalismo, natação em águas abertas, mergulho, pesca desportiva, remo, canoagem, *canyoning*, *rafting*, *hidrospeed*, *kayak*, *surf*, *bodyboard*, *kitesurf*, *windsurf*, *jet ski*, ski náutico, *wakeboard*, vela, cruzeiros marítimos e fluviais, observação de cetáceos, isto para apenas

se referirem alguns exemplos. Como são vários os produtos turísticos que dependem dos recursos hídricos, designadamente dos planos de água, naturais e artificiais: turismo náutico, turismo de saúde, turismo de natureza, turismo rural, golfe, mas também circuitos turísticos (*touring*) e estadas de curta duração em cidades (*city break*) são produtos que podem integrar na sua composição experiências que muito beneficiam de planos de água naturais e/ou artificiais.

O interesse crescente em termos de experiências de lazer e de turismo pelas águas interiores, pelos ambientes aquáticos não marítimos, pelo turismo fluvial, tem sido acompanhado pelo interesse em termos de investigação, sucedendo-se, desde o final dos anos 90 do século XX, as aproximações aos lazeres e ao turismo que procuram proximidade não só com os planos de água mas também com a borda d'água. O objetivo deste artigo é demonstrar a quantidade e a diversidade de estudos e de estudos de caso, pondo em evidência, ainda assim, a escassa investigação em Portugal centrada nos lazeres e no turismo em águas interiores. Os rios como atração merecem especial atenção. O turismo fluvial, pelas potencialidades que encerra, é objeto de uma proposta de conceptualização, demonstrando-se quão diversas são as atividades que integra. Põe-se em evidência a acentuada ancoragem territorial do turismo fluvial e a sua importância para o desenvolvimento local e regional. Uma análise retrospectiva da valorização para os lazeres e para o turismo dos rios e das paisagens fluviais em Portugal faz emergir o rio Douro. Este constitui-se como um caso paradigmático do turismo fluvial em Portugal, como se demonstra.

2. As águas interiores, os lazeres e o turismo fluvial

A água constitui-se como um recurso vital, sendo essencial para os lazeres e para o turismo, muito relevando para estas atividades não só a existência de água como também a qualidade da água. Um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 6) – objetivos que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030 –, é precisamente *garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos*. No contexto deste objetivo reconhece-se, entre outros aspetos, a importância de proteger e de restaurar ecossistemas relacionados com a água, designadamente, rios, lagos e zonas húmidas.

A importância da água para os lazeres e para o turismo tem sido evidenciada sob perspetivas muito diversas: Costa (2010) mostra a sua relevância para os lazeres e para o turismo em geral; Brito-Henriques, Sarmiento e Lousada (2010) numa análise retrospectiva realçam a sua importância para a experiência turística; Cavaco e Simões (1998) e Medeiros e Cavaco (2008) destacam o seu significado para o bem-estar, uma abordagem igualmente presente em Ramos (2005) e em Mangorrinha e Pinto (2010). Silveira (2016) centra-se nos ambientes aquáticos marítimos, no turismo náutico, particularmente, no turismo de iates. Já Moreira e Santos (2010), Moreira (2011), Moreira (2012a) e Moreira e Santos (2016) demonstram a importância dos ambientes aquáticos não marítimos para os lazeres e para o turismo. Os principais produtos e destinos turísticos associados às águas interiores, não só em Portugal como também em Espanha, são destacados por García González (2004).

Os rios e o turismo fluvial, em particular, têm suscitado um interesse crescente. Prideaux e Cooper (2009) dedicam-lhe um livro, o mesmo havia feito Damien (2001), abordando o turismo fluvial em geral mas privilegiando o turismo fluvial em França. García González (2004) realça a importância do turismo fluvial em Espanha, destacando os rios Ebro, Sil, Guadalquivir e Douro. O rio Douro, em Portugal, é valorizado por Fazenda, Silva e Costa (2010), por Marques (2011), por Teles (2012), por Senra (2014) e por Moreira e Santos (2016). Simões e Vale (2002) centram-se, por seu turno, naquele que é o segundo maior rio internacional em Portugal, e que secunda em extensão o rio Douro, isto é, na valorização do rio Tejo. Sousa, Fernandes e Carpinteiro (2009) valorizam o estuário do Tejo e o desenvolvimento das atividades náuticas de recreio. Em Silva (2005) é possível encontrar um estudo relativamente aprofundado no qual se efetua um diagnóstico do potencial de desenvolvimento turístico do rio Arade e da sua bacia hidrográfica. Santos (2012) centra-se na valorização turística dos ambientes fluviais, privilegiando na análise o rio Mondego e a sua bacia hidrográfica. Pereira (2014) aborda o turismo fluvial no rio Tâmega. Albuquerque (2013) privilegia a laguna de Aveiro. As *aquosidades fluvio-recreativas* e a refuncionalização das *planícies fluviais* encontram uma abordagem em Cavaco (2010b) na reflexão que efetua dos lazeres e do turismo de água doce, em Cavaco (2010a) quando aborda as áreas fluviais do interior mas também em Cavaco e Simões (1998) quando se referem aos lazeres na beira-rio.

Os lagos, lagoas e albufeiras, têm suscitado também múltiplas abordagens. Marques (1994) e Ferreira (1998) centram-se nas albufeiras das barragens, evidenciando que se convenientemente planeadas e ordenadas nos planos de água e nas margens se podem compatibilizar diferentes atividades e, deste modo, constituírem-se como uma alternativa aos lazeres das áreas costeiras. Marujo (2005), Espada (2011), Rodrigues, Correia e Kozak (2013) e Rodrigues (2015) privilegiam Alqueva. Hall e Härkönen (2006) também valorizam os lazeres e o turismo em águas interiores, nos lagos, ambientes aquáticos que, segundo os próprios, são pouco considerados na análise dos lazeres e do turismo.

3. O turismo fluvial: conceptualização

Entre os recursos hídricos merecem especial referência os rios. Os rios, que são uma atração linear em termos de configuração espacial (Wall, 1997; Wall e Mathieson, 2006), são usados pelo ser humano desde

tempos imemoriais (Cavaco & Simões, 1998; Haslam, 1997; Moreira, 2011; Moreira & Santos, 2010; Prideaux, Timothy & Cooper, 2009; Saraiva, 1999). Peixoto (2016, p. 68) nota “(...) que os rios passaram ou estão a passar de uma dimensão funcional a uma dimensão patrimonial”, que valoriza as paisagens fluviais, constituindo-se os rios como centrais em muitas estratégias de desenvolvimento local.

Os rios suportam, secularmente, várias atividades socioeconómicas (agricultura, pesca, indústria, turismo e lazer), atividades que coexistem nos rios no tempo presente. O turismo fluvial e os lazeres em águas interiores crescem em importância e diversificam-se na contemporaneidade (Figura 1), pelo que é muito relevante planejar e ordenar as águas interiores para estes fins, sendo um desafio compatibilizar os usos e assegurar a qualidade da água.

O turismo fluvial tem suscitado um interesse crescente, este constitui-se como uma oportunidade de descobrir os planos de água e a sua envolvente de modo multiforme. Para o turismo fluvial relevam os planos de água naturais e artificiais (rios, canais,

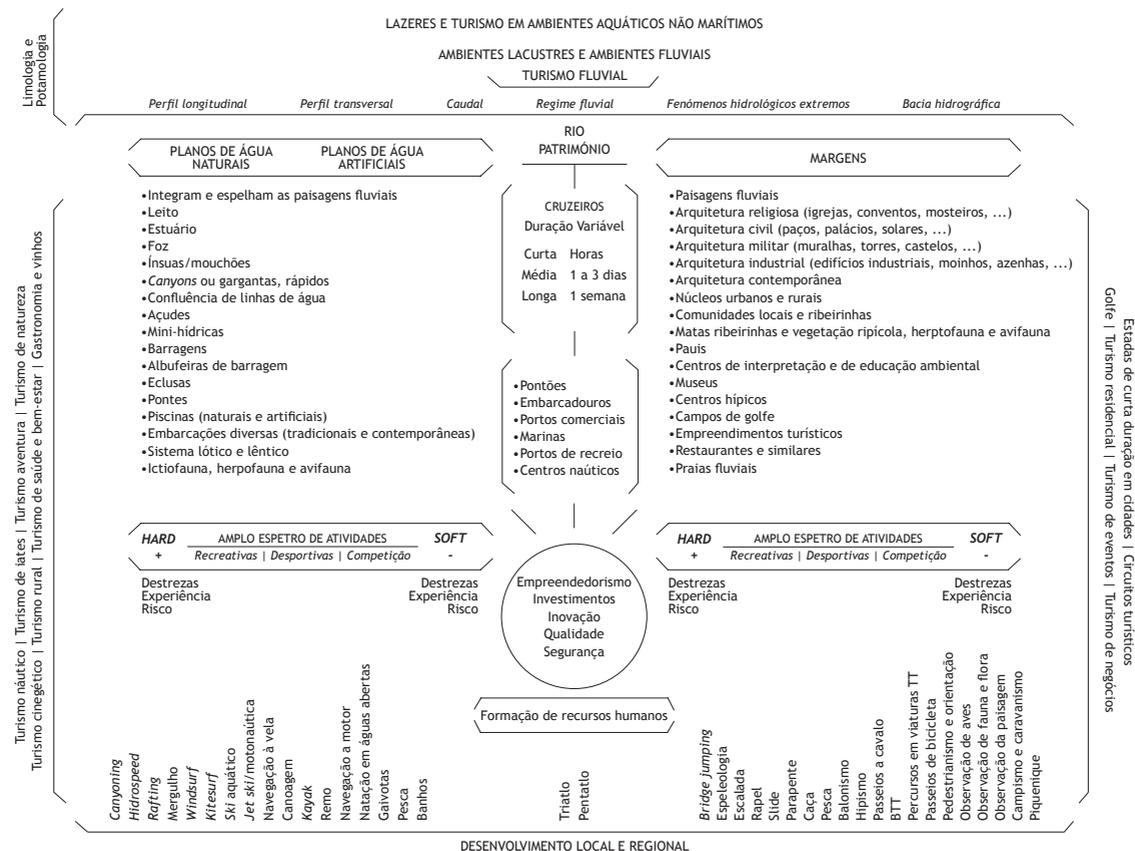


Figura 1 O turismo fluvial: ancoragem territorial e importância para o desenvolvimento local e regional.
Elaboração: Claudete Oliveira Moreira, 2018.

lagos), sendo nas margens (na paisagem, no património natural e cultural e nas comunidades locais ribeirinhas) que residem importantes fatores diferenciadores da oferta turística. Não é pois de estranhar que este turismo evidencie uma acentuada ancoragem territorial e que, também por isso, se constitua como extremamente relevante para o desenvolvimento local e regional. Pode mesmo afirmar-se que o turismo fluvial necessita, para ser verdadeiramente sustentável, de ter uma forte ancoragem territorial.

O turismo fluvial está muito conotado com a realização de cruzeiros de duração variável (que podem ser de apenas uma hora ou contemplar vários dias com estada a bordo), mas entende-se que é mais amplo o espetro de atividades associadas aos planos de água naturais e artificiais estreitamente ligados aos rios. Deste modo, nestes podem ter lugar atividades muito diversas, recreativas, desportivas ou de competição que pelas destrezas que requerem, pelo nível de experiência que exigem e pelo risco que envolvem podem ser classificadas de mais *hard* ou *soft*. O mesmo sucede com as atividades que têm lugar nas margens dos rios e dos planos de água naturais e artificiais a estes associados. Nas margens há um conjunto vasto de património, natural e cultural, construído e imaterial, mas também de equipamentos e de infraestruturas que viabilizam e potenciam muitas outras atividades de cariz mais *hard* ou *soft*. A oferta turística nas margens deve ser facilmente acedida a partir dos planos de água e a fruição dos planos de água deve ser facilitada a partir das margens. Este truismo não deve ser subestimado no planeamento e ordenamento dos planos de água e da sua envolvente.

De acordo com Damien (2001, p. 10) o turismo fluvial surge como um modo de “observar de forma original as paisagens e as suas riquezas”. O ritmo lento que marca a navegação; a calma; a tranquilidade; a emoção que a transposição do declive que caracteriza o perfil longitudinal do rio implica e que a eclusagem proporciona; as transições nas paisagens que marginam as linhas de água e que se fazem ao longo do perfil longitudinal do rio; os vales mais ou menos alcantilados que motivam obras de engenharia civil, seculares e magníficas, como pontes rodoviárias e ferroviárias, a que se juntam as barragens, as eclusas mas também os castelos que se alinham sobranceiros aos rios; o património molinológico que se dispõe no correr das linhas de água, tirando partido do perfil longitudinal e do caudal, bem como a parte deste património que, nos estuários, beneficia da dinâmica mareal; o património ligado à salicultura, atividade económica secular

que encontra precisamente nos estuários dos rios condições topoclimáticas propícias à sua existência, tudo isto, e muito mais, compõe as paisagens fluviais tantas vezes espelhadas e duplicadas nos planos de água, valorizadas pelo turismo fluvial e experienciadas pelos visitantes e turistas.

Cada rio possui um património natural e cultural, construído e imaterial, único, pelo que se pode afirmar que cada rio é, em si, um importante elemento patrimonial com valor social que importa preservar, conservar, valorizar, interpretar e experienciar. O turismo de natureza, o turismo rural mas também estadas de curta duração em cidades (*city breaks*), circuitos turísticos culturais (*touring*), gastronomia e vinhos, golfe, turismo aventura, turismo de natureza, são produtos turísticos que permitem valorizar o património fluvial.

A ativação do património fluvial e a sua valorização através dos lazeres e do turismo requer empreendedorismo local e regional e investimentos vários. Por outro lado, há atributos na oferta que não podem ser negligenciados: a inovação, a qualidade e a segurança. A qualidade reveste-se de extrema importância para o turismo fluvial. Não só a qualidade da água mas também a qualidade dos equipamentos, das infraestruturas, dos serviços prestados, relevando muito significativamente para esta última a formação dos recursos humanos.

A coexistência diversa, e por vezes mesmo conflituante, de várias atividades socioeconómicas coloca novos desafios à gestão dos rios e das águas interiores. Os desafios de hoje não encontram precedentes na história da humanidade pois nunca os rios foram objeto de uma procura tão diversa e intensa, em que a qualidade, não só da água mas também da paisagem, se apresenta como essencial. Pelo que as bacias hidrográficas, os rios e as suas margens se converteram em objetos de planeamento e de ordenamento. A criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento reveste-se neste contexto como essencial para compatibilizar diferentes usos e para viabilizar crescentemente os lazeres e o turismo. Em Portugal o reconhecimento da importância da criação destes instrumentos tem sido notório.

4. A valorização dos rios em Portugal: importância para os lazeres e para o turismo das paisagens fluviais

Durante várias décadas, em Portugal, a valorização dos rios passou pela construção de grandes obras de engenharia hidráulica muito orientadas para

a regularização dos caudais, para a produção hidroelétrica e para a aproveitamento hidroagrícola, integrando-se as intervenções no fomento industrial e agrícola do território nacional. Construíram-se barragens, constituíram-se perímetros de rega, investiu-se muito pontualmente na navegabilidade, tendo esta sido, ainda assim, muito frequentemente subestimada. O valor ecológico, paisagístico e ambiental dos rios, esse, foi subalternizado, negligenciando-se a sua gestão integrada. Este cenário caracterizou a atuação pública até às décadas de 70 e de 80 do século XX.

Em Portugal terá sido no final da década de 60, princípios da década de 70 do século XX que cresce, ainda que de um modo muito incipiente, a procura das albufeiras para utilizações secundárias, isto é, para os lazeres, designadamente pesca e banhos (veja-se Ferreira, 1998). É, contudo, na década de 90, que se acentuam e diversificam nas albufeiras das barragens as utilizações secundárias crescendo a sua importância para os lazeres, sendo nesta altura que emergem estratégias de gestão integrada. A localização destes reservatórios de água concorre para que se constituam como uma alternativa ao turismo de sol e mar, que beneficia de uma procura mais massificada, permitindo o seu enquadramento paisagístico um contacto mais próximo com a natureza. Por outro lado, o planeamento e o ordenamento não só dos planos de água como também da sua envolvente conferem, de modo crescente no tempo, qualidade e segurança aos lazeres, assegurando a conservação da natureza e da biodiversidade. Hoje algumas destas albufeiras converteram-se em destinos turísticos preferenciais. Marques (1994), Cavaco e Simões (1998), Ferreira (1998) e Cavaco (2010a) sublinham a importância que as albufeiras adquiriram no âmbito dos lazeres e do turismo, dando conta de alguns exemplos de albufeiras que foram objeto de uma procura crescente para estes fins: Castelo de Bode, Caniçada, Cestruma-Lever, Alto Rabão, Montargil, Aguieira, Alqueva, entre muitas outras.

Neste sentido, uma gestão integrada dos recursos hídricos e uma valorização dos rios e das albufeiras das barragens é recente, data de década de 90 do século XX. O valor social, ecológico, paisagístico e ambiental dos rios é incalculável, pelo que a compatibilização de diferentes usos é essencial, impondo-se o planeamento e o ordenamento dos planos de água bem como das áreas ribeirinhas e a criação de instrumentos de gestão territorial especificamente voltados para a água em geral, e para as águas interiores em particular.

São vários os instrumentos que em Portugal enquadram a proteção, a gestão e a valorização dos recursos hídricos nos quais se integram as linhas de água. A referência primeira é para o Plano Nacional da Água 2002 (PNA), um instrumento de gestão das águas contemplado na Lei da Água no qual se definem as grandes opções da política nacional da água, bem como os princípios e as regras que devem orientar essa política, isto é, a estratégia nacional para a gestão integrada. Para além disto, e de acordo com a Diretiva-Quadro da Água, o planeamento dos recursos hídricos deve basear-se na elaboração de Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), vigentes de 2009 até 2015. Em 2016 foram aprovados os Planos de Gestão de Região Hidrográfica de Portugal Continental para o período 2016-2021. Cada Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) contém um ou mais Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica (PGBH). Estes instrumentos de planeamento dos recursos hídricos têm como objetivo a proteção, a gestão e a valorização não só ambiental mas também económica e social destes recursos ao nível das bacias hidrográficas, integradas estas numa unidade territorial, isto é, numa região hidrográfica, como previsto na Lei da Água. Ao compatibilizarem diferentes usos e promoverem o desenvolvimento do território local e regional estes instrumentos de planeamento constituem-se como essenciais para a implementação da Diretiva-Quadro da Água. As medidas definidas e contempladas nos Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas (PGBH) de base, suplementares, adicionais e complementares têm como referencial o estado expectável das massas de água em 2015, em 2021 e em 2027, pelo que são estruturados em ciclos de seis anos.

A estes instrumentos somam-se os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP). Estes Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) contemplam não só os planos de água como protegem uma área envolvente da albufeira, numa largura de 500m a partir do nível pleno de armazenamento. Neles estão contempladas medidas de proteção e de valorização dos recursos hídricos e de salvaguarda dos valores ambientais, ecológicos e patrimoniais. Para além de definirem usos preferenciais contemplam a recuperação e a valorização do património natural e cultural construído, arqueológico e arquitetónico. Estes instrumentos de planeamento são extremamente relevantes, pois definem não só os usos principais como os usos condicionados e os usos interditos, considerando as albufeiras de utilização protegida, as albufeiras de utilização condicionada e as albufeiras de utilização livre.

Refira-se que a utilização turística e recreativa dos planos de água e da sua envolvente surge, muito frequentemente, contemplada quando se definem atividades secundárias compatíveis.

No âmbito dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) merecem igualmente referência os Planos de Ordenamento de Estuários (POE), instrumentos de gestão territorial que contemplam os rios Tejo, Douro, Vouga e Mondego. Estes instrumentos de planeamento pretendem proteger e valorizar as áreas estuarinas, os leitos e as margens, salvaguardando estes ecossistemas que são extremamente sensíveis e que se revestem de grande importância também para o turismo, pelas potencialidades que encerram, designadamente no âmbito do turismo de natureza e da observação de aves (*birdwatching*).

A valorização dos rios em Portugal tem no Programa de Valorização das Praias Fluviais uma importante referência. O Programa de Valorização das Praias Fluviais (MA, 1997), lançado a 4 de abril de 1994, procurou, precisamente, salvaguardar e valorizar algumas águas interiores, as suas áreas ribeirinhas e o seu património cultural, dotando-as de espaços balneares e de lazer; de acessos rodoviários e de parques de estacionamento; de acessos pedonais; de sinalização; de informação; de redes de infraestruturas básicas e de equipamentos, oferecendo-se um conjunto de serviços de apoio de praia e propiciando-se a prática de diversas atividades, designadamente desportivas, natação, pesca, *windsurf*, *skí* aquático e navegação a motor. Ampliou-se, assim, por esta via, a oferta turística de vários destinos do interior de Portugal Continental. Destinos que se caracterizam por baixas densidades, designadamente populacional, mas que têm nos rios um importante património, natural e cultural, construído e imaterial, que importa preservar e conservar, interpretar e projetar nacional e internacionalmente. Trata-se de investimentos que diversificam a oferta turística local e regional e que se complementam, muito facilmente, integrando vários produtos turísticos.

A criação de praias fluviais em planos de água naturais e ou artificiais no interior de Portugal tem permitido valorizações muito diversas em termos: *i) ambientais*, obrigando a uma manutenção e a um controlo regular da qualidade da água;¹ *ii) paisagísticas*, de áreas por natureza aprazíveis; *iii) patrimoniais* conservando equipamentos hidráulicos como moinhos e azenhas; *iv) de segurança*, pois garante a

vigilância na época balnear. Estes investimentos têm permitido que em Portugal seja já muito apreciável o número de praias fluviais, uma oferta que surge como alternativa ao produto turístico sol e mar que beneficia de uma procura muito mais massificada. Santos e Cunha (2008) notam que a intervenção do poder local, algumas vezes de modo isolado outras vezes conjuntamente com a iniciativa privada, tem permitido valorizar áreas ribeirinhas do interior em que a paisagem se conjuga com o ludismo aquático.

Muito frequentemente o poder local tirou partido dos incentivos financeiros comunitários. A valorização das praias fluviais surge enquadrada no II Quadro Comunitário de Apoio (QCA II, 1994-1999) através do Programa Operacional do Ambiente (POA). A medida 1 destinada à *Conservação e valorização do património natural e melhoria da qualidade ambiental* continha quatro ações distintas entre as quais merece destaque a ação 1.3 *Regularização e ordenamento de linhas de água e de outras áreas naturais*. Foram neste âmbito aprovados cerca de 83 projetos que passaram pela construção e valorização de praias fluviais, bem como pela recuperação, regularização e ordenamento das margens, tendo-se investido na preservação e na qualidade paisagística e sido criadas ou valorizadas cerca de 74 praias fluviais. Foi, assim, muito apreciável o esforço de melhorar a oferta de turismo e de lazer nas áreas de interior e de valorizar os rios.

No âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III, 2000-2006) cerca de 180 km de linhas de água beneficiaram de limpeza, desassoreamento, regularização e requalificação, tendo sido elaborados 32 Planos de Ordenamento de Albufeiras. Ainda neste III Quadro Comunitário de Apoio, mais concretamente através do Programa Operacional do Centro (PO Centro), foi possível obter financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e instituir, em 2006, um Programa de Valorização das Praias Fluviais e criar, no âmbito da Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, a Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto.

Igualmente relevante para a valorização de algumas linhas de água foi o Programa Polis integrado, precisamente, no III Quadro Comunitário de Apoio. O Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, contemplou intervenções em várias cidades e nas suas linhas de água, promovendo a requalificação urbanística e ambiental. Um programa que consubstancia uma política pública orientada para resolver disfunções várias no espaço urbano, designadamente na relação da população com as frentes de água. No contexto urbano as frentes

¹ Importa sublinhar que remonta a meados da década de 70 do século XX, mais precisamente a 1976, a Diretiva Europeia que assegura a qualidade das águas balneares. Diretiva esta que foi revogada cerca de trinta anos mais tarde pela Diretiva Europeia 206/07/CE, transposta para o quadro legal português em 2009.

de rio, mas também as frentes de mar, foram consideradas elementos ambientais estruturantes. No conjunto das cidades intervencionadas foram requalificados mais de 80 km de frentes de rio e 17 km de frentes de mar. Os projetos contribuíram para aumentar a atratividade e a competitividade das cidades, reforçando e consolidando o sistema urbano nacional, reconheceu-se, assim, a importância do programa para o desenvolvimento local e regional. Tal sucedeu, por exemplo, nas cidades de Vila Nova de Gaia, Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Viseu, Leiria e Coimbra. Para Carvalho (2012, p. 48) “a requalificação urbana de frentes de água é um dos eixos de maior relevância e visibilidade das intervenções urbanísticas contemporâneas.”

O efeito demonstrativo que se pretendia com o Programa Polis foi, efetivamente, potenciado. O sucesso do programa foi tal que incentivou a criação não só da Política de Cidades Polis XXI, a implementar de 2007 a 2013, como fez surgir, em 2008, o *Polis Litoral, Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira*, com o objetivo de requalificar e valorizar áreas de risco e áreas naturais degradadas no litoral. As áreas de intervenção definidas são:

- i. Polis Litoral Norte, cerca de 50 km de frente costeira, integrando as zonas estuarinas dos rios Coura, Minho, Âncora, Lima, Neiva e Cávado;
- ii. Polis Litoral Ria de Aveiro, uma extensão de 60 km de frente costeira, 140 km de frente lagunar e 24 km de frente ribeirinha do rio Vouga;
- iii. Polis Litoral Ria Formosa, cerca de 48 km de frente costeira e 57 km de frente da Ria Formosa;
- iv. Polis Litoral Sudoeste, cerca de 150 km de frente costeira, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Mais tarde, em 2010, anuncia-se a criação do *Programa Polis Rios*, assumindo-se como um programa de requalificação dos principais rios portugueses, uma intervenção integrada assente na elaboração de planos estratégicos com o objetivo de requalificar e valorizar as margens dos rios e (re)aproximar a população dos rios.

Por fim, a valorização dos rios em Portugal surge no âmbito do *Projecto Rios (Project Rius)*, um projeto criado em 1997 na Catalunha, que chega a Portugal em 2006. Este projeto, que tem na educação ambiental a sua matriz, procura estreitar os laços da população com o rio, fazendo com que a sociedade civil se envolva na criação de um plano de reabili-

tação de um trecho de uma linha de água, promovendo-se, por esta via, a responsabilidade social. A intenção é que se adote um troço de uma linha de água, um rio ou uma ribeira, com uma extensão de cerca de 500m, e que a sociedade civil se envolva ativamente na sua conservação, proteção, monitorização regular e valorização. Procuram, assim, reatar-se os laços afetivos da comunidade local com o seu rio, estimulando-se uma participação pública efetiva.

Recentemente, na sequência do projeto *Portugal Náutico* (janeiro de 2015 - junho de 2016), desenvolvido pela Associação Empresarial de Portugal, em cooperação com a Fórum Oceano, foi constituído o *Grupo Dinamizador do Portugal Náutico*, com o objetivo de dinamizar o turismo náutico em Portugal, procurando promover e certificar estações náuticas, que integrem uma rede internacional, nomeadamente em água interiores: rios, lagos e albufeiras de barragens.

O aproveitamento em Portugal para fins turísticos de rios e de troços navegáveis é, apesar de tudo, muito incipiente. Destaca-se o turismo fluvial no rio Guadiana e na albufeira de Alqueva, bem como nos rios Tejo, Sado, Zêzere, Mondego, Vouga (designadamente no *haff* delta, na Laguna de Aveiro), Lima, Minho, Arade, a que se somam outras albufeiras de barragem e linhas de água onde têm lugar lazeres diversos (Moreira & Santos, 2010). Ainda assim onde a oferta de percursos flúvio turísticos é mais expressiva é no rio Douro.

5. O turismo fluvial no rio Douro

O Douro constitui-se como uma submarca da marca turística *Porto Norte de Portugal*. Esta submarca tem no rio principal um importante elemento identitário. A sua importância turística justificou que beneficiasse, em 2008, de um plano, designado Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013 (PDTVVD). O plano, centrado no rio Douro, contemplou uma vasta área marginal ao rio, integrando os municípios atravessados pelo rio e outros contíguos (Figura 2). Esta é uma região que apresenta património natural com importância biofísica que beneficia de estatuto de proteção. Em termos de áreas protegidas destaca-se o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural do Alvão, o Parque Natural Regional do Vale do Tua, a Albufeira do Azibo e a Faia Brava. A este soma-se património cultural construído singular. No plano define-se como objetivo principal tornar o vale do Douro um destino turístico de referência através de um processo dinâmico de desenvolvimento sustentável. Inscrevem-

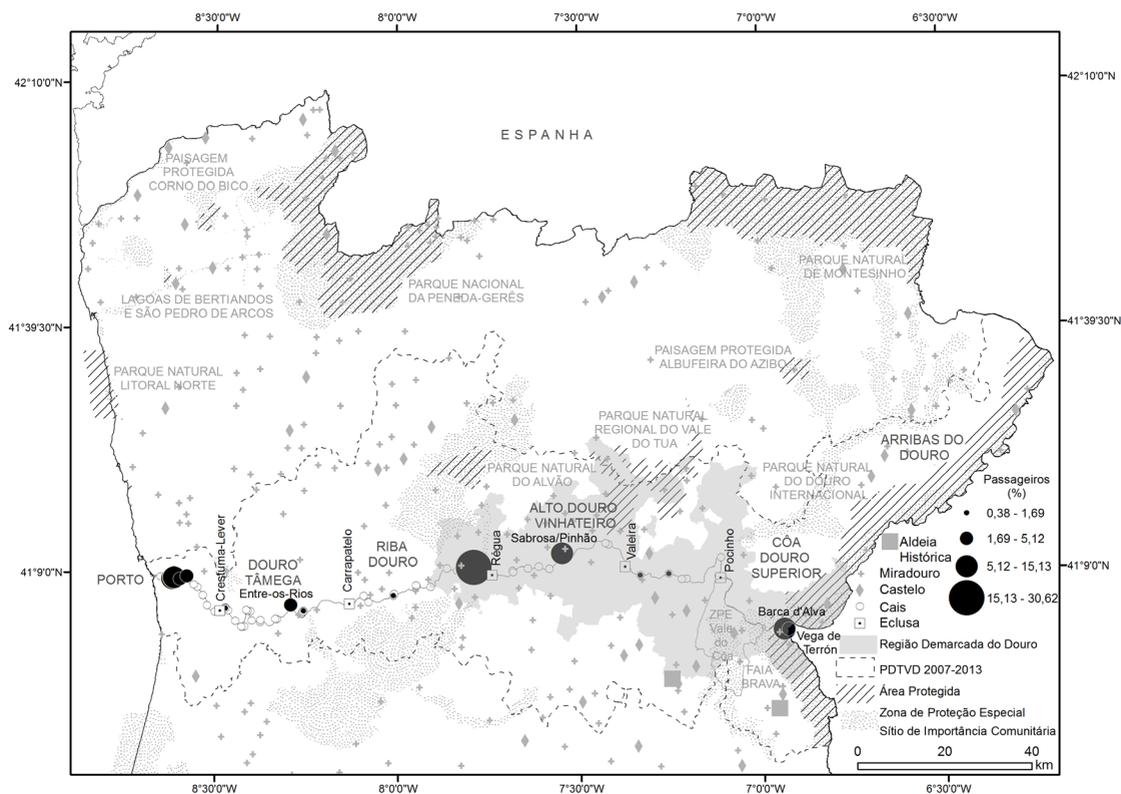


Figura 2

Turismo fluvial no rio Douro: eclusas e cais, percentagem de passageiros por cais, em 2016.

Fonte dos dados: APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2018.

Elaboração: Claudete Oliveira Moreira, 2018.

-se como objetivos estratégicos: i) reforçar a infraestrutura do território e dos serviços; ii) dinamizar, qualificar e fazer crescer a oferta turística; iii) qualificar e formar recursos humanos vocacionados para o turismo; iv) consolidar e afirmar a imagem do destino turístico Douro e v) reforçar a capacidade institucional do vale do Douro e promover a cooperação interterritorial, intermunicipal e interinstitucional. Neste plano definem-se programas de ação e medidas. No contexto das medidas expressa-se a importância de melhorar as condições de navegação fluvial, os canais de navegação e os centros de apoio à atividade turístico-fluvial (medida 1.3). É notória a preocupação de melhorar e de reforçar os equipamentos e as infraestruturas de apoio à atividade turístico-fluvial, recreativa e desportiva. Entre os projetos prioritários identifica-se a qualificação dos portos mais estruturantes para a navegação no rio Douro, de cais fluviais já existentes, bem como a construção de pequenos cais fluviais e fluvinas, de pistas de remo, de plataformas de acostagem de embarcações de recreio e de polos turísticos fluviais.

A Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo apresentou, em 2015, um projeto

de intervenção na via navegável do Douro a cinco anos: *Douro's Inland Waterway 2020*. Entre outros objetivos destacam-se: tornar o curso de água seguro; assegurar as condições para o aumento do turismo de cruzeiros; otimizar os sistemas de comunicações, melhorar a sinalização, proceder à correção do canal navegável e à reabilitação das eclusas e promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento regional. No âmbito do projeto foi criado um órgão consultivo, o *Observatório para a navegabilidade do rio Douro*.

Na *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro (2014-2020)* é identificada como fraqueza a desarticulação e reduzida cooperação entre o turismo fluvial, as embarcações, e as margens. No âmbito das ações reconhece-se a necessidade de Desenvolvimento de melhores condições de navegabilidade fluvial (ação 7.3), isto é, a requalificação e ampliação dos cais de embarque/desembarque e da respetiva envolvente para fins turísticos, bem como a reconversão das áreas ribeirinhas.

No rio Douro é, hoje, apreciável o número de cais de acostagem. Ao longo do canal de navegação dispõem-se 60 cais de acostagem que possibilitam o

contacto com os lugares que marginam o leito principal, 50 destinam-se a embarcações de recreio, dispondo de equipamentos de apoio e estando dotados de serviços. Estes cais densificam-se entre a Foz e Entre os Rios. A montante da eclusa do Carrapatelo a densidade é significativamente menor. A eclusa de Carrapatelo integra-se no primeiro empreendimento hidroelétrico a ser construído no rio Douro. Esta eclusa individualiza-se a nível mundial por figurar entre as que têm maior dimensão, permitindo vencer um desnível de 35m. A eclusagem, de duração variável, constitui-se, em si, como uma parte importante da experiência a bordo de um cruzeiro fluvial. No rio Douro a existência de cinco eclusas (Quadro 1) permite vencer um declive de 125m, viabilizando a navegação em toda a sua extensão. As eclusas estão integradas em barragens que redimensionam o plano de água interior em cinco albufeiras que valorizam as paisagens fluviais.

O rio Douro é navegável desde 1990 numa extensão de cerca de 207km, da barra até Barca d'Alva, individualizando-se por representar a maior extensão de via navegável em Portugal. Até Vega de Terrón, Espanha, são 208km, a uma velocidade média de 12 nós, sendo 1 nó equivalente a 1,852Km/h, de acordo com a Administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, a distância tempo é de 9h 37m. No rio Douro a navegação fluvial para fins turísticos em toda a sua extensão surge em outubro desse mesmo ano. Hoje, a atividade marítimo-turística, a náutica de recreio e a náutica desportiva têm uma importância muito expressiva neste rio. Ainda que a navegação de recreio seja significativamente menos expressiva do que os cruzeiros fluviais. O número de operadores marítimo-turísticos cresce de um modo muito significativo. Em 2017 operavam na via navegável do Douro 149 embarcações, pertencentes a 61 operadores. Nesse mesmo ano atingiu-se um número de passageiros no rio Douro sem precedentes: 1 282 241. Um valor que contras-

ta com os 6 440 passageiros registados em 1994, primeiro ano em que há registo (Figura 3).

O crescimento do número de passageiros na via navegável do Douro é notório, sendo sensível a acontecimentos conjunturais com relevo turístico, refletindo-os. A inscrição de Bens na Lista de Património Mundial da UNESCO projetou internacionalmente o vale do rio Douro. A inscrição em 1996 do centro histórico do Porto, Ponte D. Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar. A inscrição em 1998 do Sítio Pré-histórico de Arte Rupestre do Vale do rio Côa no Douro Superior e a extensão para Siega Verde em 2010. A estas somou-se a inscrição em 2001 do Alto Douro Vinhateiro, a mais antiga região vitivinícola regulamentada do mundo, uma região que é detentora de uma paisagem cultural com reconhecido valor universal excecional. Nesse mesmo ano, 2001, a cidade do Porto foi Capital Europeia da Cultura. Todos estes factos contribuíram para o aumento do número de passageiros no rio Douro. Para além disto, estas inscrições atestam bem o valor patrimonial do vale do Douro, um vale detentor de uma diversidade de Bens que se alinham do litoral até à linha de fronteira e que têm no leito do rio principal o elo de ligação. O crescimento dos passageiros na via navegável do Douro foi gradual entre 2001 e 2011, com uma taxa de variação média ao ano de cerca de 9.5%. O crescimento mais expressivo, exponencial até, de passageiros regista-se a partir de 2011, cerca de 36.2% em média ao ano até 2017, explicando-se por uma combinação cumulativa de factores, entre os quais se destacam: o crescimento do número de turistas na cidade do Porto e no norte de Portugal; os prémios e as menções recebidos pelo destino turístico, o Porto foi eleito melhor destino europeu (*European Best Destinations*) em 2012, 2014 e 2017; o aumento do número de eventos regionais, nacionais e internacionais; o surgimento de novos empreendimentos turísticos e de estabelecimentos de alojamento local, que aumentam em número e diversidade, emergindo uma

Quadro 1

Eclusas do rio Douro, Ano de Inauguração, Distância da Foz e Desnível

Eclusas	Ano da inauguração	Distância da foz (km)	Desnível da eclusa (m)	Largura (m)	Comprimento (m)	Tempo máximo de enchimento (minutos)
Crestuma-Lever	1985	21.7	13.9	11.4	89	8.5
Carrapatelo	1972	65	35	11.4	87	12.5
Régua	1973	105	28.5	11.4	85	11
Valeira	1976	144.8	33	11.4	87	11
Pocinho	1982	180.5	22	11.4	86.5	11

Fonte dos dados: APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2018.

Elaboração: Claudete Oliveira Moreira, 2018.

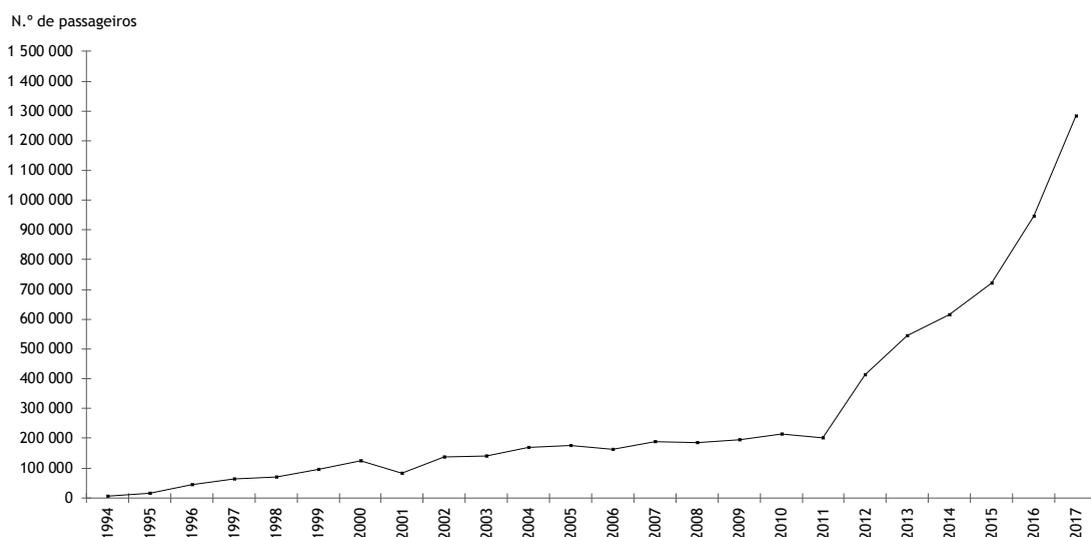


Figura 3
 Número total de passageiros na via navegável do Douro de 1994 a 2017.
 Fonte dos dados: APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2018.
 Elaboração: Claudete Oliveira Moreira, 2018.

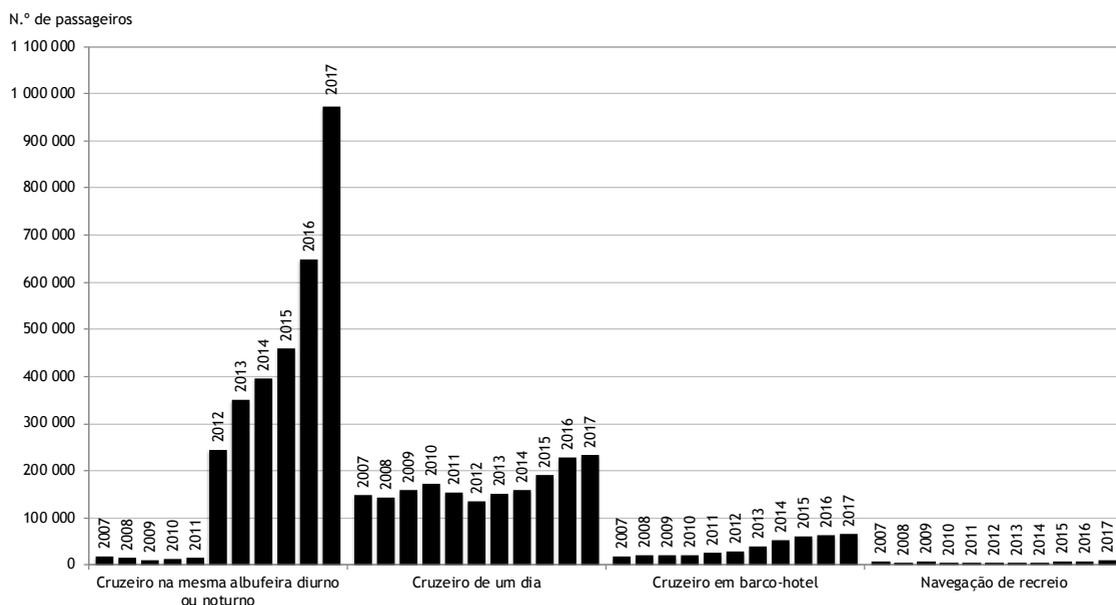


Figura 4
 Número total de passageiros que utilizaram a via navegável do Douro, por segmento, de 2007 a 2017
 Fonte dos dados: APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2018.
 Elaboração: Claudete Oliveira Moreira, 2018.

oferta diferenciada e de qualidade; o reforço de rotas aéreas; o crescimento das companhias *low-cost* a operar no aeroporto Francisco Sá Carneiro; a adoção de estratégias de atração de investimento; o investimento realizado pelas empresas que se dedicam a atividades de animação turística e marítimo-turísticas que operam na via navegável do Douro,

que têm vindo a adquirir embarcações de maiores dimensões e com características superiores em termos de qualidade, de comodidade, de inovação e de incorporação de tecnologia avançada, entre outras.

Em termos de passageiros os cais apresentam uma diferença muito expressiva. O cais da Régua é o que regista maior movimentação de passageiros (Figura 2).

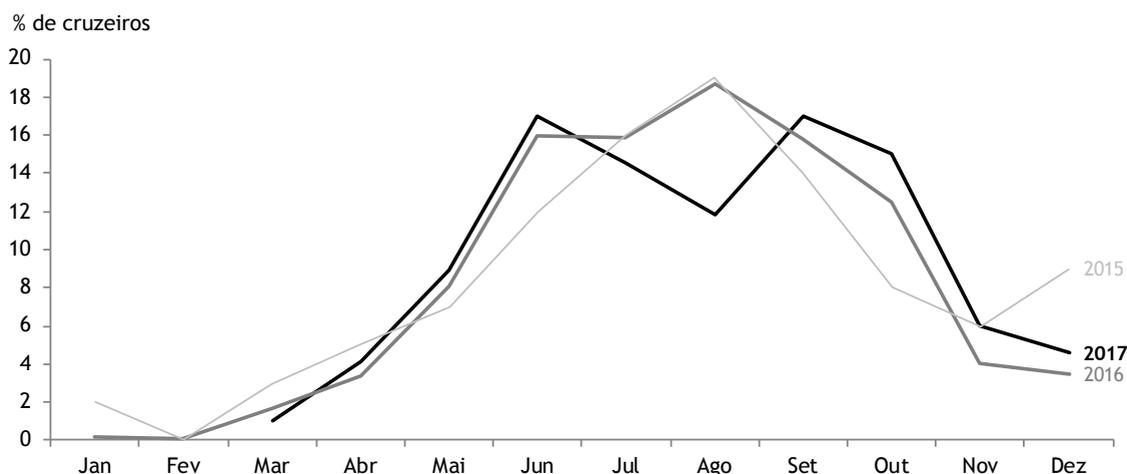


Figura 5

Variação intra-anual da percentagem de cruzeiros fluviais no rio Douro, em 2015, em 2016 e em 2017.

Fonte dos dados: APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, 2018.

Elaboração: Claudete Oliveira Moreira, 2018.

Os cruzeiros Régua-Pinhão-Régua e Régua-Barca d'Alva-Régua, cuja duração mais frequente é de um dia, com eclusagem(ns), que complementam uma oferta mais consolidada com a mesma duração Porto-Régua-Porto, contribuem para a importância do cais da Régua. Os cruzeiros de um dia são os que apresentam um número mais regular de passageiros nos últimos anos, evidenciando um ligeiro aumento nos anos mais recentes (Figura 4). O turismo interno é preponderante nestes cruzeiros. Os portugueses representavam 93.6% dos passageiros destes cruzeiros em 2013, e 93.3% em 2014.

São os cruzeiros na mesma albufeira, sem eclusagem, com duração variável, meia hora ou uma hora, diurnos e noturnos, que mais têm crescido em termos de número de passageiros, sendo realizados por 76% dos passageiros que em 2017 utilizaram a via navegável do Douro. Os cruzeiros na mesma albufeira concentram-se, fundamentalmente, em Porto/Gaia (são cruzeiros entre pontes, que decorrem entre a foz e Crestuma-Lever), mas também Entre-os-Rios, Régua, Pinhão, Foz do rio Sabor e no Pocinho. Esta é uma oferta que se adequa bem à curta estada, integrada no produto *city break*.

Assinalável é o crescimento de passageiros em barco hotel. Estes associam-se a uma estada média de cinco noites, sendo a procura marcadamente internacional: Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Alemanha.

De acordo com os dados da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo no rio Douro a navegação de recreio apresenta-se como a menos expressiva em termos de número de passagerei-

ros. No plano de água do rio Douro os desportos fluviais mais comuns são o remo, a canoagem, a motonáutica e a vela, excluindo-se os veleiros com mais de 7.20 m de mastro.

A procura turística no rio Douro é marcadamente sazonal, o que evidencia bem que os cruzeiros são uma atividade realizada preferencialmente no verão, ainda que na primavera e no outono seja expressiva a percentagem de cruzeiros fluviais (Figura 5).

6. Considerações finais

As águas interiores adquirem cada vez maior importância para os lazeres e para o turismo, sendo diversas as atividades que lhes estão associadas. No contexto da valorização dos recursos hídricos os rios têm suscitado um interesse crescente. As relações multisseculares que os rios estabeleceram com o território que percorrem e que as comunidades ribeirinhas estreitaram com o seu rio levam a que os rios se constituam como um recurso patrimonial não negligenciável, sendo apreciável a diversidade de património fluvial que lhes está associado e que importa ativar. O turismo fluvial muito pode contribuir para esta ativação. Neste contexto processos de patrimonialização podem revestir-se de particular relevância.

Pelo facto de os rios serem elementos que unem diferentes municípios podem constituir-se como importantes elementos de referência para a concretização de projetos de cooperação e de colaboração interterritorial, intermunicipal e interinstitucional. Estes podem passar, por exemplo, pela criação de

infraestruturas e de equipamentos que salvaguardem e promovam o valor social, cultural, ecológico e paisagístico do rio, pela criação de um calendário de eventos culturais, desportivos (lúdicos e de competição) que ancorados no rio o projetem. É importante que se promova a fruição dos rios, que os rios sejam espaços vividos, pelo que a valorização dos seus leitos e das suas margens é essencial no âmbito de toda e qualquer estratégia de desenvolvimento territorial e turístico.

O crescimento do turismo fluvial e dos lazeres, designadamente ativos, em águas interiores em Portugal é de tal modo expressivo que se impõe que se inventariem as potencialidades do território nacional que se conheça e se monitorize a procura para melhor gerir a oferta. Atendendo à crescente valorização das águas interiores e à expressão cada vez mais significativa das atividades náuticas (do remo, da vela, da canoagem, do *rafting*, do *canyoning*, do windsurf, do *paddle board*, da motonáutica entre outras), dos cruzeiros fluviais, das praias fluviais muito relevaria agrupar a oferta turística numa plataforma que permitisse divulgar e monitorizar a oferta e a procura turística nas águas interiores de Portugal. Esta informação muito beneficiaria de estar agrupada, em rede e publicamente acessível.

Bibliografia

- Albuquerque, H. C. C. (2013). *Estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo na ria de Aveiro* (Tese de doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Brito-Henriques, E., Sarmiento J., & Lousada M. A. (2010). When water meets tourism: An introduction. In E. Brito-Henriques, J. Sarmiento, & M. A. Lousada (Eds.), *Water and tourism. Resources management, planning and sustainability* (pp. 13-33). Lisboa: CEG, Universidade de Lisboa.
- Carvalho, P. (2012). Cidades e valorização paisagística de frentes aquáticas. In P. Carvalho, *Ordenamento territorial e desenvolvimento* (pp. 37-50). Coimbra: IUC.
- Cavaco, C. (2010a). *Desenvolvimento sustentável de municípios da Região Centro Interior: Agenda 21 Local*. In C. L. Medeiros & C. Cavaco (Coord.), *Povos e Culturas, 14, Desenvolvimento regional e local* (pp. 149-211). Lisboa: CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa.
- Cavaco, C. (2010b). Água doce: Agricultura versus lazeres e turismo. In E. Brito-Henriques, J. Sarmiento & M. A. Lousada (Eds.), *Water and tourism. Resources management, planning and sustainability* (pp. 223-259). Lisboa: CEG, Universidade de Lisboa.
- Cavaco, C., & Simões J. M. (1998). *Água, desenvolvimento e bem-estar*. Lisboa: MADRP.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) (2008). *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2007-2013*. Porto: CCDRN.
- Comunidade Intermunicipal do Douro (2014). *Estratégia integrada de desenvolvimento territorial da região do Douro (2014-2020)*. Vila Real: CIM Douro.
- Costa, C. (2010). O turismo e a água. In CCDRC (Ed.), *À beira da água* (pp. 261-295). Coimbra: CCDRC.
- Damien, M.-M. (2001). *Le tourisme fluvial*. Paris: PUF.
- Espada, R. R. R. C. (2011). *Alqueva - roteiro para um destino turístico sustentável* (Dissertação de mestrado). Estoril, ESHTe, Portugal.
- Fazenda, N., Silva, F. N., & Costa, C (2010). Douro Valley Tourism Plan: The plan as part of a sustainable tourist destination development process. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 2(4), 428-440.
- Ferreira, A. S. V. (1998). As atividades de turismo, recreio e lazer nas albufeiras. *Sociedade e Território*, 28, 37-49.
- García González, L. (2004). Agua y turismo. Nuevos usos de los recursos hídricos en la Península Ibérica. Enfoque integral. *Boletín de la AGE*, 37, 239-255.
- Hall, C. M., & Härkönen, T. (2006). *Lake tourism: An introduction to lacustrine tourism systems*. In C. M. Hall & T. Härkönen (Eds.), *Lake tourism: an integrated approach to lacustrine tourism systems* (pp. 3-26). Clevedon: Channel View Publications.
- Haslam, S. M. (1997). *The river scene: Ecology and cultural heritage*. Cambridge: CUP.
- Mangorinha, J., & Pinto, H. G. (2010). Water and tourism. Culture heritage and new business opportunities - the legacy of Portuguese thermalism. In E. Brito-Henriques, J. Sarmiento, & M. A. Lousada (Eds.), *Water and Tourism. Resources management, planning and sustainability* (pp. 93-106). Lisboa: CEG, Universidade de Lisboa.
- Marques, H. (2011). A construción da rexión do Douro portugués a partir da súa identidade fluvial. In R. C. Lois González & V. Paül Carril (Eds.), *Turismo fluvial e da natureza. Un elemento de revitalización dos espazos rurais e do interior* (pp. 69-83). A Coruña: Instituto Galego de Estudos Europeos e Autonómicos.
- Marques, P. F. (1994). Reservoirs: Alternative landscapes to coastal recreation. *Littoral 94 Proceedings: A multi-Disciplinary Symposium on Coastal Zone Research-Management and Planning Europe and*

- Mediterranean* (pp. 849-863). Porto: Eurocoast Portugal.
- Marujo, M. N. (2005). Alqueva e a nova paisagem turística. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(2), 145-148.
- Medeiros, C. L., & Cavaco, C. (2008). *Turismo de saúde e bem-estar: Termas, spas termais e talassoterapia*. Lisboa: CEPCEP, Universidade Católica Portuguesa.
- Ministério do Ambiente (MA) (1997). *Programa de Valorização das Praias Fluviais*. Lisboa: MA, SERN e IA.
- Moreira, C. O. (2011). Ambientes aquáticos não marítimos no Baixo Mondego: Margens para a recreação, o lazer e o turismo. In N. Santos & L. Cunha (Coord.), *Trunfos de uma geografia activa: Desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia* (pp. 149-158). Coimbra: IUC.
- Moreira, C. O. (2012a). Lazer, animação turística e desenvolvimento local. In R. Jacinto (Coord.), *Patrimónios, territórios e turismo cultural: Recursos, estratégias e práticas*, Coleção Iberografias, 19, (pp. 77-103). Guarda: CEI, Âncora Editora.
- Moreira, C. O., & Santos, N. (2010). New opportunities for water environments: River tourism and water leisure activities. In E. Brito-Henriques, J. Sarmiento, & M. A. Lousada (Eds.), *Water and tourism. Resources management, planning and sustainability* (pp. 147-168). Lisboa: CEG, Universidade de Lisboa.
- Moreira, C. O., & Santos, N. (2016). Turismo fluvial em Portugal Continental: Oferta e potencialidades. In A. Nunes, C. O. Moreira, I. Paiva & L. Cunha (Coord.), *Territórios de água, water territories* (pp. 255-271). Coimbra: CEGOT.
- Peixoto, P. (2016). Os usos sociais dos rios. In P. Peixoto & J. P. Cardielos (Orgs.), *A água como património. Experiências de requalificação das cidades com água e das paisagens fluviais* (pp. 57-70). Coimbra: IUC.
- Pereira, A. F. C. (2014). *O turismo fluvial no rio Tâmega* (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Guimarães, Portugal.
- Prideaux, B., & Cooper, M. (Eds.). (2009). *River tourism*. Oxfordshire: CABI.
- Prideaux, B., Timothy, D. J., & Cooper, M. (2009). Introducing river tourism: Physical, ecological and human aspects. In B. Prideaux & M. Cooper (Eds.), *River tourism* (pp. 1-22). Oxfordshire: CABI.
- Ramos, A. R. C. (2005). *O termalismo em Portugal: dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística* (Tese de doutoramento). Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Rodrigues, A. I., (2015). *Lake-destination image assessment: The case of the Alqueva lake, Portugal* (Tese de doutoramento). Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Rodrigues, A. I., Correia, A., & Kozak, M. (2013). The Alqueva reservoir in Portugal: Towards the development of a new lake destination. *Polish Journal of Natural Science*, 28(1), 131-143.
- Santos, N. (2012). A gestão das bacias hidrográficas e a valorização turística dos ambientes fluviais: O rio Mondego. *Revista Geonorte*, 4(4), 210-219.
- Santos, N., & Cunha, L. (2008). Novas oportunidades para o espaço rural. Análise exploratória no Centro de Portugal. In N. Santos & A. Gama (Coord.), *Lazer: Da libertação do tempo à conquista das práticas* (pp. 209-225). Coimbra: IUC.
- Saraiva, M. da G. A. N. (1999). *O rio como paisagem: Gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.
- Senra, J. N. T. (2014). *O turismo fluvial como vetor de desenvolvimento turístico do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade* (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Silva, J. A. (Coord.). (2005). *O destino turístico Arade: Uma estratégia de intervenção*. Portimão: Agência do Arade, Associação de Desenvolvimento do Arade.
- Silveira, L. (2016). *O turismo de iates: Estratégia de desenvolvimento para a Figueira da Foz* (Tese de doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. URL: <http://hdl.handle.net/10316/31172>
- Simões, J. M., & Vale, M. (2002). Valorizar e fruir o Tejo: Uma aposta estratégica da região de Lisboa e Vale do Tejo. *Sociedade e Território*, 33, 108-122.
- Sousa, J. F., Fernandes, A., & Carpinteiro, A. (2009). Developing nautical recreational activities as a territorial strategy: A perspective on the Tagus estuary. *Journal of Coastal Research*, 56, 1154-1158.
- Teles, T. (2012). *Turismo fluvial no Douro: rio, caminho de ontem atração de hoje* (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Wall, G. (1997). Tourism attractions: points, lines, and areas. *Annals of Tourism Research*, 24(1), 240-243.
- Wall, G., & Mathieson, A. (2006). *Tourism: changes, impacts and opportunities*. Harlow: Pearson Education.

Página deixada propositadamente em branco

Arenização, areais e políticas de ordenamento territorial

Sandization, sand spots and land use planning

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
dircesuerte@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3513-6376>

Mateus Gleiser Oliveira

Doutorando em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mt_oliva@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2393-870X>

Resumo:

O artigo tem como objetivo relatar de forma sintética os estudos relativos ao entendimento da gênese dos areais e do processo de arenização no SW do Rio Grande do Sul /BR. Mais especificamente, explicita a gênese dos areais e do processo de arenização e os processos que lhes dão origem. Apresenta as causas naturais, e da mesma forma a expansão deste processo, em decorrência da expansão da cultura da soja partir dos anos 1960. Na continuidade é exposta a apropriação dessas áreas frágeis, fundadas numa mudança de matriz econômica em transformação vinculada à implantação de políticas de estado visando a expansão da silvicultura. Apresenta os conflitos sociais e ambientais advindos dessas políticas e visualiza a necessidade de continuidade de investigação sobre os desdobramentos destas políticas no estado do Rio Grande do Sul -BR.

Palavras-chave: arenização, areais, políticas públicas, sudoeste do Rio Grande do Sul

Abstract:

The objective of this paper is to report in a synthetic way the studies related to the understanding of the sand spots genesis and the sandization process in SW of Rio Grande do Sul / BR. More specifically, it explains the genesis of the sand spots, the sandization process and the processes of their origin. It presents their natural causes, and the expansion of this process, due the expansion of the soybean crop since the 1960s. After that is exposed the appropriation of these fragile areas, based on a change of economic matrix in transformation, linked to the implementation of state policies aimed at the forestry expansion. It presents the social and environmental conflicts arising from these policies and express the need to continuity the research of these policies in the state of Rio Grande do Sul -BR.

Keywords: sandization, sand spots, public policy, southwest of Rio Grande do Sul

1. Introdução

Tem-se como objetivo neste artigo elaborar uma síntese dos estudos relativos ao entendimento da gênese dos areais e do processo de arenização no Sudoeste do Rio Grande do Sul / BR, demonstrando esta formação como um processo que se vincula a condicionantes naturais, mais especificamente, às formações superficiais/solos e aos processos de escoamento superficial concentrado, demonstrando de outra parte, que os areais na sua gênese têm origem natural. Na continuidade é exposta a apropriação dessas áreas frágeis, fundadas numa mudança de matriz econômica, implantada na década de 2000

a 2010 mais precisamente, onde a silvicultura através do plantio do eucalipto constituiu a meta de uma transformação/ordenação territorial do Pampa gaúcho.

Nesse sentido necessário se faz informar que este artigo enquanto síntese de um longo processo de pesquisa tem a narrativa como forma de exposição, na medida em que, durante os mais de 30 anos trabalhando com a temática de forma interdisciplinar, inúmeras técnicas como: trabalho de campo, experimentos, mapeamentos cartográficos, produção de imagens, entrevistas, coleta de dados, entre outros, foram utilizadas para a decifração deste tema.

2. Características da área de ocorrência de areais

Na bacia do rio Uruguai/RS/BR, fronteira sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, as áreas reconhecidas regionalmente como areais, localizam-se, mais precisamente, entre as latitudes de 20°00' e 31°00'S e as longitudes 54° 30' e 58°45' W (Figura 1). Como areais entendem-se as “manchas” de pequeno, médio e grande porte, que se individualizam ao longo de uma área de cobertura vegetal, constituídas de areias expostas, portanto, sem cobertura vegetal e em constante mobilidade por processos pluviais e eólicos. Além destas “manchas”, a área também apresenta o que denominamos focos de arenização, áreas onde a cobertura vegetal é rarefeita e onde é significativa a presença de ravinas e voçorocas. Entre os municípios com ocorrência de areais, os mais destacados em extensão de ocorrência são: Alegrete, São Francisco de Assis, Manoel Viana, Maçambará e Quaraí.

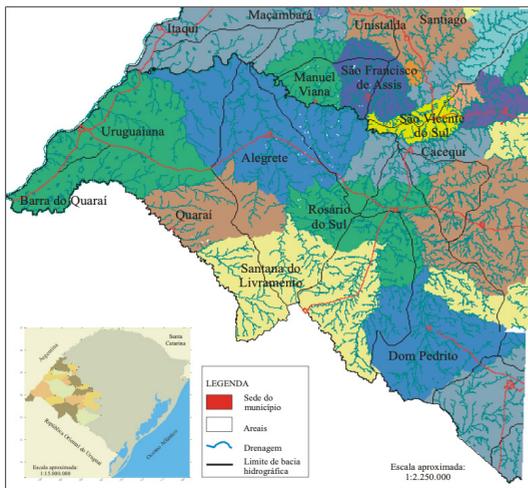


Figura 1
Distribuição dos areais nos municípios Sudoeste do Rio Grande do Sul.
Fonte: Suertegaray, Guasselli, & Verdum. (2001).

3. Características da área de ocorrência de areais

O processo de formação de areais no sudoeste do Rio Grande do Sul é resultado do que se denomina arenização (Suertegaray, 1987), conceito mais recentemente ampliado por Suertegaray e Verdum (2008), consistindo:

No retrabalhamento de depósitos arenosos, formações superficiais recentes (quaternárias) decorrente de uma dinâmica morfogenética onde os processos hídricos superficiais, parti-

cularmente o escoamento concentrado do tipo ravina ou voçoroca, associados às chuvas torrenciais, expõe, transporta e deposita areia, dando origem a formação de areais que, em contato com o vento, tendem a uma constante remoção. (pp. 1-2)

Este processo promove a perda de nutrientes e a mobilização dos sedimentos, que, por sua vez, dificultam a continuidade da pedogênese e a fixação da vegetação, resultando em areais. Estes constituem a forma mais evidente deste processo. Portanto, entende-se por areal uma área sem presença de cobertura vegetal, constituída por depósitos arenosos recentes, portanto inconsolidados, em constante remoção por processos hídricos e eólicos,

Os areais (Figura 2) tornam-se visíveis na paisagem enquanto superfícies arenosas com ausência de recobrimento com algum tipo de cobertura vegetal de forma contínua. No sudoeste do Rio Grande do Sul este processo foi descrito por Suertegaray (1987), como de origem natural, podendo ser intensificado pela atividade pastoril ou agrícola (Verdum, 1997).

O substrato sobre o qual este processo de arenização se desenvolve é arenoso e decorrente, na sua grande parte, da deposição eólica pretérita - Quaternário (Suertegaray, 1987). Os solos que caracterizam essas áreas foram mais recentemente (EMBRAPA, 2006) classificados como solos Neossolos Quartzarêncios Órticos (RQo). São solos novos, pouco desenvolvidos, muito frágeis e altamente susceptíveis à erosão hídrica e, quando expostos, à erosão eólica. A cobertura vegetal original é o campo.



Figura 2
Areal em Quaraí.
Foto: Dirce Suertegaray.

Estudos feitos na região de ocorrência de areais indicam domínio de solos arenosos com diferentes teores de areia. A análise de algumas amostras (Suertegaray, 1987) indica para as amostras da Unidade B (unidade eólica), predominância de areia entre 87% e 94.88%. O percentual de 94.88% refere-se à unidade onde predominam os areais e é representativo de um areal propriamente dito, portanto, de uma área sem cobertura vegetal que sofre constante processo de remoção de sedimentos pelo vento e/ou água. O percentual de 87% corresponde às áreas com substrato arenoso e cobertura vegetal de campo.

O processo inicial de formação de areais ocorre sob áreas de reduzida biomassa em áreas de campo evoluindo para “manchas” arenosas ou areais propriamente ditos, passando por feições de erosão como áreas de ravinamento e de formação de voçorocas (Figuras 3 e 4).

O retrabalhamento desses depósitos/formações superficiais resulta de uma dinâmica onde os processos hídricos superficiais, particularmente o escoamento concentrado do tipo ravina ou voçoroca, expõem, transportam e depositam areia, dando origem à formação de leques de deposição arenosa a jusante. Estes, em contato com o vento, através do processo de deflação tendem a se ampliar devido a uma constante remoção de sedimentos. Em síntese, o progressivo desenvolvimento de ravinas e voçorocas levaria, em fases posteriores, a uma coalescência de depósitos arenosos. Esta deposição, associada à expansão lateral e remontante das ravinas e voçorocas, promove a formação do areal propriamente dito.

Assim, a ocorrência dos areais está associada ao substrato arenítico não consolidado (formações superficiais), com cobertura vegetal original de campo

que sofre a intensificação do processo de escoamento concentrado, característico do clima úmido atual.

Em termos paisagísticos os areais são resultado, nos dias de hoje, da atuação de processos de clima úmido retrabalhando formações superficiais características de clima semi-árido ou semi-úmido de um passado recente. Tudo indica que a constituição da paisagem, e em particular a pedogênese e a cobertura vegetal, dado o curto espaço entre o último período seco do Holoceno e a umidificação atual, aproximadamente, 3000 a 2500 A.P., favorecem a fragilidade atual permitindo o retrabalhamento e a exposição deste substrato (Bellanca, 2002; Suertegaray, 1987).

Este processo se dá atualmente sob condições de um clima subtropical, com invernos frios e verões quentes, variando a precipitação anual entre 1400 e 1700 mm e com precipitação distribuída principalmente no outono, inverno e primavera, ocorrendo momentos de chuvas torrenciais. Com taxas de pluviosidade bem superiores aos 200 mm anuais dos encontrados em climas desérticos, o conceito ao mesmo tempo diferencia o processo de arenização do de desertificação e é um indicador geomorfológico de um clima pretérito e recente mais seco (Oliveira, 2015). Suertegaray (1987) constata que o conceito de desertificação não alcança explicar áreas com exposição de areias, em regiões onde as médias anuais de precipitação são bem superiores do que as esperadas para climas áridos e semiáridos. De acordo com esta diferenciação conceitual nos últimos anos pesquisadores de outros estados do Brasil vêm utilizando-se do conceito arenização para explicar o aparecimento de manchas de areias em suas regiões de estudo, a exemplo do grupo de pesquisa em arenização da UFG Jataí/ Goiás. Além de ser um



Figura 3
O processo de arenização e a formação de areais em São Francisco de Assis.
Foto: Dirce Suertegaray.



Figura 4
O processo de arenização e a formação de areais Município de São Francisco de Assis - RS.
Foto: Dirce Suertegaray.

indicador paleoambiental o areal também pode ser usado para inferir alguns possíveis elementos do quadro natural, pois o processo se desenvolve sobre certas condições específicas. Dentre os condicionantes para que o processo se instale é necessário um substrato geológico arenítico, material parental para o surgimento de depósitos superficiais arenosos que irão capear topicamente ou extensivamente o substrato geológico.

4. Depósitos superficiais em áreas arenizadas

Estes depósitos superficiais podem ser entendidos diferentemente, de acordo com o campo do conhecimento que irá realizar a investigação. Geomorfólogos podem abordar o problema com finalidade de reconstrução paisagística ao longo do Quaternário, ao relacioná-los com os compartimentos morfológicos em que se situam. Pedólogos os estudam com a finalidade de entender a estrutura pedológica em sua distribuição e extensão, o que nos remete a outro indicador do areal - os solos. Ao estudar a região de ocorrência de areais no sudoeste goiano, Sousa, Scopel, Peixinho e Martins (2012) relatam que, embora o processo de arenização abranja mais características que somente a degradação do solo, sua relação com os RQo é primordial, visto que o processo sempre se estabelece nesta classe de solos. Estes RQo são os Neossolos Quartzarênicos Órticos, descritos pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos como:

solos sem contato lítico dentro de 50cm de profundidade, com sequência de horizontes A-C, porém apresentando textura arenosa ou franco-arenosa em todos os horizontes até, no mínimo, uma profundidade de 150cm a partir da superfície ou até um contato lítico; são essencialmente quartzosos, tendo nas frações areia grossa e areia fina 95% ou mais de quartzo, calcedônia e opala e, praticamente, ausência de minerais primários alteráveis (menos resistentes ao intemperismo). (EMBRAPA, 2006, p. 182)

Streck et al. (2008), embora sem trabalhos de mapeamento, indicam a ocorrência dos Neossolos Quartzarênicos Órticos para região da Campanha gaúcha, nos municípios de São Francisco de Assis, Manuel Viana, Alegrete e Quaraí, encontrados nas áreas em processo de arenização. Além desta classe de solo, os autores apontam que a arenização é um processo natural que ocorre sobre áreas ocupadas pelos Neossolos Quartzarênicos Órticos e em alguns Latossolos de textura média (arenosos). Sendo assim,

o areal pode ser utilizado como um indicador para a presença de solos com altos teores da fração areia.

O areal também tem relação com o quadro geomorfológico e seus parâmetros morfométricos. O fenômeno ocorre em cotas altimétricas mais rebaixadas, comuns nas médias coxilhas e rampas arenosas de morros testemunhos, entremeados por áreas de várzea. Associadas aos areais se encontram feições erosivas como ravinhas e voçorocas, principalmente nas áreas de rampas em contato com os morros testemunhos e em médias vertentes de colinas (coxilhas) associadas às cabeceiras fluviais (Oliveira, 2015).

Estas feições erosivas em sulcos, na continuidade do processo, desenvolvem-se por erosão lateral e regressiva, levando ao alargamento de suas bordas. A jusante destas ravinhas e voçorocas os processos de transporte de sedimentos pelo escoamento superficial depositam material arenoso em forma de leque, que com o tempo irão agrupar-se e formar um areal (Suertegaray, 1987).

5. A gênese natural dos areais

Suertegaray (1987) e Bellanca (2002), ao investigarem esta temática trabalharam com dados da história. Suertegaray (1987) buscou comprovação da existência desses areais em períodos anteriores à ocupação territorial por portugueses e espanhóis, demonstrando a existência de indicativos da presença de areais, em períodos bastante recuados, como descrito em Avé-Lallemant (1858). Neste livro o autor escreve, referindo-se aos areais do município de Alegrete, da seguinte forma:

A lua um pouco velada, deitava um clarão turvo sobre a região. Subitamente, em torno de nós tudo parecia branco. Crer-se-ia viajar num campo de neve. Em volta a areia pura, limpa, sem nenhuma vegetação, verdadeiro deserto africano, embora de pouca vegetação. Dava-se uma impressão particularmente melancólica. Viajamos juntos em silêncio. (p. 332)

Outro indicativo da ocorrência destes areais, agora para o município de Quaraí, encontra-se em Heráclides Santa Helena (crônica publicada no Correio do Povo). Nesta crônica, o autor faz referência ao velho Braga. Segundo Heraclides, os ancestrais do velho Braga chegaram àquelas paragens por volta de 1830, ou seja, poucos anos antes da concessão das primeiras sesmarias no município então denominado Distrito de Entre Rios (Suertegaray, 1987).

Bellanca (2002) construiu um trabalho que resgata os processos de transformação da paisagem

ao longo dos últimos 10.000 anos (Holoceno) (Figura 5). Para tanto trabalhou com dados provenientes da Geografia, Geologia, Geomorfologia e Arqueologia. Esta interpretação indica que os povos coletores-caçadores que viveram nessa região coabitaram com os areais.

Os estudos indicam ocorrência de sítios arqueológicos juntamente com areais. Corrobora esta interpretação a tese de que na origem os areais seriam naturais, podendo ser o processo de arenização intensificado pelo manejo inadequado do solo, como é possível observar em determinadas áreas do sudoeste, particularmente, aquelas utilizadas para o cultivo da soja.

No campo interdisciplinar outros estudos contribuíram para a demonstração da gênese natural dos areais: na biologia, os trabalhos de Freitas (2006) e Pires da Silva (2008); e na biogeografia, Silva (2009).

6. Os areais no contexto das novas apropriações territoriais

Trata-se neste item de abordar as políticas de expansão da silvicultura no Rio Grande do Sul, Brasil, na sua relação com as áreas de ocorrência de areais.

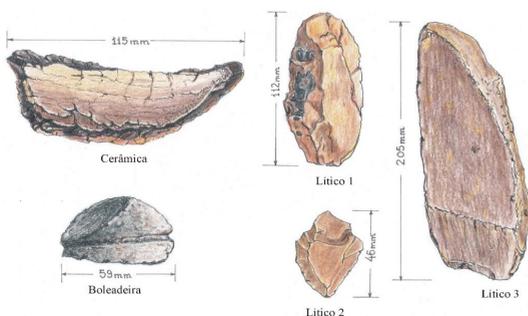


Figura 5

Areal no município de Quaraí/RS. Registro de sítio arqueológico e artefatos encontrados desde 12000 anos A.P. Pedra lascada, bolhadeira e fragmentos de cerâmica indicam a sucessão dos grupos habitantes da área antes da colonização européia.

Fonte: Bellanca (2002).

A leitura feita a partir de Suertegaray e Morelli (2010), Morelli (2011) e Suertegaray e Morelli (2013) revela conflitos territoriais em confrontos assumidos por diferentes agentes sociais.

As propostas de silvicultura associam-se desde os anos de 1980, particularmente, no sudoeste do Rio Grande do Sul (RS) às áreas com ocorrência do processo de arenização. Este fenômeno está associado à fragilidade da paisagem, porém, foi intensificado em algumas parcelas, devido à expansão da monocultura da soja.

Sucessivos governos desde então estimularam esta atividade na região. Após os anos 2000, em torno de 2005, o então governador do estado do Rio Grande do Sul decidiu estimular a silvicultura (com monocultura) do eucalipto como forma de crescimento econômico, da região sul desse estado, tradicionalmente pastoril.

Do ponto de vista socioeconômico, o objetivo seria transformar a matriz econômica da campanha do RS, histórica e culturalmente pastoril, em região de produção de madeira e celulose. As bases desse empreendimento estão assentadas na construção de um pólo de produção de celulose em terras do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina (o Cone Sul), com implantação de fábricas de celuloses (as papelarias tão discutidas e geradoras de conflito entre o Uruguai e Argentina) e promovendo o escoamento dessa produção através de vias navegáveis, como a Lagoa dos Patos, pelo Porto de Rio Grande e Rio Uruguai e pelo Mar del Plata. O destino é o mercado internacional.

Esta política engendrada por grandes empresas de produção de celulose e assumida pelo governo do Rio Grande do Sul (2007) divide territorialmente o estado em três áreas de interesse das três empresas produtoras de eucalipto: a Aracruz (na Depressão Central e região de Porto Alegre), a Votorantim (na região do entorno e retaguarda das cidades de Pelotas e Rio Grande) e a Stora-Enso (na fronteira sudoeste). Trata-se de expandir a atividade silvicultura pela região denominada de Metade Sul.

A metade sul do estado, historicamente uma região pastoril, vem, desde os anos 1970 e 1980, sendo objeto de discussão e perspectiva de mudança na sua estrutura econômica. Caracteriza-se pela presença marcante da grande propriedade rural, onde o gado criado solto é sua marca maior e onde o uso extensivo da terra constitui o fundamento da produção. Esta região, devido os seus baixos índices de arrecadação, coloca-se no campo da economia e da política como uma região que objetiva uma reestruturação produtiva.

A produção de gado e, mais recentemente, a introdução de monoculturas (soja e eucalipto) não só dificulta a produção diversificada, como mantém a estrutura fundiária original de grande propriedade. A introdução da monocultura do eucalipto constituiu-se de uma mudança na matriz econômica de forma conservadora e concentradora de renda. Neste caso, em parte, com capital estrangeiro.

Especificamente, na área com ocorrência de areais, região sudoeste do estado, atua a empresa sueco-finlandesa Stora-Enso. Dos 10 municípios onde adquiriu terras, 9 registram ocorrência de areais e processo de arenização. Entre os que apresentam, de forma mais acentuada, esse processo destacam-se Alegrete, Manoel Viana, Maçambará e São Francisco de Assis. As razões da aquisição dessas terras foram o seu preço reduzido, não tendo sido levado em conta os processos de erosão ali existentes.

Seus investimentos foram da ordem de US\$ 50 milhões na aquisição de 50 mil hectares (Valor Econômico, 2007). E não se restringem a essa porção de território, ao contrário, estendem-se também pelo Uruguai nas mesmas proporções e na perspectiva de implantar plantas (empresas) de produção de celulose. A área de interesse da Stora-Enso está localizada na faixa de fronteira cujas terras, por legislação federal, não poderiam ser adquiridas.

Por outro lado, essas mesmas terras estão localizadas em áreas inadequadas ao plantio de eucalipto, conforme o Zoneamento Florestal elaborado pelo órgão normalizador do uso do solo em relação ao ambiente no Rio Grande do Sul (FEPAM, 2007).

As políticas de apropriação e reordenação territorial estimuladas pelo governo do estado do RS, desde os anos 1990, incrementaram-se já nos anos 2000, mais precisamente em 2007. A aquisição de terras e início da silvicultura promoveu um confronto envolvendo os seguintes segmentos sociais: empresas de celulose; Poder Público (Federal, Estadual e Municipal) e nos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); trabalhadores e pequenos produtores rurais sem-terra, na expressão das mulheres camponesas; pesquisadores/acadêmicos e ONGs ambientalistas, sociedade civil; sindicato de trabalhadores.

O debate instalado e o conflito estabelecido à época centraram-se nas seguintes questões: efetiva possibilidade de geração de empregos e incentivo de proprietários locais na compra de sua produção; indicativo de investimentos e liberação de recursos públicos às empresas (assessoria técnica de órgãos públicos, renúncia fiscal, financiamentos); denúncia de grandes extensões de terra ocupadas pelas planta-

ções; transformação da paisagem do bioma Pampa gerando pouca ou nenhuma renda à população local; intensificação da concentração de terras por um setor econômico; projeção de uma expansão das periferias urbanas das pequenas e médias cidades com trabalhadores subempregados.

Em relação às especificidades relativas à preservação do ambiente o debate se deu em torno da explicitação de danos ambientais relacionados com a monocultura e com a espécie escolhida; a contaminação dos recursos hídricos por pesticidas, a diminuição da biodiversidade, a contaminação do solo, o impacto negativo no ecossistema local; a extinção do bioma Pampa e os problemas de saúde na população local, o uso de transgenia, o monopólio da tecnologia, a ocupação do território com riscos socioambientais, a não aceitação do zoneamento ambiental e a recusa de diálogo com os movimentos ambientalistas e sociais.

Um experimento, realizado pela Secretaria da Agricultura, segundo relato de Souto (1984) constituiu-se no fundamento de valoração das terras arenosas e dos areais através do plantio do eucalipto, em detrimento das espécies nativas cujo crescimento se dá de forma mais lenta.

Passados 20 anos deste experimento, projetos governamentais promovem a implantação da silvicultura, embasados no discurso de “desenvolvimento regional” e de recuperação da “natureza degradada” pela incorporação de áreas “improdutivas” à economia. A Figura 6 ilustra uma área com solos sujeitos à arenização recobertos pela silvicultura nos anos de 2008.

Não obstante, a Figura 7 expressa o registro de 15 anos após o primeiro experimento de recuperação de areais, quando, tecnicamente, foi construído uma barreira de eucalipto no seu entorno com a finalidade de diminuir a velocidade dos ventos e consequentemente a sua expansão, resultando, entretanto, numa mobilidade através de processos hídricos superficiais de sedimentos a jusante, o que



Figura 6
Monocultura de Eucalipto -SW do Rio Grande do Sul.
Foto: Dirce Suertegaray.



Figura 7
Afloramento rochoso promovido pelo escoamento superficial em antigos areais. Areal São João, Alegrete/RS.
Foto: Sidnei Luís Bohn Gass (2015).

acarretou a expansão de afloramentos rochosos, anteriormente, existentes no interior dos areais em menores proporções. Transformam-se estes, conseqüentemente, em superfícies rochosas, portanto, sem possibilidade de qualquer tipo de uso agrícola, pastoril ou florestal.

Este processo é um demonstrativo da ação dos processos hídricos, fortemente atuantes na dinâmica dos areais e se revelam em outras áreas com presença de areais, a exemplo dos areais de Quaraí/RS, em que não houve ação de recuperação e ou implantação de silvicultura (Figura 8).

As políticas de expansão da silvicultura nesta região do estado se associam à expansão da lavoura de soja. O plantio da soja foi expressivo entre os anos de 1960-1985 quando sofreu um declínio e foi responsável pelo surgimento de novos focos de arenização. Não obstante, atualmente, sob novas técnicas de plantio (plantio direto) sua expansão é retomada. Em relação ao eucalipto, passados 10 anos



Figura 8
Afloramento rochoso decorrente de fluxos hídricos superficiais. Arais de Quaraí/RS.
Foto: Dirce Suertegaray (2017).

de seu plantio em parte da área adquirida não ocorreu o prometido corte, pois seu crescimento não necessariamente ocorreu como previsto. Além disso alegando a crise mundial de 2008, as empresas investidoras diminuíram os investimentos e ou se deslocaram para outras regiões do Brasil, constituindo esse processo uma reorganização territorial cujos resultados sociais e ambientais não se efetivaram.

7. Conclusões

Neste artigo o objetivo foi, a partir de um relato da pesquisa sobre Arenização/RS/BR, divulgar os resultados de uma investigação de mais de 30 anos de forma interdisciplinar. Mais objetivamente, explicita-se a gênese dos areais e do processo de arenização vinculando-o com causas naturais, muito embora em alguns municípios este fenômeno se expresse, na sua expansão, em decorrência da expansão da cultura da soja a partir dos anos 1960. Por outro lado, buscou-se sistematizar a partir das pesquisas feitas interdisciplinarmente, a contribuição para a explicitação da gênese natural do processo de arenização, construída a partir do resgate histórico da ocupação territorial seja no período de apropriação luso-espanhola, seja através de informações relativas a ocupação originária, os indígenas, os pampeanos, povos caçadores e coletores habitantes destas paisagens, anteriormente ao processo de formação territorial brasileira. Na continuidade, explicitam-se as políticas de estado visando uma reconversão econômica, a saber, a transformação da atividade pastoril, predominantemente, extensiva e latifundiária, através da implantação da silvicultura (particularmente) o cultivo de eucalipto com vistas a exportação de celulose.

O conflito decorrente dessa política não impediu a sua implantação. Constitui, portanto, possibilidade de novas investigações com o acompanhamento das questões sociais e ambientais decorrentes dessa proposição de ordenação territorial, que embora não tenha se formalizado em plenitude promoveu uma significativa transfiguração seja da natureza local seja nas relações de trabalho em parte da fronteira oeste do Rio Grande do Sul/BR.

Bibliografia

- Avé-Lalleman, R. (1858). *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Itatiaia, EDUSP.
- Bellanca, E. T. (2002). *Uma contribuição para a explicação da gênese dos areais do Sudoeste do Rio Grande do*

- Sul (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- EMBRAPA (2006). *Sistema Brasileiro de classificação de solos* (2 ed.). Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI.
- FEPAM (2007). *Zoneamento Ambiental para Atividades Silvicultoras*. Porto Alegre, RS: Secretaria Estadual Do Meio Ambiente, Fundação Estadual De Proteção Ao Meio Ambiente e Fundação Zoobotânica. Porto Alegre, Vol.1, 2,3.
- Freitas, E. M. (2006). *Arenização e Fitossociologia da Vegetação de Campo no Município de São Francisco de Assis, RS* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Morelli, L. A. (2011). *Monocultura do eucalipto e as implicações territoriais: uma constituição oligopolista na Metade Sul do Rio Grande do Sul* (Tese de Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Oliveira, M. G. (2015). *Análise morfológica da Bacia Hidrográfica do Arroio Inhacundá (RS)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Pires da Silva, L. A. (2008). *Paisagens dos Arais Gaúchos. Conectividades e vivências, caminhando em busca de uma hermenêutica Instauradora a Educação Ambiental* (Dissertação de Mestrado). UFRGS (Biblioteca Virtual), Porto Alegre.
- Silva, D. L. (2009). *Microclima e bioindicadores paleoclimáticos em paisagens com ocorrência de areais em São Francisco de Assis, RS, Brasil*. Porto Alegre (Tese de Doutorado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Sousa, M. S., Scopel, I., Peixinho, D. M., & Martins, A. P. (2012). O processo de arenização no sudoeste de Goiás. In D. M. A. Suertegaray, L. A. P. Silva, & L.A. Guasselli (Orgs.), *Arenização: natureza socializada* (pp. 549-597). Porto Alegre: Imprensa Livre.
- Souto, J. J. P (1984). *Deserto, uma ameaça?* Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Estudos dos Núcleos de Desertificação na Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul.
- Streck, E. V., Kämpf, N., Dalmolin, R. S. D., Klamt, E., Nascimento, P. C., Schneider, P., Elvio, G., & Pinto, L. F. S. (2008). *Solos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Emater/RS.
- Suertegaray, D. M. A. (1987). *A Trajetória da Natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí-RS* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Suertegaray, D. M. A., Guasselli, L. A., & Verdum, R. (2001). *Atlas da Arenização, Sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento e Secretaria de Ciência e Tecnologia, Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Suertegaray, D. M. A., & Morelli, L. A. (2010). Conflitos da Silvicultura em áreas em processo de arenização, Sudoeste do Rio Grande do Sul. In E. Moreira & I. Targino (Orgs.), *Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: recortes no Brasil em Portugal e na África* (pp. 193-200). Ministério do Meio Ambiente, Brasília: Editora da Universidade das Paraiba, João Pessoa.
- Suertegaray, D. M. A., & Morelli, L. A. (2013). Arenização e monocultura do eucalipto no sudoeste (sw) do Rio Grande do Sul. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas*, 14, 59-82.
- Suertegaray, D. M. A., & Verdum, R. (2008). Desertification in the tropics. In UNESCO (Org.), *Encyclopedia of Life Support Systems* (pp. 1-17). Paris: UNESCO Publishing.
- Valor Econômico Online. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/sgeral>>. Acessado em 4 de julho de 2007.
- Verdum, R. (1997). *Approche géographique des déserts dans les communes de São Francisco de Assis et Manuel Viana - État do Rio Grande do Sul - Brésil* (Tese de Doutorado). Université de Toulouse II - Le Mirail, U.T.H, França.

Mercado e políticas públicas em Évora: a questão territorial da habitação

Market and public policies in Évora: the territorial question of housing

Barbara Bravo

Mestrado em Políticas Públicas e Projetos da Universidade de Évora
m39497@alunos.uevora.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5010-8368>

Maria Domingas Simplício

Universidade de Évora, Departamento de Geociências
domingas@uevora.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2155-4729>

Resumo:

Principal centro urbano da região Alentejo, Évora está classificada como Património Mundial pela UNESCO (1986) e sofreu uma expansão significativa na 2ª metade do séc. XX. Como elemento básico de suporte aos processos de autonomização de organização e de (re)inserção social, há uma tendência para a organização espacial de acesso à habitação em áreas de grande homogeneidade interna e forte disparidade entre elas. Évora é marcada pela segregação sócio territorial que, a partir da caracterização e da contextualização histórica e recente das políticas habitacionais, suporta a avaliação, no presente artigo, das alternativas atuais sobre a temática nas suas dimensões sociais, territoriais e económicas. O artigo tem como principal objetivo analisar como as decisões do mercado e das autarquias, através das políticas públicas de habitação, incidem na organização territorial da cidade de Évora.

Palavras-chave: políticas públicas, habitação social, cidade de Évora, produção do espaço urbano, diferenciação social no território

Abstract:

Main city center of the Alentejo region, Évora is classified as World Heritage by UNESCO (1986) and underwent significant expansion in the second half of the 20th century. As a basic element of support to the processes of organization and (re) social insertion, there is a tendency for the spatial organization of access to housing based on areas of great internal homogeneity and strong disparity between them. Évora is marked by the socio-territorial segregation that, based on the historical and recent characterization and contextualization of housing policies, allows us to analyze in this article the current alternatives on the theme, considering its social, territorial and economic dimensions. The main objective of this article is to analyze how the decisions of both the market and the municipalities, through public housing policies, affect the territorial organization of the city of Évora.

Keywords: public policy, social housing, city of Évora, production of urban space, social differentiation in the territory

1. Introdução

A habitação e reabilitação urbana são áreas de intervenção por norma setorial que, ao longo do tempo e em diversos contextos, têm vindo a suscitar uma reflexão sobre o papel de um conjunto variado de atores e das políticas públicas na sua abordagem. É atualmente reconhecida a sensibilidade e a extensão dos efeitos (nem sempre diretos e/ou benéficos) da intervenção no domínio da habitação/requalificação urbana, bem como a interdependência relacional num conjunto de outros setores cada vez mais alargado. Além de se tratar de um instrumento,

transversal (embora por vezes subsidiário ou periférico) a várias políticas, a habitação é, ao mesmo tempo, um objeto essencial e central à configuração do bem-estar e qualidade de vida das populações e das cidades.

Esta consciencialização e reconhecimento têm vindo a exigir e a proporcionar uma identificação e exploração das suas interdependências, numa perspectiva multinível. Torna-se necessário, portanto, reconhecer, aprofundar e desenvolver o olhar sobre esta área setorial, atualizando o conhecimento que sobre ela existe, atendendo à diversidade das suas manifestações e repensando os paradigmas que têm

formatado o seu funcionamento, em função destas interdependências e do seu papel e contributo para os desafios com que a sociedade contemporânea se confronta.

Nota-se uma progressiva atenção pelas políticas de habitação e reabilitação urbana para a discussão das questões de coesão social e territorial e, portanto, uma diversidade de estratégias e modelos organizativos e de financiamento nestes âmbitos nos diferentes contextos. Estes dois setores apresentam fortes interdependências com outros domínios de política aos níveis regional, nacional, europeu e internacional. Isto verifica-se pela aprovação, em 2017, do projeto de Parecer do Comité das Regiões Europeu Rumo a uma Agenda Europeia para a Habitação, onde se apela à necessidade de uma melhor articulação entre as políticas da UE e as políticas de habitação dos Estados-Membros; uma nova política de coesão que tenha plenamente em conta a questão da habitação; uma agenda europeia para a habitação no seguimento do Pacto de Amesterdão. (Ferrão, 2018, para. 9)

Regista-se uma orientação de desenvolvimento de diversos níveis de abordagens -multiescalares, multinível e multidimensionais - mais alinhadas ou resistentes aos efeitos indesejáveis que decorrem da aplicação deste princípio nestas matérias. Apresenta, portanto, uma exigência de abordagens mais efetivas na conciliação local e global pelas autonomias, especificidades e recursos dos contextos nacionais e pela necessidade de coesão e coerências a assegurar em termos europeus das suas resoluções. Ao nível do desenho de políticas públicas, apresentam desalinhamentos, bem como tensões, na definição e discussão do seu papel, seus modelos de governação, governança e financiamento. E também tensões relativas aos diversos tempos de manifestação de condições existenciais, respostas e de desenvolvimento das dinâmicas e processos.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar como as decisões do mercado e das autarquias, através das políticas públicas em habitação, incidem no território. Para a realização e desenvolvimento do presente estudo se tem a cidade de Évora como estudo de caso, cujo artigo baseia-se em: (i) compreensão da caracterização urbana da cidade em estudo a partir de levantamentos estatísticos realizados pelas instituições locais; (ii) enquadramento através da recuperação histórica de ocupação da cidade a partir dos anos 1960/70; (iii) retoma do contexto atual e as perspetivas perante a problemática da habitação e quais as possíveis alternativas e propostas em debate.

Dada a natureza e estrutura do trabalho foi adotada uma metodologia que combinou uma abordagem inicialmente exploratória, suportada sobretudo por uma análise documental comparada e crítica. O seu desenvolvimento assentou numa abordagem compreensiva, operativa e circunstanciada de recolha, sistematização e análise de informação, conducente à atualização da informação estatística sobre o panorama regional, à contextualização histórica. Por fim, são explorados caminhos críticos de implementação de políticas e apresentadas propostas de desenvolvimento de instrumentos de política debatidas no contexto atual.

Numa primeira fase, o presente estudo foca-se na caracterização regional da cidade de Évora a fim de obter uma melhor compreensão do quadro geral e atual, sobretudo nas suas dimensões económicas e sociais. Tal exercício permite uma contextualização local das questões da habitação. Para isso utilizaram-se os levantamentos estatísticos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, Município de Évora e o Conselho Local de Ação Social de Évora e ainda o estudo intitulado “O Centro Histórico e as Centralidades em Évora Dinâmicas Urbanas e Organização” realizado por Eduardo Ratão Vasconcelos Miranda em 2014.

Na sequência desta abordagem, a segunda fase do trabalho incidiu sobretudo na contextualização histórica do desenvolvimento da cidade e das políticas habitacionais a partir dos anos 1950. As condições de contexto existencial têm relevância na escolha de alternativas no desenvolvimento dos modelos de intervenção e são fundamentais para fixar tendências e visões no desenvolvimento das “narrativas transformadoras” que prezem pelo bem-estar e qualidade de vida das populações. Para a sistematização relativa à evolução da estrutura urbana de Évora ao longo deste período, o presente artigo parte dos estudos de Maria Domingas Simplício, sobretudo no artigo intitulado “Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI”. A evolução urbana é analisada concomitantemente, através de mapas, a fim de ilustrar como ela incide no território ao longo dos anos.

Finalmente, na terceira fase, retoma-se o contexto atual e as perspetivas diante da temática das políticas de habitação, as propostas em debate entre entidades e soluções de abordagem e desenvolvimento de instrumentos. Neste sentido, elaborou-se um exercício de síntese e de desenvolvimento reflexivo sobre a temática que permite organizar algumas hipóteses de trabalho que mereceram aprofundamento no decorrer deste estudo; estas são em torno de

dados adquiridos e/ou inquietações decorrentes da configuração da abordagem das questões da habitação e da reabilitação urbana, das políticas de habitação e de reabilitação urbana, da relevância das condições de contexto existencial e das consequências do desenho de políticas públicas.

2. Caracterização sócio territorial de Évora

Évora, capital do distrito com o mesmo nome, é a maior cidade na região do Alentejo e o principal aglomerado urbano da região e conta com 49.252 habitantes¹. A tendência de crescimento é idêntica à de outras cidades portuguesas de média dimensão e é mais alta que o da região envolvente. O concelho registou, entre 2001 e 2011, um aumento pouco significativo da população residente, continuando a apresentar um crescimento superior à região Alentejo, devido aos movimentos migratórios. Como noutros centros urbanos portugueses, há uma tendência de movimento de população de povoados pequenos circundantes para Évora. Classificada como Património Mundial pela UNESCO (1986), Évora é a única cidade portuguesa membro da Rede de Cidades Europeias Mais Antigas. Seu centro histórico bem-preservedo é um dos mais ricos em monumentos de Portugal, justificando a denominação Cidade-Museu.

A Figura 1 mostra que a cidade tem vindo a aumentar a população desde 1900, sendo que este aumento se faz sentir sobretudo na faixa adulta. Têm subido significativamente os residentes entre os 25 e 64 anos e também, a população com mais de 65 anos, o que, aliado ao não crescimento das classes mais jovens, se traduz no envelhecimento geral da população.

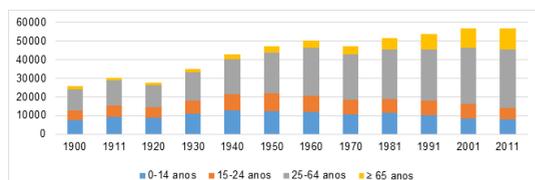


Figura 1

Número de habitantes por faixa etária.

Fonte dos dados: INE - http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros, acessado a 21 de dezembro de 2017.

Ainda sede do quinto município mais extenso de Portugal, com 1 307,08 km² de área², o concelho de Évora integra um total de 12 Freguesias distribuídas por três áreas geográficas (Figura 2): (i) Área Urbana - analisada no presente artigo - corresponde ao Centro Histórico e parte extramuros; (ii) Zona de Transição correspondente à área envolvente da área urbana; (iii) Área Rural.

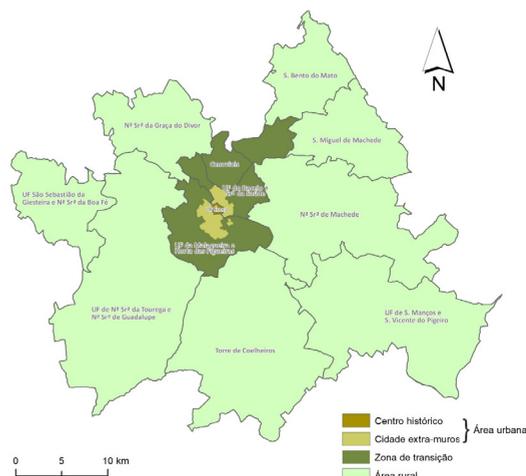


Figura 2

Freguesias situadas no território do município de Évora.

Fonte: INE. BGRI. Censos de 2011.

2.1. Dinâmica funcional nas últimas décadas

A separação entre o centro e a periferia em Évora mantém-se e considerar-se o Centro Histórico (CH) como a “cidade”. A descontinuidade - espacial, morfológica, e funcional - entre o centro (intramuros) e a periferia (extramuros) “contribui para esta diferenciação, apesar de nas últimas décadas muito ter mudado na dinâmica funcional da cidade” (Miranda, 2014, p. 35) nas funções, serviços e infraestruturas. Estas mudanças, entretanto, refletem na expansão da cidade extramuros e na evolução da massa populacional. Até a década de 1960, a maioria da população residia intramuros onde atualmente reside apenas 1/10 dos habitantes da cidade (Figura 3). Assim, a concentração dos residentes somada à desconcentração funcional na periferia torna necessário reavaliar a própria categoria do CH (Miranda, 2014).

Durante maior parte do século XX, o CH concentrava a maior parte das funções centrais, sobretudo

¹ INE (2013). Anuário Estatístico da Região Alentejo 2012. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 32. ISBN 978-989-25-0214-4. ISSN 0872-5063. Consultado em 30 de outubro de 2017.

² Instituto Geográfico Português (2013). «Áreas das freguesias, municípios e distritos/ilhas da CAOP 2013» (XLS-ZIP). Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2013. Direção-Geral do Território. Consultado em 28 de novembro de 2013.

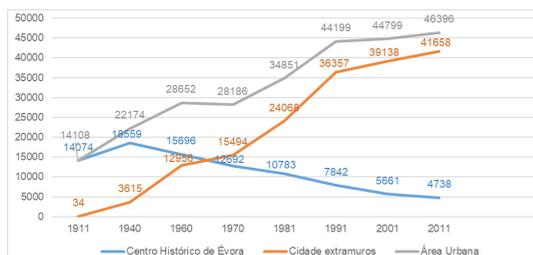


Figura 3
Evolução da população residente em Évora.
Fonte: INE - Recenseamentos da População.

comércio e serviços. Em meados da década de 80 constatava-se a quase ausência de “vida de relação” nos bairros periféricos, simples “dormitórios” (Ribeiro, 1986). Entretanto, com o crescimento da área urbana e a transferência da população para a periferia houve maior procura e oferta de serviços e comércio de proximidade. Ao mesmo tempo, com a presença da indústria, a distribuição do emprego na cidade e a fragmentação urbana originou significativas deslocamentos habitação-emprego (PUE, 1999) e a habitação concentrou-se nos bairros extramuros e periféricos.

Porém, o perfil socioeconômico da população e a distância ao centro tradicional influenciaram expandir a cidade na direção extramuros. A cidade torna-se mais complexa, assim como verificadas em outras cidades após o crescimento demográfico, a expansão urbana e a distribuição espacial (Gaspar, 1985) tendo em conta que o comércio segue o povoamento (Salgueiro, 2013). Esta dispersão é evidente a oeste, devido ao Plano de Expansão da Zona Oeste a partir dos anos 70 e, sobretudo, a sul, na Zona Industrial da Horta das Figueiras até o Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE), onde há forte concentração comercial (Miranda, 2014).

A estrutura funcional da cidade ainda se caracteriza pela ausência de um centro alternativo ao CH, concentrando os principais polos de emprego: o CH e a área a sul da cidade que abrange a Zona Industrial da Horta das Figueiras, o PITE, mais recentemente o PCTA e, um pouco mais afastada, a EMBRAER. A organização espacial comercial de Évora é semelhante à de outras cidades médias portuguesas, e mantém a importância do centro tradicional e onde, até há pouco tempo, a oferta comercial na periferia era pouco qualificada.

Mais recentemente, com a inauguração do Évora Plaza, essa dinâmica é alterada devido à presença de um novo espaço comercial na cidade caracterizada por forte influência comercial e alternativa de lazer. O padrão de distribuição das atividades denota uma maior complexidade e começa a desenhar-se uma complementaridade entre o centro e a periferia.

Em termos territoriais, a construção do Centro Comercial e de outros grandes espaços na sua proximidade apresenta grande capacidade de fixação, atração de população residente e de trabalho. Neste sentido, avança-se na interligação entre esta “nova centralidade de Évora” e o centro histórico, que por sua vez, se encontra em fase de revitalização, através do turismo e de novos investimentos.

A importância da acessibilidade, da facilidade de estacionamento e de circulação, cada vez mais importantes nos padrões de localização da atividade comercial, substituem progressivamente antigos padrões locativos de centralidade e de proximidade, e a evolução recente do tecido comercial em Évora evidencia essas mudanças (Salgueiro, 2007). O tecido funcional apresenta diferenciação espacial, em formação, e a forma urbana indica diferentes fases do processo de urbanização e a adaptabilidade necessária (Miranda, 2014). Apesar das recentes mudanças, os eixos circulares apresentam descontinuidades e os setores urbanos (norte, este, sul e oeste) estão pouco conectados entre si.

3. Desenvolvimento da cidade e das políticas habitacionais após 1950

Não houve um processo de crescimento urbano após 1950 no setor intramuros da cidade devido à grande escassez de terrenos disponíveis para novas construções. No entanto, o que ocorreu nas últimas décadas foram intervenções de renovação urbana, quase sempre pontuais, implementadas para a manutenção e valorização deste espaço.

Desde meados do século XX até 1974, ocorreram apenas algumas intervenções pontuais de grande vulto que refletiram importantes alterações políticas no contexto nacional e local. Entre elas a construção e inauguração de alguns edifícios públicos e intervenções em espaços não construídos. Entretanto o CH foi sujeito a um estudo de caracterização física e sócio económica, elaborado nos finais da década de 70 (no âmbito do Plano Diretor), que revelou o grande predomínio de edifícios em mau estado de conservação, com muitos fogos sem instalações sanitárias devido ao facto de todo o parque habitacional ser muito antigo, e estar ocupado, maioritariamente, por população idosa, pessoas vivendo isoladas ou em famílias de dois indivíduos, normalmente com fracos recursos económicos.

Por outro lado, verifica-se também, que a maioria dos fogos são arrendados, usufruindo os proprietários de rendas extremamente baixas. Nessa situação, é natural que as obras de reabilitação e

recuperação das habitações, cada vez mais necessárias, não sejam executadas já que, nem os inquilinos, com os seus fracos recursos, nem tão pouco os senhorios, com baixas rendas que recebem, o podem fazer. Assim, a situação tenderia a agravar-se pelo que a Câmara iniciou um processo de defesa e recuperação do CH que se traduziu no estudo e implementação de dois programas distintos, mas de certo modo paralelos: o Plano de Circulação e Transportes e o Plano de Recuperação do Centro Histórico de Évora.

Em termos gerais, o Plano de Circulação e Transportes procurou retirar do CH grande número de veículos, incentivando o uso circular, e criação de áreas de domínio dos peões nos eixos centrais, onde se concentram as unidades comerciais e de serviços. Apesar de melhorar algumas situações devido à implementação do plano, com o crescimento de algumas funções ligadas ao turismo, houve agravamento de outras como a insuficiência de estacionamento. Ainda, o Programa para definição de uma Metodologia para Recuperação do Centro Histórico de Évora foi também iniciado em 1980 e concluído em 1982. Este plano apontava para a revitalização económica, cultural e social do CH bem como para a melhoria das suas condições de habitabilidade (Carvalho, 1990, p. 63).

Em 1986 Évora foi reconhecida pela UNESCO como Património Mundial, atendendo às suas características arquitetónicas próprias de que resulta um conjunto cujo valor patrimonial deve ser preservado. Este facto se constitui motivo de orgulho e satisfação para os locais, trouxe à população e à autarquia uma maior responsabilidade e conscientização da necessidade de manter e revitalizar todo o núcleo antigo. Neste período verificou-se melhoria, renovação e reconstrução de muitos imóveis. Este processo traduz o efeito conjugado do empenho da autarquia e do interesse da população e investidores privados, decorrente da valorização do setor intramuros no contexto da área urbana. Este reconhecimento, levou ao reforço “do peso que algumas das funções mais diretamente relacionadas com o turismo assumem na estrutura funcional e na vitalidade do Centro Histórico (CH) de Évora” (Simplício & Camelo, 2015, p. 44).

No setor extramuros, o crescimento da área urbana foi relativamente lento até 1940, ano que “aparecem recenseados 915 fogos fora das muralhas” (Carvalho, 1990, p. 15). As expansões fora da muralha aceleraram entre os anos 40 e 50, primeiro período de importante expansão extramuros inicialmente com o aparecimento de um conjunto de bairros, ainda destinados às classes de fracos recursos que se

fixavam em aglomerados, não planificados, semelhantes às povoações rurais, localizados às vezes, em áreas afastadas da cidade.

Com ausência de um instrumento de planeamento que orientasse o crescimento urbano, o atelier do arquiteto Conceição Silva é contratado para elaborar um Plano de Urbanização, em 1969. Neste, previa-se o desenvolvimento da cidade baseado no setor industrial e densificação do tecido urbano marcando, portanto, uma mudança de postura de desenvolvimento durante a década de 60. A região abrangida no Plano foi dividida em três zonas - urbana intramuros, urbana extramuros e rural de proteção à cidade - e contemplava áreas de habitação, comércio e serviços, indústria e ensino.

A sul da cidade foi reservado um amplo terreno, na década de 70, para a construção do Parque Industrial criado por iniciativa da Empresa Pública de Parques Industriais e abertas novas frentes de construção onde o setor público lança o programa de alojamento na Horta das Figueiras e avança no projeto na Cruz da Picada (Carvalho, 1990). A situação em 1974 caracterizava-se por uma crise habitacional importante não se encontrando quase oferta de habitação em espaços urbanizados, pois havia poucos lotes legais disponíveis a que apenas as classes sócio económicas mais elevadas conseguiam aceder.

Continuavam a expandir-se cada vez mais loteamentos ilegais, não planeados, em torno das muralhas. Entre 1970 e 1975, o processo de loteamento e construção de “clandestinos” acelerou, devido, por um lado, ao afluxo de residentes que se deslocavam do centro para fora da cidade procurando melhores condições de habitabilidade e a possibilidade de garantir casa própria. Por outro lado, estes bairros eram procurados por pessoas oriundas de outros pontos do país e alguns emigrantes. Parte destes bairros clandestinos não tinha água canalizada, esgoto e/ou arruamentos. Houve ainda tentativas, sem sucesso, de aprovação de loteamentos legais, de alta densidade de construção, situados em espaços centrais bem localizados; porém aqui punha-se em causa a preservação da imagem histórico-cultural do Centro Histórico.

Apoiadas pela Administração Central e Local surgem as primeiras Cooperativas de Habitação com foco na construção a baixos custos; por outro lado, a Câmara Municipal assume o processo de loteamento e construção de habitações propondo-se travar o avanço dos loteamentos clandestinos e recuperar os existentes (Quadro 1). Assim, surge em 1975 a elaboração de um Plano de Expansão da Zona Oeste tomando esta área como prioritária para expansão

Quadro 1

Número de Fogos Correspondentes aos Lotes Atribuídos pela Câmara na Cidade de Évora, de 1978 a 1984

(*) Estes fogos já tinham sido iniciados antes de 1975

CÂMARA	SETOR PÚBLICO			SETOR COOPERATIVO FAMÍL.	SETOR PRIVADO			TOTAL		
	FFH	OUTROS	Total		INDUST.	Total				
EXPANSÃO OESTE	Cruz da Picada	-	479 *	-	479	-	-	-	479	
	Escurinho	-	75	-	75	-	-	-	75	
	António Sérgio	38	-	-	38	100	29	4	33	171
	Malagueira	-	418	8	426	348	49	3	52	826
	Alto dos Cucos	-	-	-	-	215	-	-	-	215
EXPANSÃO NORTE	Bacelo	-	-	-	-	144	2	146	146	
	Coronheiras	20	-	-	20	-	116	-	116	136
Horta das Figueiras		224	-	64	288	-	-	112	112	400
Torregela		-	-	-	-	-	39	3	42	42
TOTAL		282	972	72	1326	663	377	124	501	2490
				53%	27%			20%	100%	

Fonte: Adaptado de Carvalho (1990, p. 73).

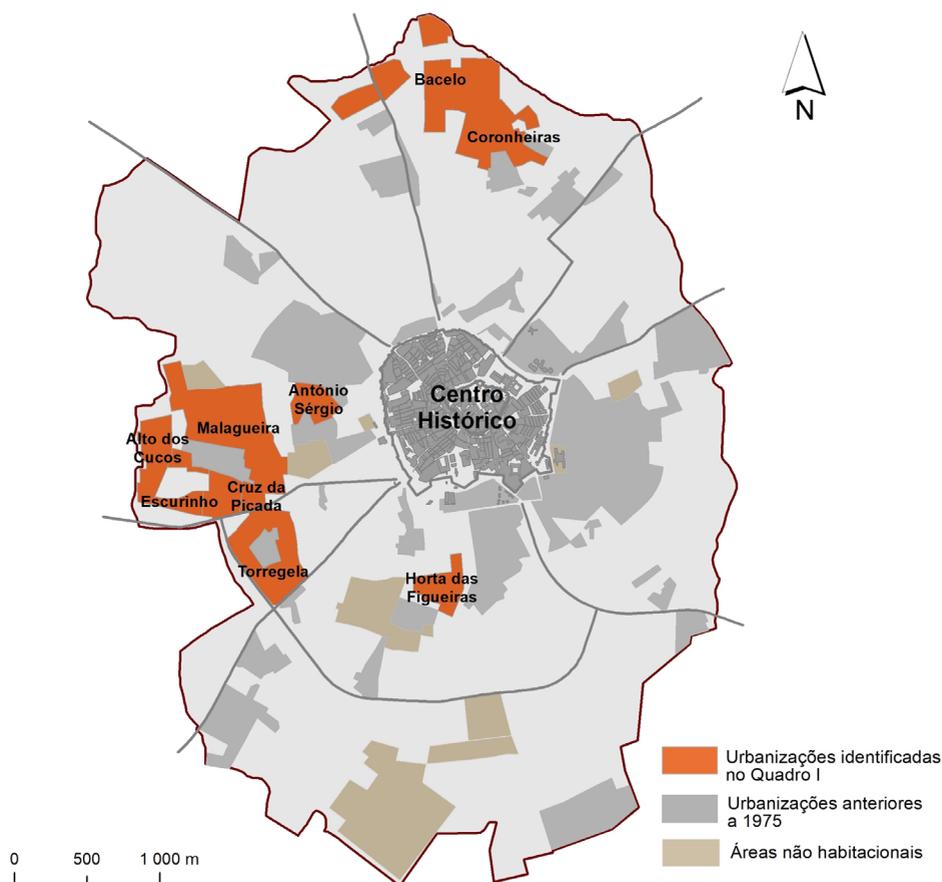


Figura 4

Localização das urbanizações e áreas não habitacionais em relação ao Centro Histórico da cidade de Évora.

Fonte: Elaboração própria.

urbana (Figura 4). Além de considerar a estrutura existente, propôs-se a criação de uma unidade residencial para 3500 fogos, provida de infraestruturas e equipamentos urbanos necessários. O arquiteto Álvaro Siza foi então contratado para projetar as unidades habitacionais do Plano, em 1977, apresentando habitações distribuídas em banda contínua, aparência exterior uniforme e tipologia caracterizada em dois pisos com pátio interior. O arquiteto partiu da relação com a arquitetura tradicional alentejana transpondo a imagem intramuros.

O Plano Diretor do Concelho de Évora incluiu o Plano Geral de Urbanização tendo como ponto de partida o diagnóstico relativo ao desenvolvimento da cidade. Para isso, em 1978, inicia-se a fase de levantamento e caracterização do território que permitiu conhecer a realidade da área urbana através de entrevistas a entidades da administração central e local e inquérito realizados à população local. Traçaram-se as várias políticas setoriais de apoio às atividades económicas, sobre a rede urbana e os transportes, de solos e controle urbanístico, de habitação e de reabilitação do Centro Histórico.

O setor público foi um importante promotor de construção, até meados dos anos 80, seguido das Cooperativas de Habitação (Quadro 2). Programas de habitação foram promovidos a partir de uma política conjunta que incluiu a Autarquia, as Cooperativas e o Estado. Em oposição, a iniciativa do setor privado apresenta fraco dinamismo devido ao pouco desenvolvimento da indústria de construção civil neste contexto (Carvalho, 1990). Ainda outra área de expansão da habitação no mesmo período foi o setor norte constituindo uma das maiores manchas de expansão extramuros. Trata-se de uma área de construção individual em loteamentos particulares, surgidos de forma espontânea, sem planificação, e posteriormente sujeita a planos de pormenor, onde o setor privado tem tido papel predominante. Como inicialmente as construções não estavam sujeitas a regulamentações muito rígidas, resultou diversidade nas tipologias das habitações.

Através da instalação de novas unidades industriais, em 1987, é gerado dinamismo na cidade devido à infraestruturização de duas novas zonas industriais: Horta das Figueiras e Bairro de Almeirim. Paralelamente, a Câmara envolveu-se no processo de aquisição do Parque Industrial, que se concretizou em 1991. Depois de 1990 todas as novas expansões urbanas são planificadas e regulamentadas e a conjuntura vivida no final de década de 90/início da década de 2000 facilitou a aquisição massiva de casa própria e restringiu a oferta no mercado de arrendamento.

Saliente-se que a partir de 2008, com a publicação do novo PDM de Évora, houve aumento da oferta de habitação através da ampliação de áreas de solo urbanizável tendo em conta um crescimento populacional assente no desenvolvimento económico, na futura construção do Terminal de Comboios de Alta Velocidade (TGV) e na afirmação de Évora como destino turístico.

A proposta do modelo de intervenção no território tinha como objetivo, sobretudo, a “requalificação da cidade extramuros com vista a estabelecer elos de continuidade dando-lhe um caráter de globalidade e de interligação funcional” (CME, 2007a, p. 42). A reestruturação urbanística da cidade, neste contexto, apoiou-se num princípio de “localização de grandes equipamentos na Cidade Extramuros de forma a estruturar as centralidades emergentes em articulação com o Centro Histórico” (CME, 2007a, p. 33). Dois equipamentos estruturantes foram propostos: o Hospital Regional e o Parque de Feiras e Atividades Económicas (Expo Évora).

Assim, previa-se através do Parque Industrial e Tecnológico de Évora (PITE), do Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARE) e da Expo Évora, criar proximidade entre os setores secundário e terciário. A construção de estes equipamentos estrategicamente localizados com os futuros Hospital, Tribunal e Biblioteca, visava qualificar a área norte, em termos de serviços (Lucas, 2009).

Quanto a áreas residenciais após 2005, predomina a criação de novas urbanizações que preenchem espaços livres ao longo do processo de urbanização anterior. Mas esta tendência, com o novo Plano de Urbanização aprovado em 2011, alterar-se parcial-

Quadro 2
Construção de Habitação: 1986 - 1989

	NÚMERO DE FOGOS CONSTRUÍDOS E/OU CONCLUÍDOS	%	LOCAIS
ESTADO	418 (a) 40 (b)	17	Malagueira H. das Figueiras
CÂMARA/ESTADO/ INDUSTRIAIS - CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO	112 46	6	coronheiras Bacelo/coronhei- ras
COOPERATIVAS	615	22	Malagueira e Alto dos Cucos
URBANIZAÇÕES PARTICULARES	1500	55	
TOTAL	2731	100	

a. Conclusão após 8 anos de paralisação
b. Obra interrompida durante mais de 6 anos

Fonte: Câmara Municipal de Évora (1989), *Boletim Municipal*, 35, p. 4.

mente. Por sua vez, com a crise financeira ocorrida em Portugal entre 2010-2014, este processo de resposta às carências habitacionais atenuou-se muito e reduziu-se significativamente o número de fogos concluídos e licenciados. Neste período houve maior foco em garantir infraestruturas necessárias ao desenvolvimento económico e criação de emprego, ao reforço da rede viária intermunicipal e à construção do PCTA em 2011, elemento essencial ao crescimento da capacidade de acolhimento de novos projetos empresariais.

Consideram-se no Plano de Urbanização de Évora, em 2011, como elementos estruturantes³: a) O Centro Histórico de Évora, pelo seu valor histórico e simbólico e pela concentração das funções centrais da cidade; b) a Rede Viária; c) a Estrutura Ecológica Urbana; d) os espaços destinados a funções terciárias e a equipamentos.

É possível observar, portanto, a constante preocupação com a preservação e valorização do CH, levando ao desenvolvimento de diversos planos e programas de que é exemplo a recente aprovação (julho de 2017), do projeto da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora.

É a partir do enquadramento histórico apresentado que se pretende refletir sobre a forma como o

desenvolvimento urbano de Évora, nas suas múltiplas vertentes e abrangências, se confrontou com a procura de equilíbrio e complementaridade entre o “velho centro” e as novas áreas urbanas (Simplicio, 2013). É possível perceber, portanto, diferentes experiências confinadas no mesmo espaço, seja através de instrumentos de atuação pública/privada ou pelas diferentes apropriações que diferem como consequência dessa configuração espacial.

4. Política habitacional: contexto atual e as perspetivas

A habitação e a reabilitação têm sido consideradas instrumentos alvo para a melhoria da qualidade de vida, para a qualificação e atratividade dos territórios. Segundo a Secretaria de Estado da Habitação, “persistem problemas, a nível nacional, de natureza estrutural das carências habitacionais, aos quais ainda é necessário atender”⁴. Em paralelo, manifestam-se novos desafios, decorrentes das alterações dos modos de vida e das condições socioeconómicas das populações, da combinação de carências conjunturais com necessidades de habitação, da mudança de paradigma no acesso ao mercado

	Instrumento existentes		Novos instrumentos
	Continuidade	Adaptação	
1.º Direito - Programa de Apoio ao Direito à Habitação			✓
Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente			Em substituição do ProHabita e do PER
Programa de Arrendamento Acessível			✓
Instrumentos de promoção da segurança no arrendamento			✓
Instrumentos de captação de oferta			✓
Índices de preços e acessibilidade habitacional			✓
FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado	✓		
Porta 65 - Jovem		✓	
Projeto Reabilitar como Regra			✓
Reabilitar para Arrendar		✓	
IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas	✓		
Programa Casa Eficiente 2020	✓		
Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/ Planos de Ação Reabilitação Urbana	✓		
Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas	✓		
Programa de Reabilitação Urbana de Bairros Sociais na Vertente da Eficiência Energética	✓		
Programa “Da Habitação ao Habitat”			✓
Porta ao Lado - Programa de informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade para acesso à habitação			✓
Programa de mobilidade habitacional			✓

Figura 5

Matriz dos instrumentos existentes e a criar.

Fonte: Secretaria de Estado da Habitação (2017). Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação.

³ Artigo 28º do Plano de Urbanização de Évora. Disponível em: <http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/Habitar/ordenamento-do-territorio/Planos%20Municipais/Documents/RegulamentoPUE.pdf>

⁴ Secretaria de Estado da Habitação (2017). Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação.

de habitação e acelerada pela crise económica e financeira internacional.

Devido aos diversos desafios, fica evidente a necessidade de uma abordagem mais integrada ao nível das políticas setoriais, das escalas territoriais e do envolvimento dos vários atores. Ainda deve ser adaptada aos desafios e às características específicas dos edifícios, territórios e comunidades. As questões nesses âmbitos desafiam a configuração da ação pública devido sua importância estratégica e provocam a procura de soluções e respostas de política pública.

Neste contexto, a Secretaria de Estado da Habitação estabelece um novo pacote legislativo, chamado “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” lançado em 2017 a partir de sessões públicas em diversas cidades do país. Aprovada no passado dia 4 de outubro de 2017⁵, a Resolução tem como missão “garantir o acesso de todos a uma habitação adequada”, bem como dar foco à reabilitação. Além de dar continuidade a alguns instrumentos e recursos existentes, outros são criados e reforçados a fim responder às diferentes necessidades (Figura 5).

A nova geração de políticas de habitação é elaborada num momento de mudança de paradigma. O tema voltou a entrar na agenda política ao ser determinada a produção de novas políticas públicas e de programas mais alinhados com as realidades sociais atuais. Refiram-se, por outro lado, a nível regional, diversas estratégias de desenvolvimento territorial, social e cultural que têm sido traçadas para os próximos anos, condicionando os eixos de intervenção estratégica em Évora. Destaca-se a Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora (ORU) e intervenções previstas como a criação do Centro de Acolhimento Turístico de Évora e do Alentejo Central, do Centro Interpretativo da Cidade de Évora e do Centro Interpretativo do Alentejo Central e medidas previstas ao abrigo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) (CME, 2017b).

5. Conclusão

A habitação e reabilitação urbana, como verificado, ao longo do tempo e em diversos contextos, têm vindo a suscitar uma reflexão sobre o papel de um conjunto variado de atores e das políticas públicas na sua abordagem. Bem como as decisões multiescalares do mercado e autarquias, através das políti-

cas públicas, respondem aos diversos desafios e incidem no território.

A cidade de Évora é um caso de referência no âmbito das respostas habitacionais, sobretudo a partir dos anos 1980. De facto, a autarquia, promoveu a legalização e recuperação de diversos bairros de origem espontânea e construiu outros para atender às carências habitacionais. Portanto, os maiores desafios neste território não se concentram no défice habitacional maioritariamente, mas na estigmatização e concentração espacial de famílias com escassos recursos confinadas em bairros de arrendamento social.

A ideia de mix social no âmbito das políticas habitacionais e de regeneração urbana é, de certa forma, prevista na Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Évora. Isso consegue-se envolvendo no planeamento urbano técnicos de diversas formações (urbanistas, geógrafos, arquitetos, etc). Diversas investigações permitiram demonstrar a relevância da composição social dos locais de residência para as oportunidades dos seus residentes (Alves, 2015), assim como a defesa da miscigenação social (Ascher, 2010).

A separação entre os usos e funções provoca a necessidade de deslocações a lugares distantes o que aumenta a necessidade de usar o transporte individual reduzindo a utilização pedonal do espaço público (Queirós, 2011). Em Évora, como as principais funções e locais de emprego se concentram na cidade intramuros e se direcionam à zona industrial (ao sul), somada às dispersões de unidades habitacionais observadas ao longo dos anos, as distâncias aumentam cada vez mais. Desta forma, aumenta a necessidade da utilização do carro, ou do transporte público restrito a poucos horários ou outras alternativas. Simultaneamente, as ofertas de moradia no CH são limitadas e apresentam-se, em grande parte, degradadas.

É preciso promover a diversidade social (económica, étnica etc), incluindo o CH, aumentar a liberdade de escolha e reduzir potencialmente a desigualdade entre as pessoas, a fim de precaver fenómenos tais quais de segregação sócio territorial, gentrificação, despovoamento dos centros urbanos e periferação habitacional.

Bibliografia

- Alves, S. (2015). O mix social no âmbito das políticas de habitação e de regeneração urbana: uma análise comparada internacional”. In J. Ferrão & A. Horta (Eds.), *Ambiente, Território e Sociedade. Novas*

⁵ Dado obtido no portal da habitação, disponível em www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/noticias/noticia1107.html

- Agendas de Investigação* (pp. 165-172). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ascher, F. (2010). *Novos princípios do urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carvalho, J. (1990). *Évora: Administração Urbanística*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- CME (2017a). *Plano Estratégico de Évora 2020*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- CME (2017b). *Operação de Reabilitação e Urbana do Centro Histórico de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- Ferrão, J. (2018). *A Habitação regressa à agenda política?*. Disponível em <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2018/01/17/a-habitacao-regressa-a-agenda-politica/>.
- Gaspar, J. (1985). *A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa* (2ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Habévora, Gestão Habitacional (2007). *Diagnóstico social dos bairros sociais da Malagueira*. Disponível em www.habevora.pt/assets/diagnosticosocialdosbairrossociaisdamalagueira.pdf
- Lucas, R. (2009). *A regeneração urbana e ambiental de áreas de pequena indústria Évora, caracterização e oportunidades* (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Miranda, E. (2014). *O Centro Histórico e as Centralidades em Évora Dinâmicas Urbanas e Organização*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- Queirós, M. (Ed.). (2011). *Políticas de Igualdade nas Autarquias Locais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Ribeiro, O. (1986). Évora: Sítio, Origem, Evolução e Funções de Uma Cidade. In R. S. Brito (Coord.), *Estudos Em Homenagem A Mariano Feio* (pp. 371-390). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Salgueiro, T. B. (Coord.). (2007). *A Avaliação dos Impactos dos Centros Comerciais na Cidade de Évora: Relatório Final*. Lisboa: GECIC - Grupo de Estudos da Cidade e Comércio, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Salgueiro, T. B. (2013). Do centro às centralidades múltiplas. In J. A. R. Fernandes & M. E. B. Sposito (Orgs.), *A Nova Vida do Velho Centro nas Cidades Portuguesas e Brasileiras* (pp. 13-29). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CEGOT- Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.
- Secretaria de Habitação do Estado (2017). *Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação*. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=95621259-fdd4-4099-82f3-2ff17c522882>
- Simplicio, D. (2013). A cidade de Évora e a relevância do centro histórico. In J. A. R. Fernandes & M. E. B. Sposito (Orgs.), *A Nova Vida do Velho Centro nas Cidades Portuguesas e Brasileiras* (pp. 211-225). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CEGOT- Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.
- Simplicio, D., & Camelo, N. (2015). O reforço do turismo como setor estruturante em Évora. *Cadernos de Geografia*, 34, 43-51.

Contextos inter e transdisciplinares de ensino de geografia para a compreensão do território usado

Inter and transdisciplinary contexts of geography teaching for understanding the used territory

Cristiano Quaresma de Paula

Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cqgeo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0220-909X>

Maíra Suertegaray Rossato

Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mairasuerte@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2870-5056>

Cleder Fontana

Instituto Federal de Santa Catarina
clederfontana@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3755-6681>

Resumo:

O artigo discute o papel ativo da geografia, com foco em possibilidades no ensino da disciplina, que promovem compreensões críticas e o protagonismo dos educandos em seu contexto socioespacial. Apresenta duas propostas de ensino/pesquisa desenvolvidas por pesquisadores vinculados ao Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dentro do Projeto Amora do Colégio de Aplicação da referida instituição, a atividade “Que país é esse?” promove um contexto de ensino interdisciplinar, envolvendo diferentes componentes curriculares, onde o conceito de território ganha centralidade. A partir de pesquisa realizada na Floresta Nacional de Tefé, foram construídos materiais didáticos para as escolas dessa unidade de conservação. As discussões se dão no âmbito inter e transdisciplinar envolvendo turmas multisseriadas e integrando saberes tradicionais. Nesses contextos se observou que na discussão inter e transdisciplinar a Geografia se apresenta como articuladora entre o lugar, a formação socioespacial e mundo, através do conceito de território usado, que na perspectiva de Milton Santos é o próprio espaço geográfico.

Palavras-chave: ensino de Geografia, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, território usado

Abstract:

The article discusses the active role of geography, focusing on possibilities in the teaching of the discipline, which promote critical understandings and the protagonism of the students in their socio-spatial context. It presents two teaching/research proposals developed by researchers linked to the Nucleus of Studies Geography and Environment of the Federal University of Rio Grande do Sul. Within the Amora Project of the College of Application of this institution, the activity “Which country is these?” promotes an interdisciplinary teaching context, involving different curricular components, where the concept of territory gains centrality. Based on research carried out in the Tefé National Forest, didactic materials were built for the schools of this conservation unit. The discussions take place in the inter and transdisciplinary spheres involving multi-series classes and integrating traditional knowledge. In these contexts it was observed that in the inter and transdisciplinary discussion, Geography presents itself as an articulator between place, socio-spatial formation and the world, through the concept of used territory, which in Milton Santos's perspective is the geographic space itself.

Keywords: Geography teaching, interdisciplinarity, transdisciplinarity, used territory

1. Introdução

Milton Santos (2000) em “O papel ativo da Geografia: um manifesto” provoca a comunidade geográfica brasileira a compreender o “espaço banal”, ou seja, o espaço geográfico, por meio do conceito de “território usado”. Isto visa superar as análises fragmentadas para construir um projeto totalizador de análise e de ação, em torno da “formação socioespacial”.

Neste artigo, os autores buscam discutir o Ensino de Geografia, com base em propostas pedagógicas que buscam a compreensão do território usado, para que os educandos construam, no processo de ensino-aprendizagem, compreensões críticas sobre o contexto socioespacial em que vivem. Desta forma o trabalho pedagógico promove o protagonismo dos estudantes, sendo continuamente alimentado por suas expectativas, desejos e esperanças. Esses projetos integram pesquisadores do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A primeira proposta que será destacada, realizada no âmbito do “Projeto Amora” do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp UFRGS), expõe uma proposta pedagógica interdisciplinar (Rossato & Suertegaray, 2014), onde é promovida a autonomia dos educandos e a construção de aprendizagens significativas, cujo conceito norteador é território. Nesta iniciativa que foi intitulada “Que país é esse?” os educandos foram estimulados a construir um país “fictício” considerando todos os elementos, e a interação entre os mesmos, que compõem este território (físicos, sociais, econômicos, culturais). Neste processo os estudantes mobilizam uma série de conhecimentos de diferentes componentes curriculares e os relacionam para poder pensar no seu país.

A segunda proposta foi desenvolvida a partir de pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente na Floresta Nacional de Tefé - Amazonas (FLONA de Tefé AM). Inicialmente o grupo de pesquisadores realizou uma série de mapeamentos de uso da terra, junto às comunidades ribeirinhas desta Unidade de Conservação. Os mapas gerados deram suporte para o estabelecimento do Zoneamento, que indicou as possibilidades de uso a serem regulamentadas no Plano de Manejo (Oliveira & De Paula, 2015). Na sequência as comunidades demandaram aos pesquisadores a construção de materiais didáticos para as escolas presentes nessa Unidade de Conservação. Os pesquisadores, sempre em diálogo com as comunidades e gestores, construíram três materiais didáticos. Estes, com base no conceito de

espaço geográfico, apresentam a Geografia da FLONA a partir do lugar de vida dos educandos (Fontana, De Paula, Rossato, & Suertegaray, 2018). Aqui o conceito de espaço geográfico (Suertegaray, 2001) também dialoga com o de território usado na medida em que os conhecimentos construídos dizem respeito à diversas dimensões e escalas da formação socioespacial.

A compreensão do território usado parece contribuir com a superação de ausências do conhecimento geográfico e a promoção de emergências. Isto porque enfatiza, no tempo presente, os conflitos pelo uso no território que se expressam no local, bem como expõem as estratégias de luta estabelecidas pelas redes de solidariedade do local. O local, nesse caso corresponde ao contexto espacial em que estão inseridos os educandos.

Diante do exposto, o artigo aborda o papel da Geografia em conceitos (inter)(trans)disciplinares de ensino-aprendizagem (Rossato & Suertegaray, 2014), bem como o conceito de território usado para compreender propostas pedagógicas de ensino do espaço geográfico.

2. A geografia na escola e as práticas (inter)(trans) disciplinares

Quando se reflete sobre a perspectiva da escola básica, destaca-se a ideia da educação integral, uma ação pedagógica que contempla o estudante na sua totalidade. Entretanto, o que se vê, predominantemente, é o trabalho a partir das disciplinas, o qual restringe-se ao caráter cognitivo dos fatos e dos conceitos e desconsidera a dimensão dos conteúdos procedimentais e atitudinais.

Para se chegar a uma educação que considere o educando na sua totalidade, é preciso incorporar estas outras dimensões além do cognitivo e considerar as características da escola e as condições objetivas e subjetivas do corpo docente e discente (Pontuschka, Paganelli, & Cacete, 2009). Ganha espaço nesta discussão, o entendimento de que professores e estudantes são sujeitos ativos na construção e na reconstrução coletiva de seu conhecimento, o que muda a visão hierarquizada da sala de aula, na qual o professor é o detentor do conhecimento e o estudante, mero receptor (Fagundes, Sato, & Maçaba, 2006). Neste novo fazer pedagógico, o currículo é pensado a partir da realidade e do diálogo de saberes.

O saber escolar é diferente do acadêmico, mas não prescinde desse para sua construção. É resultado da cultura elaborada cientificamente pela humanidade e considerados relevante na formação dos

alunos. Entretanto não é inquestionável, fechado e imutável, pois ele é elaborado na interação com o sujeito do conhecimento, sendo confrontado com outros pontos de vista, inclusive com os saberes do próprio sujeito - o estudante (Cavalcanti, 2005).

O que compõe a disciplina escolar Geografia? Segundo Pontuschka et al. (2009), esta é formada por uma seleção de conteúdos organizados para atender as concepções hegemônicas da ciência, articuladas às concepções pedagógicas do currículo e do ensino. A seleção dos conteúdos dependerá do contexto histórico e engloba os principais conceitos que permitem identificar a estrutura da disciplina.

A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que os alunos e professores enriqueçam, na dimensão das espacialidades, suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação (Pontuschka et al., 2009, p. 38).

Ao professor cabe ouvir seus educandos, valorizar seus saberes e conhecer o contexto da escola para poder identificar quais conceitos e conhecimentos da Geografia contribuirão para o entendimento destas múltiplas dimensões da realidade.

Neste contexto de debate sobre a escola e busca por uma prática pedagógica que considere o educando a partir de sua realidade e de suas características, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade surgem como proposições de construção de conhecimento mais totalizante na segunda metade do século XX. Surgem como possibilidades de superar a fragmentação científica, uma vez que os saberes parcelares não dão conta da resolução dos problemas da sociedade (Rossato & Suertegaray, 2014).

Lorieri (2002 cit. em Pontuschka et al., 2009) destaca que crianças e jovens nem sempre fazem articulações quando os conteúdos escolares são tratados de forma estanque. Assim, é necessária a interligação entre os conteúdos. Pensar e fazer interdisciplinar pode criar novos saberes e aproximar a realidade mediante as diferentes possibilidades de leitura do espaço. Busca articular os fragmentos, minimizando o isolamento ou dar novos rumos à eles.

Sobre esses conceitos, Suertegaray (2003) entende que transdisciplinaridade é um dos passos iniciais para a construção da interdisciplinaridade. Transdisciplinaridade é entendida como é capacidade de trânsito, de diálogo entre as disciplinas. Promove a construção do conhecimento complexo, tecendo junto com as outras disciplinas, colocando-se no lugar do outro, entendendo seus métodos.

Para esta autora, interdisciplinaridade constitui a prática coletiva que surge da organização em grupo e busca a explicação do problema formulado pelo conjunto dos pesquisadores. Leff (2001) entende que este trânsito deve incluir, também, outras comunidades, outros saberes para além dos disciplinares.

Para Santos (1997), a Geografia deve constituir um corpo teórico forte para se posicionar no debate epistemológico com as outras ciências. Nessa perspectiva entende-se o território “usado”, para a compreensão do espaço geográfico (Santos, 2000), como possibilidade de promoção da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade no contexto escolar.

Essa perspectiva que está embasada no que se discute na atualidade no Ensino da Geografia brasileira expressa uma possibilidade de diálogo com perspectivas de trabalho desenvolvidas em outros países, a exemplo das proposições sistematizadas na Carta Internacional para a Educação Geográfica elaborada pela União Geográfica Internacional (UGI) que, entre outras indicações, aponta a importância das trocas de experiências, tanto a nível nacional, como internacional, das principais metodologias de ensino e aprendizagem da Geografia. A carta ainda destaca:

Geographical investigation both satisfies and nourishes curiosity. Geographical perspectives help deepen understanding of many contemporary challenges such as climate change, food security, energy choices, overexploitation of natural resources and urbanization. Teaching geography serves several vital educational goals. Building on young people's own experiences, learning geography helps them to formulate questions, develop their intellectual skills and respond to issues affecting their lives. It introduces them not only to key 21st century skills but also to distinctive investigative tools such as maps, fieldwork and the use of powerful digital communication technologies such as Geographic Information Systems (GIS). (UGI, 2006, p. 3)

3. O conceito de território usado

Milton Santos (2000) apresenta o território usado como “um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”. A potencialidade desse conceito se deve pelo mesmo articular as relações estabelecidas “entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (Santos, 2000, pp. 104-105).

Para superar a parcialização da Geografia, como disciplina, o autor entende que há necessidade de “construção de um conjunto de proposições epistemológicas que, formando um sistema lógico coerente,

e sendo fundado nos avanços metodológicos já conseguidos pela disciplina no século XX”, constituiria o “núcleo duro” da geografia, resultando em uma “visão geográfica totalizadora”. Assim seria possível enfrentar o que o autor chama de “indolência epistemológica” na produção do conhecimento geográfico (Santos, 2000, p. 106).

O autor atenta que sendo fragmentada, a Geografia não permite uma explicação do mundo e depende, cada vez mais, de adjetivos que confirmem a sua finalidade. Desta forma, perde substância e corre risco de não ser mais necessária nos currículos escolares. Essa fragmentação decorre da crescente impossibilidade, “socialmente gestada”, de conceber que todos os elementos agem conjuntamente, e que separações são feitas apenas para fins analíticos. Essa fragmentação se expressa no ensino em todos os “planos” (aulas, livros, grades curriculares) (Santos, 2000, p. 106).

Santos (2006, p. 106) destaca o processo de fragmentação da disciplina geográfica em outras tantas geografias, que pretendem se impor como autônomas, mas possuem um papel auxiliar que apenas as qualifica como ramos operacionais de uma Geografia “mais complexa e unitária”. Esta última se expõe na perspectiva do território usado, o qual apresenta todos os atores na análise.

Nessa perspectiva seria composto um discurso socialmente eficaz, que serviria de conteúdo e de base para intervenções “sistêmicas” na sociedade, nos mais diversos níveis da política, chegando a contribuir na elaboração de um projeto nacional. Este último estaria, então, comprometido com a transformação da sociedade para benefício da maioria da população do país. Assim, conforma-se um “ideal de futuro como espaço de resolução de problemas supostamente arraigados nas sociedades” (Santos, 2000, p. 107).

Contudo, não se defende a construção de uma definição única, mas que a Geografia Compreensiva (Santos, 2000, p. 107) constitua um conteúdo que permita responder a uma entre várias linhas teóricas, de acordo com as escolhas do autor. Dispondo de um conjunto harmônico de proposições, todos os elementos deverão ser considerados de forma interativa e dinâmica. Desta forma, a geografia deve analisar a realidade social total a partir de sua dinâmica territorial (Santos, 2000). Geografia compreensiva é entendida aqui como aquela em que o educador/pesquisador adequa as abordagens teóricas e metodológicas segundo as demandas encontradas no trabalho.

Diante do exposto, o conceito chave é o de território usado, pois este busca entender a consti-

tuição do território. Enquanto esforço de análise e compreensão, o território usado leva em conta, por um lado, a materialidade e, por outro, o seu uso. Nesse sentido, diferentes atores sociais, apresentam diferentes capacidades de agir, ou seja, de se apropriar da materialidade, de usá-la e de (re) produzi-la.

Para os atores hegemônicos, o “território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares”. As suas ações definem continuamente o uso, que encontra na materialidade possibilidades funcionais de realização de atividades que são pensadas e gestadas exógenas ao lugar. Já, os “atores hegemônizados tem o território como abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (Santos, 2000, p. 108).

Disso, Santos (2000, p. 108) conclui: “é este jogo dialético de ações dos atores hegemônicos e reações dos atores hegemônizados que permite recuperar e compreender a totalidade do território usado”.

Os distintos atores (os seres humanos, instituições, capitais e firmas) não possuem o mesmo poder de comando, o que resulta em uma multiplicidade de ações, resultadas do convívio dos atores hegemônicos com os hegemônizados. Dessa combinação se apresenta o arranjo singular dos lugares.

Assim, identificar os principais atores e compreender as suas capacidades de ação impõe-se como tarefa essencial da Geografia, como possibilidade de decifrar a constituição do espaço geográfico. Nesse particular, como território usado.

Na sequência serão apresentadas duas propostas pedagógicas que expressam o ensino de Geografia em contextos transdisciplinar e interdisciplinares, que promovem a compreensão crítica do espaço geográfico, que dialoga com a perspectiva do território usado.

4. Que país é esse?

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp) constitui-se num referencial dentro da comunidade acadêmica no que diz respeito à implementação e o desenvolvimento de técnicas pedagógicas inovadoras. Os projetos de pesquisa e extensão, bem como as inúmeras modalidades de ensino desenvolvidas (oficina, laboratório de ensino, enriquecimento curricular, assessoria etc.) fazem do CAP um importante laboratório de desenvol-

vimento de metodologias para a prática em sala de aula.

O Projeto Amora é uma proposta de reestruturação curricular implementada no CAP desde 1996 e abrange, atualmente 6.º e 7.º anos do Ensino Fundamental - antigas 5.ª e 6.ª séries. Em sua origem, foi pensado em função da ruptura da unidocência para a multidocência que acontecia da 4.ª para 5.ª série do antigo Ensino Fundamental de 8 anos e da segmentação das áreas do conhecimento. Foi pensado para possibilitar novas formas de acesso às informações, de trabalho colaborativo e cooperativo. As diretrizes que conduzem o trabalho, portanto, estão focadas no interacionismo, no interesse do estudante e nos projetos de aprendizagem; na construção da autonomia (desenvolvimento moral); no desenvolvimento de aprendizagens significativas, da criticidade e da criatividade; e no trabalho coletivo que possibilita a criação de uma responsabilidade coletiva.

O currículo, no Projeto Amora é construído a partir de: conceitos e/ou conteúdos que emergem dos projetos desenvolvidos pelos alunos; propostas disciplinares, interdisciplinares planejadas pelos professores para a articulação de conhecimentos específicos e diagnóstico feito pelos professores a partir das atividades de aula, das pesquisas e de interesses dos alunos. Se amplia e se organiza, portanto, de modo não linear a partir destas diversas ações.

Foi dentro deste ambiente diferenciado de ensino na Educação Básica que foi proposta a atividade integrada “Que país é esse?”. Atividades integradas são ações interdisciplinares planejadas de forma compartilhada e pensadas, ou a partir de conceitos comuns às diferentes áreas de conhecimento, ou dos olhares de diferentes áreas sobre o mesmo objeto de estudo.

Nesta atividade, desenvolvida nos sétimos anos nos anos de 2016 e 2017, o conceito orientador da prática foi o de território na perspectiva apontada por Milton Santos e discutida na sessão anterior, isto é, o de território usado. O objetivo central da proposta é, através de um trabalho em grupo - de até 5 estudantes - construir um país, pensando em todos os elementos que compõem este território (físicos, sociais, econômicos, culturais). Nesta criação, os estudantes mobilizam uma série de conhecimentos de diferentes componentes curriculares e os relacionam para poder pensar no seu país. Por ser uma construção coletiva entre os membros do grupo, é essencial que os estudantes escutem e respeitem os diferentes pontos de vista trazidos pelos integrantes da equipe, bem como desenvolvam argumentos que

embasem as suas ideias. Constitui um importante exercício da autonomia e do diálogo. Esta atividade inspirou-se numa proposta apresentada no projeto Trajetórias Criativas (Estrázulas et al., 2013), que busca reinserir no contexto da escola jovens entre 15 e 17 anos que estão no Ensino Fundamental, evadidos ou em distorção idade-série.

O trabalho iniciou com a leitura do livro infantil No país de Anahí (Suertegaray, 2015b). A história fala de um país fictício, destacando suas regiões, características físicas, atividades econômicas desenvolvidas, vida em sociedade, fronteiras etc. A partir da leitura, procurou-se definir, junto aos estudantes os critérios para a existência de um país. Desta construção surgiram as seguintes ideias: fronteiras definidas; sustentação econômica; reconhecimento pelos demais membros da ONU; soberania nacional, domínio do território exercido pelo Estado - conjunto de instituições que administram o território; população; serviços de saúde, segurança, educação, defesa do país; sistema monetário; capital e cidades importantes; forma de Governo; leis, e recursos naturais para sustentar a população.

A partir destes elementos, a equipe de professores planejou as ações seguintes e, em momentos de entrada coletiva ou individual da sua área de conhecimento, foram sendo trabalhadas questões que subsidiassem a criação deste país. Os grupos foram surpreendidos com uma notícia:

Novo continente desperta interesse mundial

Abalos tectônicos que assolaram a região do Círculo do Fogo durante o ano passado mostraram a verdadeira força de transformação da natureza. Algo semelhante a o que aconteceu há milhões de anos atrás quando os dinossauros caminhavam pelo planeta, fez o mundo ficar estarrecido.

A separação super acelerada de duas placas tectônicas que provocou intenso vulcanismo na região fato que até então nunca havia sido testemunhado pelos cientistas, fez surgir, num período de alguns meses, um novo continente.

Localizado no Oceano Pacífico, sobre o limite entre a Placa de Nazca e Placa do Pacífico, este continente ainda não nomeado apresenta uma área extensa características naturais interessantes.

Este fenômeno, como está sendo referido pelos geólogos de todo o mundo, ainda não tem explicação, mas já desperta interesse da população mundial. Diferentes pessoas do mundo estão vendo neste novo pedaço de terra a

possibilidade de se instalar. A Organização das Nações Unidas (ONU) já tem conferência marcada para tratar deste assunto. (CAP, 2016, s/n)

As turmas de sétimos anos criaram doze países no novo continente. Esta criação levou em consideração: organização política (política interna e externa); atividades econômicas; paisagens naturais; paisagens culturais; legislação.

A partir daí os grupos calcularam a área, definiram a população absoluta e a densidade populacional do país. Foram pensados motivos para a ocupação deste território. A partir da sua posição geográfica, pensando nas características climáticas, foram identificados os biomas de cada país e distribuição dos rios. Pensou-se em como gerenciar a produção dos resíduos sólidos e como obter a energia necessária para a vida no país. As atividades econômicas foram definidas, alianças econômicas foram feitas, guerras surgiram. Os símbolos foram criados, bandeiras confeccionadas, a moeda definida.

A produção dos estudantes constituía o subsídio para o planejamento das ações entre os professores. As diferentes áreas do conhecimento contribuíam para a relação dos conceitos-chave da proposta, como por exemplo: território, fronteira, limite, cultura, economia, natureza/recursos naturais. Trabalhou-se com jogos de tabuleiro, com jogos corporais, com vídeos, com produção textual, com desenhos; foram feitas saídas a campo. A partir do que foi sendo desenvolvido nos grupos, começou-se a propor desafios aos mesmos, promovendo a reflexão sobre a dinâmica do seu território e sobre a forma como os diferentes territórios se relacionavam. O intuito destas problematizações era promover o desequilíbrio das certezas existentes entre os estudantes, de forma que eles tivessem de buscar soluções para as situações criadas. Ao buscar o reequilíbrio, o estudante reconstitui suas aprendizagens e relaciona conhecimentos, avançando na sua construção, necessitando desenvolver argumentos, respeitar pontos de vista diferentes dos seus e trabalhar colaborativamente. Na sequência é apresentado o seguinte texto que expõe aos estudantes uma nova problemática:

Tragédia no novíssimo continente!

Nas últimas décadas, acompanhamos a prosperidade dos jovens países que ocuparam o novo continente que surgiu no meio do Oceano Pacífico. Diferentes governos surgiram para organizar essas pessoas que saíram de várias regiões do mundo para povoar o território, desconhecido até aquele momento. Sistemas econômicos prosperaram, principalmente através da extração de diferentes tipos de minérios

provenientes das minas próxima à cadeia de montanhas que corta aquele continente.

Entretanto, a notícia de uma tragédia que atingiu o continente no último mês mobilizou o mundo inteiro. Um intenso terremoto que teve seu epicentro na área montanhosa da tríplice fronteira entre Moonlight View, Sokóvia e Tropicália atingiu oito graus de magnitude, conforme Escala Richter, e trouxe muitos estragos a todo o continente. O Serviço Geológico dos Estados Unidos classificou este terremoto como um dos mais impactantes dos últimos anos, comparável somente aos terremotos que geraram o tsunami na Indonésia em 2004 e no Japão em 2011. Zalta, Tropicália, Skóvia, Moonlight View, Loks, Watford e Pacificland foram os países diretamente afetados, com a destruição de inúmeras cidades que ficavam próximas às montanhas. Toda a região está com sua atividade mineradora completamente interrompida, além de apresentarem bloqueios e desmoronamentos nas ferrovias e nas rodovias que atravessam as montanhas.

Atualmente, centenas de pessoas estão passando fome e apavoradas, não só nas regiões afetadas pelo terremoto, mas em diversas cidades ao longo do continente. Após o intenso tremor que prorrogou-se por muitos quilômetros, milhares de pessoas fugiram para outros países distantes do centro da tragédia: Açoape, Magic Island, Camelot, Émina e Frozen River. A migração desses refugiados provocou crise social e política, aumentando a tensão em todas as fronteiras nacionais. O caos se espalhou, a economia de todos os países foi fortemente afetada. (CAP, 2016, s/n)

Neste sentido, tempos depois, uma tragédia assolou o novo continente e demandou um posicionamento dos doze países. Uma assembleia da ONU foi convocada. Um terremoto atingiu o continente e gerou muitos danos a diversos países. A partir daí iniciou-se um movimento de refugiados ambientais, desencadeando uma crise social, política e econômica, aumentando a tensão entre todas as fronteiras nacionais.

Os países preparam-se para esta assembleia, organizando uma apresentação do seu território, definindo seus representantes. Esta atividade foi muito positiva, pois os países empenharam-se para coletivamente contribuir para ajudar os diversos países afetados.

Esta atividade durou cerca de 4 meses e envolveu todas as áreas do conhecimento. Culminou numa grande feira de países onde os estudantes apresentam os principais aspectos do seu país. Neste momento, vestiram-se com roupas típicas, traziam

alimentos para degustação, apresentavam os esportes mais praticados.

Esta proposta de elaboração coletiva permitiu aos estudantes assumir uma posição de protagonistas na criação do seu país, de pensar os desafios surgidos a partir das suas escolhas e de tomar decisões. Ao mesmo tempo, o contraponto constante feito a partir de situações reais existentes no Brasil, e entre diferentes países do mundo levou-os a entender os diferentes contextos que envolvem as políticas internas e externas dos países, a forma de organização econômica que gera desigualdades sociais e intensa exploração da natureza. Estes contrapontos os fazem refletir sobre o que querem para o seu país fictício, mas também para a sua realidade, pois os permitem pensar, por exemplo, alternativas sustentáveis de uso dos recursos, pensar alianças entre países para benefício da economia e melhoria da qualidade de vida da população, ou mesmo leis que contribuam para uma vida em sociedade mais justa e menos desigual.

O conceito orientador deste trabalho - território usado -, articula-se com a proposta prática, na medida em que integra os diferentes atores que produzem o espaço geográfico, explicitando o conflito que surge entre eles no seu processo de ocupação e uso. Isso é identificável através das ações tomadas pelos estudantes ao refletir sobre o seu país fictício e as relações conflitantes que se expressam em diferentes escalas, a exemplo dos questionamentos sobre produção de energia e exploração da natureza, considerando os acordos econômicos entre países e as guerras por disputas desses recursos. Observa-se que nesta proposta, o objetivo não é a construção do conceito de território usado, mas o exercício de reflexão sobre a realidade vivida pensada a partir de um país imaginado.

5. O material didático para a Floresta Nacional de Tefé - AM

A necessidade da elaboração de materiais didáticos para uso nas escolas da FLONA de Tefé foi identificada a partir de um projeto que visou construir, juntamente com as comunidades locais, um processo de mapeamento participativo e que revelou, através de diferentes representações e da pesquisa-participante, suas demandas para manutenção do modo de vida. O principal objetivo desta parceria consistia produção de material cartográfico para subsidiar a gestão participativa.

Porém, a partir da pesquisa-ação (Thiollent & Silva, 2007), ficou evidenciada a necessidade de

construir ações relativas à melhoria da educação na FLONA. Nesse sentido, a partir da elaboração do plano de manejo, ocorreu a organização dos jovens para refletir e propor ações sobre as demandas da educação, seja ela em termos de infraestrutura, professores e materiais didáticos que favoreçam uma educação voltada para seu espaço de vivência.

Foi neste contexto que surgiu uma segunda pesquisa que tinha como finalidade analisar o espaço geográfico da FLONA de Tefé com o intuito de compreender os aspectos territoriais nas suas dimensões econômicas, políticas, culturais a partir do modo de vida. A especificidade desta é seu direcionamento para o ensino da Geografia, considerando o conhecimento produzido a partir do diálogo em campo com os ribeirinhos e com isto valorizar a educação como forma de apreensão do mundo e construção da cidadania.

Ao tratar da educação no interior da Floresta Amazônica, Viana (2013) aponta que a exigência de docentes com formação universitária completa transformou o modelo de educação nas áreas ribeirinhas, tendo em vista que a maioria dos professores passou a ser de origem urbana. O modelo de educação utilizado nas áreas urbanas apresenta problemas e, quando transportado para o mundo ribeirinho, acaba trazendo consequências ruins. Muitos desses docentes não se adaptaram à realidade rural.

Normalmente o professor não tem um quarto para morar e vive sem sanitário, chuveiro, energia elétrica, água potável e outras condições básicas de moradia. Na maior parte das vezes, ele se vê obrigado a morar de forma improvisada, na própria escola ou na casa de moradores locais. O resultado desta realidade é que os professores ficam alguns dias nas comunidades e logo arrumam uma justificativa para irem à cidade e por lá ficam. Voltam semanas ou meses depois, para passarem mais alguns dias. As crianças, sem aula, ficam desestimuladas. O professor, pouco encorajado, não consegue os resultados esperados. O resultado é que se passam os anos e muito pouco ou quase nada se aprende. (Viana, 2013¹, s/n)

Além disso, a avaliação da aprendizagem, a transposição didática do conteúdo trabalhado, o material didático utilizado, o currículo - geralmente planejado com suporte em livros didáticos produzidos fora da realidade rural, sem considerar o contexto

¹ Este trecho é um depoimento do Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que revela um conhecimento da realidade local vivida pelos professores, trazida neste texto, na medida em que todos esses problemas apresentados coincidem com as pesquisas feitas com os ribeirinhos e professores durante as oficinas realizadas na FLONA de Tefé.

amazônico -, a qualidade da merenda e do transporte escolar, e a formação continuada dos professores também constituem desafios a serem enfrentados para a melhoria da qualidade da educação ribeirinha.

Segundo os dados do Censo Escolar de 2017 (INEP, 2017) a distribuição no estado do Amazonas representa uma predominância das matrículas na área urbana, aproximadamente, um contingente de 75,5% no meio urbano enquanto que no meio rural encontram-se 24,5%. As UCs estão inseridas no contexto da educação no campo.

A educação rural não é uma extensão no meio urbano e precisa ser considerada na perspectiva da inclusão.

No meio rural ou no campo existem sujeitos sociais capazes de lutar por melhoria em seu modo de viver e produzir; capazes de construir um projeto carregado de sua história, de sua luta, de seu modo de ver o mundo; capazes de resistir à subordinação dos projetos impostos de cima para baixo, ignorando sua identidade e sua própria história. (Nascimento & Galvão, 2009, p. 1323)

Neste sentido, construir uma escola no campo não significa impor um projeto de educação aos sujeitos em um estabelecimento de ensino. Trata-se em ressignificar o modo de fazer uma educação. Trata-se de respeitar as pessoas como sujeitos humanos e como sujeitos sociais e políticos, capazes de resistir aos modelos impostos e lutar por um projeto que inclua a todos em suas peculiaridades. Não com a perspectiva de excluí-la como diferente, mas que não deve ser desigual e sim, em uma visão específica de fortalecimento dessa população, no qual se tornem conscientes de seus direitos sociais e políticos (Nascimento & Galvão, 2009, p. 1323).

As turmas multisseriadas, com sua singularidade constituem-se uma realidade marcante da educação rural. A escola no meio rural se caracteriza, geralmente, por ter apenas uma sala de aula, oferece o ensino nas séries iniciais do fundamental, composta por turmas multisseriadas ou unidocentes. Essa turma dispõe de um único professor para atuar (trabalhar todos conteúdos comuns) simultaneamente. Nas escolas da FLONA, um único professor atende desde a educação infantil até os anos finais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, Hage e Barros (2010) sugerem um modo específico de olhar o currículo das escolas multisseriadas e o papel da educação do campo na região, porque entendem

a Amazônia e a educação vinculadas à diversidade de sujeitos que vivem no meio rural da região, aos seus diferentes saberes, culturas,

tradições, suas histórias; condições de trabalho, de saúde e de educação que vivenciam; aliado ao conhecimento de ecossistemas tão diferentes em termos de paisagem, clima, vegetação, animais, que conferem à Amazônia e as suas populações, a característica de ser um dos ambientes que possui a mais rica sociobiodiversidade do planeta. (p. 349)

Os autores levantam os seguintes questionamentos, que também orientaram o trabalho do grupo de pesquisa:

Como pensar a educação e a escola do campo de nosso próprio lugar? Que currículo e propostas educativas apresentar que tenham a nossa cara, o nosso jeito de ser, de sentir, de agir e de viver Amazônico? Como ressignificar o currículo da escola do campo de forma que articule a Amazônia à realidade nacional e internacional contemporânea e rompa com a precarização das escolas do campo, expressa em grande medida através das escolas multisseriadas? (Hage e Barros, 2010, p. 349)

Tendo em vista este contexto educacional que caracteriza a FLONA de Tefé, foi desenvolvido o material didático para o ensino de Geografia nas comunidades ribeirinhas inseridas nesta Unidade de Conservação. Este material consiste em três volumes: o primeiro, um livro texto, O lugar onde moro: Geografia da FLONA de Tefé (Suertegaray, Pires, & De Paula, 2016); o segundo, um livro conto, Boyrá e o menino (Suertegaray, 2015a) e, o terceiro, um livro de atividades, O lugar onde moro - FLONA de Tefé: práticas pedagógicas em Geografia (De Paula, Rossato, & Fontana, 2016). Uma síntese de cada um dos materiais encontra-se em Fontana (2018).

O material busca resgatar o mapeamento participativo, realizado em 2012, visando direcioná-lo para a análise do espaço geográfico da FLONA de Tefé com o intuito de compreender os aspectos territoriais nas suas dimensões econômicas, políticas e culturais a partir do específico modo de viver na floresta.

Os livros têm por intenção trabalhar a Geografia a partir de conceitos operacionais do espaço geográfico (Suertegaray, 2001) e com conteúdo que expressasse o lugar em que os educandos moram. Assim, para além de possíveis informações e reflexões pré-estabelecidas, a intenção é a de oferecer um conjunto de elementos que possibilitem a problematização, a reflexão e, conseqüentemente, a compreensão, da realidade em que os educandos estão inseridos.

A especificidade do material é o seu direcionamento para o ensino da Geografia na FLONA de Tefé, considerando a realidade local de turmas

multisseriadas, de um docente para todos os conteúdos e, portanto da necessidade de abordar os temas a partir de uma visão (inter)(trans)disciplinar. Da mesma forma, considera o conhecimento produzido a partir do diálogo em campo com os ribeirinhos e, quando do seu possível uso em sala de aula, a valorização da educação como forma de apreensão do mundo e construção da cidadania, ou seja, como leitura da palavra e leitura do mundo, de forma indissociável. Portanto, nesse caso, o conhecimento é resultado da relação entre diversos atores, entre os quais, moradores, estudantes, gestores da Unidade de Conservação e de pesquisadores. Por isso, os textos e as indicações de atividades permitem aos docentes selecionar e adaptar os materiais e as práticas conforme as características de cada turma, incentivando a troca e a colaboração entre estudantes em níveis cognitivos diferentes.

O material produzido abre espaço para a inserção de visões de mundo dos povos da floresta, que até então não se reconheciam nos materiais didáticos de Geografia. Os educandos ribeirinhos e suas comunidades verão no ensino de Geografia a expressão do lugar em que vivem, das suas vivências e das linguagens em diálogo com os conhecimentos geográficos que são básicos e comuns em propostas elaboradas em território nacional.

Entre os conceitos abordados nos livros, há uma referência direta ao lugar, “O Lugar onde Moro”. O livro de práticas pedagógicas de Geografia, expressa esta visão mais contemporânea da construção dos saberes geográficos, na medida em que enfatiza o contexto familiar, comunitário, da escola e do trabalho como ponto de partida para as aprendizagens. Consiste na valorização dos diferentes espaços geográficos vinculados às diferenças étnicas e sociais ao propor uma análise a partir do conceito de lugar e do modo de viver dos povos da floresta. Isto implica em reconhecer suas territorialidades e, assim, produzir conhecimentos e representações do espaço que servem como instrumento de lutas para a permanência em tais territórios.

Nos materiais produzidos, é revelado que as comunidades da FLONA, apesar de parecerem isoladas, também estão sujeitas a grandes projetos econômicos e orientações internacionais sob determinadas políticas, como as de proteção da natureza, bem como estão envolvidas em ações que se são desenvolvidas no local, mas que são planejadas e respondem aos anseios de atores que estão distantes, como no caso da pesca industrial e da prospecção e extração de energia fóssil. Daí o sentido da necessidade de identificar os diferentes atores (e as suas respectivas

ações e a força das mesmas) envolvidos na constituição do território, conforme propôs Santos (2000).

Assim, reconhecendo seu modo de viver e valorizando a cultura dos povos da floresta, os educandos ribeirinhos se posicionam a partir do seu lugar no mundo. Valoriza-se, nesse caso, uma das proposições substanciais do ensino de Geografia: “a criação de práticas que transformem temas da vida em veículos para a compreensão do mundo” (Rego, 2011, p. 9). Assim, fazem-se presentes as escalas geográficas (local-regional-nacional-global), mas não há uma hierarquização entre elas. As diversas escalas se manifestam na medida em que o lugar de vida dos educandos é abordado. Desta maneira, se compreende o município, o estado, a região e o país, sempre em relação com a própria UC, onde estão as comunidades e suas diversas territorialidades. A governança também é abordada em diversas escalas, havendo destaque para os espaços de gestão comunitária e compartilhada no âmbito das comunidades.

Fotografias, mapas, esquemas, desenhos, imagens de satélites, gráficos ganham destaque, de modo que os educandos tenham contato com diversas formas de representação do lugar onde moram. Esta forma de abordagem valoriza o uso de recursos didáticos diversos, valorizando diferentes linguagens e gêneros textuais.

A cartografia é tomada como centro na análise das representações espaciais. Assim, no material de práticas pedagógicas, as três primeiras unidades estão enfocadas no processo de alfabetização cartográfica. Tendo desenvolvido essa habilidade, propõe-se a leitura crítica de mapas e a produção consciente de mapas, maquetes, croquis etc.

Frisa-se o potencial desse material para uso em atividades interdisciplinares. Os três volumes podem ser utilizados em conjunto com educadores de outras disciplinas. No caso do material de práticas pedagógicas em Geografia, cada encontro apresenta, inclusive, a proposta de disciplinas que podem atuar conjuntamente na condução das atividades.

Resalta-se que ao tratar do espaço geográfico “uno e múltiplo” (Suertegaray, 2001) a construção desses materiais pedagógicos exemplifica a potência do uso do conceito de território usado. Isto por que na imensidão da Floresta Nacional de Tefé, a análise é enfocada nas áreas apropriadas pelas comunidades ribeirinhas, ou seja, as que integram suas necessidades, práticas e modos de viver. Outras escalas são tomadas de forma associada a esse “território usado”, que é o próprio espaço geográfico desses sujeitos sociais.

6. Conclusões

A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na escola de educação básica proposta em diretrizes curriculares promovem ambientes de diálogo entre docentes e abordagens didáticas mais contundentes na formação dos educandos. Contudo, sempre é importante enaltecer o papel da Geografia nesse processo de diálogo disciplinar e com outros saberes.

A referência a Milton Santos (1997, 2000) é forte nesse sentido, pois o geógrafo sempre tencionou a importância da Geografia constituir um corpo teórico consolidado, que por sua vez depende do aprofundamento da discussão epistemológica, para, então, se colocar em diálogo com outras áreas de conhecimento. Nesse sentido o autor destaca que a Geografia não deve se basear em metáforas ou depender de adjetivações para ter sentido, mas expressar uma ciência totalizadora por meio de sistemas analíticos fortes. Desta forma, a proposta de discutir o território usado como operacionalização do conceito de espaço geográfico se apresenta de forma concreta frente aos desafios da disciplina no diálogo transdisciplinar e interdisciplinar.

Como foi apresentada, a proposta pedagógica “Que país é esse?” desenvolvida no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na perspectiva interacionista, desenvolveu um amplo debate interdisciplinar no âmbito do coletivo de professores que compõem o Projeto Amora. Nesse debate interdisciplinar, a Geografia efetivamente se coloca, quando o território se constitui o conceito norteador da atividade. Aqui o território dialoga com o conceito de território usado, pois mesmo que seja tomado um território fictício, discute-se os diversos fatores que compõem o território, suas interligações e a repercussão entre escalas. Assim, a discussão está voltada para a formação socioespacial, dentro de compreensões mais acessível para os educandos.

Já no projeto de pesquisa e ensino desenvolvido na Floresta Nacional de Tefé o caminho que se coloca é distinto. A demanda por propostas pedagógicas e “de conteúdo” congruentes com a realidade local foi apresentada pelas lideranças comunitárias e educadores da FLONA para a equipe de geógrafos do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente. A construção se dá, desde o princípio no âmbito transdisciplinar, pois entende-se que o material, embora seja de Geografia, deve promover o trânsito dessa disciplina entre as demais, bem como entre os saberes tradicionais e populares. O trânsito da Geografia entre as disciplinas se dá por uma necessidade concreta - as escolas da FLONA são multisseriadas, um mesmo professor dá aula para diversas disciplinas e para

diversos estágios da formação na mesma sala de aula. Assim, as atividades foram pensadas de forma que integrassem conhecimentos de outras disciplinas a partir de conceitos e temas da Geografia. Por outro lado, esse projeto sucedeu o que realizou uma série de mapeamentos, com base em cartografia social, que colocaram em evidência os saberes tradicionais das comunidades ribeirinhas. Entendeu-se, então, que esse era um potencial a ser empregado nos materiais didáticos, de modo que promovessem o diálogo entre Geografia e saberes tradicionais. Assim, se amplia o trânsito da Geografia, colocando-a em contato com outros saberes, que não se constituíram no âmbito científico.

Neste projeto, o conceito que embasou a construção dos materiais pedagógicos foi o de espaço geográfico, entendido como uno e múltiplo, trazendo à tona outros conceitos como lugar, paisagem, natureza, ambiente, território e região. Assim, observa-se que há o empenho de estabelecer o diálogo interdisciplinar e transdisciplinar a partir da Geografia, que se apresenta como ciência do espaço geográfico. Quando se discute a ontologia do espaço “geográfico”, observa-se a correspondência analítica com o conceito de território usado. Nesse sentido, esse conceito permeia o entendimento do material, embora não tenha sido efetivamente abordado no mesmo. Entende-se que as construções propostas vinculam o lugar, a formação socioespacial e o mundo. Assim, o material não isola a Geografia da FLONA do mundo, mas problematiza a repercussão do global no local, e a reação do local a essas influências.

Desta forma, destaca-se a necessidade da Geografia apresentar reflexões teóricas consistentes para que seja tomada com importância no debate interdisciplinar e transdisciplinar, ainda que seja uma ciência que de fato transita entre diversos saberes científicos e não científicos. Para além da academia, isso deve se expressar no cotidiano escolar e nos materiais didáticos produzidos. Assim, a Geografia cumpre o seu papel na formação dos educandos enquanto sujeitos sociais críticos e protagonistas no processo de ensino-aprendizagem.

Bibliografia

- Cavalcanti, L. de S. (2005). *Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos* (7a Edição). Campinas: Papirus Editora.
- CAP. (2016) *Projeto Amora: material pedagógico “Que país é esse?”*.

- De Paula, C. Q., Rossato, M. S., & Fontana, C. (Org.). (2016). *O Lugar Onde Moro - FLONA de Tefé: Práticas Pedagógicas em Geografia*. Porto Alegre: IGEO - UFRGS. Disponível em <https://www.ufrgs.br/nega/wp-content/uploads/Praticas-Pedagogicas-em-Geografia.pdf>
- Estrázulas, M. B. P. et al. (2013). Projeto Trajetórias Criativas: Uma proposta metodológica para o atendimento de jovens de 15 a 17 anos no ensino fundamental. *Anais do 31º SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul*. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117316>.
- Fagundes, L. C., Sato, L. S., & Maçaba, D. L. (2006). *Aprendizes do futuro: as inovações começaram!*. São Paulo: Agência Espacial Brasileira. Disponível em <http://www.oei.es/tic/me003153.pdf>
- Fontana, C., De Paula, C. Q., Rossato, M. S., & Suertegaray, D. M. A. (2018). Produção de material pedagógico em geografia para comunidades ribeirinhas da FLONA de Tefé, Amazonas. In R. C. F Machado & F. B. Vitória, (Org.), *Educação Popular como Ato Político* (pp. 156-175). São Leopoldo: Editora Karywa.
- Hage, S. A. M., & Barros, O. F. (2010). Currículo e Educação do Campo na Amazônia: referências para o debate sobre a multisseriação na escola do campo. *Espaço do Currículo*, 3(1), 348-362. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/9097/4785>.
- INEP. (2017). *Censo Escolar 2017: Resultados e Resumos*. Disponível em <http://inep.gov.br/resultados-e-resumos>.
- Leff, E. (2001). *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Nascimento, A. C. A., & Galvão, M. A. S. (2009). Educação Rural na Amazônia, Desafios da Inclusão em Salas Multisseriadas. *Anais do V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial 1*, 1322-1329. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/160.pdf>
- Oliveira, M. G., & De Paula. C. Q. (2015). Relato de Experiência em Mapeamento Participativo com Ribeirinhos da FLONA de Tefé / AM. In D. M. Suertegaray, C. L. Pires, & M. G. Oliveira (Org.), *Geografia & Ambiente* (pp. 158-175). Porto Alegre: Ed. Compasso Lugar-Cultura.
- Pontuschka, N. N., Paganelli, T. I., & Cacete, N. H. (2009). *Para Ensinar e Aprender Geografia* (3a Edição). São Paulo: Editora Cortez.
- Rego, N. (2011). Em direção a uma geografia educadora. In N. Rego, A. C. Castrogiovanni, & N. A. Kaercher (Orgs.), *Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio: volume 2* (pp. 9-12). Porto Alegre: Penso.
- Rossato, M. S., & Suertegaray, D. M. A. (2014). A pesquisa no ensino de Geografia como possibilidade de diálogos trans e interdisciplinares. *Geografia Ensino e Pesquisa*, 18(2), 57-76. Disponível em <http://periodicos.ufsc.br/geografia/article/view/11033/pdf>
- Santos, M. (1997). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2000). O papel ativo da geografia um manifesto. *Revista Território*, 9, 103-109. Disponível em http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Suertegaray, D. M. A (2001). Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Scripta Nova*, 93, sp. Disponível em <http://www.ub.edu/>
- Suertegaray, D. M. A. (2003). Geografia e Interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. *Geosul*, 18, 43 - 54. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13601>
- Suertegaray, D. M. A., Pires. C. Z., & De Paula, C. Q. (Org.). (2016). *O Lugar Onde Moro: Geografia a FLONA de Tefé*. Porto Alegre: IGEO - UFRGS. Disponível em <https://www.ufrgs.br/nega/wp-content/uploads/O-Lugar-Where-Moro-Completo.pdf>
- Suertegaray, M. (2015a). *Boyrá e o menino*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.
- Suertegaray, M. (2015b). *No País de Anahí*. Porto Alegre: Edelbra.
- Thiolent, M., & Silva, G. O. (2007). Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 1(1), 93-100. Disponível em <http://www.revista.cict.fiocruz.br/>
- União Geográfica Internacional (2006). *International Charter on Geographical Education*. Disponível em http://www.cnfg.fr/wp-content/uploads/2017/12/Charter_2016-IGU-CGE_May_9.pdf
- Viana, V. (2013, Abril 11). Educação Ribeirinha na Amazônia: o desafio de manter os professores na sala de aula. *Jornal Diário do Amazonas*. Disponível em <https://blogdoenvolvimento.wordpress.com/2013/04/12/educacao-ribeirinha-na-amazonia-o-desafio-de-manter-os-professores-na-sala-de-aula/>

Página deixada propositadamente em branco

NOTAS
NOTÍCIAS
RECENSÕES

Página deixada propositadamente em branco

O valor da Geografia e a pertinência do espaço geográfico no mundo contemporâneo, por Tim Marshall (2017)

The value of Geography and the relevance of geographic space in the contemporary world, by Tim Marshall (2017)

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia e Turismo FLUC/UC
CEIS20/CEGOT
jfernandes@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-631X>

Perante o ritmo e a instabilidade das dinâmicas territoriais contemporâneas, a imprevisibilidade das relações internacionais e o desenvolvimento acelerado das novas tecnologias de informação, é importante problematizar até que ponto este novo mundo não desvalorizou velhos fatores geográficos como a localização, a distância, a topografia, o clima ou a acessibilidade a recursos como a água ou os solos férteis.

O livro de Tim Marshall, com o sugestivo título de *Prisioneiros da Geografia*, edição original de 2015, vem contribuir para desfazer o mito do fim da Geografia e da desvalorização de um espaço geográfico que, perante uma deriva tecnológica extrema, perderia relevância nas decisões dos atores e nas trajetórias das populações.

Sem receios de uma declinação determinista, Marshall (2017) afirma que

A terra em que vivemos sempre nos moldou. Moldou as guerras, o poder, a política e o desenvolvimento social dos povos que, hoje, habitam quase todo o planeta. A tecnologia pode parecer ultrapassar as distâncias, tanto no espaço mental como no físico, mas é fácil esquecer que a terra onde vivemos, trabalhamos e criamos os nossos filhos tem uma importância crucial, e que as escolhas daqueles que lideram os sete mil milhões de habitantes deste planeta serão, em certa medida, sempre influenciadas pelos rios, montanhas, desertos, lagos e mares que nos rodeiam a todos - como sempre o foram. (p. 11)

Não sendo novidade para os geógrafos nem para quem percorre, observa, vive e sente a paisagem, este espaço geográfico de Tim Marshall não é um plano geométrico e uniforme liberto dos efeitos de atrito das rugosidades espaciais que influenciam as trajetórias e os quotidianos territoriais, sejam estas um vale, uma montanha ou um estreito. A técnica e a compressão espaço-tempo que acompanhou inovações como a aviação ou a internet, aceleraram as dinâmicas, abriram as opções geográficas e alteraram as territorialidades de uma parte da população mundial, mas não desvalorizaram as velhas geografias

nem os fatores geográficos que, sem anacronismos, continuam presentes, perduram no longo prazo e devem continuar a ser considerados.

O livro de Tim Marshall discute o mundo a partir de representações cartográficas de pequena escala. Dividido em dez capítulos, cada um tem por objeto um mapa a propósito do qual se entendem os processos, os equilíbrios e desequilíbrios, as dinâmicas e os balanços de poder no passado, no presente e no futuro. Articulando espaço e tempo, esta obra posiciona-nos em diferentes blocos geográficos, sobre os quais se fazem interrogações, se antecipam problemas e tensões e se viaja pelos principais conflitos territoriais contemporâneos.

Já no passado geógrafos como Milton Santos (2010) e Olivier Dollfus (1998), entre outros, sublinharam a importância do local de observação. O centro do mundo será onde nós estivermos. Enquanto realidades dinâmicas, a globalização e a política internacional devem ser percebidas a partir de pontos georreferenciados múltiplos e de diferentes janelas de perceção e análise. Para Tim Marshall, o mundo pode ser analisado tendo como referência blocos geográficos como a Rússia, a China, os EUA, a Europa Ocidental, África, o Médio Oriente, a Índia e o Paquistão, a Península da Coreia e o Japão, a América Latina e o Ártico.

Este percurso de 255 páginas (na versão portuguesa) é uma galeria de referências geográficas e topónimos, países, cidades e rios, estreitos, cadeias montanhosas, mares e oceanos. Ao mesmo tempo, faz-se uma incursão pelos fatores geográficos de poder, riscos, medos e intimidações, como a extensa planície do norte europeu que, perante a ausência de obstáculos físicos relevantes, constitui uma ameaça mútua e um corredor de contacto entre a Rússia e a Europa Central.

Como nos demonstra o autor, a posição geográfica é especialmente relevante na análise do caso russo. A importância estratégica de acesso ao Mar Negro e a um porto de águas quentes que não congelem e impeçam a circulação durante uma parte do ano, como ocorre em Murmansk e Vladivostok,

terá motivado a anexação da Crimeia. Ensaiaando uma espécie de voo panorâmico, para Marshall apenas se entenderá o vasto território da Rússia, caracterizado por baixas densidades populacionais, se for enquadrado em espaços como a região báltica, os Urais, a Sibéria, os Cárpatos e o Ártico, que constituem barreiras defensivas perante ameaças externas.

Neste livro insiste-se no valor estratégico dos territórios-tampão, que amortecem vizinhanças e atenuam tensões diretas. Assim ocorre com os ambientes desérticos entre os EUA e o México, mas também com os Himalaias, que se interpõem entre a Índia e a China que, por sua vez, está também protegida pelo deserto de Gobi. Ao mesmo tempo que se intrometem entre rivais diretos, estes espaços são objeto de interesses e conflitos. Na perspetiva de Tim Marshall, o Tibete é controlado pela China para que este território, que aspira a uma maior autonomia, não possa ser ocupado pela Índia, mas também porque ali têm origem algumas das importantes linhas de água que percorrem o território chinês.

A problemática dos recursos atravessa este trabalho. As perturbações a propósito da água, das quais são exemplo os conflitos entre o Egito e a Etiópia, continuam na agenda política internacional. O mesmo ocorre com as dificuldades de afirmação de países, como o Japão, com elevadas carências e dependências em recursos energéticos e minerais, questões que abrem um alargado campo concorrencial de áreas de influência, projetos extrativistas e disputas territoriais.

Nesta perspetiva, Tim Marshall atribui especial protagonismo à China. A expansão da influência chinesa para o continente africano na procura de recursos primordiais, minérios e metais preciosos, assim como o investimento na renovada Rota da Seda, inserem-se na linha estratégica de afirmação global, baseado numa leitura pragmática e rigorosa da cartografia e dos velhos fatores geográficos. Por exemplo, 80% da energia que suporta o complexo urbano-industrial da China atravessa o Estreito de Malaca. Nesse sentido, é fundamental a diversificação e o controlo territorial de múltiplos choke-points. Por isso, controlam ferrovias em Angola e portos no Quênia e no Paquistão. Também por essa razão, porque é preciso afirmar o poder da China no mundo, se aposta na construção de uma nova infraestrutura de ligação entre o Atlântico e o Pacífico - o Canal da Nicarágua, que suplantarà a capacidade de carga do Canal do Panamá, do qual os chineses querem salvaguardar qualquer dependência.

Nestas geografias analógicas, a China procura o protagonismo dos mares e impõe-se como potência

marítima, a conjugar com uma longa tradição de poder continental suportado numa rede hidrográfica densa e navegável. É também nesta linha que o poder chinês se procura consolidar nos mares do Sul da China e na ligação deste com o Pacífico e com o Índico, com consequentes disputas por espaços insulares, naturais ou artificiais, perante adversários e concorrentes como o Japão e os EUA.

Sem nos afastarmos da China, cuja análise ilustra e exemplifica o sentido deste trabalho de Marshall, refira-se a importância de outra região-tampão - Xinjiang -, território ao mesmo tempo proteção do país mas também reserva de petróleo, laboratório de ensaios nucleares e porta de acesso ao porto de Gwadan, no Paquistão, um dos nós da extensa rede que, de forma gradual, vai (re) construindo a nova Rota da Seda.

A estas geografias, Marshall acrescenta os movimentos de emancipação e independência. Fazendo fronteira com o Cazaquistão e havendo proximidade étnica entre os autóctones de Xinjiang e a Turquia, este é um território em convulsão, sobretudo desde a desintegração da ex URSS.

Já antes escreveu Edward Soja (1971) que o estabelecimento de barreiras, fronteiras e demarcações fazem parte da condição humana. Os mapas utilizados no livro expressam esta tendência de fragmentação que se estabelece num quadro de relações dinâmicas e assimétricas de poder. Nesta perspetiva, Marshall segue a linha de outros autores e invoca as fronteiras artificiais do colonialismo em áreas como o Médio Oriente, onde esses limites foram traçados à revelia da geografia cultural. Esta insensibilidade terá levado à criação de entidades políticas artificiais, frágeis e instáveis, como a Síria, o Líbano, Israel ou a Palestina.

Na análise de Tim Marshall, discutem-se também os muros que definem territórios de contenção e encerramento. Nesta velha geografia de perímetros de confinamento, como a faixa de Gaza, retomam-se as ideias foucaultianas da biopolítica e do controlo disciplinar dos corpos, quase sempre criando espacialidades inseguras e estruturalmente violentas.

Esta geografia da insegurança aponta também para os riscos inerentes às alterações climáticas e para o acréscimo das ameaças em territórios como o Bangladesh, encravado entre a Índia e a previsível subida do nível médio das águas do mar. Para Marshall, este país, tal como outros (é o caso do Paquistão), são espaços geograficamente fechados e sem Profundidade Estratégica Interna, isto é, vulneráveis porque não têm margem de expansão ou recuo perante o potencial avanço de ameaças externas.

Em todo o caso, está em jogo a soberania e o controlo territorial, que distingue países vulneráveis e dependentes, de potências hegemónicas que apresentam grande capacidade de projecção exterior. Para Marshall, no caso dos EUA, a cartografia do poder assenta numa rede flexível de bases navais e aéreas. Ainda que, nas novas geografias tecnológicas, a influência possa ser exercida por um exército de drones controlados à distância (por exemplo, numa central de operações no Nevada), a velha presença física e a proximidade geográfica continuam a ser determinantes e a fazer a diferença.

A análise do continente africano é, neste ponto de vista, elucidativa. Isolado pelo Saara, pelo Índico e pelo Atlântico, sem portos naturais e uma costa pouco atrativa, África é um continente com dificuldades de afirmação. Ao contrário do que ocorre na Europa, que beneficiou de canais de contacto como o Reno e o Danúbio, neste continente os rios são pouco navegáveis e não promovem as trocas. Os solos pobres e os conflitos em torno dos recursos naturais completam o cenário no qual, segundo Marshall, uma velha geografia de restrições se impõe num território em muitas regiões marcado pela violência e insegurança.

Nestas leituras, também a América Latina é, para o autor, uma região difícil, com limitações geográficas importantes, sem portos de águas profundas e territórios interiores com frequência agrestes e ofensivos. A coesão territorial é um problema em países extensos como o Brasil, no qual são complexas as comunicações e difícil a circulação de produtos. Os solos pobres e os conflitos de apropriações territoriais em espaços como a Amazónia completam um quadro geográfico hostil.

Para Tim Marshall, as alterações climáticas abrem novas fronteiras de conflitualidade e apropriação territorial. No capítulo dedicado ao Ártico, o autor apresenta esta região como um dos focos de disputa do século XXI. O degelo e o aumento da acessibilidade às diferentes fontes energéticas daquelas latitudes aumentarão a cobiça e darão vantagem a países, como a Rússia, mais adaptados a estes ambientes extremos. Sem que abra um capítulo específico sobre o assunto, o autor faz um recorrido pelos potenciais efeitos geográficos das alterações climáticas e suas consequências no aumento da vulnerabilidade de países como o já referido Bangladesh ou espaços insulares como as Maldivas, com a potencial deslocação forçada de populações e a modelação de uma nova geografia humana.

Nestes contextos geográficos em mudança, Marshall não deixa de apontar os efeitos indutores das valorizações imateriais dos lugares. Por essa razão, pelo valor alegórico dos limites, os turistas visitam, nos Urais, a cruz que separa simbolicamente a Ásia da Europa. É por isso também, prossegue Tim Marshall, pela apropriação imaterial do espaço geográfico, que Jerusalém é uma das cidades mais disputadas do mundo. A pouca importância estratégica é compensada pelo seu valor enquanto geossímbolo.

Nestas questões do simbólico e da sua filiação ao poder (numa sugestiva aproximação entre a Geografia Cultural e a Geografia Política, acrescentamos nós), Marshall vai mais longe. O autor assenta as suas reflexões numa cartografia que entende como rigorosa. Ainda assim, não deixa de olhar para estas representações como instrumentos que incorrem no risco da manipulação e no desvio em relação à verdade. Por exemplo, com a projecção de Mercator, utilizada na cartografia mais convencional, o continente africano é subdimensionado perante territórios como os EUA (em relação aos quais tem, na realidade, uma superfície três vezes superior) e a Gronelândia (que tem, segundo Tim Marshall, uma superfície 14 vezes inferior à do continente africano). Ainda hoje, a dimensão espacial é um fator a considerar nas percepções, reais ou imaginárias, do poder.

Não sendo geógrafo, Tim Marshall é jornalista e editor na área das Relações Internacionais, este autor deixa um pertinente contributo para a ciência geográfica e para o modo como esta é parte imprescindível da constelação integrada de saberes relevantes para se entender e atuar sobre o mundo. Este livro, *Prisoners of Geography* no título original, não negando as novas arquiteturas espaciais do digital e das relações topológicas, assenta no princípio que os velhos fatores geográficos perduram no tempo e que a Geografia é um inevitável campo científico de reflexão e atuação.

Na era da cartografia automática Tim Marshall constrói um esquema explicativo e uma base de reflexão analítica a partir de dez pontos de vista e dez referenciais geográficos de percepção. Ainda que os olhares se cruzem e intercedem, não é o mesmo ver o mundo a partir de África ou do Médio Oriente, do Ártico ou da Europa Central. Na sua aparência, os mapas utilizados por Marshall são estáticos. Na realidade, estão animados por movimentos, interesses, jogos de poder e influências mútuas. Estas leituras oscilam entre os fluxos, mais dinâmicos, difusos, inconstantes e imprevisíveis e as dimensões espaciais mais perenes, lentas e duradouras, entre

os espaços mais lentos e contínuos e os territórios-rede mais oscilantes e acelerados. Como na metáfora do geógrafo Jöel Bonnemaïson (1994), que confronta a árvore (símbolo da estabilidade) com a canoa (associada ao movimento), Tim Marshall salienta a geografia que está na interceção destes dois universos e destes dois ritmos. É essa leitura integrada e de continuidade que confere posição central aos contributos da ciência geográfica na análise de um mundo instável e imprevisível mas que se mantém vinculado a muitas das tradicionais questões geográficas.

Como refere Marshall (2017)

À medida que o século XXI avança, os fatores geográficos que ajudaram a determinar a nossa História continuarão, em grande parte, a determinar o nosso futuro. (...) Claro que a geografia não dita o curso de todos os acontecimentos. As grandes ideias e os grandes líde-

res fazem parte dos avanços e recuos da História. Mas todos eles têm de operar dentro dos limites da geografia. (p. 238)

Bibliografia:

- Bonnemaïson, J. (1994). *The Tree and the Canoe: History and Ethnogeography of Tanna*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Dollfus, O. (1998). *A Mundialização*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Marshall, T. (2017). *Prisioneiros da Geografia*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência.
- Santos, M. (2010). *Por uma outra globalização*. São Paulo: Editora Record.
- Soja, E. (1971). *The political organization of space*. Washington: Association of American Geographers.

As dinâmicas territoriais e as identidades geográficas no nacionalismo catalão, segundo Eduardo Mendoza (2018)

Territorial dynamics and geographical identities in Catalan nationalism, according to Eduardo Mendoza (2018)

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia e Turismo FLUC/UC

CEIS20/CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-631X>

Eduardo Mendoza não é um geógrafo, mas sim um escritor catalão que assume a vantagem de refletir sobre a Catalunha a partir de fora, com um distanciamento que lhe garantirá a isenção da análise. Neste ensaio, publicado em formato de livro pela Editora Seix Barral e com tradução portuguesa incluída, na íntegra, na edição 149 da revista *Ler*, dispensam-se as perguntas diretas (se se concorda ou não com a independência, por exemplo) e evitam-se as leituras superficiais e apressadas que levam a tomar posição a favor de um ou de outro dos lados da fratura acentuada pelo separatismo catalão. Em alternativa, neste ensaio discute-se a profundidade do contexto, sem o qual não se perceberá o problema e não se entenderão as tensões e os conflitos que, à sua escala, têm contribuído para o enfraquecimento de uma Europa com sinais evidentes de fragmentação.

Lido a partir da Geografia, ainda que o autor não o chegue a mencionar, o texto assenta na convicção que os fatores de natureza espacial e territorial são imprescindíveis para melhor compreender uma instabilidade que pode deixar rasto nos (des) equilíbrios geopolíticos da Europa, em geral, e da Península Ibérica, em particular.

Para Eduardo Mendoza, o separatismo implica uma perda de unidade e um movimento centrífugo no qual está implícita certa deslealdade para com um Estado agregador. Contudo, este desejo de afastamento e início de um percurso individual é a face visível de dinâmicas longas e duradouras mais ou menos silenciosas, porventura reforçadas e revitalizadas por novos impulsos.

Afirmando sentir que existe uma falta de conhecimento real sobre o que se passa na Catalunha, Mendoza reconhece que se atribui ao franquismo e à guerra civil espanhola um peso sobredimensionado nas causas efetivas desta deriva independentista catalã, que não pode deixar de se associar aos novos problemas que Espanha e a Europa agora enfrentam.

O regime de Franco está longe e pertence ao passado. Apesar disso, Mendoza não deixa de recordar

a política repressiva do Estado espanhol para com a língua catalã, naquele período desvalorizada e classificada como simples dialeto.

Falar catalão não era proibido mas o seu uso foi regulado, vigiado, disciplinado. Ainda que nas escolas mais remotas e noutras mais progressistas não se seguisse esta regra, o ensino passou a ser ministrado em castelhano. As matérias discutidas, como a literatura, eram as impostas pelo Estado espanhol. Também a comunicação social usava a língua castelhana. Numa complexa paisagem sonora caracterizada pelo bilinguismo, o catalão, mais que vedado, era tutelado. A sua utilização estaria confinada a atividades, e publicações, com escassa exposição e difusão limitada. Com a chegada de fluxos migratórios, o castelhano foi ganhando espaço e o catalão acabou remetido para as classes médias e altas da Barcelona industrial e para os mais afastados lugares de uma Catalunha rural escondida e de difícil acesso.

A menorização sentida durante o período franquista passou também pelo imaginário regional de identidades estereotipadas que atribuíam adjetivações poucos simpáticas a um catalão visto como um trabalhador tosco e grosseiro que falava uma língua estranha pouco estética. Para Mendoza, o fim dos regimes autoritários pode passar por intervenções na paisagem simbólica, com a remoção de placas toponímicas e de estátuas, por exemplo. No entanto, as sequelas mais profundas são difíceis de apagar, sobretudo nas fações mais conservadoras que assentam o seu poder no permanente reavivar seletivo da memória.

Muitas das dinâmicas que afetam a Catalunha contemporânea têm origem em fraturas que se foram acentuando no passado. Para Mendoza, apesar do encerramento geográfico, o território catalão tem uma longa tradição de chegada de populações exógenas, que se foram fixando em Barcelona em diferentes vagas migratórias. Com o surto industrial novecentista, desceram à cidade comunidades de agricultores e grupos de pescadores que, vindos de

regiões remotas e inacessíveis da própria Catalunha, se fixaram na capital. Esta chegada de trabalhadores considerados rudes e grosseiros alimentou reações negativas por parte de uma elite urbana já preocupada com a preservação dos valores de pureza da cultura catalã.

Esta resistência continuou com a segunda onda de migrantes rurais, desta vez vindos de outras regiões de Espanha, que terão dificuldades de integração no contexto local. Assim se vai consolidando a criação de células comunitárias pouco permeáveis e de uma Catalunha atravessada por fronteiras sociais, culturais e políticas, que perduram até à atualidade. Tudo isto se estrutura em redor de uma elite catalã urbana e burguesa endogâmica, que se insulariza e acantona em torno de símbolos como a língua e uma cultura local verdadeira e autêntica.

Para Eduardo Mendoza, esta cisão aprofunda-se com a chegada de novas vagas migratórias, desta vez vindas do exterior, do Magrebe, da África subsaariana ou de países como o Paquistão. Por isso, e segue-se ainda o autor, na paisagem da Catalunha é possível observar as bandeiras nacionalistas, suportadas por uma base social e cultural homogênea e monocolor, expostas em ruas de uma geografia humana heterogênea e nas quais circulam imigrantes não integrados na sociedade catalã.

Apesar de tudo, esta endogamia é também seletiva. Pode ler-se nesta obra que o nacionalismo e o independentismo catalão começam por ser impulsionados por individualidades isoladas das classes média e alta, que a justificavam por razões históricas e pela rejeição do “outro” espanhol, embora com atração pelo francês e pelo italiano, mas também pelo alemão ou pelo suíço.

Apesar dessas filiações preferenciais ao centro da Europa, para Mendoza, esta elite urbana da Catalunha é menos aberta às trocas que a madrilena. Talvez por isso, ao mesmo tempo que o território catalão se industrializava, se assistiu a uma deriva identitária, encenando-se um passado ao mesmo tempo heroico, épico e mágico. Este misticismo medieval e este imaginário fantástico, materializados em testemunhos patrimoniais como a arquitetura, fazem agora parte de uma paisagem cultural urbana consumida pelo turista em Barcelona.

A simulação identitária que ocorreu na Catalunha industrial não é caso único. Segundo Mendoza, o mesmo aconteceu em territórios outrora subjogados por outros, como a Hungria, a Bélgica e até a Alemanha ou mesmo, acrescentamos nós, Portugal no contexto da afirmação ibérica perante Espanha.

Pelo que se deduz da leitura de Eduardo Mendoza, a relação entre os catalães e a Espanha unificada assenta numa contradição. A ideologia nacionalista e independentista, que pretende o corte com Madrid, acabou por ser reforçada pelos contactos com o Império, abertos pela integração da Catalunha no Estado espanhol. A industrialização daquele território, no contexto de uma Espanha mais lenta, apenas foi possível com o capital mobilizado pela diáspora local que teve acesso às riquezas das antigas colónias espanholas.

Esta modernização acicatóu os conflitos em Barcelona, uma cidade na qual tiveram origem movimentos políticos e ideológicos de inclinação anárquica. Essas revoltas e tensões sociais, numa sociedade fragmentada como a catalã, resultaram no aumento da repressão, em parte aplicada com recurso aos instrumentos e agentes disciplinares do Estado central espanhol.

Para Mendoza, entrando aqui numa área muito cara à Geografia, o progresso industrial é responsável por outras desarticulações espaciais. A modernização de uma Catalunha pobre e rural levou à concentração do poder económico, político e simbólico em Barcelona. Cidade fechada e desinteressante até ao final do século XIX, a capital foi ganhando relevância através de eventos com a Exposição Universal de 1888, a Exposição Internacional de 1929 e, já no final do século XX, os Jogos Olímpicos de 1992.

Neste mundo de contradições discutido por Eduardo Mendoza, o geógrafo destaca a falta de coesão territorial e a assimetria, assinalada pelo escritor, entre a capital e os restantes lugares da Catalunha. A industrialização teve o seu epicentro em Barcelona mas chegou também a outras cidades. Contudo, esta dinâmica reforçou o centralismo da capital, a área urbana que, pese o conservadorismo da sua elite, mais se abriu ao mundo.

É destes paradoxos que emerge uma corrente independentista de matriz catalã, na sua origem pouco aberta à diversidade. Contudo, esta ideologia soberanista foi reforçada pelas circunstâncias. A crise económica e social que teve início nos EUA em 2008, os riscos de desmantelamento do Estado Social, o aumento do desemprego, a falta de perspectivas da população jovem, toda esta instabilidade intensificou os conflitos com o Estado espanhol e adensou a coluna de apoio à independência da Catalunha.

Mendoza não deixa de referir que a questão catalã é sentida no resto de Espanha, sobretudo nas regiões mais periféricas, como um ato de egoísmo e de falta de solidariedade. O escritor, manifestando neutralidade em grande parte do ensaio, acaba o

texto com uma inclinação: este processo já terá ido longe demais, terá consequências imprevisíveis e poucas justificações se encontrarão para uma independência que não trará vantagens. Entendendo como aceitável uma natural assimetria entre o centro de onde é exercido o poder e as periferias, Mendoza deixa um registo de ponderação relativamente ao futuro.

Neste breve ensaio, a Geografia não é citada de modo direto. Ainda assim, evitando as leituras mais apressadas e superficiais da questão catalã, Eduardo Mendoza coloca o debate em domínios que, em sentido lato, se enquadram na interseção entre áreas científicas nem sempre fáceis de separar - a Geografia Social, a Geografia Cultural e a Geografia Política. Os fluxos populacionais, as diásporas, os problemas da coesão territorial, as assimetrias de desenvolvimento, as territorialidades do poder, as identidades geográficas, a tensão entre aquilo que o geógrafo João Ferrão chamou de “localismo globofóbico” (um local que resiste e nega o exterior) e de “globalização uniformizadora” (o predomínio de fluxos transnacionais que eliminam as rugosidades locais e tornam o mundo mais homogêneo), de tudo isto resultam linhas de choque que exteriorizam fraturas estruturais e se expõem a aproveitamentos oportu-

nistas, como aqueles que se juntaram aos movimentos independentistas a pretexto da recente crise das dívidas soberanas e do euro.

Na base de tudo isto, o nacionalismo catalão, pelo que se depreende deste texto de Eduardo Mendoza, será a parte visível de uma região fragmentada na qual a cultura e a identidade, real ou imaginária, acabam por ser um campo de apropriação política.

Este texto de Eduardo Mendoza mostra-nos uma realidade marcada pelo medo em relação ao exterior, pelas ideologias de rejeição do que está próximo, pelos egoísmos territoriais e pelas quebras de solidariedade espacial, que sustentam a vontade para se seguir sozinho na trajetória da globalização, sem restrições nem imposições de qualquer Estado considerado exógeno.

De uma forma ou de outra, em diferentes lugares e pontos de referência, muitas destas tendências marcam as dinâmicas europeias contemporâneas.

Bibliografia

Mendoza, E. (2018). *Que esta pasando en Catalunya*. Barcelona: Seix Barral.

Página deixada propositadamente em branco

Sumário

ARTIGOS

- Margarida Franca, Luís J. Fernandes e Fernanda Cravidão 7**
Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa
- Carlos Costa e Norberto Santos 23**
A paisagem enquanto produto turístico e património natural e cultural. O caso da Serra da Estrela
- Valéria Luiza Pereira Fedrizzi e Norberto Santos 43**
Análise das referências bibliográficas das teses de doutoramento defendidas no Programa de Pós-Graduação em Turismo, Lazer e Cultura da Universidade de Coimbra.
- Claudete Oliveira Moreira 55**
Turismo fluvial, lazeres em águas interiores e desenvolvimento local e regional
- Dirce Maria Antunes Suertegaray e Mateus Gleiser Oliveira..... 69**
Arenização, areais e políticas de ordenamento territorial
- Barbara Bravo e Maria Domingas Simplicio 77**
Mercado e políticas públicas em Évora: a questão territorial da habitação
- Cristiano Quaresma de Paula, Maíra Suertegaray Rossato e Cleder Fontana 87**
Contextos inter e transdisciplinares de ensino de geografia para a compreensão do território usado

RECENSÕES

- João Luís J. Fernandes 101**
O valor da Geografia e a pertinência do espaço geográfico no mundo contemporâneo, por Tim Marshall (2017)
- João Luís J. Fernandes 105**
As dinâmicas territoriais e as identidades geográficas no nacionalismo catalão, segundo Eduardo Mendoza (2018)

Página deixada propositadamente em branco

1. Tipo de documentos

Na revista *Cadernos de Geografia* publicam-se artigos inéditos, notas, notícias e resenhas em português, inglês, francês ou espanhol.

2. Extensão

2.1. O artigo não deve exceder 50 000 caracteres com espaços, incluindo resumo e palavras-chave em dois idiomas, figuras, quadros e bibliografia.

2.2. A nota ou notícia não deve possuir mais de 10 000 caracteres com espaços.

2.3. A resenha não deve ultrapassar 30 000 caracteres com espaços.

3. Título

3.1. Deve ser conciso e exprimir o conteúdo do texto.

3.2. É apresentado em minúsculas, a negrito e alinhado à esquerda.

3.3. Deve apresentar-se no mesmo idioma do texto e ser traduzido para inglês.

4. Autores

4.1. O nome do/a(s) autor/a(es/as) é escrito em minúsculas, com as iniciais em maiúsculas, apresentando-se no parágrafo imediatamente a seguir ao título, alinhado à esquerda e a negrito.

4.2. No parágrafo a seguir ao nome do/a(s) autor/a(s) insere-se a afiliação institucional.

4.3. No parágrafo a seguir à afiliação institucional indica-se o endereço de correio eletrónico respetivo.

4.4. No parágrafo a seguir ao endereço de correio eletrónico de cada autor deve ser indicado o ORCID respetivo.

5. Resumos

5.1. São apresentados dois resumos, um no mesmo idioma do texto e outro em inglês.

5.2. O resumo deve ser conciso, exprimir o conteúdo do texto, contemplando os objetivos essenciais, a metodologia, os resultados e as conclusões alcançadas.

5.3. Não devem fazer-se constar nos resumos referências bibliográficas ou citações.

5.4. Cada resumo deve apresentar-se num único parágrafo e não deve exceder as 250 palavras.

6. Palavras-chave

6.1. São apresentadas no final de cada resumo.

6.2. Surgem em letra minúscula e separadas entre si por vírgula.

6.3. Devem ser no mínimo 3 e no máximo 5.

6.4. São apresentadas no mesmo idioma do texto e em inglês.

7. Formatação do texto e das secções

7.1. Os originais devem ser preparados em suporte digital, em versão recente do Word, tamanho A4 com margens superior, inferior e laterais a 2,54cm. Tipo de letra Times New Roman a 12 pt, alinhamento do texto justificado, com avanço de 1,27 cm na primeira linha de cada parágrafo. Espaçamento 1,5 entre linhas.

7.2. Os títulos devem estar alinhados à esquerda, a negrito, com letra de tamanho 16 pt. Os subtítulos, sem qualquer numeração, deverão ser formatados de acordo com os seguintes exemplos:

Nível 1 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 14 pt.

Nível 2 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 13 pt.

Nível 3 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12,5 pt.

Nível 4 - alinhado à esquerda a negrito, letra tamanho 12 pt.

7.3. No decurso do texto a indicação bibliográfica de um/a autor/a deve ser apresentada do seguinte modo: o apelido, seguido do ano da referência entre parênteses. Ex.: Cunha (2015) ou (Cunha, 2015). Tratando-se de uma citação deve constar a indicação da(s) página(s). Ex.: Gomes (2014, p. 61) ou (Gomes, 2014, p. 64) ou (Gomes, 2014, pp. 72-73). Havendo 2 autores usa-se “&” entre os apelidos quando referidos entre parênteses. Ex.: (Santos & Gonçalves, 2011) ou “e” quando referidos no texto Ex.: Santos e Gonçalves (2011); Tratando-se de 3 a 5 autores, na primeira citação no texto indica-se o apelido de

todos os autores e o ano da referência Ex.: (Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012) e nas citações seguintes utiliza-se o apelido do 1.º autor seguido de et al. e o ano da referência Ex.: (Rodrigues et al., 2012); Quando são 6 ou mais autores indica-se o apelido do 1.º autor, seguido de et al. e ano da referência Ex.: (Cunha et al., 2012). Se forem utilizadas várias referências do/a(s) mesmo/a(s) autor/a(s) com o mesmo ano de edição devem ser distinguidas pelas letras a, b, c, etc., imediatamente após o ano. Ex.: Silva (2014a) ou (Silva, 2014b).

Quando são referidos vários trabalhos de diferentes autores citados dentro dos mesmos parênteses, ordenam-se por ordem alfabética separados por ponto e vírgula Ex.: Diversos estudos (Gomes, 2014; Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012).

7.4. As transcrições no decurso do texto (se inferiores a 40 palavras) devem ser colocadas entre aspas, com indicação da(s) página(s). Se a citação tiver 40 ou mais palavras deve ser destacada, avanço (15mm), sem aspas, seguida de ponto final e colocando entre parênteses o apelido do autor, ano da publicação e página(s).

7.5. O texto deve seguir o acordo ortográfico de 1990 e apresentar uma linguagem inclusiva. Ex. Homem deve ser preterido a favor de ser humano.

7.6. As palavras num idioma diferente do que serve de base ao texto deverão ser formatadas em itálico. Todos os sublinhados deverão ser substituídos por itálico.

7.7. Se forem necessárias abreviaturas, acrónimos ou siglas, devem ser discriminados na primeira vez que são referidos, apresentando-se as iniciais imediatamente a seguir entre parênteses. Ex.: Instituto Nacional de Estatística (INE).

7.8. Nas referências numéricas deve ser utilizado o ponto como separador decimal.

8. Notas de pé de página

8.1. Devem ser as estritamente imprescindíveis, breves e limitar-se a abonar o texto, a introduzir um esclarecimento ou um ponto crítico.

8.2. As referências bibliográficas não devem aparecer em notas de rodapé.

8.3. As notas têm uma sequência numérica árabe, contínua, sem parênteses e apresentam-se no final da página.

9. Figuras

9.1. A figura designa uma ilustração que contempla mapas, gráficos, representações esquemáticas, desenhos, fotografias, fórmulas, entre outros.

9.2. As figuras têm uma sequência numérica árabe e contínua.

9.3. A designação da figura deve ser concisa, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas apenas no início e nos nomes próprios.

9.4. Todas as figuras devem estar devidamente posicionadas e ser referidas no texto, usando a palavra Figura, mesmo quando inserida entre parênteses [Ex.: (Figura 1)].

9.5. As figuras são enviadas em ficheiro separado do texto, em modo CMYK, formato TIFF, com uma resolução de 300 dpi. Cada figura é identificada pelo apelido do primeiro autor, n.º da figura e extensão correspondente ao formato. Ex.: Silva_Fig_2.tiff

9.6. As fotografias devem ter uma dimensão de 16x23 cm.

9.7. As figuras devem ter qualidade e legibilidade suficientes para permitirem redução para a mancha da revista.

9.8. Os/as autores/as devem selecionar com parcimónia as ilustrações que consideram preferenciais para impressão a cores. Sempre que possível esta preferência será respeitada.

9.9. No caso das figuras a preto e branco, é aconselhado o uso de tramas que permitam uma leitura fácil, devendo evitar-se a multiplicação de escalas de cinzentos.

9.10. As legendas devem ser simples e claras.

9.11. No caso das figuras originais, expresso no parágrafo imediatamente a seguir ao título da figura, os autores devem indicar como autoria os seus nomes e deixar expressa a fonte dos dados utilizados. Adicionalmente, devem ainda enviar a “Declaração para cedência de imagens” autorizando a IUC a publicar as referidas figuras.

Todas as figuras que são de outras fontes, mesmo que tenham indicação dessa fonte, precisam de uma autorização expressa por parte dos detentores dos direitos autorais respetivos para serem publicadas na Revista Cadernos de Geografia. Para obviar este pedido de autorização, pode optar-se por procurar uma imagem de domínio público na base Wikimedia Commons ou noutra plataforma, sendo a indicação a constar na fonte: "Imagem de domínio público" - link web respetivo. Não sendo possível obter uma autorização da entidade detentora dos direitos da imagem nem a sua substituição por uma imagem de domínio público, deve optar-se por uma organização do texto sem o auxílio da imagem. O incumprimento desta indicação compromete a publicação do texto.

9.12. As equações e fórmulas devem ser convertidas para imagem e numeradas no seu canto inferior direito, numa sequência numérica árabe, contínua e entre parênteses.

10. Quadros

10.1. Todos os quadros devem estar devidamente posicionados e ser referidos no texto, usando a palavra Quadro, mesmo quando inserida entre parênteses [Ex.: (Quadro 1)].

10.2. Os quadros são identificados numa sequência numérica árabe, contínua, posicionada no seu topo.

10.3. O título deve surgir em itálico na linha abaixo da numeração do quadro, sem ponto final, ser conciso, exprimir o conteúdo e utilizar maiúsculas no início de cada palavra.

10.4. Devem evitar-se quadros muito extensos que não excedam uma página, devendo ser enviados em formato editável.

10.5. Os quadros devem ser simples, não incluindo frases longas, números muito extensos ou o uso de demasiadas casas decimais.

10.6. Caso o quadro não sejam original, a sua fonte deve ficar expressa no final do quadro, alinhada à esquerda.

11. Bibliografia

11.1. É inserida no final do texto, precedida pelo uso da palavra Bibliografia.

11.2. A norma APA (American Psychological Association) será considerada como guia para todo o tipo de referências bibliográficas não expressamente incluído neste ponto.

11.3. As referências bibliográficas devem ser sempre escritas em caracteres latinos (efetuar transliteração).

11.4. Devem incluir-se, exclusivamente, as referências citadas no texto.

11.5. Não é permitida a auto-citação em mais de 20%.

11.6. As referências bibliográficas são apresentadas por ordem alfabética.

11.7. No caso de existirem diversas referências do mesmo autor segue-se a ordem cronológica.

11.8. Se existir mais do que uma referência do mesmo ano e autor acrescentam-se à data as letras a, b, c, etc.

11.9. Na secção Bibliografia, as referências devem incluir o DOI (no final), sempre que exista, em formato URL. Ex.: <http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>

11.10. Livro impresso

Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: Subtítulo*. Local de edição: Editor.

11.11. Capítulo de livro impresso

Apelido, A. A., & Apelido, B. B. (ano). Título do capítulo/parte da obra. In C. C. Apelido & D. D. Apelido (Ed./Coord./Ed. Lit. ou Org.), *Título da obra: Subtítulo* (pp. xx-xx). Local de edição: Editor.

11.12. Artigo impresso em publicação periódica

Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: Subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), xx-xx.

11.13. Comunicação em atas de congresso impressas

Apelido, A. A., & Apelido, B. B. (ano). Título do texto. In *Título das atas*, Especificação do Congresso, cidade, mês e dias (pp. xx-xx).

11.14. Legislação ou normas

Portaria n.º xxxxx de dd de mm. *Diário da República n.º xxx/xx - X Série*. Ministério.

Norma (ano). *Identificação da norma por extenso*. Local de edição: Entidade.

11.15. Livro eletrónico

Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: Subtítulo*. Acedido a dd de mm de aaaa, em doi: ou URL: .

11.16. Artigo em publicação periódica online com DOI (*Digital Object Identifier*)

Apelido, A. A. (ano). Título do artigo: Subtítulo do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. doi (<http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>)

11.17. Artigo em publicação periódica online com endereço URL (*Uniform Resource Locator*)

Apelido, A. A. (ano). Título do artigo. *Título da Revista, volume* (número ou suplemento), páginas. Acedido a dd de mm de aaaa, em <http://>.

11.18. Manuscritos ainda não publicados (tais como dissertações e teses)

Apelido, A. A. (ano). *Título da obra: Subtítulo* (Dissertação/Tese). Instituição, Localidade, País.

12. Organização do texto para submissão

12.1. Os textos e as figuras devem ser gravados individualmente e integrar uma pasta identificada pelo apelido do/a 1.º autor(a), que deverá ser comprimida, em formato ZIP, não podendo ultrapassar os 45 MB.

13. Deveres dos/das autores/as

13.1 É da exclusiva responsabilidade dos/das autores/as a obtenção de autorização para a publicação de material que esteja sujeito a direitos de autor.

13.2. Em função do processo de revisão, os/as autores/as comprometem-se a aceitar as sugestões propostas pelos revisores anónimos e a introduzi-las no documento final nas condições requeridas. Sempre que os/as autores/as discordem das propostas devem apresentar uma justificação para cada um dos casos, devidamente fundamentada.

14. Direitos de edição

14.1. Os direitos de edição pertencem ao Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra.

14.2. A publicação implica a aceitação das "instruções para autores", do "Código de ética guia de boas práticas da UC Digitalis".

1. Type of papers

The journal *Cadernos de Geografia* accepts unpublished articles, notes, news and reviews written in Portuguese, English, French and Spanish.

2. Length

2.1. The article should not exceed 50 000 characters with spaces, including the abstract and keywords in two languages, figures, tables and references.

2.2. A note or news item should not be more than 10 000 characters with spaces.

2.3. A review should not exceed 30 000 characters with spaces.

3. Title

3.1. The title should be concise and express the content of the text.

3.2. It is displayed in lowercase, bold and left-aligned.

3.3. It must be submitted in the same language as the text and be translated into English.

4. Authors

4.1. The name(s) of the author(s) should be written in lowercase with initial capitals, appear in the paragraph immediately following the title, left-aligned and in bold.

4.2. The institutional affiliation is given in the paragraph following the name(s) of the author(s).

4.3. The paragraph following the institutional affiliation indicates the respective email address.

4.4. The indication of the ORCID number of the author(s) should appear in the following paragraph.

5. Abstracts

5.1. Two abstracts should be submitted, one in the same language as the text and the other in English.

5.2. The abstract should be concise, express the context of the text and mention the essential goals, results and conclusions reached.

5.3. The abstract should not include references or citations.

5.4. The abstract should be confined within a single paragraph and not exceed 250 words.

6. Keywords

6.1. These are given at the end of each abstract.

6.2. They are written in lowercase letters and separated by comma.

6.3. Should be at least 3 and no more than 5.

6.4. They are given in the language of the text and in English.

7. Formatting of the text and sections

7.1. Manuscripts should be prepared in digital form, in a recent version of Word, A4 size with top, bottom and side margins of 2.54 cm. Font Times New Roman 12 pt should be used, justified alignment, with an indent of 1.27 cm in the first line of each paragraph. 1,5 spaced.

7.2. Headings should be left-aligned, bold, 16 pt font size. Subheadings are not numbered and should be formatted according to the following examples:

Level 1 - left-aligned in bold, font size 14 pt.

Level 2 - left-aligned in bold, font size 13 pt.

Level 3 - left-aligned in bold, font size 12.5 pt.

Level 4 - left-aligned in bold, font size 12 pt.

7.3. In body text, the bibliographical indication of an author should be presented as follows: the surname, followed by the year of the reference in parentheses. E.g. Cunha (2015) or (Cunha, 2015). In the case of a citation, the indication of the page (s) is mandatory. E.g. Gomes (2014, p. 61) or (Gomes, 2014, p. 64) or (Gomes, 2014, pp. 72-73). If there are 2 authors, "&" is used between surnames when referenced in parentheses. E.g. (Santos & Gonçalves, 2011) or "and" when referred in the text, e.g. Santos and Gonçalves (2011); In the case of 3 to 5 authors, the first citation in the text indicates the surname of all authors and the year of reference, e.g. (Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012) and in the following citations, the surname of

the 1st author is used followed by et al. and the reference year, e.g. (Rodrigues et al., 2012); When there are 6 or more authors, the surname of the 1st author, followed by et al. and year of reference is used, e.g. (Cunha et al., 2012). If multiple references of the same author(s) with the same year of publication are used, they should be distinguished by the letters a, b, c, etc., immediately after the year. E.g. Silva (2014a) or (Silva, 2014b).

When several works of different authors are mentioned within the same parentheses, they are ordered in alphabetical order separated by semicolons, e.g. Several studies (Gomes, 2014; Rodrigues, Silva, & Cunha, 2012).

7.4. Transcripts in body text (if they are less than 40 words) must be enclosed in quotation marks, indicating the page(s). If the citation has 40 or more words it should be highlighted, left indentation (15mm), without quotation marks, followed by a full stop and placing in parenthesis the author(s) surname, year of publication and page(s).

7.5. The text should comply with the 1990 orthographic agreement and use inclusive language. E.g. 'human being' should be preferred to 'man'.

7.6. Words in a language other than one used for the text should be in italics. All underscores should be replaced by italics.

7.7. Any abbreviations or acronyms should be written in full the first time they are mentioned, with the initials given immediately afterwards, in parentheses. E.g. Statistics Portugal (INE).

7.8. For numeric references, the dot must be used as the decimal separator.

8. Footnotes

8.1. These must be strictly essential, brief and confined to enhancing the text by adding a clarification or a critical point.

8.2. References should not appear in footnotes.

8.3. Footnotes are numbered continuously with Arabic numerals, without parentheses and appear at the bottom of the page.

9. Figures

9.1. A figure refers to an illustration that includes charts, graphs, schematic representations, drawings, photographs, formulas, and so forth.

9.2. Figures are numbered continuously with Arabic numerals.

9.3. The designation of the figure must be concise, express the content and use capital letters only at the beginning and for proper names.

9.4. All figures must be properly positioned and be mentioned in the text, using the word Figure, even when enclosed by parentheses [e.g. (Figure 1)].

9.5. Figures are sent in a separate file from the text file. They use CMYK colour mode, TIFF format and have a resolution of 300 dpi. Each figure is identified by the first author's surname, the figure number and description matching the format. E.g. Silva_Fig_2.tiff

9.6. Photographs must measure 16x23 cm.

9.7. Figures should be of good enough quality and legibility to allow reduction to fit the journal layout.

9.8. Authors should be sparing when choosing the illustrations they would like printed in colour. Whenever possible this preference will be respected.

9.9. In the case of black and white figures, it is advisable to use plots that are easy to read, and to avoid the multiplication of grey-scale modes.

9.10. Captions should be simple and clear.

9.11. In the case of the original figures, authors must indicate their authorship and give the source of the data used in the paragraph immediately after the title of the figure. In addition, they must also send the "Declaração para cedência de imagens" authorizing the IUC to publish said figures. In addition, they must also send the "Declaração for transfer of images" authorizing the IUC to publish this material.

All figures that are from other sources, even if they have an indication of this source, need an express authorization from the holders of the respective rights to be published in the Journal *Cadernos de Geogra-*

fia. To obviate this authorization request, you can choose to look for a public domain image on the Wikimedia Commons basis or another platform, and the indication for the source must be: "Public domain image" - respective web link. If it is not possible to obtain an authorization from the entity that owns the image rights or to replace it with a public domain image, an organization of the text should be chosen without the help of the image. Failure to comply with this statement compromises the publication of the text.

9.12. Equations and formulas should be converted to images and numbered in their lower right corner, using Arabic numerals, numbered continuously and enclosed by parentheses.

10. Tables

10.1. All tables must be properly positioned and be mentioned in the text, using the word Table, even when enclosed by parentheses [e.g. (Table 1)].

10.2. Tables are identified with Arabic numerals in a continuous sequence, positioned at the top.

10.3. The title should appear in italic on the line below the table number, without period at the end, must be concise, express the content and use capital letters at the beginning of each word.

10.4. Authors should avoid very large tables that do not exceed one page, and should use editable formats .

10.5. Tables should be simple, not contain long sentences or very large numbers and not use too many decimal places.

10.6. If the table is not original, its source must be specified at the end of the table, left-aligned.

11. References

11.1. These come at the end of the text, preceded by the use of the word 'References'.

11.2. The APA Style (American Psychological Association) will be considered as a guide for any kind of reference not expressly covered in this point.

11.3. References must be written in the Roman alphabet (carry out transliteration).

11.4. They should only include references cited in the text.

11.5. Self-citation must not exceed 20%.

11.6. References must be listed in alphabetic order.

11.7. If there are several references by the same author they should be listed in chronological order.

11.8. If there is more than one reference by the same author in a particular year, the letters a, b, c, etc. are added to the date.

11.9. In the Bibliography section, references should include DOI (at the end), wherever it exists, using URL format. E.g., <http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>

11.10. Printed Book

Surname, A. A. (year). *Title of the work: Subtitle*. Place of publication: Editor

11.11. Printed Book Chapter

Surname, A. A., & Surname, B. B. (year). Title of the chapter / part of the work. In C. C. Surname & D. D. Surname (Ed./Coord./Ed Lit. or Org.), *Title of the work: Subtitle* (pp. xx-xx). Place of publication: Editor.

11.12. Article printed in periodical

Surname, A. A. (year). Article Title: Article subtitle. *Name of publication* (issue or supplement), xx-xx.

11.13. Communication in printed conference proceedings

Surname, A. A., & Surname, B. B. (year). Title of article. In *Title of the proceedings*, Name of the conference, city, month and days (pp. xx-xx).

11.14. Legislation or regulations

Portaria (Order) xxxxx of dd mm. *Diário da República* (Official Gazette) xxx/xx - X Series. Ministry.

Regulation (year). *Title of regulation in writing*. Place of publication: Authority.

11.15. E-book

Surname, A. A. (year). *Title of work: Subtitle*. Viewed on dd mm aaaa, at doi: or URL:.

11.16. Article in online publication, doi (Digital Object Identifier)

Surname, A. A. (year). Article Title: article subtitle. *Name of publication, volume* (issue or supplement), pages. doi (<http://dx.doi.org/10.xxxx/xxxxxxx>)

11.17. Article in online publication with URL (uniform resource locator) Surname, A. A. (year). Article title. *Name of publication, volume* (issue or supplement), pages. Viewed dd mm yyyy, at <http://>.

11.18. Unpublished manuscripts (such as theses and dissertations)

Surname, A. A. (year). *Title of work: Subtitle* (Dissertation/Thesis). Institution, Place, Country.

12. Text organisation for submission

12.1. Texts and figures should be saved in individual files and stored in a folder identified by the first author's surname. The folder should be compressed in ZIP format and must not exceed 45 MB.

13. Duties of authors

13.1 Authors are solely responsible for obtaining permission to publish material that is subject to copyright.

13.2. Depending on the review process, the authors agree to accept the suggestions made by anonymous reviewers and introduce them in the final document, in the required conditions. Whenever the authors disagree with a proposal they must provide a duly grounded justification for each instance.

14. Publishing rights

14.1. Publishing rights belong to the Department of Geography and Tourism, University of Coimbra.

14.2. Publication constitutes acceptance of "instructions for authors" and the "Código de ética guia de boas práticas da UC Digitalis" (Code of ethics guide to good practice of UC Digitalis).

Página deixada propositadamente em branco

Departamento de Geografia e Turismo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Apoio:



• U



C •

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U